

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TESE**

**MEMÓRIA HISTÓRICA EM DISPUTA: PATRIMÔNIO,  
NARRATIVAS E IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DO  
*PROJETO CITRICULTOR* EM NOVA IGUAÇU (1933-2003).**

**Allofs Daniel Batista  
2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MEMÓRIA HISTÓRICA EM DISPUTA: PATRIMÔNIO, NARRATIVAS  
E IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO CITRICULTOR EM  
NOVA IGUAÇU (1933-2003)**

**ALLOFS DANIEL BATISTA**

*Sob a orientação do professor  
Carlos Eduardo Coutinho Costa*

Tese submetida como requisito  
parcial para a obtenção do grau de Doutor em  
História, no Curso de Pós-Graduação em  
História. Área de concentração: Relações de  
Poder e Cultura.

Seropédica, RJ 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B333m

Batista, Allofs Daniel, 1981-  
MEMÓRIA HISTÓRICA EM DISPUTA: PATRIMÔNIO, NARRATIVAS  
E IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO CITRICULTOR EM  
NOVA IGUAÇU (1933-2003) / Allofs Daniel Batista. -  
Rio de Janeiro, 2025.  
276 f.

Orientador: Carlos Eduardo Coutinho da Costa.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, programa de pós-graduação em história, 2025.

1. Memória histórica.. 2. Identidade.. 3. Nova  
Iguaçu. 4. Patrimônio Cultural.. 5. Projeto  
Citricultor.. I. Costa, Carlos Eduardo Coutinho da,  
1982-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro. programa de pós-graduação em história III.  
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**TERMO N° 561 / 2025 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.034838/2025-96**

**Seropédica-RJ, 03 de julho de 2025.**

Nome do(a) discente: ALLOFS DANIEL BATISTA

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTOR EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM : 30 de junho de 2025

Banca Examinadora:

Dra. ELIANA SANTOS DA SILVA LAURENTINO, UERJ Examinadora Externa à Instituição

Dra. TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA, SEEDUC-RJ Examinadora Externa à Instituição

Dr. ALEXANDRE FORTES, UFRRJ Examinador Interno

Dr. RONALD APOLINARIO DE LIRA, UFRRJ Examinador Interno

Dr. CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA, UFRRJ Presidente

**(Assinado digitalmente em 04/07/2025 08:46 )**  
ALEXANDRE FORTES  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)  
Matrícula: 1308466

**(Assinado digitalmente em 03/07/2025 22:35 )**  
CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)  
Matrícula: 2649875

**(Assinado digitalmente em 03/07/2025 19:32 )**  
RONALD APOLINARIO DE LIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)  
Matrícula: 1279266

**(Assinado digitalmente em 03/07/2025 14:53 )**  
ELIANA SANTOS DA SILVA LAURENTINO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 087.595.057-45

**(Assinado digitalmente em 04/07/2025 11:42 )**  
TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 843.024.617-72

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **561**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **03/07/2025** e o código de verificação: **3efe8a47f4**

A universidade pública na Baixada Fluminense não é apenas mais uma política pública. Para mim foi meio de transformação de vida. Os ataques que ela recebe são fruto exatamente da sua natureza transformadora. As melhorias que ela ainda demanda, são a medida de quanto demoramos para ter esta conquista tornada realidade. Precisamos aguardar 506 anos para um operário trazer esta realidade para Nova Iguaçu. Por isto meu agradecimento não cabe nesta dedicatória, mas no meu fazer político. Obrigado à Rural!

## AGRADECIMENTOS

Abrir uma nova seção de agradecimentos é sempre uma tarefa das mais duras da vida acadêmica. Neste momento sempre se corre o risco de cometer injustiças. Mas não agradecer seria ainda mais injusto, por isto vou me oferecer ao risco.

Antes de mais nada agradecer aos meus padrinhos (*in memoriam*) Osvaldo e Gilda. O incentivo aos estudos demorou a produzir efeitos, mas sem ele talvez nunca teria deixado a inércia quando a vida pareceu mais dura. Os cadernos de *Globinho* guardados para os trabalhos escolares e a leitura de tirinhas de quadrinhos e, especialmente, um livro sobre a história das cruzadas dado quando ainda estava na alfabetização, certamente fizeram grande diferença.

Pai e mãe. Cada um ao seu modo. Cada um com sua própria natureza. Foram os pilares que moldaram quem me tornei enquanto homem, pai e trabalhador. Seus sacrifícios se tornam mais nítidos ao homem adulto, mas como garoto de vocês é que quero ser mais grato. Foi uma infância pobre de recursos, mas rica em experiências. Hoje sei quanto isto foi fundamental para que eu seja quem sou.

Não vou elencar amizades, pois os agradecimentos devem ser toleráveis ao leitor. Vou, por amostragem, agradecer ao Eduardo Marques, amigo há três décadas. Como todos os amigos de verdade, não nos vemos cotidianamente, não conversamos longamente sobre cada evento cotidiano, nem sentamos à mesa do bar com a frequência que desejariíamos. Porém, a cada reencontro, a amizade o respeito e o amor fraterno supera diferenças e distâncias. Amo você, meu irmão!

Meu irmão, o “dotô” Djelson Cesar Batista, a você quero agradecer pelo exemplo! Apesar de ser eu o mais velho, você foi quem sempre teve mais clareza de visão, melhor discernimento de condução e foco quando construiu objetivos. Aprender com você não é vergonha, antes é uma honra. O pai, marido, professor e pesquisador que você se tornou me servem de farol. Além de não poder mensurar quanto me fez feliz quando, junto da “cunha” Thárcia, me proporcionou a alegria de ser titio de três crianças tão fantásticas.

Meus filhos, o amor incondicional só existe nas relações onde dar sem expectativa alguma de receber retorno é real. Isso um homem só pode experimentar na paternidade. Qualquer expectativa minha, sobre ou para vocês, pode e deve ser frustrada sem nenhum pingo de remorso. Pois vocês nasceram livres, e livres devem fruir pelo mundo. Danton e Angelo, vocês são filhos muito amados e admirados. Vocês são indivíduos ímpares, que alteraram profundamente quem sou. E, no momento aguardo mais uma das grandes

metamorfoses de minha vida, quando me tornarei avô da Sophia. A quem já amo tão incondicionalmente quanto a vocês.

No mundo acadêmico há um percurso que se aproxima de duas décadas, no qual foram muitas as mãos, mentes e corações que se entrecruzaram com meu percurso. Desde a graduação, em todo o movimento estudantil do Instituto Multidisciplinar, sempre soube que estava no lugar certo. Segui pela pesquisa, na Iniciação Científica, no PIBID, no mestrado e, depois de um hiato, o doutorado, sem nunca deixar de atuar em projetos que envolveram pesquisa, curadoria de acervos, digitalização, conservação, difusão, e mais uma série de ações em âmbito universitário e além dele. Marcaram esta trajetória, de forma indelével, alguns maestros, como Álvaro Nascimento, Alexandre Fortes, Lúcia Helena, Jean Sales, Vanderlei Vazelesk, entre outros.

O IM se tornou uma espécie de imã, que por um lado me impulsionava, por outro me atrai, ao redor do qual orbitam, além de mim, pessoas e instituições a quem sempre acabo me associando para atividades das mais variadas naturezas. Tania Amaro e Amália Dias são exemplo disto. Os percursos que a Rural promove ainda agora, me levaram à escrever numa coluna no jornal que um dia, como aluno, digitalizei e a ingressar numa instituição que foi e é objeto de análise, como seu integrante. Tanto o Correio da Lavoura como o Instituto Histórico e Geográfico suplantaram tornarem-se *lócus* de atuação.

Na mesma Rural dei início ao projeto *Baixada Bow Arqueria* e, desde então, me tornei membro de uma grande família de arqueiros. De simples brincadeira à membro da diretoria da Associação Field Brasil, até mesmo o lazer do esporte teve seu impulso através da Universidade Pública Brasileira.

A vida é mesmo cheia de surpresas. Aprovado para o doutorado, um percurso relativamente longo, não poderia imaginar que em poucos meses minha vida passaria por uma série de cambalhotas. A parceria de mais de vinte anos não fazia mais sentido. E numa ruptura desta natureza, como é natural, tudo que era sólido se desmanchou no ar. Qual não foi minha surpresa ao poder experimentar, aos quarenta anos, alquebrado e sem romantismos sobre a vida, que as mudanças não eram um fim. Ao contrário, encontrar um amor, na vida madura, nos torna mais felizes do que é possível descrever nestas curtas linhas. Por isso só posso reafirmar que a vida é bem mais completa com você, Éthel, meu amor.

Há uma imensa lista de pessoas que seria difícil categorizar, de diferentes lugares, com diferentes contribuições e formas de estar no mundo. Não seria possível realizar esta tese sem estas pessoas inclassificáveis, que informaram algo, ajudaram no que puderam, ou simplesmente fizeram seu serviço de forma eficiente, poupando esforços ainda maiores. A

todos os que cruzaram meu caminho neste processo, e que deram sua contribuição, meu muito obrigado!

Antes de finalizar, gostaria de agradecer ao professor Carlos Eduardo Coutinho Costa, ou simplesmente Cadu. Ao aceitar me orientar no doutorado ele não poderia saber que teria o trabalho de conduzir, como a um cego, este que vos fala. Pois um doutorado é como um *rally*, e se o doutorando pilota o veículo, sem um navegador em quem confiar cegamente, nunca se chega ao destino final, que é a tese em si. Obrigado!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## **RESUMO**

**BATISTA, A. D. Memória histórica em Disputa: Patrimônio, Narrativas e Identidade na construção do Projeto Citricultor em Nova Iguaçu (1933-2003).** 2025. Tese (Doutorado em História, Relações de Poder e Cultura) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Este estudo investiga a construção da memória e identidade histórica na cidade de Nova Iguaçu, entre 1933 e 2003, analisando o processo de consolidação do "*projeto citricultor*" como narrativa hegemônica. A pesquisa aborda como a elite local, centrada no distrito sede, selecionou e perpetuou determinadas memórias, privilegiando a citricultura e figuras históricas ligadas à agroexportação, enquanto marginalizou narrativas de grupos como migrantes, negros e indígenas. A tese explora quatro eixos principais: 1) a relação entre identidade e memória, utilizando conceitos como "presentificação" e a dicotomia "estabelecidos vs. outsiders"; 2) o patrimônio cultural edificado, destacando a falta de políticas públicas eficazes e o abandono de bens tombados, como a Fazenda São Bernardino; 3) o papel da produção literária e jornalística, especialmente o *Correio da Lavoura*, na difusão de uma identidade oficial; e 4) a atuação do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI) e de figuras como Ney Alberto na construção dessa memória histórica. A metodologia combina análise de fontes escritas (livros, jornais) e história oral, revelando disputas simbólicas e silenciamentos na formação da identidade iguaçuana. Conclui-se que a memória oficial foi moldada por interesses políticos e econômicos, reforçando valores eurocêntricos e conservadores, enquanto outras narrativas permaneceram à margem.

**Palavras-chave:**

Memória histórica, Identidade, Nova Iguaçu, Patrimônio cultural, Projeto citricultor.

## **ABSTRACT**

**BATISTA, A. D. Historical Memory in Dispute: Heritage, Narratives and Identity in the Construction of the *Citriculture Project* in Nova Iguaçu (1933-2003).** 2025. Thesis (Doctorate in History, Relations of Power and Culture) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

This study examines the construction of historical memory and identity in the city of Nova Iguaçu between 1933 and 2003, analyzing the consolidation of the "citriculture project" as a hegemonic narrative. The research explores how the local elite, centered in the district headquarters, selectively preserved certain memories, emphasizing citriculture and historical figures linked to agro-exportation while marginalizing narratives from groups such as migrants, Black communities, and Indigenous peoples. The thesis focuses on four main themes: 1) the relationship between identity and memory, employing concepts such as "presentification" and the "established vs. outsiders" dichotomy; 2) built cultural heritage, highlighting ineffective public policies and the neglect of listed landmarks, such as the São Bernardino Farm; 3) the role of literary and journalistic production, particularly the *Correio da Lavoura* newspaper, in disseminating an official identity; and 4) the influence of the Historical and Geographical Institute of Nova Iguaçu (IHGNI) and figures like Ney Alberto in shaping this historical memory. The methodology combines written source analysis (books, newspapers) and oral history, revealing symbolic disputes and silenced narratives in the formation of Nova Iguaçu's identity. The study concludes that official memory was shaped by political and economic interests, reinforcing Eurocentric and conservative values while suppressing alternative narratives.

**Keywords:**

Historical memory, Identity, Nova Iguaçu, Cultural heritage, Citriculture project.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<i>Capítulo 1: Identidade e Memória: Possibilidades Historiográficas para o Estudo da Memória Histórica na Cidade de Nova Iguaçu.....</i>	<i>21</i>
<i>Capítulo 2: Patrimônio Cultural Edificado: Identidade e Memória em Nova Iguaçu... </i>	<i>22</i>
<i>Capítulo 3: A Escrita da Memória Histórica Iguaçana: O Papel da Produção de Livros e Jornalística na Consolidação da Identidade.....</i>	<i>23</i>
<i>Capítulo 4: Quem Escreve a História? Memória de Arquivo e a Produção de Presença</i>	<i>24</i>
<b>CAPÍTULO 1 – IDENTIDADE E MEMÓRIA: POSSIBILIDADES HISTORIográfICAS PARA O ESTUDO DA MEMÓRIA HISTÓRICA NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. ....</b>	<b>25</b>
<i>1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DO PROBLEMA DA MEMÓRIA IGUAÇUANA.</i>	<i>25</i>
<i>1.2 – MEMÓRIA: ASPECTOS CONCEITUAIS. ....</i>	<i>33</i>
<i>1.3 – SOMOS TODOS LARANJAS? CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE ESTABELECIDA A PARTIR DO CENTRO. ....</i>	<i>49</i>
<b>CAPÍTULO 2 – PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: IDENTIDADE E MEMÓRIA EM NOVA IGUAÇU. ....</b>	<b>70</b>
<i>2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM BREVE PANORAMA DO CAMPO.....</i>	<i>72</i>
<i>2.2 - IDENTIFICANDO OS BENS DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE NOVA IGUAÇU.....</i>	<i>79</i>
<i>2.3 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE NOVA IGUAÇU: INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO, CARACTERÍSTICAS, AUSÊNCIAS E CRONOLOGIA.</i>	<i>89</i>
<i>2.4. – PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE NOVA IGUAÇU: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL. ....</i>	<i>108</i>
<i>2.5 – E SÃO BERNARDINO? PERCURSOS DA PESQUISA.....</i>	<i>117</i>
<b>2.5.1 – O CERCAMENTO DA FAZENDA SÃO BERNARDINO – UMA DESCRIÇÃO DENSA. ....</b>	<b>121</b>
<b>2.5.2 – CONHECENDO OS DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ATRAVÉS DE UM PROCESSO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>130</b>
<i>2.6 – COMENTÁRIOS FINAIS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL EM NOVA IGUAÇU</i>	<i>133</i>

<b>CAPÍTULO 3 – A ESCRITA DA MEMÓRIA HISTÓRICA IGUAÇUANA: O PAPEL DA PRODUÇÃO DE LIVROS E JORNALÍSTICA NA CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE.....</b>	<b>137</b>
3.1 – <i>SEBASTIÃO DE ARRUDA NEGREIROS, JOSÉ MATTOSO MAIA FORTE E AS MEMÓRIAS DO CENTENÁRIO.</i> .....	138
3.2 - <i>MÁRIO MARQUES, NEY ALBERTO - DE IGUASSÚ À NOVA IGUAÇU: JOGANDO COM AS PALAVRAS.</i> .....	148
3.3 – <i>ALÉM DOS LIVROS – CORREIO DA LAVOURA E A IMPRENSA ENQUANTO CORREIA DE TRANSMISSÃO DO PROJETO DE FUTURO.</i> .....	163
3.4 – <i>ESCRITA DA MEMÓRIA HISTÓRICA IGUAÇUANA EM DOIS TEMPOS.....</i>	171
3.5 – <i>O PROJETO CITRICULTOR IMPRESSO NA MEMÓRIA E NA IDENTIDADE</i> .....	178
<b>CAPÍTULO 4 - QUEM ESCREVE A HISTÓRIA? O IHGNI, MEMÓRIA DE ARQUIVO E A PRODUÇÃO DE PRESENÇA ATRAVÉS DE UMA INSTITUIÇÃO.</b>	<b>192</b>
4.1 – <i>PREPARATIVOS INICIAIS PARA A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE NOVA IGUAÇU .....</i>	194
4.2 – <i>UM OUTSIDER E UM MUSEU - MOVIMENTOS ANTERIORES À FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE NOVA IGUAÇU.....</i>	202
4.3 – <i>ESCRITA, IMPRENSA E IDENTIDADE: O PRIVILÉGIO DA FALA DE NEY ALBERTO.....</i>	222
4.4 – <i>QUANDO É PRECISO RECORRER À MEMÓRIA?.....</i>	235
<b>5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS – UM EPÍLOGO .....</b>	<b>242</b>
<b>6 – FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>249</b>
<b>7 – APÊNDICE I: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO TOMBADO NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU.</b>	<b>267</b>

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Patrimônio Cultural/Bens Tombados - Relação bens tombados no Município de Nova Iguaçu em processos do INEPAC.....	86
Tabela 2: Bens tombados em Nova Iguaçu por esfera de proteção.....	90
Tabela 3: Classificação do patrimônio edificado tombado em Nova Iguaçu por ordem de antiguidade cronológica e tipologia finalística do bem. ....	91
Tabela 4: Quantidade de páginas por seção do livro Memória da Fundação de Iguassú – (1933).....	142
Tabela 5: Seção/Paginação/Autor/Ocupação. ....	150
Tabela 6: Ney Alberto: Produção de textos no Correio da Lavoura – 1958 – 2003.....	230
Tabela 7: Ney Alberto Produção de textos no Correio da Lavoura por décadas.....	232
Tabela 8: Aspectos Culturais do Município de Nova Iguaçu (1959).....	237

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Ilustração 1: Mapa do Estado do Rio de Janeiro com destaque à localização geográfica da cidade de Nova Iguaçu (RJ). ....	30
Ilustração 2: Mapa de Nova Iguaçu e suas emancipações. ....	31
Ilustração 3: Nova Iguassú – 1922. Detalhe da Carta Chorographica do Estado do Rio de Janeiro – 1920-1922.....	60
Ilustração 4: Super-Shopping Centers Populares – Publicidade. Publicidade de empreendimento imobiliário em Nova Iguaçu no ano de 1964. SUPER SHOPPING CENTER DE NOVA IGUAÇU. ....	61
Ilustração 5: Detalhe do Reservatório do Rio D'ouro; “Nymphes a la fontain”. ....	92
Ilustração 6: Localização da freguesia de Sant’anna das Palmeiras. ....	94
Ilustração 7: Torre sineira da Igreja de Sant’anna das Palmeiras. ....	95
Ilustração 8: Portão do cemitério, nos fundos da Igreja de Sant’anna das Palmeiras....	96
Ilustração 9: Ambiente da Vila do Iguassú, com destaque para a torre sineira da antiga capela de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú e cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. ....	98
Ilustração 10: Intervenções na Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacutinga. (sem data).	100
Ilustração 11: Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacutinga após intervenção. ....	101
Ilustração 12: Mapa das principais linhas da Estrada de Ferro Rio D’Ouro – 1940. ...	103
Ilustração 13: Fórum Itabaiana – Peça publicitária da Companhia Nacional de Cimento Portland: Mauá.....	105
Ilustração 14: Lar de Joaquina, vista frontal, com destaque para os detalhes da data 1930 ao centro e a inscrição que nomeia o imóvel escritos em vermelho. ....	106
Ilustração 15: Linha férrea divide o centro de Nova Iguaçu. ....	110
Ilustração 16: Perímetro do centro urbano iguaçiano em 3 momentos – 1922/1922-1939/1939-1958. ....	111
Ilustração 17: Perímetro do centro urbano iguaçiano até 1940/Mancha do centro urbano iguaçiano na atualidade. ....	112
Ilustração 18: Light & Power - Planta de Situação – Detalhe da Planta de Loteamento 22/46. ....	114
Ilustração 19: Panorama aerofotogramétrico da cidade de Nova Iguaçu – 1939.....	115
Ilustração 20: Panorama aerofotogramétrico da cidade de Nova Iguaçu – 1940.....	116
Ilustração 21: Detalhe do Boletim de Ocorrência nº00189/2017 - Defesa Civil.....	128

Ilustração 22: Prefeito Sebastião Arruda Negreiros – na imagem à esquerda, durante o seu primeiro mandato, nos anos 1930 a imagem da direita um registro feito no ano de 1958, em seu terceiro mandato de prefeito de Nova Iguaçu. ....	141
Ilustração 23: Capa do livro De Iguassú à Nova Iguaçu: 170 anos 1833-2003. ....	154
Ilustração 24: Identidade visual governos Nelson Bornier/Mário Marques. ....	156
Ilustração 25: Coluna Nossa Memória, (Nova Iguaçu, 1995). <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
Ilustração 26: Aspecto físico do livro Memória da Fundação de Iguassú. <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
Ilustração 27: Escudo do Município de Iguassú – 1933. . <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
Ilustração 28: Pirâmide social iguaçuana (1977).....	181
Ilustração 29: Catador de laranjas anônimo. ....	183
Ilustração 30: Comparação entre as imagens de Silvino Azeredo, à esquerda a imagem que modula uma fotopintura. ....	189
Ilustração 31: Aula de campo do curso História da Baixada Fluminense do Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense – CEMOBAFLU, jun/2010. ....	193
Ilustração 32: Diploma de Sócio Fundador, de Waldick Pereira. ....	201
Ilustração 33: Livros não publicados de Waldick Pereira: A imprensa iguaçuana: 1887 – 1968 e Cemitérios Antigos de Iguaçu – 1965.....	217 <u>7</u>
Ilustração 34: Cartaz da I Exposição Filatélica de Nova Iguaçu: Brasão do Município: idealização de Waldick Pereira.....	219
Ilustração 35: Lema do Correio da Lavoura - educação, saúde e produção.....	225

## **LISTA DE SIGLAS**

Arcádia Iguaçuana de Letras (AIL)  
Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI)  
Associação dos Amigos do Instituto Histórico (ASAMIH)  
Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CEDIM/UFRRJ)  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ)  
Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC)  
Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM)  
*International Council on Monuments and Sites - ICOMOS*  
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC)  
Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI)  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)  
Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI-UFF)  
Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu (LOM-NI)  
Repositório Institucional de Múltiplos Acervos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (RIMA-UFRRJ)  
Secretaria Municipal de Cultura de Nova Iguaçu (SEMCULT)  
Secretaria Municipal de Infraestrutura de Nova Iguaçu (SEMIF)  
Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) [atual IPHAN]  
Superintendência de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico de Nova Iguaçu (SPAU-NI)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

*“Vamos comer Bernardino!  
Derrubar as paredes  
Roubar suas pedras  
Mijar no seu chão  
Viver seus escombros...  
(...)  
Vamos todos hoje  
Comer o ontem  
Para que amanhã  
Possamos desinventar o homem.”*

Laís Amaral, abril de 1983<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> AMARAL, Laís, Vamos comer Bernardino, Revista/Tablóide TEIA. Apud : MATUS, Moduan. *Teoria e prática da literatura de locação baixadense*. Nova Iguaçu: Edição do autor, 2021. P.93.

## INTRODUÇÃO

Este é um estudo a respeito da construção da memória. Não se trata, no entanto de um estudo em torno dos elementos que constituem uma determinada memória. Características que, somadas num conjunto de formas de narrar, são reconhecidas por um grupo de indivíduos, seja ele uma nação, um estado, uma cidade, um bairro ou uma família, independentemente de sua dimensão. Este estudo se delimita ao estudo do processo de consolidação de uma forma de narrar o mundo, constituída dentro de um determinado recorte cronológico e espacial. Mas que não se limita, de forma rígida nem a um e nem ao outro. Trata de uma investigação sobre uma história que culminou na formulação do que vou denominar *projeto citricultor*, que se elaborou no distrito sede de Nova Iguaçu ao longo do período compreendido entre 1933 e 2003. Antes, alguns descaminhos.

O movimento literário dos anos 1970 e 1980 na cidade de Nova Iguaçu foi um daqueles momentos históricos em que se comeu o ontem para desinventar o homem no amanhã. O poema de Laís do Amaral, de abril de 1983, é uma pequena mostra dessa antropofagia iguaçuana, que somente pude ler porque Moduan Matus – também poeta – compilou um material de seu acervo pessoal e publicou em livro de edição própria em 2021, fazendo este movimento existir no tempo presente. Como qualquer movimento periférico, tudo que parecia sólido se desmancha no ar, e, salvo através da existência de acervos pessoais, nada disso existe na memória local. Nessa literatura marginal não encontramos a *cidade perfume*, nem a *Nova Iguaçu dos dourados laranja*.

O contexto em que a poesia foi publicada é o do incêndio que arruinou a Fazenda São Bernardino, um dos ícones máximos da identidade iguaçuana. E a poesia marginal, urbana e periférica de Laís, Moduan, Sil, Jota Rodrigues, Lirian Tabosa, o teatro de rua ou no Arcádia, com Toni e Silvia Regina, mas também com Sylvio Monteiro e o cantor popular, nem tão popular assim, de Roberto Lara, Robson Gabiru, Nelson Freitas e Daniel Guerra, todo este movimento cultural que emerge em Nova Iguaçu no processo de abertura, com a chamada distensão promovida na segunda metade da década de 1970, vai se amalgamando num caldo que forma o que hoje é um cenário diverso do que um projeto conservador traçou para a cidade. O projeto citricultor, sobre o qual irei me debruçar neste trabalho, não passa ileso por este período de crise. Mas ele resiste!

Por volta de meus 12 anos de idade, atravessando o calçadão de Nova Iguaçu por volta das seis da manhã, indo em direção ao Colégio Municipal Monteiro Lobato, ao observar

os portões de ferro das lojas eu percebia o giz branco em contraste com o tom escuro da pintura, não era capaz de imaginar que aquele giz, efêmero por sua natureza, deixariam marcas indeléveis em minha memória. “*A liberdade não tem asas, tem aspas* - Moduan Matus”. Assim estava escrito o primeiro verso que li numa porta de loja, acredito que do Ponto Frio. Em nada estas palavras faziam sentido para o menino, talvez não tenha sensibilidade suficiente para dizer que entendo a mensagem hoje. Mas a memória, ah, a memória daquelas letras de forma seguindo o formato das portas de enrolar, como se elas tivessem sido construídas para servirem como pautas em um quadro negro, e existissem exatamente para servir de vitrines para quem quisesse poetizar a cidade, esta nunca desvaneceu. Passados mais de 30 anos, Moduan deixou de ser uma figura mítica e passou para o campo dos afetos pessoais, depois de termos tido oportunidade de conviver por algum tempo em um projeto que desenvolvi. Através dele fui conduzido por imagens de uma cidade que eu só poderia descobrir assim, como quem segue Virgílio na Divina Comédia. A cidade, às vezes inferno e às vezes purgatório, não possuía poços de lava fervente, mas fervilhava. Porém, o odor de urina nas laterais das bancas de jornais era sufocado pelo perfume dos laranjais em flor que, apesar de terem sido extintos há décadas, insistiam em florir e invadir as narinas. Isto porque o terreno em que estava a lavoura era não apenas fértil, era indestrutível.

O terreno onde a lavoura da laranja está, é a memória iguaçuana.

Ao contrário da efemeridade do giz, a memória iguaçuana em torno dos tempos da citricultura está gravada através de décadas de reforço de uma identidade baseada no que denominei *projeto citricultor*. Uma lembrança que se exalta, até nossos tempos, em brasões, hino, bandeira, datas cívicas, camisas de futebol, fachadas de prédios, livros, exposições artísticas e outros tantos lugares de memória. Por quase um século, iniciando nos anos 1930, se faz esta inculcação através de instituições e das pessoas que nelas atuaram. Quando os artistas acima aludidos começam a dar luz pública aos seus trabalhos entre os anos 1970 e 1980, haviam já mais de quatro décadas de trabalho realizado em espaços hegemônicos como a Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, a Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu, instituições de ensino conservadoras como o Ginásio Leopoldo Machado e o Colégio Afrânio Peixoto e a imprensa tradicional, que encontra seu expoente máximo no Correio da Lavoura. Se não haviam tantos membros da Arcádia Iguaçuana de Letras em plena atividade, o mesmo não se pode falar da produção livros, cursos e projetos que o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu desempenhava sob a liderança de Waldick Pereira a acompanhado de seu parceiro, Ney Alberto.

As lavouras deixaram de existir. É um fato! Porém, o projeto citricultor não se limita à plantação de pés de laranja. Ele se encarna num grupo de pessoas em torno de um modo de ver e pensar a cidade de Nova Iguaçu a partir do antigo distrito sede. Constituiu-se com a ascensão de uma elite agroexportadora da citricultura na então nascente Nova Iguaçu em fusão com uma antiga elite escravocrata da extinta Vila de Iguassú. Não por acaso, um dos lugares de memória mais exaltados neste projeto seja a Fazenda São Bernardino, um dos pilares da memória local.

Observando o campo da memória e da história da cidade de Nova Iguaçu, o cenário em 2025 parece bastante prolífico. Todo ano monografias novas são produzidas, artigos e livros foram publicados nos últimos anos. Dois estão sendo publicados logo no primeiro semestre deste ano, isto considerando apenas projetos em que eu mesmo tomo parte. E este é só um pequeno vislumbre do mundo acadêmico, por assim dizer. Muito se deve à atuação da Universidade Federal Rural de Nova Iguaçu para que este cenário tenha se tornado permanentemente produtivo. Isto por que desde sua instalação em Nova Iguaçu, no ano de 2006, uma série de pesquisas com financiamento através de agências de fomento do estado, federal e até mesmo internacional, vem formando novos pesquisadores e incentivando a ampliação de acervos. Acervos estes, de diferentes naturezas, que vem sendo identificados e, gradualmente digitalizados e disponibilizados ao acesso do grande público.

Público este, é verdade, que ainda não se apropria nem dos resultados desta movimentação em torno da historiografia da região da Baixada Fluminense e nem dos diferentes produtos que esta movimentação vem legando, como documentários ou do produto mais importante, que é o Repositório Institucional de Múltiplos Acervos – RIMA/UFRRJ. Espaço virtual criado a partir do Centro de Documentação e Imagem – CEDIM/UFRRJ. É verdade que quando a UFRRJ vai pisar no território iguaçiano, e enveredar pelos rios, trilhos e asfalto da região, caminhos de Iguassú, desde o primeiro sesmeiro até os movimentos político, sociais e culturais dos últimos 50 anos, já haviam outros estudiosos por aqui. A UERJ, em Caxias, através da FEBEF é uma que contribui. Além dela, os pesquisadores oriundos da FEUDUC, da ASAMIH e do Instituto Histórico de Duque de Caxias, o Museu Vivo do São Bento, estão há tempos escrevendo História e inscrevendo suas trajetórias na historiografia regional.

Porém, observando mais longe, recuando no tempo e focando no espaço de Nova Iguaçu algo desponta, chamando nossa atenção desde o início de minha jornada pesquisando a Baixada Fluminense. Em Nova Iguaçu, para quem chegassem no início do século XXI, pesquisar História te levaria ao encontro não de uma instituição, mas de uma pessoa. E foi o

caminho percorrido. Chegando no *guardião da memória* da cidade, me deparei com uma interdição que na ocasião não foi compreendida. Superado o desalento, a pesquisa, feita no campo amplo e fértil da cidade, o que nos conduziu ao Correio da Lavoura. E por ali persegui diferentes caminhos até definir o tema desta tese. Identidade iguaçuana. Mas não queria produzir um estudo em que se defina *o que é*, um catalogo com detalhamento minucioso do que lhe compõem, quais elementos constituem uma unidade de identidade no território iguaçano. Diferente disso, mais do que tudo, eu tinha vontade de me debruçar sobre um processo que durou uma boa parte do século XX, que modulou e consolidou uma versão da memória histórica de Nova Iguaçu. Eu queria saber como Nova Iguaçu havia se tornado a cidade dos dourados laranjais, se quem hoje habita a cidade sequer viu um pomar, colheu seus frutos, transportou, selecionou, encaixotou ou exportou laranjas. Espero que este trabalho contribuía neste entendimento, pois em todo lugar se constroem narrativas a respeito dos projetos de futuro que grupos possuem. E é na memória que estes projetos são projetados.

## **Capítulo 1: Identidade e Memória: Possibilidades Historiográficas para o Estudo da Memória Histórica na Cidade de Nova Iguaçu**

O primeiro capítulo introduz o tema central da tese: a construção da identidade e da memória histórica na cidade de Nova Iguaçu. Aqui refleti sobre como a questão da memória e da identidade se apresentou ao longo da trajetória acadêmica, destacando a importância de conceitos como "*presentificação*" e a relação dicotômica entre "*estabelecidos*" e "*outsiders*". O capítulo também explora a origem do problema da memória iguaçuana, remontando à trajetória como pesquisador e minha relação com a cidade, seja na graduação ou na atuação na gestão pública. A memória é abordada como um elemento central na formação da identidade, tanto individual quanto coletiva, e busco apresentar uma revisão teórica parcial sobre o tema, elencando autores como Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Joel Candau.

O capítulo também discute a construção da identidade iguaçuana a partir de diferentes perspectivas, incluindo a influência da citricultura e a transformação urbana da cidade ao longo do século XX. Apresento e justifico um recorte cronológico entre 1933 e 2003, período em que a identidade da cidade foi moldada por diferentes agentes e instituições. A memória é vista como um campo de disputa, onde algumas narrativas são privilegiadas enquanto outras são silenciadas, especialmente as de grupos marginalizados, como migrantes e negros. O capítulo conclui com a ideia de que a identidade de Nova Iguaçu foi construída a partir de

uma elite estabelecida, que selecionou e perpetuou determinadas memórias, enquanto outras foram relegadas ao esquecimento.

Por fim, apresento aspectos da metodologia que será utilizada na pesquisa, incluindo a análise de fontes escritas, como livros e jornais, e a utilização de entrevistas de história oral. O objetivo foi reconstruir o processo de formação da memória e da identidade iguaçuana, identificando os agentes e as instituições que contribuíram para essa construção, apontado o que será abordado mais detidamente nos capítulos posteriores. O capítulo também destaca a importância de se considerar as diferentes camadas da sociedade, incluindo os "*outsiders*", para compreender a complexidade da identidade da cidade.

## **Capítulo 2: Patrimônio Cultural Edificado: Identidade e Memória em Nova Iguaçu**

O segundo capítulo foca no patrimônio cultural edificado de Nova Iguaçu, analisando como esses bens contribuem para a construção da identidade e da memória da cidade. O trabalho se inicia com uma breve revisão bibliográfica sobre a preservação do patrimônio cultural no Brasil, destacando a influência de políticas nacionais e internacionais nesse processo. Em seguida, apresento um panorama dos bens tombados na cidade, tanto em nível municipal, estadual quanto federal, e discuto os instrumentos de proteção utilizados, como a Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu - LOM-NI e os processos de tombamento pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC.

O capítulo também aborda o estado de conservação desses bens, destacando que muitos deles estão abandonados ou em processo de deterioração. Aqui faço crítica à falta de políticas públicas eficazes para a preservação do patrimônio, apontando que a maioria dos bens tombados não possui um uso social ativo, o que contribui para seu abandono. A Fazenda São Bernardino é apresentada como um caso emblemático desse processo, onde o tombamento não foi suficiente para garantir a preservação do imóvel, que acabou arruinado. Neste momento identifico que a preservação do patrimônio cultural deve estar associada a um uso social ativo. E que os bens do patrimônio permitem a *presentificação* do passado e a construção de futuros.

Por fim, o capítulo reflete sobre a importância do patrimônio cultural para a identidade de uma sociedade, destacando que a seleção dos bens tombados reflete os valores e interesses dos grupos dominantes. Aqui destaco a necessidade de se incluir outras manifestações culturais, como as de matriz africana e indígena, no patrimônio cultural da cidade, que

atualmente é predominantemente composto por igrejas católicas e construções ligadas à elite local. O capítulo conclui com a ideia de que a preservação do patrimônio cultural é um campo de disputa, onde diferentes grupos buscam afirmar suas identidades e memórias.

### **Capítulo 3: A Escrita da Memória Histórica Iguaçuana: O Papel da Produção de Livros e Jornalística na Consolidação da Identidade**

O terceiro capítulo analisa o papel da produção de livros e jornalística na construção da memória histórica e da identidade de Nova Iguaçu. O foco recai em duas obras principais: "*Memória da Fundação de Iguassu*" (1933) e "*De Iguassú a Nova Iguaçu: 170 anos*" (2003), ambas encomendadas pela administração municipal para celebrar aniversários da cidade. Essas obras são comparadas para identificar as permanências e mudanças na narrativa histórica da cidade ao longo do tempo. O estudo destaca que essas publicações reforçam uma visão da história local centrada na elite estabelecida, com ênfase na citricultura e nos grandes proprietários de terras, enquanto marginalizam outras narrativas, como as dos migrantes e dos negros.

O capítulo também explora o papel do jornal "Correio da Lavoura" na difusão da memória e da identidade iguaçuana. Destacando o papel de duas colunas específicas do jornal: "*Nossa Memória*" e "*Há precisamente meio século...*", que reforçam determinadas memórias coletivas e contribuem para a construção de uma identidade oficial da cidade. O jornal é visto como um importante veículo de produção de presença, que mantém viva a memória da cidade ao longo do tempo. No entanto, teço critica a falta de diversidade nas narrativas apresentadas, que privilegiam a perspectiva dos "*estabelecidos*" em detrimento dos "*outsiders*".

Por fim, o capítulo reflete sobre o papel dos agentes históricos na produção da memória, destacando a figura de Ney Alberto Gonçalves de Barros, um dos principais memorialistas da cidade. O autor analisa a trajetória de Ney Alberto, desde sua atuação no movimento estudantil até sua consolidação como historiador oficial de Nova Iguaçu, mostrando como ele contribuiu para a construção de uma narrativa histórica que reforça os valores da elite local. O capítulo conclui com a ideia de que a escrita da história é um campo de poder, onde diferentes grupos disputam a legitimidade de suas memórias e identidades.

## **Capítulo 4: Quem Escreve a História? Memória de Arquivo e a Produção de Presença**

O quarto capítulo explora a formação e atuação do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI), destacando a importância de figuras como Ney Alberto e Waldick Pereira na construção da memória histórica da cidade. A narrativa começa com a fundação do IHGNI em 1962, um período marcado por disputas políticas e culturais em Nova Iguaçu, entre grupos que serão classificados por conservadores e modernos. O instituto surge como uma instituição voltada para a preservação da história local, alinhada ao projeto citricultor, que buscava resgatar a identidade agrária da região. A atuação de Waldick Pereira, um *outsider* que se tornou uma figura central no IHGNI, é destacada como fundamental para a coleta e organização de acervos históricos, enquanto Ney Alberto, filho de uma família tradicional, emerge como o principal difusor dessa memória através de sua colaboração no jornal *Correio da Lavoura*.

Também aborda as tensões entre diferentes narrativas sobre a fundação do IHGNI, com versões conflitantes entre Ney Alberto e Waldick Pereira. Enquanto Ney se apresenta como o principal idealizador do instituto, fontes documentais e relatos de outros membros, como Zanon de Paula Barros, sugerem que Waldick teve um papel mais ativo na mobilização inicial. A disputa pela memória histórica reflete as transformações sociais e econômicas de Nova Iguaçu, especialmente a crise do modelo citricultor e o crescimento urbano e industrial. O IHGNI, assim, se torna um espaço de preservação de uma identidade local que busca resistir às mudanças, mantendo viva a tradição agrária e uma determinada versão da história da cidade.

Por fim, o texto analisa a trajetória de Ney Alberto como "guardião da memória", destacando sua longa colaboração no *Correio da Lavoura* e sua influência na construção de uma narrativa histórica que privilegiava o projeto citricultor. Apesar de sua atuação como cronista e divulgador da história local, Ney é contrastado com Waldick, cuja produção bibliográfica e trabalho de pesquisa são vistos como mais relevantes para a historiografia. O texto conclui que a memória histórica de Nova Iguaçu foi moldada por essas figuras e suas disputas, refletindo as tensões entre tradição e modernidade em um contexto de transformações profundas na cidade.

## **CAPÍTULO 1 – IDENTIDADE E MEMÓRIA: POSSIBILIDADES HISTORIOGRÁFICAS PARA O ESTUDO DA MEMÓRIA HISTÓRICA NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU.**

Este capítulo introdutório pretende apresentar a questão da identidade e memória de Nova Iguaçu enquanto problema que irá se desenvolver, nesta tese de doutorado. Na sequência busco esboçar um suporte conceitual, considerando que o debate teórico em torno da memória e identidade pode se tornar, por si mesmo, bastante longo, porém necessário para produzir suporte de capítulos posteriores. Ainda em termos teóricos, inscrevo uma perspectiva filosófica e outra sociológica que considero importantes na construção desta tese. Desta maneira apresento o conceito de presentificação, ao qual considero que atravessará este estudo em seus demais capítulos. Encerro com o capítulo elencando elementos da relação dicotômica entre estabelecidos e outsiders, na qual ensaio alguns apontamentos sobre a formulação da identidade e memória iguaçuana, apontando questões que precisam ser desenvolvidas detidamente ao longo da tese. Tese, que tem por objeto concreto a identidade da cidade de Nova Iguaçu, considerando um recorte cronológico compreendido entre 1933 e 2003, algo que será justificado ainda neste capítulo.

### **1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DO PROBLEMA DA MEMÓRIA IGUAÇUANA.**

Na expectativa de iniciar este trabalho me deparei com uma questão: como a busca pela reconstituição do processo de formação da memória da cidade de Nova Iguaçu havia se apresentado para mim originalmente? Claro está, não foi uma questão que carreguei comigo por toda minha existência. Por esta razão, realizei um exame de minhas próprias memórias.

Eliminando toda tentativa de reconstruir um passado remotíssimo, para este interesse eu me recordei do início da minha graduação, e trajetória acadêmica, posto que seja uma questão da qual não me recordo antes desta fase de minha vida. Ainda no primeiro período da graduação eu pude comparecer a um dos encontros de História da Baixada Fluminense, realizado na UNIABEU no segundo semestre de 2007. Lembro que não passava pela minha cabeça nenhum interesse particular, o objetivo era acumular desde o início da faculdade os famigerados certificados de atividades extracurriculares, cobrados para a obtenção do diploma ao final da graduação.

No entanto, naquela ocasião eu já possuía um contato indireto com o tema, pois

conhecia alguns daqueles pesquisadores, ainda que apenas por ouvir falar. Isso porquê a Baixada Fluminense se descortinou, enquanto objeto de pesquisas (no plural mesmo), através de estudos feitos na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Um projeto coordenado por pesquisadoras do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense – LABHOI/UFF<sup>2</sup>, anos antes de eu sequer pensar em cursar História, ou mesmo de existir um campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ em Nova Iguaçu. Por este motivo alguns nomes já passavam a prefigurar no repertório de minhas próprias memórias.

Porém, foi com a Iniciação Científica no projeto “Memórias da Baixada Fluminense: vida, trabalho e desenvolvimento urbano em testemunhos de anciãos, 1950-2000.”, financiado pela FAPERJ e coordenado pelo querido orientador de meus primeiros passos enquanto pesquisador, Álvaro Pereira do Nascimento, que a região passou a figurar como um tema a ser abordado. No entanto, ainda não havia ajustado a lente sobre este aspecto da identidade da cidade de Nova Iguaçu, mantendo então aberta a pergunta com que iniciei este trabalho. Então, ainda segui perseguindo minha curiosidade sobre o início desta busca; quando a questão da identidade pode ter se imiscuído em minha mente, de forma sorrateira, e penetrado profundamente na minha vontade mais íntima, ao ponto de empreender uma pesquisa de doutorado?

Antes, é importante recordar, que foi folheando o centenário jornal Correio da Lavoura, noutro projeto do professor Álvaro, desdobramento do primeiro, que eu tropecei na minha pesquisa de monografia e posterior projeto de mestrado. Pesquisa que se tornou uma dissertação sobre a política iguaçana durante a ditadura, ou melhor dizendo, um estudo sobre a história política e atuação político-partidária municipal durante a ditadura civil-militar, tendo Nova Iguaçu por pano de fundo. Uma análise jornalística de meados dos anos 1970: ONZE PREFEITOS EM ONZE ANOS<sup>3</sup>, com a crise política municipal estampada no jornal. Daí nasceu minha ideia fixa, à moda de um verdadeiro Cubas<sup>4</sup> para redação daqueles trabalhos.

Durante o processo de digitalização do Correio da Lavoura, em 2010, folheei a quase totalidade das edições, desde 1917. Quando não tinha a oportunidade de manusear diretamente o jornal impresso, manipulava as imagens que baixava da NIKON para o

---

<sup>2</sup> Os estudos no arquivo eclesiástico da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu se desenvolviam na Rua Capitão Chaves, na ocasião eu acessei alguns aspectos da pesquisa em decorrência do meu relacionamento com a estudante da UFF, Denise Vieira Demétrio, então bolsista do LABHOI/UFF. A pesquisa era coordenada pelas professoras Mariza de Carvalho Soares e Hebe Maria Mattos.

<sup>3</sup> JOAQUIM DE FREITAS renuncia e crise política no município parece contornada. Lubanco é novo prefeito. Correio da Lavoura, Nova Iguaçu – RJ, p.1, 26 out. 1975.

<sup>4</sup> ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. Ateliê Editorial, 1998.

notebook do projeto. Abria cada imagem, verificando se a qualidade da fotografia estava adequada, e quais edições seriam necessárias realizar nova digitalização. Assim, ainda que seja impossível lembrar de cada edição, o contato com o material digitalizado fez com que o Correio da Lavoura se tornasse algo cada vez mais familiar. Suas colunas, sessões, anúncios, temáticas abordadas e os editoriais passaram a compor meu repertório. Ao longo dos mais de noventa anos que cobrimos com o trabalho de digitalização, nuances de cada período histórico tanto das transformações internas à equipe jornalística como nas de amplitude municipal, regional, estadual, nacional e internacional foram percebidas. Então, foi natural empreender pesquisas tanto para a monografia quanto para a dissertação, tendo o centenário hebdomadário<sup>5</sup> como fonte preferencial.

Um hiato de seis anos entre a redação da dissertação e a produção do projeto de doutorado foi fundamental para um amadurecimento daquele gérmen. Entre estas balizas atuei na gestão de políticas públicas culturais na cidade de Nova Iguaçu. Memória, patrimônio e história fizeram-se presentes em meu cotidiano de gestor público, enquanto encetava muito pouco de trabalho de pesquisa historiográfica, realizava diversos projetos centrados nestes temas. Mas, e a memória? De onde veio este problema?

Puxando na memória, nas recordações pessoais mesmo, uma imagem estava cristalizada, em algum momento das minhas pesquisas eu havia me deparado com as seguintes variações em torno do gentílico da população de Nova Iguaçu: Iguaçuanos, iguaçuenenses, iguaçuínos e iguaçuasnos. Para mim estava claro, eu havia lido isto nalgum artigo do jornal, algo envolvendo estes termos. O autor não era ignorado por mim, mas quando? Em que edição? Em que década? Sob algum pseudônimo? A ironia de Ney Alberto Gonçalves de Barros<sup>6</sup> com o gentílico dos habitantes de Nova Iguaçu é instigante de diferentes formas, levantando muitas questões, e pretendo retornar a estas oportunamente. Porém, os versos que apresento neste texto abaixo, são provocativos e contém os elementos que eu buscava em minha memória para elucidar a origem desta pesquisa. Eles abrem, ao menos sob minha perspectiva, uma série de questões a respeito das identidades de Nova Iguaçu.

---

<sup>5</sup> Hebdomadário: Significado de hebdomadário – substantivo masculino: Semanário; jornal ou periódico cuja publicação ocorre uma vez por semana. Acessado em: <https://www.dicio.com.br/hebdomadario/> em 27/05/2023. Sobre o *Correio da Lavoura*, sua periodicidade e o emprego deste termo em particular, abordaremos no capítulo CAPÍTULO 4 – QUEM ESCREVE A HISTÓRIA? O IHGNI, MEMÓRIA DE ARQUIVO E A PRODUÇÃO DE PRESENÇA ATRAVÉS DE UMA INSTITUIÇÃO.

<sup>6</sup> Ney Alberto Gonçalves de Barros, quem cunhou os gentílicos citados, foi professor e memorialista de Nova Iguaçu e se constitui num agente histórico na construção e difusão da memória e história iguaçiana. Sua trajetória e atuação abordaremos no capítulo CAPÍTULO 4 – QUEM ESCREVE A HISTÓRIA? O IHGNI, MEMÓRIA DE ARQUIVO E A PRODUÇÃO DE PRESENÇA ATRAVÉS DE UMA INSTITUIÇÃO.

“IGUAÇUASNOS E IGUAÇUINOS

Eu chamo de **iguaçuano**.  
Quem nasceu nesta desgraça.  
Nasci. Entrei pelo cano.  
Me queixo e não acho graça,  
Vou resistindo à maldita;  
Enquanto meu verso grita.  
A minha dor se disfarça.

Eu chamo de **iguaçuano**.  
Quem luta e nunca desiste,  
Quem espera. todo o ano.  
Pelo bem que não existe,  
Quem reclama e mais reclama.  
Quem borra a calça de lama,  
Quem se atola mas... resiste.

Quem nasceu, de coração,  
Eu chamo de **Iguaçuense**.  
Outro amigo, primo, irmão.  
Que vive o mesmo suspense...  
Que é, também, espoliado,  
É enganado, assaltado.  
Mas que fica. Perde ou vence.

De **iguaçusno** eu só chamo.  
Ao bobão, tonto, imbecil.  
E, deste, muito reclamo.  
Do pamonha, que só viu  
Marasmo, acomodação,  
No governo que assumiu.

Eu chamo de **iguaçuíno**.  
Ao porco, sujo, canalha,  
"Operação pente-fino",  
Babá da politicalha...  
Que mete bronca e se arruma.  
Entra pobre mas... se apruma  
E o Município emporcalha.<sup>7</sup> (Grifos meus)

As variáveis de gentílico explícitas nos versos acolhem duas categorias de cidadãos, nascidos ou por adoção, de quem se pode ter alguma empatia em virtude às agruras compartilhadas. Iguacuano é o gentílico oficial da cidade, já de iguaçuense é como o autor trata aos moradores que nascem fora, mas se radicaram na cidade, denotando uma escala de qualidade. Já, para iguaçusnos e iguaçuínos, cabem uma sorte de características negativas, um passivo e o outro ativo na produção de malfeitos, ao que tudo leva a crer, sobretudo no que tange à política local. Porém, e isto salta aos olhos, resta a questão: em que medida alguém está autorizado

<sup>7</sup> Tais estrofes foram produzida em 1979 e fazem parte do folheto (imitação de cordel) intitulado “Em Nova Iguaçu Depois da Tempestade vem a Lambança”, da autoria de Ney Alberto. Também encontramos estas mesmas informações em IGUASSUASNOS E IGUAÇUINOS, Correio da Lavoura, Pg 6, Edição nº3.879, de 15 a 22 de fevereiro de 1992.

individualmente a nomear, e renomear, sua população de maneira tão taxativa, até mesmo desrespeitosa em certa medida. Claro, há ironia nos versos, deboche inclusive. No entanto há também algum despeito, afetação e, por que não dizer, bastante arrogância. Afinal, o autor se sentiu autorizado a, de dedo em riste, apontar as qualidades louváveis e os defeitos execráveis de sua população, ou parte dela, sem espaço para contraditório. Quem, ou o quê, lhe autorizava este arbítrio cultural?

Assim, se interpõem entre mim e a minha memória do momento em que, mais uma vez folheando o jornal no processo de digitalização empreendido em 2010, se produziu uma questão central: *como se deu o processo de construção da identidade em Nova Iguaçu?* Questão que abre caminhos para uma série de outras, tais como: Quais as camadas que a compõe? Através de que meios ela se difunde? Quem seleciona, produz e reproduz as memórias que a compõem? Questões às quais ainda venho acrescentando nuances, como sobre quais memórias e elementos da identidade da população foram silenciados, subalternizados e postos de lado neste processo?

Como a constituição de um objeto de pesquisa atravessa a subjetividade do pesquisador, a abordagem deste objeto também pode variar, isto é bastante compreensível. Em outros projetos já pude empreender estudos tendo a mesma cidade por recorte, sob ótica diversa<sup>8</sup>, bem como uma série de outros pesquisadores vem construindo seus estudos sobre Nova Iguaçu, e sobre a região da Baixada da Guanabara, ou Baixada Fluminense, onde a cidade está inserida, com recortes cronológicos e temáticos distintos deste que apresento aqui<sup>9</sup>, e isto não é absolutamente um problema. Acontece que ao encarar o mesmo objeto sob outras perspectivas e ao variar a abordagem os pesquisadores se veem diante de alguns dilemas teóricos e metodológicos, e o campo ser abordado não é estreito. O objeto concreto de nossa pesquisa é a identidade da cidade de Nova Iguaçu, sobre a qual pretendo me debruçar

---

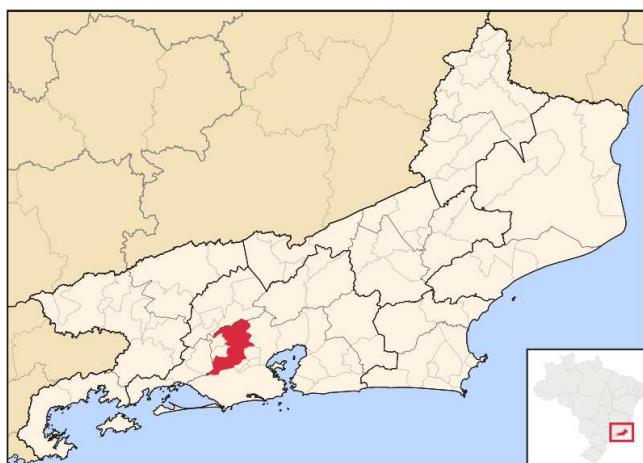
<sup>8</sup> Realizei estudo de História Política de Nova Iguaçu no contexto da ditadura militar em minha dissertação e publiquei livro de história da cidade com objetivo paradigmático, por exemplo: BATISTA, Allofs Daniel. *Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em História, UNIRIO/PPGH, 2014; BATISTA, Allofs Daniel. *Nova Iguaçu: Muito Prazer!*. Nova Iguaçu: Edição do autor, 2021. Disponível em: <https://centredemoriagitaldenovaiguacu.wordpress.com/nova-iguacu-muito-prazer/>; Acessado em 13 de março de 2023.

<sup>9</sup>Coletâneas de trabalhos recentes demonstram esta pluralidade, respectivamente: GARCIA, Graciela; Sales, Jean; SILVA, Lúcia (Orgs.). *Capítulos de história da Baixada Fluminense*. Seropédica/RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.; SALES, Jean, FORTES, Alexandre (Orgs.). *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: Movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba/PR: Editora Prismas, 2016.; NASCIMENTO, Álvaro Pereira do, BEZERRA, Nielson Rosa (Orgs.). *De Iguassú à Baixada Fluminense: História de um território*. Curitiba/PR: Editora Appris, 2019; BEZERRA, N. R.; LAURENTINO, E. (Org.). *Baixada Negra: escritas, identidades e práticas educativas em diáspora*. 1. ed. Duque de Caxias: Esteio, 2022. v. 1. 324p. e ROCHA, André Santos (Org). *Baixada Fluminense: Estudos Contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas*. 1. ed. Duque de Caxias: ASAMIH, 2020. v. 1. 320p.

mais profundamente no recorte cronológico compreendido entre 1933 e 2003<sup>10</sup>. Aqui busco, simplesmente, traçar em linhas gerais alguns percursos possíveis de análise deste processo.

Para balizar este estudo busco empreender o recorte espacial ea partir da noção de região<sup>11</sup> no município fluminense de Nova Iguaçu. A cidade fica na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, ficando a apenas cerca de cinquenta quilômetros da capital fluminense. Porém, esta é minha suspeita, os valores hegemônicos da identidade iguaçuana aparentemente permaneceram assentados nas mesmas bases durante toda a cobertura temporal deste estudo. Suponho que esta percepção se dá por causa da manutenção de uma produção a partir do distrito sede, aquele denominado centro. Alerto para isto pelo fato de considerar que a transformação geográfica ocorrida não implicou, até onde se pode verificar, numa alteração significativa para a identidade construída para a cidade, mesmo considerando o processo de emancipações ao longo do século XX, período em que se produziram grandes transformações no território original da Vila de Iguassú, agora desdoblada em um território que pode ser identificado como Grande Iguassú<sup>12</sup>.

**Ilustração 1: Mapa do Estado do Rio de Janeiro com destaque à localização geográfica da cidade de Nova Iguaçu (RJ).**



Fonte:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova\\_Igua%C3%A7u#/media/Ficheiro:RiodeJaneiro\\_Municip\\_NovaIguacu.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Igua%C3%A7u#/media/Ficheiro:RiodeJaneiro_Municip_NovaIguacu.svg)

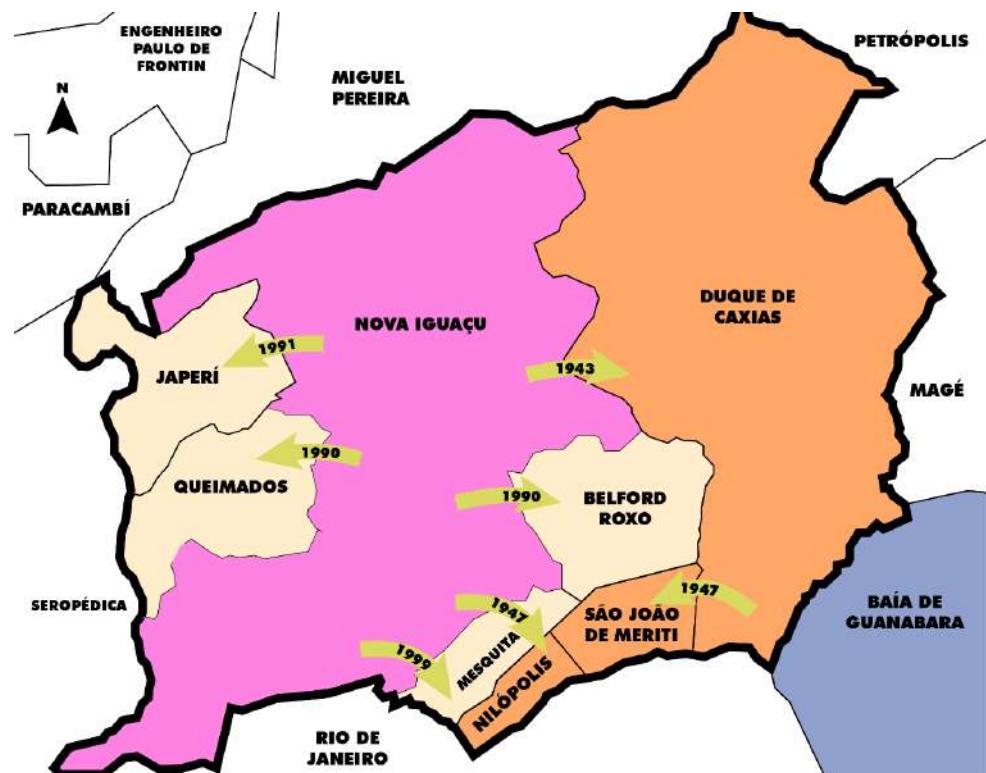
<sup>10</sup>Este recorte se deve à delimitação construída pelos marcos cronológicos que elegemos para balizar este estudo. Os anos de 1933 e 2003 são as datas, respectivamente, onde identificamos a publicação de dois livros patrocinados pela administração municipal, com objetivo de comemoração de aniversários da Cidade de Nova Iguaçu. Um identificamos como o primeiro título desta natureza, o outro como o último até a data da produção do projeto que apresentamos à seleção do Programa de Pós-Graduação em História da Rural - PPHR.

<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre, A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In. BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz (Português de Portugal) – 16ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.107-132.

<sup>12</sup> SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Grande Iguassú à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói/RJ. 2017.

Levando em consideração, em relação aos limites geográficos, que este espaço sofreu alterações ao longo do tempo, pois a Nova Iguaçu de 2003 não corresponde à mesma configuração de território que correspondia em 1933<sup>13</sup> como podemos verificar na representação a seguir.

**Ilustração 2: Mapa de Nova Iguaçu e suas emancipações.**



Fonte: Imagem retirada de BATISTA, 2021. Pg.59.

Não pretendo realizar o debate já amplamente debatido a respeito dos limites e definições conceituais centrados na Baixada Fluminense. Justamente por haverem, já efetuados, muitos estudos em espaços oportunos para isto. Porém, a imagem acima corresponde àquilo que Lucia Silva chama de *Grande Iguassu*<sup>14</sup>.

Cronologicamente, proponho delimitações que seguem um critério bastante particular e, obviamente, arbitrário. Por se tratar de uma pesquisa sobre memória histórica e identidade estabeleci como fontes para a análise inicial as publicações de livros de história da cidade que foram patrocinados pela administração municipal. O marco inicial é *Memoria da Fundação de Iguassu. Comemorativa do primeiro centenário da fundação da Villa em 15 de janeiro de*

<sup>13</sup> SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007.

<sup>14</sup> Op. Cit. SILVA, 2017.

1833<sup>15</sup>, de Matoso Maia Forte, publicado em 1933 no governo de Arruda Negreiros e o marco final é *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003)*<sup>16</sup> de 2003, encomendado pela gestão do então prefeito, Mário Marques Filho.

Um dos objetivos será, no terceiro capítulo<sup>17</sup>, estabelecer um paralelo entre a obra publicada no ano de 2003 para identificar as permanências em relação ao livro publicado em 1933. Estas duas obras são, até onde foi possível identificar, a primeira e a última obra voltada a contar a *história de Nova Iguaçu* que as diferentes administrações municipais encomendaram e financiaram a publicação até o momento da delimitação de meu objeto de pesquisa. Porém, neste trabalho, busco apenas registrar que este recorte se dá mediante minha percepção de que, dentro deste período de setenta anos se constituiu uma identidade com base nas memórias que foram registradas e difundidas em uma série de textos, produzidos por diferentes agentes, em diferentes canais (livros, jornais, revistas, livretos) em diferentes formatos (memórias, crônicas, poesia, prosa, pesquisa acadêmica), resultando, por exemplo, na construção de lugares de memória como os bens culturais que serão tombados.

Diante desta delimitação temática, espacial, cronológica e de fontes, pretendemos discorrer neste trabalho sobre como a formação da identidade se produz. Para isto destaco a importância do conceito de memória enquanto ferramenta na oficina do historiador. A memória, ou a discussão em torno da conformação da memória dos indivíduos e dos grupos de indivíduos, é apresentada aqui através de autores clássicos do tema e da instrumentalização feita por pesquisadores mais recentes, em diferentes trabalhos, e nosso objetivo é identificar as palavras-chave deste debate e como eles podem vir a contribuir conceitualmente com nossa pesquisa. Após posicionar as contribuições teóricas que a memória oferece para este estudo, vou avançar sobre outros aportes teóricos que contribuirão para minha análise do problema em questão.

---

<sup>15</sup> FORTE, José Matoso Maia. *Memoria da Fundação de Iguassu. Comemorativa do primeiro centenário da fundação da Villa em 15 de janeiro de 1833*. Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Comércio, 1933.

<sup>16</sup> NOVA IGUAÇU. *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003)*<sup>16</sup>. Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003.

<sup>17</sup> No Capítulo 3 – A ESCRITA DA MEMÓRIA HISTÓRICA IGUAÇUANA: O PAPEL DA PRODUÇÃO DE LIVROS E JORNALÍSTICA NA CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE

## 1.2 – MEMÓRIA: ASPECTOS CONCEITUAIS.

Memória

Amar o perdido  
deixa confundido  
este coração.

Nada pode o olvido  
contra o sem sentido  
apelo do Não.

As coisas tangíveis  
tornam-se insensíveis  
à palma da mão.

Mas as coisas findas  
muito mais que lindas,  
essas ficarão.

Carlos Drummond de Andrade "Poemas". Rio de Janeiro: J. Olympio,  
1959.

Falar de identidade é, indissociavelmente, falar de memória. Quando respondo às questões sobre minha identidade pessoal é incontornável o apelo à memória, numa espécie de apresentação de referências, de credenciais ou de um *currículum vitae*, que me autoriza afirmar que eu sou eu. O “Eu”, que é um tema profundamente debatido sob a perspectiva filosófica existencialista<sup>18</sup> para mencionar apenas uma corrente filosófica que se ocupa deste tema, existe primeiro através daquilo que se diz a respeito, no “Outro”, antes de se produzir uma auto-representação. Antes mesmo de nascer recebemos nomes escolhidos por nossos pais, e há toda uma identidade externa ao “Eu”, mas informada pelo “Outro”, preexistente ao nosso nascimento. Por esta razão, antes mesmo de termos uma memória sobre quem somos, recebemos uma identidade construída pelos “Outros”, que no caso dos indivíduos, via de regra de nossos pais e familiares. E esta será a primeira base de nossas memórias.

No entanto, e isto ainda é externo ao “Eu”, todos nascemos herdando uma identidade maior do que aquela que os “Outros” mais imediatos (pais/parentes) podem gerir. A mais externa ao “Eu” costuma ser uma identidade relacionada à nacionalidade, que nos estados nacionais contemporâneos buscou se consolidar com o reforço de *memórias nacionais*, através do sistema educacional<sup>19</sup>. Acontece que, quando falamos do caso dos cidadãos brasileiros, podemos construir uma metáfora de que cada “Eu”, ao nascer, possui um conjunto de identidades referentes ao local de nascimento, composto de diferentes camadas,

<sup>18</sup> SARTRE, Jean-Paul. L'Existentialisme est un Humanisme, Les Éditions Nagel, Paris, 1970.

<sup>19</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

interdependentes, capazes de produzir um conjunto de “matrioskas<sup>20</sup>”. Pois um indivíduo nasce num bairro, numa cidade/município, do interior (rural) ou da metrópole (urbano), num Estado da federação, numa dada região do país. Com a extensão territorial e a diversidade cultural do Brasil, estas camadas são capazes de produzir maior ou menor pressão, a depender do local onde o indivíduo se encontra. Compondo, a depender do caso, uma sequência de camadas extensa, como irei tentar verificar no caso iguaçuano. E neste ponto o “Eu” passa a integrar uma *memória coletiva*<sup>21</sup> ou social.

Uma identidade não é possível, portanto, sem recorrer a um repertório de informações. Este repertório é costumeiramente denominado memória. Como a questão central desta pesquisa é a busca pelo processo de construção da identidade iguaçana, ou melhor, das identidades iguaçuanas que se produziram ao longo do século XX, fica patente que este é um estudo que precisa historicizar a constituição das memórias iguaçuanas. Por ser elemento basilar desta pesquisa, a noção conceitual de memória, e suas diferentes interpretações, ocupa uma preocupação central. Memória é um conceito caro aos estudos historiográficos, pelo menos desde meados do século XX. Principalmente após a viragem cultural da historiografia<sup>22</sup>. Neste trabalho buscamos identificar o conceito de Memória enquanto instrumento teórico e associar a outros conceitos, derivados deste mesmo campo, que possibilitem a construção de um estudo historiográfico com o objeto da memória, e consequentemente da identidade, de um lugar e de sua população.

Não é o meu objetivo efetuar um resumo do debate teórico a respeito da memória. Apesar disso farei a seguir a apresentação de alguns conceitos que serão evocadas ao longo deste estudo, passando por autores como Pierre Norra e Jöel Candau, começando pelo clássico trabalho de Maurice Halbwachs – *A Memória Coletiva*. Maurice Halbwachs inicia pontuando o momento em que sua obra se produziu, alertando que à sua época não era comum, ainda, falar das memórias de um grupo. Isto posiciona, para nós, o momento histórico de seu estudo e a amplitude de sua contribuição. Hoje, passados mais de 75 anos da morte de Maurice Halbwachs<sup>23</sup>, é o conceito de *Memória Coletiva* uma importante contribuição para a produção da História Social. Para este autor as *lembranças, recordações e memórias* serão postas em

---

<sup>20</sup> Matrioskas ou mamuskas são bonequinhos russas ou polonesas, onde uma boneca menor se guarda no interior de uma outra idêntica, porém maior, formando um brinquedo de encaixar muito popular naquele país. Disponível em <https://www.significados.com.br/matrioska/> em 18/05/2023

<sup>21</sup> HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. in.; *A memória coletiva*. Tradução: Laurent León Schaffter, São Paulo: Vértice, 1990

<sup>22</sup> BARROS, José D'Assunção. “As crises recentes da historiografia”. In: *Diálogos* – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. 2010; 14 (1): 133-158.

<sup>23</sup> EBIOGRAFIA – Maurice Halbwachs. Acessado em: [https://www.ebiografia.com/maurice\\_halbwachs/](https://www.ebiografia.com/maurice_halbwachs/) em 27/05/2023.

um processo de construções individuais e coletivas. Os *indivíduos* (Eu) e *grupos* (Nós/Outros) serão evocados enquanto *testemunhas*, que são capazes de oferecer um *depoimento* de acontecimentos compartilhados. *Memória Coletiva* e *Memória Individual* são uma oposição apresentada por Halbwachs para exemplificar sua ideia de força, que é do como a memória tem necessidade de recorrer sempre a uma série de elementos externos ao indivíduo. Mas não passa de uma falsa dicotomia<sup>24</sup>, com a qual ele apresenta o conceito de *Memória Coletiva*.

A ação de lembrar, segundo o autor, não pode ser feita de forma individual, nem mesmo quando se está apresentando memórias de experiências pessoais, onde não estivemos com outras testemunhas. E ainda que o compartilhamento de memórias possa parecer estranho para uma de suas testemunhas, visto que ninguém retém as mesmas recordações que os outros indivíduos. Ao afirmar isso, Maurice Halbwachs emprega uma série de exemplos onde destaca a assimetria entre as percepções de diferentes atores de um grupo em torno das mesmas memórias. Desta forma ele menciona um professor de liceu, que compartilhou de experiências que são fortes nas lembranças de seus alunos, ainda que para o mestre estas experiências não construam um quadro de memória mais vívido. Ele, o professor, também foi testemunha, mas a sua lembrança de uma turma particular, ou de um grupo de estudantes, não passou por um processo social de reforço ao longo dos anos, enquanto que parte dos alunos puderam permanecer em contato devido ao estreitamento de suas relações além do ambiente do liceu. Este exemplo é pedagógico para demonstrar o que o autor alerta a seguir:

“Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram espectadores ou atores para que, mais tarde, quando eles evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se torne uma lembrança.”<sup>25</sup>

Em outras palavras, o autor está convencido de que não basta ter testemunhado um evento, ainda que ativamente. Não importa se de maneira mais ou menos interessada, tais eventos não se tornam necessariamente uma lembrança, podem não ter os mesmos contornos para todos os indivíduos envolvidos. Ao mesmo tempo, e além disso, se um indivíduo deixar de reforçar esta recordação através das rememorações, feitas em grupo, é improvável que delas guarde senão alguns fragmentos não muito vívidos. Quando, ao contrário, aqueles que realizam um reforço destes acontecimentos, através de rememorações dentro de uma coletividade, constroem uma *Memória Coletiva*. Que se torna marcante justamente por ser compartilhada e reforçada pelo grupo. Estas características fazem da memória uma combinação de elementos

<sup>24</sup> É uma falsa dicotomia, pois a memória coletiva e a memória individual coexistem em cada indivíduo, mas são observadas em separado para fins analíticos.

<sup>25</sup> HALBWACHS, 1990, p.28.

que são, todos, proporcionados pelo ambiente social. Ou seja, quando o indivíduo se distancia do grupo com quem compartilhou experiências, ao ponto de não construir momentos de reforço e recalque dos eventos que poderiam constituir *a memória coletiva* deste indivíduo em relação com aquele grupo, o fato de ter testemunhado ou atuadoativamente não será suficiente para deixar em sua identidade individual as marcas da memória compartilhada. Este reforço da memória por um grupo que pretendo demonstrar através da análise dos textos históricos produzidos sobre a cidade de Nova Iguaçu, bem como através de entrevistas.

Outros conceitos surgem em sua obra durante a recuperação da oposição Memória Coletiva e Memória Individual. Halbwachs insiste na possibilidade de o lembrar, individual, ser atravessada pelo empréstimo de artifícios que não foram inventados por ele, como é o caso das palavras e ideias, argumentando sobre como o grupo influencia no indivíduo. Aqui encontramos o embrião da ideia que nos interessa, quando Halbwachs apresenta os conceitos de memória pessoal e memória social, ou como prefere denominar: *memória autobiográfica* e *memória histórica*. Ao passo que faz uma distinção entre os dois conceitos que vamos destacar a seguir:

“Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra social. Diríamos mais exatamente ainda: **memória autobiográfica** e **memória histórica**. [Grifo meu] A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro mais contínuo e mais denso.<sup>26</sup>”.

Para o autor a memória autobiográfica se apoia na memória histórica, como numa espécie de suporte onde ela se sustenta e se desenvolve. Enquanto que a memória histórica não é a soma de todas as memórias autobiográficas, ainda que seja formada pelo conjunto geral da sociedade. A memória histórica se apresenta de forma menos detalhada e densa, do que a memória autobiográfica, produzindo um quadro abstrato e artificial, mas menos nítido. Partindo desta clivagem, onde o indivíduo se encontra ligado a estes dois campos da memória, o autor vem apresentar o modelo de interpretação que nos parece importante destacar sob a perspectiva conceitual, que é a Memória Histórica enquanto fenômeno externo ao indivíduo e elemento de uma coletividade.

Mas esta memória histórica, formadora de quadros ampliados e desenraizados do espírito do indivíduo e da memória individual, como vemos o autor afirmar, não existe em si. Nem o contrário é possível. Ao compartilharmos com o conjunto da sociedade as nossas

---

<sup>26</sup> HALBWACHS, 1990: p.55

memórias individuais, estas se tornam figuras dentro deste quadro ampliado. E, ao abordar os tempos mais longos da memória através dos liames das gerações, utilizando o exemplo de Stendhal<sup>27</sup>, no qual o autor observa que através das memórias vividas por indivíduos que se constrói não apenas a memória coletiva, mas a própria história. Pois como nos afirma Halbwachs, “A história não é todo o passado, mas também não é aquilo que resta do passado”<sup>28</sup> e isto elimina o despojamento de vida que se possa inferir a existência de uma memória social desmembrada da memória autobiográfica. De outra maneira, a memória biográfica e a memória social existem de forma interdependentes e indissociáveis na vida prática, mas para fins teóricos se produz esta clivagem artificial. Clivagem que penso ser importante destacar como parte da abordagem empreendida neste estudo.

Ao final destas reflexões, chega um ponto em que há uma certeza: a história acontece, ainda que dela o indivíduo não tenha sequer uma lembrança, por mais que venha a ter testemunhado ou atuado ativamente em determinado contexto. Daí conclui-se que, ao lembrar de momentos distantes no tempo é mais comum construir uma imagem de um conjunto de acontecimentos, ainda que se possam elencar alguns em especial, nunca se pode recuperar a totalidade linear dos eventos que estamos rememorando. Opera-se um exercício de abstração na qual um evento ocorreu e é, por tanto, parte da noção histórica, mas ainda assim não podemos objetivar que a lembrança deste mesmo evento, muitas vezes apresentados como uma lembrança, seja de forma objetiva parte da memória de um indivíduo. Isto por que, invariavelmente, acontece de o indivíduo receber relatos e depoimentos, posteriores ao evento, que contribuíram para a consolidação desta memória, que é aparentemente individual, mas se torna coletiva. Quando da produção de uma memória oficial, como nos textos que utilizamos para balizar este estudo, os indivíduos que são incumbidos de realizar esta atividade memorialística narrativa precisam recorrer ao mesmo tempo ao suporte de memória dos agentes de determinado grupo, reunindo memórias individuais, sem descuidar da noção histórica (memória histórica) para dar vida a uma determinada versão do passado. Pretendo examinar esta percepção adquirida teóricamente no processo de formação de identidade de Nova Iguaçu.

Há um aspecto que considero importante ainda a ser destacado sobre a contribuição de

---

<sup>27</sup> Stendhal – originalmente Henri-Marie Beyle, (1783-1842) – foi um escritor romântico-realista francês que se tornou célebre, sobretudo, por seus romances *O vermelho e o negro* e *A Cartuxa de Parma*. Suas obras buscavam retratar a sociedade da época. Halbwachs aborda as memórias de Stendhal como exemplo da construção de memórias na infância em contato com pessoas idosas, no caso o avô de Standhal, e sobre como as memórias individuais se apoiam na memória histórica. Sobre Standhal, ver:

<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/134f17b3-cc29-4775-a2d9-334a02fd25aa> Acessado em: 05/06/2023.

<sup>28</sup> HALBWACHS, 1990; p.67

“A Memória Coletiva” para a historiografia em geral, e para meu estudo em particular. O autor nos observa de que é impossível que um mesmo fato seja idêntico nas narrativas de dois indivíduos, ainda que ambos estivessem num nível de engajamento semelhante em tal evento. E não significa então que mentimos ou inventamos. Ocorre que na memória não há vazio absoluto para Halbwachs, as lacunas de memória serão preenchidas através de elementos da sociedade<sup>29</sup>. Então nossas memórias se enriquecem de bens alheios até que não podemos mais distinguir lembranças individuais das sociais. Ou seja, quando dois indivíduos narram a mesma história, depois de um longo período sem convivência, cada um preencheu sua memória com os elementos sociais de que dispunham.

Outro problema a respeito da memória e história precisa ser ainda abordado. O autor destaca que a história, feita pelos especialistas, estabelece rupturas entre tempos históricos, que são produzidos artificialmente por aqueles. A memória coletiva, ou memória histórica, por sua vez, não possui tais balizas, mantendo uma limitação irregular e incerta. Presente e passado possuem uma clivagem artificial, quando observada sob a ótica da história. Já a memória da sociedade vai se estender enquanto houverem membros de um grupo em condições de rememorar. Ou nas palavras do autor: “toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo”<sup>30</sup>. E este grupo gradativamente percebe os impactos biológicos da passagem do tempo, e os indivíduos capazes de reproduzir esta memória deixam de existir, seja pela senilidade ou falecimento. Esta é uma questão que Halbwachs explica da seguinte maneira:

“Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais estes fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.”<sup>31</sup>.

Ou seja, quando estes grupos desaparecerem, as memórias coletivas desta sociedade perderão seu suporte coletivo, e então passarão à história, que emprega os suportes textuais como forma de fixação. Acrescento a isto, quando os grupos estão sentindo-se ameaçados de perder o predomínio sobre a memória histórica, então é que eles buscam reforça-las com maior afinco diante da sociedade em que se inscrevem. Assim tenho acordo com Halbwachs quando o autor alerta que a sociedade não entra em contato direto com o passado, pois

<sup>29</sup> HALBWACHS, 1990; p.55. Op. cit.

<sup>30</sup> HALBWACHS, 1990; p.86

<sup>31</sup> HALBWACHS, 1990:80 e 81

independentemente do tamanho do esforço que se produza, a sociedade do presente não poderá entrar em contato com o tempo vivido no passado através dos registros narrativos da memória. Além disso ele insiste, para a sociedade do tempo presente não é importante preservar, senão a título de erudição, cada minúcia do passado, serve-lhe apenas os fragmentos daquilo que os indivíduos desta sociedade atual consideram relevante de preservar para seus próprios usos e interesses.. No caso de minha pesquisa isto parece bastante pertinente quando observamos duas colunas do jornal correio da Lavoura: “*Nossa Memória*” e “*Há precisamente meio século...*”, que promovem reforço de determinadas memórias coletivas da sociedade iguaçuana que a passagem do tempo insiste em relegar a um passado cada vez mais remoto, mas que nestas colunas permanecem, de alguma maneira, presentes.

Depois da inauguração desta questão da memória social em Maurice Halbwachs na primeira metade do século XX, e recuperando a clivagem entre memória e história, o tema encontrou eco em outros autores, ainda que revestida de outros conceitos e sob novas abordagens. Nos anos 1960 Pierre Nora<sup>32</sup> vai apresentar uma perspectiva que opõe uma dicotomia entre *sociedades tradicionais* e *sociedades históricas*, uma oposição que vai fundamentar seu argumento de que a história se distancia da memória, oposição que é também observada por Gilberto Velho porem apresentada por este sob a dicotomia *tradição/modernidade*<sup>33</sup>. Neste sentido a memória é algo integrada, espontânea e sem passado. Em oposição, a história oferece rastros, distância e mediação entre o presente e o passado. Nas palavras de Pierre Nora:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história representação do passado. (...) A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.<sup>34</sup>

Quer dizer, a memória é sempre fruto do presente, como Nora destacou. Direi ainda, memórias, no plural, considerando que os grupos sociais em uma mesma sociedade irão produzir suas próprias versões de memória em dados momentos histórico, como acredito ser o caso em estudo.

Sendo memória e história então diferentes, segundo Pierre Nora, nada mais natural para o autor do que a percepção de aceleração e esfacelamento, que ele aponta como característica das sociedades contemporâneas. Importante destacar que o mundo observado

---

<sup>32</sup>NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução: Yara Khoury. Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

<sup>33</sup>VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, pp. 97-105.

<sup>34</sup> NORA, 1993: 09.

por Pierre Nora esteve em processo de descolonização, de nacionalização de nações que viviam como *sociedades-memória*. E não apenas países recém emancipados, as nações como a França também passavam por estas transformações de forma bastante contundente no processo que ele chama de *mundialização, democratização, massificação, mediatização*. O autor afirma que *ideologias-memória* também perderam sua capacidade de conduzir do passado para um futuro idealizado. A diferenciação para Nora é profunda, dotada de uma grande distância entre a história e a memória:

Distância que só se aprofundou à medida em que os homens foram reconhecendo como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distância que chega hoje num ponto convulsivo<sup>35</sup>.

O que leva a entender, portanto, esta aceleração que opõe drasticamente memória e história. Então ele afirma que “*Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares.*”<sup>36</sup>. Ou seja, quando a memória perde suporte entre os membros da sociedade a história vai constituir os *lugares de memória* em substituição à memória. O fim da *história-memória*, segundo o autor, acontece quando a história se volta ao estudo de si mesma, a formulação de uma historiografia é o caminho para onde se torna possível interrogar uma tradição. Ele afirma que isto foi possível no momento em que houve uma progressiva substituição do *Estado-Nação* pelo *Estado-Sociedade*, um processo histórico que poderemos observar no caso de Nova Iguaçu ao longo do século XX. Os lugares de memória passam então a ser um espaço onde a história preserva os restos da memória, mas onde a memória já não se manifesta na intimidade e sim como reconstituição. Por considerar os lugares de memória um aspecto importante na construção da identidade e da memória no segundo capítulo apresento os bens tombados no território de Nova Iguaçu, considerando que os tombamentos ocorreram como forma de reconhecimento de lugares de memória desta sociedade.

Este conflito entre tradições e o presente globalizante será abordado também por nossa pesquisa. Jöel Candau propõe que há uma diferenciação entre *memórias fortes* e *memórias fracas*<sup>37</sup>. Segundo Candau, se a transmissão protomemorial<sup>38</sup> não encontrar mais ecos na sociedade, uma ruptura se deu na sociedade de tal forma que as suas representações de mundo se perderam, alterando os modos de estar no mundo, o que é para ele efeito da mundialização

---

<sup>35</sup> NORA, 1993: 08

<sup>36</sup> NORA, 1993: 08

<sup>37</sup> CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

<sup>38</sup> “A protomemória e a memória de alto nível dependem diretamente da faculdade de memória.” In: CANDAU, 2012. Pg 23.

da informação e da iconorreia contemporânea, geradora do enfraquecimento de memórias fortes tradicionais. A tradição não é, senão, a junção de transmissões protomemoriais e memoriais, que se podem observar em gestos e pensamentos como nos ritos religiosos tradicionais. Quando perde a função continuadora de si transforma-se numa memória vulnerável, enfraquecida. Outro aspecto destacado pelo autor para a dificuldade de transmissão da memória nas sociedades contemporâneas será a ruptura de estruturas sociais tradicionais. A memória depende muito de quadros sociais estáveis. As rupturas induzem à compulsão do memorial, segundo ele, devido às crises identitárias causadas por uma expansão descontrolada da memória. Esta compulsão, entendo, se dá na reiterada busca de valorizar os símbolos legados pela tradição, como demonstrarei com a citicultura para o estudo do caso iguaçuano.

Em contrapartida, em oposição à profusão dos traços produzidos através da escrita, Candau destaca que existem diferentes formas de se transmitir memória. Além de recursos materiais, como a manutenção de bens e até partes do corpo de um ancestral, as formas de agir e de produzir de um grupo, como nos ofícios, dão testemunho destas diferentes dimensões da transmissão da memória. Diante disto ele declara “*Transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo.*<sup>39</sup>” Para esta diferenciação epistêmica Candau recupera em Halbwachs a diferença entre *memória histórica* e *memória coletiva* e em seguida a oposição apresentada por Pierre Nora. Mas o autor reposiciona o historiador, e a História, ao afirmar que dela esta se aproxima. Indo além, Candau conclui por afirmar que a História é filha da Memória.

Considerando que a memória histórica é produzida em sociedade podemos também pensar que ela produz identificação para grupos menores que se encontram no interior desta. Diante disto voltarei ao que diz Michael Pollack<sup>40</sup> a respeito da identidade social. Enquanto elemento da identidade de si, para si e para os outros, a memória é socialmente construída, segundo ele. Recorrendo a elementos da psicologia social e psicanálise, que indicam três dimensões da construção social da identidade: a dimensão física, a temporal e a coerência. Por isto afirma o autor: “*a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade*”<sup>41</sup>. O indivíduo a molda, dentro de um sistema de coerência, a cada novo campo social que penetra, para fazer sentido diante dos diferentes grupos sociais com que se relaciona.

---

<sup>39</sup> (CANDAU, 2012: 118).

<sup>40</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista estudos históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

<sup>41</sup> POLLAK, 1992: 204

Assinalando esta dimensão da memória, que passa por tamanhas possibilidades narrativas, Pollak nos apresenta um conceito fundamental que é o *trabalho de enquadramento da memória*<sup>42</sup>. O enquadramento da memória, para Michael Pollak é um exercício que, em parte, vem sendo realizado por profissionais da história atuantes nos espaços institucionais, a quem ele aborda enquanto intelectuais orgânicos. Segundo ele a própria história social da história teria de dar conta deste enquadramento. As identidades coletivas, como as nações ou partidos políticos, enquadraram as memórias para consolidar uma identidade, e alteram estas narrativas em momentos chave, seja de ruptura ou de transformação. Mas nos períodos calmos, como chamou atenção, estas memórias e identidades trabalham por si sós. É este enquadramento que buscamos verificar na produção a respeito da memória de Nova Iguaçu, reconstruindo o percurso formativo da constituição da identidade da cidade.

Os silenciamentos e os esquecimentos das memórias subalternas/subterrâneas e/ou marginais, de grupos, são também aspectos de fundamental importância. Para Pollack a experiência traumática de períodos históricos onde determinados grupos precisam se refugiar no silêncio, mas que em ocasiões específicas ganham o direito a reparações ou dever de memória<sup>43</sup>, vai revelar que a conformação de uma narrativa oficial não resiste permanentemente às memórias subterrâneas segundo Pollak. Esta irrupção de memórias silenciadas, em momentos de crise, surge em contextos históricos convulsionados e mostram que mesmo sem o aparato de instituições como o Estado ou o partido, elas seguem passando de forma oral, enquanto silenciadas ao grande cenário nacional. Essa tradição nacional, em oposição à transmissão oral, não as transforma em esquecimento senão no nível institucional da narrativa histórica oficial. Ainda que não seja exclusivamente um fenômeno de oposição entre partes oprimidas da sociedade civil e Estado opressor. Às vezes é a vergonha da vítima, e daqueles que acompanham um processo humilhante para os vitimados, que vão produzir um silenciamento e/ou esquecimento, situação nas quais razões políticas, familiares ou íntimas contribuem para este mesmo processo. As transformações ocorridas em Nova Iguaçu ao longo do século XX parecem trazer à superfície narrativas que enquadraram determinado grupo social, mesmo quando o ambiente não encontra paralelo nesta expressão.

Entendo que foram as conjunturas históricas de crise que se tornaram favoráveis para

---

<sup>42</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

<sup>43</sup> As reparações históricas, ou dever de memória, são práticas governamentais informadas pela sociedade civil organizada a partir de movimentos sociais, para que seja preservada a memória de grupos que estiveram sob opressão, para que esta opressão não seja esquecida nem diminuída. Ver: ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores, Antíteses, vol. 3, n. 5, jan-jun 2010, p. 21-37. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 23 fev 2023.

emergir, do silenciamento e do esquecimento, determinadas narrativas. Saber reconhecer tais narrativas é uma habilidade que só pode ser desempenhada no presente. Então, desta forma, as memórias estão sempre em disputa no tempo presente e não no passado. E os atores sociais envolvidos neste campo de poder simbólico reconhecem esta disputa, deformando e reinterpretando o passado. Aqui percebemos o método da História Oral<sup>44</sup> como canal para proporcionar o acesso a algumas destas narrativas, sejam elas silenciadas ou esquecidas, e nossa pesquisa pode ser elencada como parte das conjunturas históricas favoráveis para que determinados atores sociais queiram fazer irromper suas memórias. Não por que seja a pesquisa quem vai dar voz aos indivíduos, mas por conta de uma série de outros fatores que apresentam, segundo nossa leitura, o momento atual como um contexto de crise e disputa entre as diferentes identidades na cidade. Por isto empreendo entrevistas e as analiso sob este prisma neste estudo.

Uma perspectiva interessante a respeito da metodologia da História Oral, de suas potencialidades e limites enquanto instrumento do historiador é apresentada por Lucília Neves. Mas antes ela passa brevemente pelo debate de memória e identidade e da função da História diante destes conceitos. Para a autora “*a memória constitui-se como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda.*”<sup>45</sup>. Esta preservação, ou retenção, pode ter um caráter espontâneo ou direcionado. Quando se emprega a metodologia da História Oral, o que se produz é uma memória de caráter direcionado. Neves vai propor que o emprego da metodologia da História Oral se constitui de uma intersubjetividade, onde observa a relação do pesquisador com seu objeto ao mesmo tempo que dá oportunidade do entrevistado entrar em contato com suas memórias e de relacioná-las com a identidade que pretende registrar em seu relato. Por isto trazemos o trecho onde a autora destaca que:

A produção de documentos orais tem um duplo embasamento: o ofício do historiador e a memória individual dos depoentes. Como metodologia que busca captar o passado, a História Oral constitui-se como espaço vivificador da relação entre a História, a memória e a identidade.<sup>46</sup>

Recuperando o debate sobre memória e história a autora apresenta duas formas destas se relacionarem. Numa a História pode induzir a pluralidade através das identidades sociais, noutra é capaz de suprimir a espontaneidade através da produção de memórias oficiais. Mas

<sup>44</sup> Entre outros ver, AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. [3<sup>a</sup> ed.] Rio de Janeiro: FGV, 2000.

<sup>45</sup> NEVES, Lucilia de Almeida. *Memória, História e sujeito: substratos da identidade*. História Oral, 3. 2000. P109

<sup>46</sup> NEVES, 2000. P110.

acaba destacando que a oposição entre memória e história não chega a ser real, pois possuem atribuições diferentes e complementares na construção das identidades. Motivo pelo qual os homens se debruçam sobre o passado. Neste ponto ela lembra dos lugares de memória e aponta uma similaridade destes e da História Oral enquanto suportes induzidos da memória e da identidade, no que tendo a concordar. Adiante a autora propõe que a História Oral vai contribuir para a afirmação da identidade sóciohistórica. Posto que a história seja um compartilhamento de experiências plurais, ela pode servir como antídoto ao presente contínuo no qual a sociedade moderna aparentemente está inscrita. Memória e História são, portanto, antídotos contra o esquecimento, ao passo que também servem de suporte para múltiplas identidades que a sociedade, o grupo ou os indivíduos compartilham. Tanto os lugares de memória como as entrevistas serão instrumentalizados neste estudo, buscando através deles identificar as formas como a memória iguaçuana é presentificada em diferentes suportes, tais como: orais, textuais, materiais.

O compartilhamento destas memórias entre grupos e indivíduos de uma sociedade merece destaque, quando buscamos conhecer as identidades locais. O que me remonta ao que Michael Pollack apresenta numa definição da memória, mais especificamente ainda, sobre sua função para definir e reforçar a coerência de grupos, pequenos ou grandes:

“A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos ou instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis.”<sup>47</sup>

Aqui ele define que a memória estabelece um quadro de referências e de pontos de referências, e afirma que quem fala de *memória enquadrada*, pode muito bem assumir o trabalho de enquadramento. O enquadramento obedece a alguns limites de justificação, mas, como lembra o autor, trabalha com material fornecido pela história, reinterpretando o passado mediante demandas do presente e do futuro. Esta operação carece, ainda que minimamente, de obedecer a um sentido de coerência interna, sob pena de submergir numa sucessiva alteração injustificável diante de seus membros, visto que estão em jogo a identidade de grupos e indivíduos. Além disto, o enquadramento se dá pelo controle de quem narra a memória, seja na seleção das testemunhas ou na produção destes testemunhos através de veículos oficiais, que nesta pesquisa veremos, além das entrevistas, através de bens imóveis tombados, livros e colunas de jornal. De maneira complementar, ainda abordando o enquadramento de memória enquanto instrumento institucionalizado e muitas das vezes com finalidade de sufocar memórias sociais subterrâneas, Pollak aponta para a História Oral como

---

<sup>47</sup> POLLAK, 1988, p.9

meio capaz de produzir uma perspectiva inversa aos enquadramentos impostos de cima para baixo. Lendo de maneira invertida, partindo das memórias individuais, se pode verificar as tensões entre as memórias pessoais e a imagem oficial. No caso de Nova Iguaçu será interessante investigar a posição que os produtores de textos sobre a história local ocuparam em instituições públicas ao mesmo tempo em que ofereciam sua fala em outros canais, como a imprensa.

Recuperando Neves, venho destacar que a História Oral possui algumas características: refere-se ao tempo presente; tem o testemunho como núcleo da investigação; possibilita múltiplas versões da história. Ainda assim Neves destaca que a metodologia possui algumas limitações. Destaca quão trabalhoso pode ser este método, mas aponta para uma recompensa:

Permeada por interlocuções diversas, supõe um trabalho prolongado que passa por inúmeras etapas, desde a pesquisa para preparação dos roteiros das entrevistas, passando por sua realização, por seu processamento e por sua análise. Enfim, através deste procedimento rigoroso de diálogo entre o historiador e o depoente, é possível produzir-se documentos que registram o que foi, como foi, o que deixou de ser e o que potencialmente pode vir a ser, tanto do ponto de vista individual como na perspectiva social e política.<sup>48</sup>

Tais recompensas, segundo meu entendimento, compensam o esforço que o método exige. No entanto não é permitido que se esqueça que independente do lugar de onde se narra, as memórias individuais vão buscar a construção de uma narrativa lógica e coerente. Ainda que se colha o testemunho de um mesmo indivíduo, em diferentes momentos<sup>49</sup>, e que o interlocutor venha a induzir a repetição de eventos, haverá sempre um núcleo de eventos e uma estrutura narrativa que busca um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões entre este indivíduo e os grupos a que pertence ou se faz antagonista<sup>50</sup>. Quando postos diante de contradições que ameaçam tal equilíbrio precário o indivíduo pode preferir se refugiar no silêncio como forma de acomodação ao meio social<sup>51</sup>. E considero isto importante quando realizo este estudo, que pretende mergulhar nas memórias locais através de fragmentos narrados em diálogos no tempo presente.

---

<sup>48</sup> NEVES, 2000, p. 115

<sup>49</sup> SANTHIAGO, Ricardo; PATAI, Daphne. Uma história oral em três tempos: relações, construções narrativas e usos práticos da memória. *Estudos Históricos*, v. 34, n.74, 2021, pp. 450-471.

<sup>50</sup> SILVA, Cristiani da; PAULILO, Maria Ignez. História Oral e memória: movimentos sociais de mulheres camponesas. *História Oral*, v. 11, n. 12, 2008, pp. 43-60.; BARROSO, Eloísa Pereira. Relações de gênero na guerrilha: a configuração dos espaços de luta. *Estudos Históricos*, v. 34, n.74, 2021, pp. 556-575.; PEREIRA, Amilcar Araujo; LIMA, Thayara C. Silva. História Oral, movimento negro e racismo no Brasil. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *História Oral e historiografia: questões sensíveis*. São Paulo: Letra e Voz, 2021, pp. 57-79.

<sup>51</sup> LEITE, Valéria et al. Experiências de pesquisa com trabalhadoras e trabalhadores por meio de fontes orais na História Social: caminhos e possibilidades. *História Oral*, v. 23, n. 2, 2020, pp. 243-258.

Em sentido semelhante, considerando que as memórias não podem existir sem o suporte de um grupo, que ela está em constante (re)elaboração, mediante constrangimentos que podem levar mesmo ao silenciamento a depender de como forem enquadradas, mas que não deixamos de permanentemente recorrer a elas, trazemos a proposição da noção de *projeto*. Gilberto Velho opõe modernidade e tradição, como já destacamos acima, como faces de uma mesma moeda. Esta dicotomia entre modernidade e tradição vai produzir, numa coexistência que gera diferentes comportamentos para lidar com ela, uma das marcas da sociedade moderna. Dentro deste quadro o autor inclui sua proposta de relacionar *memória e projeto*.<sup>52</sup> Para isto estabelece que na sociedade tradicional o indivíduo é um coletivo, ou é representante de um conjunto de indivíduos, através de uma memória socialmente significativa para a unidade encompassadora (clã, linhagem, tribo). Esta memória socialmente significativa dá relevo ao pertencimento dos indivíduos ao grupo, não ao indivíduo em si. Põe assim nova dicotomia, de *individuação* e *individualização*, a segunda sendoposta como característica das sociedades ou segmentos sociais onde se desenvolveram *ideologias individualistas*. No que o autor declara:

Nas sociedades onde predominam as ideologias individualistas, a noção de biografia, por conseguinte, é fundamental. A trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido, mas constituidor da sociedade. E a progressiva ascensão do indivíduo psicológico, que passa a ser a medida de todas as coisas. Nesse sentido a memória desse indivíduo é que se torna socialmente mais relevante<sup>53</sup>.

Em outras palavras, este indivíduo biografado<sup>54</sup> é considerado socialmente relevante, sua memória e suas realizações se tornam um valor básico da sociedade ocidental moderna. Aqui cabe ainda destacar que o autor recupera a afirmação de que, antropologicamente, esse processo de valorização não é natural. E dá destaque para exemplos de espaços onde o indivíduo é subordinado a unidades englobantes e hierarquizantes.

Assim sendo, não devemos tomar os testemunhos<sup>55</sup>, sejam eles voluntários sejam eles

---

<sup>52</sup> VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

<sup>53</sup> VELHO, 1994. P100.

<sup>54</sup> Abro parêntese antes da discussão do conceito de *projeto* para apontar que, segundo Bourdieu, a biografia não pode ser tomada como uma realidade, mas antes como um modelo de apresentação do indivíduo através do nome próprio na superfície social, que proporciona verificar as “(...) posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos” (BOURDIEU, 2006: 190).

<sup>55</sup> Empregamos testemunho no sentido que Seligman-Silva apresenta. Em uma abordagem etimológica, *Testemunha* pode ser compreendido como aquele que vê. Entendido como alguém dotado de autoridade para dar um relato este testemunho se aproxima da historiografia e do judiciário como alguém capaz de relatar uma verdade em sentido positivista. O autor, após expor uma variação no entendimento do testemunho, exorta à compreensão do “testemunho na sua complexidade enquanto misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade

induzidos, como no caso da História Oral, sem uma análise crítica. Velho vai apresentar a definição do conceito de *projeto*, formulado por Alfred Schutz, como “*conduta organizada para atingir finalidades específicas*”<sup>56</sup>. Diante desta definição o autor elabora um pensamento onde apresenta como hipótese a proposta de que:

A consciência e valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consistência a biografia, é o que possibilita a formulação e condução de projetos. Portanto, se a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o projeto é a antecipação no futuro dessas trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. A consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos<sup>57</sup>.

Dito de outra forma, para um indivíduo formular sua autoimagem ele depende de uma memória de si, e de seu grupo social, que lhe confere as bases para a produção de projetos, partindo de uma visão retrospectiva ele é capaz de formular um futuro em perspectiva, desde que possa utilizar a memória como suporte para esta imagem autobiográfica. Sem a memória não existe perspectivas de projeto, ou seja, de futuro. Mas, destaca o autor, não devemos trabalhar com a ideia de um indivíduo-sujeito dotado de capacidade de planejar no campo racional, este é atravessado por seus sistemas de valores. No que declara: *O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado a vida e as ações dos indivíduos, em outros termos, a própria identidade.*<sup>58</sup> O que não significa que o projeto seja integralmente racional, ele vai se configurando diante do campo das possibilidades, onde agem os atores sociais numa permanente construção da identidade em um processo permanente de interação.

Memória e projeto são, por assim dizer, duas dimensões da temporalidade. A memória inscrita no passado, o projeto no futuro. A identidade é forjada no processo de entrelaçamento entre estas duas temporalidades, no presente. Organiza as trajetórias dos indivíduos, e de seus grupos sociais. Mas como os indivíduos podem ter diversos projetos, a depender da multiplicidade de motivações que atravessam sua subjetividade, a depender do campo de possibilidades onde ele se encontra, o senso comum propõe que a memória é seletiva, mas na verdade estas seleções da memória são testemunho das reelaborações dos projetos diante dos constrangimentos e limitações que todos os indivíduos sofrem no processo de interação com a sociedade. Quais projetos, coletivos ou individuais, estão em jogo quando um governo

---

de julgar”. SELIGMAN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Tempo e Argumento*, v. 2, n. 1, 2010, pp. 3-20. P.5.

<sup>56</sup> VELHO, 1994. P.101

<sup>57</sup> Idem. P. 101.

<sup>58</sup> Ibidem. P. 101.

demandar a publicação de uma memória municipal, por exemplo. Penso que nos debruçar sobre um processo histórico de forma diacrônica, considerando que este esteja encerrado sob a perspectiva do recorte desta pesquisa, seja uma contribuição à historiografia para melhor compreender a formação das memórias históricas nas cidades. Perceber os projetos em disputa numa temporalidade passada pode não ser tão simples, mas é parte do esforço que pretendo realizar nos próximos capítulos. Por isto o recurso conceitual à memória e suas nuances teóricas é tão relevante neste estudo.

Porém, outros aportes teóricos e conceituais serão levados em consideração sobre os aspectos da formação da identidade através da memória. É o que observo quanto a questão deste estudo ser referenciada também numa dimensão espacial limitada. Por esta razão busco ir em direção de verificar como a identidade se inscreve no lugar, enquanto espacialidade no tempo, de forma diacrônica. Por esta razão a busca vai ao encontro do que nos aponta Pierre Nora, em relação aos *lugares de memória*<sup>59</sup>, mas também se desdobra no aspecto da territorialidade e espacialidade iguaçuana, em constante transformação e disputa ao longo de todo o período abortado neste estudo. Algo que se deve fazer levando em consideração a contribuição do filósofo Hans Ulrich Gumbrecht, considerando que os lugares de memória e a própria espacialidade pode ser instrumentalizada enquanto elementos da *produção de presença*<sup>60</sup>. Uma destas perspectivas passa pelo domínio simbólico sobre o território com base na construção da dicotomia entre *estabelecidos* e *outsiders*<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> E por esta razão o segundo capítulo será integralmente dedicado ao Patrimônio Cultural Edificado de Nova Iguaçu. 2 - Patrimônio Cultural edificado: identidade e memória em Nova Iguaçu.

<sup>60</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. Produção de Presença: O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 2010.

<sup>61</sup> ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jhon L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

### **1.3 – SOMOS TODOS LARANJAS? CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE ESTABELECIDA A PARTIR DO CENTRO.**

#### **Poema dos laranjais**

*Somos de fato “Laranjas”  
assumimos Histórias que jamais vivemos.  
Vibrados efusivos,  
Memórias alheias  
um branco sucesso  
que nunca foi nosso.*

*Negamos origens  
chibatas e desejos.  
Batemos no peito - cegos -  
a miserável glória.  
Aceitamos o velho gracejo – honra que esbanja –  
na dignidade de todo submissos.*

*Somos todos “Laranjas”  
e o pior  
nos orgulhamos disso!*

Poema de César Ray<sup>62</sup>

Minha experiência atuando na política cultural, enquanto servidor público municipal e enquanto agente cultural me faz observar que a memória dos “dourados laranjais”<sup>63</sup> é um daqueles lugares de memória mais conhecidos de Nova Iguaçu. Independentemente da faixa etária, do grau de formação ou da atuação profissional, quando se abre diálogo sobre a história de Nova Iguaçu é muito provável que o seu interlocutor tenha ouvido falar da citricultura e de como esta atividade econômica foi importante elemento constitutivo do que é ser iguaçiano. Mas como, passados tantos anos e alterada as características espaciais e demográficas da cidade, a memória dos ‘dourados laranjais’ ainda se faz tão presente? Acontece, no entanto, que esta é uma versão que se perpetuou em decorrência de uma agência histórica continuamente elaborada por indivíduos e grupos, um projeto. Para sua manutenção foi necessário silenciar, esquecer e estigmatizar outros processos.

A presença deste aspecto da memória será melhor destacada em capítulo posterior. *Presença* que aqui é uma chave que trago sob a perspectiva apresentada pelo filósofo alemão

---

<sup>62</sup> LARA, Roberto. *Algumas poucas coisas sobre o melhor lugar do mundo*. Altadena Editora e Comunicação Ltda, 2016.

<sup>63</sup> A expressão “dourados laranjais” faz alusão à estrofe do hino da cidade de Nova Iguaçu. Ver hino em: BATISTA, 2021.

Hans Ulrich Grumbecht em sua obra *Produção de Presença: O que o sentido não consegue transmitir*<sup>64</sup>. Mais do que afirmar que o passado se faz presente através da lembrança dos indivíduos, de suas memórias biográficas ou coletivas, Grumbecht irá propor que há uma materialidade da comunicação capaz de produzir presença do passado no tempo presente:

“Se *producere* quer dizer, literalmente, “trazer para frente”, “empurrar para frente”, então a expressão “produção de presença” sublinharia que o efeito de tangibilidade que surge com as materialidades de comunicação é também um efeito em movimento permanente. Em outras palavras, falar de “produção de presença” implica que o efeito de tangibilidade (espacial) surgido com os meios de comunicação está sujeito, no espaço, a movimentos de maior ou menor proximidade e de maior ou menor intensidade. Pode ser mais ou menos banal observar que qualquer forma de comunicação implica tal produção de presença; que qualquer forma de comunicação, com seus elementos materiais, “tocará” os corpos das pessoas que estão em comunicação de modos específicos e variados - mas não deixa de ser verdade que isso havia sido obliterado (ou progressivamente esquecido) pelo edifício teórico do Ocidente desde que o cogito cartesiano fez a ontologia da existência humana depender exclusivamente dos movimentos do pensamento humano.”<sup>65</sup> (Grifos meus).

Tudo que nos comunica, independente do suporte desta comunicação ser um texto, um som, uma pintura ou um edifício, presentifica algo que não está mais ali, que é quem realizou aquela comunicação. Por isto grupos se conectam através de símbolos, espaços, estilo musical, hábitos alimentares, entre outras formas de produção de presença. Neste sentido é que irei empregar a produção de presença. Observando que não será um conceito aplicável somente quando estiver falando do patrimônio cultural edificado de Nova Iguaçu, por exemplo. Entendo que teremos oportunidade de verificar que a presentificação, como propõe Grumbecht, se opera através da bandeira e brasão municipal, de seu hino e até mesmo em matérias de jornal. Considero inclusive que o jornal iguaçano Correio da Lavoura seja um forte elemento de produção de presença, pois sua linha editorial costuma “empurrar para frente” do leitor toda uma bagagem do tempo que o veículo de comunicação carrega em si.

Aliás, importante reforçar que memória é sempre uma questão do presente. Isto é, quando recorremos às lembranças, fazemos sempre com a perspectiva de agora. Lembrar, que é um exercício consciente de (re)construção de memórias e identidades, é sempre uma ação, individual ou coletiva, no tempo presente. Dito isto, podemos também incluir outra afirmação. Quando agimos no intuito de (re)construir memórias, buscamos também, consciente ou inconscientemente, formular uma identidade. Seja esta identidade individual, seja ela coletiva. Acontece que, como podemos facilmente inferir, o tempo presente é justamente aquele momento mais fugidio, pois acontece e já vira passado. Ou seja, no mesmo instante em que se

<sup>64</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. Produção de Presença: O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 2010.

<sup>65</sup> GRUMBECHT; 2012. P. 38

está construindo uma memória, automaticamente, ela é a história de uma memória. Quer dizer, sob uma perspectiva, a cada momento em que se constrói uma identidade – seja ela individual ou coletiva – esta identidade é um retrato daquele momento histórico particular no qual ela foi formulada. Assim, considerando a questão da mutabilidade da identidade enquanto representação de uma memória em seu contexto de formulação, memória e história são, em certa medida, indissociáveis.

Um dos objetivos desta tese é identificar os elementos constitutivos da história de Nova Iguaçu através das diferentes memórias, construídas em diferentes contextos históricos, desde 1933 até 2003. Pessoas e grupos de pessoas, em conjunto ou individualmente, construíram narrativas históricas. Fizeram isto recorrendo às memórias que dispunham ou que elegeram como prioritárias ou desejáveis de serem perpetuadas e consolidadas. Queremos reconstruir este percurso, identificando e analisando as personagens e instituições que contribuíram para esta construção histórica e historiográfica. Cumpre destacar que cada momento de formulação de identidade, ao longo do período que demos destaque, possuem seus próprios problemas, ou seja, há um espírito do tempo que condiciona esta formulação. Ciente disto, caberá uma contextualização, identificando momentos chave de construção desta memória e o seu tempo. Mostrar como, em cada conjuntura específica, estas memórias e identidades foram *formuladas, difundidas e presentificadas* por indivíduos, e suas instituições, ao longo de um processo histórico que atravessa o século XX. Ou seja, desejo historicizar estas memórias.

Algumas possibilidades historiográficas podem se mostrar mais atraentes, tudo a depender do enquadramento que o historiador pretende produzir e das fontes que ele dispõe. Meu primeiro passo nesta pesquisa segue na direção da dicotomia eliaseana de *estabelecidos* e *outsiders* para apresentar uma perspectiva sobre a percepção de identidade centrada no território da cidade<sup>66</sup>. A memória e identidade iguaçana que possui maior capilaridade está assentada nas versões escritas por indivíduos que, para fins de análise, considero como parte do grupo dos *estabelecidos*. A produção de textos de história, sejam publicados em livros e folhetins promovidos pelo poder municipal ou colunas de jornais locais, se dá visando atender às demandas da comunidade dos estabelecidos. Ou seja, falam a partir do distrito do centro do município, onde estes produtores de memória e identidade se fixaram. Isto ultrapassa a bibliografia e transborda para os logradouros, praças e monumentos da cidade, como podemos ver no exemplo a seguir. Das nove regiões administrativas da cidade, ou Unidades Regionais

---

<sup>66</sup> ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jhon L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

de Governo – URG<sup>67</sup> de Nova Iguaçu, apenas uma recebe nome de personalidade histórica vinculada à cidade. Comendador Soares veio a substituir o nome tradicional do bairro de Morro Agudo, mudança que iniciou com a alteração do nome da estação ferroviária na década de 1930<sup>68</sup> e se consolidou nos anos 1990 quando se criou as URG<sup>69</sup> em substituição às subprefeituras. Francisco José Soares foi um português, grande proprietário de terras e senhor de escravos, entrou para a história como um dos fundador da Vila de Iguassú, onde teve intensa atuação política, sendo por muitas vezes presidente da Câmara<sup>70</sup>. Com a instalação da nova sede da Vila de Iguassú no arraial de Maxambomba<sup>71</sup>, Francisco José Soares tornou-se beneficiário da construção da ferrovia que passou em terras de sua propriedade. Uma alusão a homens como o Comendador Soares não pode ser vista apenas como um movimento de resgate histórico, representa também a valorização de uma determinada história: branca, elitista, escravocrata, latifundiária, eurocêntrica. Valores conservadores, que serviram de espelho para parcela desta sociedade.

As memórias produzidas pelos estabelecidos, mesmo após um distanciamento dos tempos do império e descontinuidade da família Soares na política municipal, visaram estabelecer um nexo de continuidade entre uma *boa sociedade iguaçana*, em transformação na primeira metade do século XX, e a boa sociedade da época do império, como se estes fossem continuadores de uma tradição, o que se pode observar em 1916 através da conexão simbólica que a mudança de nome do município, de Maxambomba para Nova Iguaçu<sup>72</sup>. Conexão artificial, porém, estratégica, de um grupo buscando coesão, que se mostrou capaz de constituir canais de transmissão de sua leitura de mundo, ao mesmo tempo modernizadora expressada pela palavra NOVA e com raízes no passado, como atesta IGUASSÚ. Esta

<sup>67</sup> As Unidades Regionais de Governo – URGs são, em ordem alfabética: Austin, Cabuçu, Centro, Comendador Soares, KM 32, Miguel Couto, Posse, Tinguá e Vila de Cava. Para mais detalhes, ver: BATISTA, Allofs Daniel. *Nova Iguaçu: Muito Prazer!*. Nova Iguaçu: Edição do autor, 2021. Disponível em: <https://centredememoriagitaldenovaiaguacu.wordpress.com/nova-iguacu-muito-prazer/>

<sup>68</sup> DUTRA, Amanda Nogueira. *Morro Agudo ou Comendador Soares - O conflito de memória*. Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

<sup>69</sup> NOVA IGUAÇU. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Sustentável do Município de Nova Iguaçu. Disponível em: <http://www.cmmi.rj.gov.br/site/legislacaomunicipal/plano-diretor/plano-diretor-republicacao-em-06-06-12-2-31.pdf> Acesso em: 22 maio 2021.

<sup>70</sup> VESPÚCIO, Américo. Iguassuanos Ilustres: Apontamentos Biográficos. Edição do autor. Officinas Gráficas do Correio da Lavoura. Nova Iguaçu 1933.

<sup>71</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Conselho Nacional de Estatísticas, Coleção de Monografias - NOVA IGUAÇU. Nº08. 2ed. Rio de Janeiro: 1957.20p.

<sup>72</sup> A grafia será alterada somente depois do Acordo Ortográfico para a unidade da língua portuguesa de 1945, sendo consolidada ao longo dos anos. BRASIL. *Acordo Ortográfico para a unidade da língua portuguesa* Decreto-Lei nº8.286, de 05 de dezembro de 1945. A adesão à nova grafia de Nova Iguaçu com cedilha e sem acentuação no Correio da Lavoura, por exemplo, se dará somente na edição de 08 de fevereiro de 1970, porém nesta mesma edição serão encontradas as duas formas de escrever. Chama atenção que, em um mesmo decreto dos atos oficiais publicados nesta edição, serão encontradas as duas grafias. GABINETE DO INTERVENTOR FEDERAL. Decreto-Lei n.60. Correio da Lavoura, 08 de fevereiro de 1970.

perspectiva, em alguma medida, pode ser encontrada em estudos como de Vitória Godoy Andrade<sup>73</sup>, Adriano de Moraes<sup>74</sup>, Monalisa Tatiana de Freitas Silva<sup>75</sup> Ricardo Souza<sup>76</sup>, Natália Azevedo Crivello<sup>77</sup>, Amália Dias<sup>78</sup>, Ricardo Simões<sup>79</sup>, Sonali Maria de Souza<sup>80</sup>, entre outros. Quando se aborda o processo de formação de uma elite econômica e política na Maxambomba citricultora, que se distanciou da Vila de Iguassú em seus aspectos considerados arcaicos como a escravidão, o latifúndio e o império, mas sem se desvincular de grandes vultos históricos locais, da agricultura e, sobretudo da valorização do imigrante europeu que se fixou na terra e a transformou com sua iniciativa e trabalho, fator de identificação recorrente entre os grandes homens tanto de um como de outro contexto. É o que se pode observar, por exemplo, na obra do jurista Américo Vesúcio de Barros Souza e Mello, que publica em 1933 o livro *Iguassuanos Ilustres* sobre as grandes personalidades nascidas no território iguassuano, construindo uma “genealogia” dos “vultos” da região seguindo a seguinte diretriz: “Os primeiros biografados são descendentes mais próximos do patriarca Francisco José Soares, fundador do Município de Iguassú, cujo centenário de comemora hoje - : 15 de janeiro de 1933.”<sup>81</sup>. Esta publicação é um exemplo do reforço à identificação dos bons cidadãos com os descendentes de colonizadores portugueses nascidos no século XVIII e XIX. A população dos povos originários e a população escravizada de ascendência africana, bem como seus descendentes, simplesmente serão apagados nestas narrativas. Não será dado destaque à atuação de nenhuma personagem feminina nesta obra de Américo Vesúcio, que apresenta 13 homens. Todos estes pesquisadores citados acima, de

<sup>73</sup> ANDRADE, Vitória Godoy de. *Uma mulher no ninho das raposas: A vereadora Carmelita Brasil Monteiro e o Partido Social Democrático de Nova Iguaçu (1947-1950)*. 2021. 58f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2021.

<sup>74</sup> MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção: o caso da criação da prefeitura de Nova Iguaçu, embates políticos entre poderes municipal e estadual na Primeira República*. 2016. 99 f. Dissertação (em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

<sup>75</sup> SILVA, Monalisa Tatiana de Freitas. *O homem de cor no jornal Correio da Lavoura 1950/1959*. 2013. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2013.

<sup>76</sup> SOUZA, Ricardo Luiz. *“E os pomos eram de ouro: a citricultura de Nova Iguaçu e sua importância para a economia fluminense (1920-1940)”*. 2015. 55f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

<sup>77</sup> Crivello, Natália Azevedo. *Os laranjais da cidade de Nova Iguaçu: representações fotográficas de uma transformação (1930-1940)*. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

<sup>78</sup> DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2014.

<sup>79</sup> SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007.

<sup>80</sup> SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro. UFRJ/PPAS MN. Dissertação de Mestrado, 1992.

<sup>81</sup> VESPÚCIO, Américo. *Iguassuanos Ilustres: Apontamentos Biográficos*. Edição do autor. Officinas Gráficas do Correio da Lavoura. Nova Iguaçu 1933.

uma forma ou de outra, notaram esta construção vinculatória de identidade entre a elite citricultora e os grandes homens da Vila de Iguassú, quando não por parentesco, pelo espelho a ser observado e copiado, um padrão de comportamento compartilhado quando a posse de terras se mantinha no topo da produção de poder político e econômico na região.

Como Norbert Elias e Jhon Scotson demonstram em seu ensaio, o grupo de estabelecidos constrói uma rede de apoio, ainda que seus integrantes não sejam todos oriundos do núcleo tradicional da comunidade, eles se ancoram na tradição para fortalecer sua identidade em oposição aqueles que eles elegem para ser os *outsiders*. Em Nova Iguaçu é possível observar uma associação - artificial em grande medida - entre os pioneiros, fundadores da Vila de Iguassú no início do século XIX, e os produtores agrícolas e comerciantes da citricultura, algo que se consolida conforme o antigo Arraial de Maxambomba se constitui em centro urbano no início do século XX<sup>82</sup>. Nos anos durante o declínio e após o fim da produção citricultora é possível identificar a manutenção da narrativa em torno destes dois períodos históricos e um silenciamento em relação a todo processo de loteamentos ocorrido entre os anos 1950 e 1980<sup>83</sup>. Ou seja, na memória histórica da cidade, gradualmente vai sendo invisibilizado este aspecto da identidade local, mesmo quando a materialidade do loteamento transforma totalmente a superfície do município<sup>84</sup>. A isto posso indicar influencia em potencial de alguns fatores. Um deles se deve ao fato de que parte destes loteamentos se deram mediante irregularidades fundiárias<sup>85</sup>, o que não é coerente com a perspectiva de ordenamento e progresso desejada para ser apresentada como espelho da sociedade iguaçana. Outro se deve ao empobrecimento e endividamento das famílias citricultoras, causado pelas dificuldades de manutenção da indústria exportadora de laranjas, principalmente após a década de 1940<sup>86</sup>. Outro fator que se observa é a chegada de um imenso contingente de migrantes, notadamente do nordeste brasileiro mas não apenas, algo que vai fazer a população da cidade crescer em proporções percentuais superiores à do Estado do Rio de Janeiro. A esta parcela da população se imporá uma série de estigmas ao longo das décadas, sobretudo com reforço do aspecto da violência<sup>87</sup>. O crescimento demográfico de

<sup>82</sup> SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007.

<sup>83</sup> Abordarei esta questão no capítulo 3 desta tese, onde analisarei as colunas do Correio da Lavoura.

<sup>84</sup> SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro. UFRJ/PPAS MN. Dissertação de Mestrado, 1992.

<sup>85</sup> SOARES, Maria Terezinha Segadas. Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, vol.2 no. 24, 1962.

<sup>86</sup> SOARES, 1962. Op. cit.

<sup>87</sup> ENNE, Ana Lucia. “Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: memória, representação social e identidades. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 2002.; ALVES, José Cláudio

Nova Iguaçu superou percentualmente o fluminense, como já demonstrei em outros estudos.

“Observando os relatórios dos censos demográficos realizados para os anos de 1940, 1950, 1960 e 1970 percebemos que enquanto a população do Estado do Rio de Janeiro um percentual de 257%, o município de Nova Iguaçu percebeu um crescimento de 517,15% no mesmo período. O município em 1970 estava reduzido à metade de seu território se compararmos ao tamanho anterior às emancipações municipais da década de 1940. Ou seja, a **população de Nova Iguaçu cresceria mais que o dobro do Estado do Rio de Janeiro** percentualmente, a despeito de ter sido reduzida em seu tamanho original.”<sup>88</sup> [Grifo meu].

Um crescimento demográfico espantoso, orientado pela oferta de terrenos baratos e facilidade de mobilidade, principalmente através das ferrovias, entre Nova Iguaçu e a cidade do Rio de Janeiro, local onde estão concentradas a maioria dos postos de trabalho formal ocupados por seus moradores<sup>89</sup>.

Nova Iguaçu, assim como o país, se transforma ao longo do século XX. Ao mesmo tempo em que a lavoura perdeu espaço de prestígio ocorreu uma intensa industrialização<sup>90</sup> na cidade, ao passo em que na sede do município se consolidou a formação de um centro de serviços comerciais<sup>91</sup> em Nova Iguaçu. Este momento possui característica assemelhada à época da formação da elite citricultura da primeira metade do século XX, no que se refere ao grupo social predominante, porém agora sem a ruptura espacial como foi na *mudança da vila*<sup>92</sup> na segunda metade do século XIX, ocorrendo na verdade uma crise de transição continuada. Ou seja, o poder econômico vai mudando da agricultura exportadora para a industrialização, comércio varejista e setor de serviços, mas diferentemente da Vila, a Maxambomba não morre para que surja uma nova cidade, apenas teve sua face urbanizada, transformada para atender ao seu novo propósito. Àqueles recursos econômicos, frutos da

---

Souza. *Dos Barões ao Extermínio: uma História da Violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH Clio, 2003.

<sup>88</sup> BATISTA, 2011.

<sup>89</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Conselho Nacional de Estatísticas, Coleção de Monografias - NOVA IGUAÇU. Nº08. 3ed. Rio de Janeiro: 1970.24p.

<sup>90</sup> A disponibilidade de terrenos amplos, a modernização da rodovia presidente Dutra (BR116) e proximidade com a capital da república serão atrativos para a instauração de empresas como a Bayer S/A no distrito de Belford Roxo e a Companhia de Canetas Compactor no distrito sede e farão a administração local optar pela criação de um Distrito Industrial em Queimados, irão atrair empresas que atenderão tanto a produção industrial quanto na questão logística de escoamento da produção. Sobre o processo de industrialização em Nova Iguaçu, entre outros, ver: CARLOS, Maicon da Silva. *Um trem que chega, desembarque pelo lado esquerdo: emancipação de Queimados!* Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2019. p. 61.; CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. *Bayer e Belford Roxo uma experiência industrial na Baixada Fluminense (1958 -2008)*. Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2011. p. 88.; MENDONÇA, Carolina Bittencourt. Escrevendo uma história: a experiência da Cia. de Canetas Compactor em Nova Iguaçu (1955-1995). Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014. p. 52.

<sup>91</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Op. Cit.: 1970.

<sup>92</sup> Alusão ao livro de Waldick Pereira. PEREIRA, Waldick. *A mudança da Vila: História de Nova Iguaçu*. Ed. Ars Gráfica, Nova Iguaçu/RJ, 1970.

citicultura, que se esvaíram durante a crise econômica iniciada com a Segunda Guerra Mundial, se recuperaram através da exploração imobiliária<sup>93</sup>. Porém, como efeito adverso, os loteamentos atraem habitantes dos mais variados lugares do interior do país, majoritariamente pobres. Fato que é facilmente observável a partir da distribuição destes migrantes *outsiders* nos loteamentos. Quanto maior a distância do loteamento em relação ao distrito sede mais ele atraiu as populações menos favorecidas, pois foram ali os loteamentos menos valorizados pelos serviços básicos como transporte, saneamento, água, educação e saúde pública, sendo, portanto, mais baratos<sup>94</sup>. Os proprietários de terras que eram destinadas à lavoura citricultora lotearam suas propriedades, ao mesmo tempo em que se fixaram no distrito sede<sup>95</sup>, ampliando abismos sociais através do reforço de serviços públicos cada vez mais concentrados ali, e negligenciados nos demais distritos<sup>96</sup>.

Assim, o processo de transformação de uma região rural para urbe seguiu de maneira desigual nas diferentes regiões do município. Os loteamentos foram, com o passar dos anos, produzidos de maneira cada vez mais desordenada, carente de qualquer infraestrutura urbana, como apontam os estudos de Sonali Maria de Souza<sup>97</sup>. Desta política de concentração de investimentos na Nova Iguaçu e abandono dos demais distritos resulta a primeira onda emancipatória dos anos 1940, como demonstram estudos de Marcleivson Silva Nascimento<sup>98</sup> para o caso de Nilópolis e de Leandro de Paula Ferreira para Duque de Caxias<sup>99</sup>. Ou seja, durante o declínio da citicultura o grupo dos estabelecidos promoveu a manutenção dos oriundos desta atividade econômica no poder econômico e político da cidade, porém como estratégia estes, gradativamente, aderiram aos setores de comércio e prestação de serviços, não exclusivamente, mas articulados a partir do distrito sede<sup>100</sup>. Assim como incorporaram aqueles que investiram na industrialização, fossem estes já estabelecidos ou recém-chegados, mas dentro do perfil desejável. Dão testemunho desta transformação o declínio da importância

<sup>93</sup> SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro. UFRJ/PPAS MN. Dissertação de Mestrado, 1992.

<sup>94</sup> SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. Boletim paulista de Geografia, n. 57, p. 77-92, 1980.

<sup>95</sup> Data de meados do século XX a exploração imobiliária em edifícios de apartamentos no centro de Nova Iguaçu, estudos atuais apontam para um novo processo de oferta de imóveis com perfil elitizado após os anos 2000. ROCHA, André Santos. REESTRUTURAÇÃO URBANA E O "NOVO MERCADO IMOBILIÁRIO" EM NOVA IGUAÇU (RJ).., [S.I.], n. 14, p. 6-29, ago. 2019. ISSN 2317-8825. Disponível em: <<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/232>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

<sup>96</sup> SOARES, op. cit.1962.

<sup>97</sup> SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro. UFRJ/PPAS MN. Dissertação de Mestrado, 1992.

<sup>98</sup> NASCIMENTO. Marcleivson Silva. *De princesinha a município: o processo de emancipação de Nilópolis*. Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2021. p. 50

<sup>99</sup> FERREIRA, Leandro de Paula. *Próxima parada, Caxias!* Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2012. p. 52.

<sup>100</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Op. Cit.: 1970.

política da Associação Rural e a fundação da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu – ACINI, quando o poder público a realizar investimentos em urbanização no centro administrativo do município, com vistas a padronizar, modernizar e dinamizar a economia da cidade<sup>101</sup>. É neste contexto de transformações que encontramos a formação de instituições de caráter cultural como a Arcádia Iguaçana de Letras – AIL<sup>102</sup> e o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu que foi por um determinado período o espaço de sociabilidade entre produtores de memória e centro de produção de textos que reforçam uma identidade baseada na citricultura, como buscarei desenvolver em capítulo posterior. Enquanto a AIL já possui algum estudo, não encontrei para o IHGNI qualquer obra de referência, sendo portanto inédita a abordagem sobre esta instituição.

Os *outsiders* de Nova Iguaçu por sua vez são relegados ao esquecimento, ao apagamento de suas memórias através do silenciamento de suas narrativas<sup>103</sup>, fruto de um processo de estigmatização que se pôde observar, ao longo do século XX. Através de uma engenharia narrativa se excluiu de uma só vez toda população pobre, principalmente negra escravizada e posteriormente alforriada, que existia na antiga Vila de Iguassú, assim como também ignorou uma imensa massa de migrantes chegados à Nova Iguaçu, sejam eles oriundos do nordeste brasileiro, de regiões como o norte fluminense e municípios limítrofes dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e dos subúrbios e comunidades do Rio de Janeiro<sup>104</sup>. Então, após a abolição e durante toda República, consolidou-se o status de quem são os *outsiders* iguaçuanos: migrantes pobres, sobretudo negros e nordestinos. Nas publicações comemorativas, tanto do centenário como na de 170 anos da cidade, em 2003, material que será abordado em capítulo próprio adiante, não encontramos alusão à importância dos migrantes, enquanto que imigrantes estão em destaque, num claro contraste da valorização do elemento estrangeiro e do silenciamento de camadas pobres da população nacional. Estes *outsiders* são costumeiramente retratados como forasteiros, sem apreço por sua terra. Como não compartilham nem conhecem a história “certa” da cidade ou não estão a ela vinculados por laços de parentesco nem de pertencimento ao grupo dos estabelecidos,

<sup>101</sup> OZÓRIO, Elaine Cristina. *O processo de (re)produção do espaço urbano na cidade de Nova Iguaçu-RJ: (1990 – 2007)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007. p. 108.

<sup>102</sup>ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *Um cenáculo de letrados: sociabilidade, imprensa e intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, - 1955-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

<sup>103</sup> POLLAK, op. cit. 1989.

<sup>104</sup> COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2020. 250p.

convivem com o estigma imposto, ao passo que reproduzem uma perspectiva negativa daqueles que se encontram em situação semelhante<sup>105</sup>. Podemos elencar um caso em que este recurso foi empregado na cidade, como ocorre em 1992 quando o candidato à vereador, Ney Alberto Gonçalves de Barros utilizou como principal plataforma eleitoral o “voto minhoca”, numa alusão a que o eleitorado votasse em quem fosse da terra.

O Professo Ney Alberto está propondo o VOTO MINHOCA. Ney – que é candidato a Vereador – afirma que há no Município, 4 tipos de habitantes : Iguaçuanos, Iguaçuneses, Iguaçuíno e Iguaçunasno. Ney espera, que os eleitores do Município de Nova Iguaçu “Joguem água limpa no balde sujo”. Isto é: que votem nos iguaçuanos e nos iguaçuneses. E que rejeitem nas próximas eleições, os iguaçuínos e iguaçunasnos.<sup>106</sup>.

Ney, que foi um iguaçano de nascimento, pertencente à um grupo familiar proeminente, professor e historiador, será um personagem que iremos abordar em capítulo posterior, é um representante do grupo estabelecido. Nesta campanha de plataforma única, o “voto minhoca”, ilustra bem o que estou destacando. O então candidato faz alusão ao “voto minhoca”, ou seja, em quem é da terra, como boa prática política. Por oposição podemos subentender que votar naqueles que não possuam as características por ele elencadas, ou seja, que não sejam nascidos na cidade e membros do grupo estabelecido, não deveriam receber espaço na política, recebendo deste as alcunhas difamatórias de “iguaçunasnos” (asno = burro) e “iguaçuínos” (suíno = porco).

Porém analisando o quadro de representantes políticos na Câmara Municipal, se observou que há predominância de nomes que podem ser considerados de políticos “minhoca” ou seja, da terra<sup>107</sup>. A construção e assimilação do estigma imposto aos recém chegados, ou fora dos padrões de pertencimento ao grupo dos estabelecidos, vai evitar a constituição de grupos coesos durante muito tempo<sup>108</sup>, gerando isolamento, desconfiança e

<sup>105</sup> Elias e Scotson abordam a desconfiança entre os outsiders em seu estudo sobre Winston Parva, sendo no bairro dos recém-chegados identificadas as características de maior violência, índices de roubos e de delinquência juvenil. Apesar de não ser o foco deste estudo, podemos considerar a deficiência de aparelhos de bem-estar social destas localidades através dos estudos sobre os movimentos de associação de moradores iniciados nos anos 1970, sob liderança do Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu – MAB. As demandas mais frequentes serão sobre saneamento básico, saúde, abastecimento de água, educação e transporte. Sobre as demandas do MAB, ver: SILVA, Percival Tavares Da. Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974 / 1992). Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos Avançados em Educação. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1994. p.337. SÓTENOS, Abner Francisco. O Movimento Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982). Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro. 2013. p. 148.

<sup>106</sup> CANDIDATOS, Correio da Lavoura, Pg 2, Edição nº3.887, de 25 de abril a 1º de maio de 1992

<sup>107</sup> BARROS, Ney Alberto. Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu: Câmara Municipal de Nova Iguaçu, 2000.

<sup>108</sup> Os núcleos de Associação de Moradores dos anos 1970/80 serão um fenômeno que irão perturbar parcial e temporariamente esta característica de desagregação, antes disso pode-se especular que os movimentos

segregação como observaram Elias e Scotson na pitoresca Winston Parva. Pertencer ao grupo tradicional irá, por muito tempo, oferecer oportunidade de ocupar posições de prestígio na sociedade. Ainda que o indivíduo não seja dotado de capital econômico, sua origem será moeda de barganha, manipulada através das redes de sociabilidade, para acessar ao capital político.

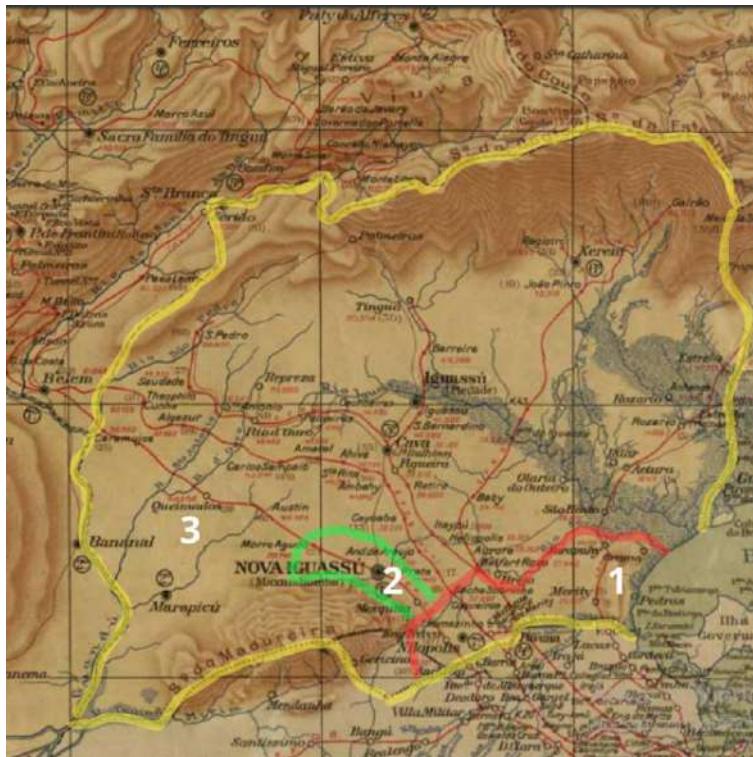
Assim como no estudo sobre Winston Parva, o Centro de Nova Iguaçu se constituiu ao longo do século XX como um distrito beneficiado pelos melhores serviços, infraestrutura urbana e maiores investimentos públicos e privados, ao mesmo tempo que se tornou acessível somente mediante desembolso de grandes somas em dinheiro. Ao passo que o distanciamento físico do centro administrativo produziu maiores dificuldades para seus habitantes, construindo uma cidade com - no mínimo - três perspectivas espaciais distintas, possuindo por fio condutor o ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil – E.F.C.B., a partir da capital: A região localizada *antes do Centro* (no campo marcado em vermelho e identificado com 1 na Ilustração 3): de ocupação urbana intensa, com lotes de tamanho reduzidos distribuídos ao redor da ferrovia, de grande desenvolvimento comercial varejista e alta densidade demográfica, quanto maior a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, maior o adensamento. A urbanização desta região densamente povoada se dará de forma desordenada, às margens da ferrovia, sem penetrar nos territórios mais afastados dela. Observando no mapa se destacam as localidades de Coqueiros, Engenheiro Neiva, Merity, Nilópolis, Rocha Sobrinho, São Matheus, Sarapuhy e Thomazinho, que se encontram neste recorte.<sup>109</sup>

---

emancipatórios da década de 1940 e posteriormente os dos anos 1990, pudessem conter em alguma medida um embrião de construção de identificação mútua entre os migrantes e seus descendentes, porém estudos demonstram que nos processos emancipatórios são elementos das elites locais, desenvolvidas ao longo do processo histórico de desenvolvimento destes distritos que conduziram ou se tornaram os fiéis depositários dos resultados das emancipações, ao passo que também foram fruto de articulações políticas externas ao território iguaçano, como é o caso do amaralismo dos anos 1940. O estudo mais completo e atualizado sobre a Baixada Fluminense e suas cidades no século XX, contendo um capítulo para cada uma das cidades que compõem a região pode ser conferido em: SALES, Jean Rodrigues; SILVA, Lucia Helena Pereira da (orgs.). *A Baixada Fluminense e suas cidades: uma contribuição para a pesquisa e o ensino de história da região*. Cachoeirinha/RN: Fi, 2025. Vol 1 e Vol.2.

<sup>109</sup> Importante observar que os territórios que irão compor o futuro município de Duque de Caxias, ainda que não estando ligados ao ramal Japeri da E.F.C.B. são impactados pela sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, tendo a conexão facilitada tanto através da rodovia BR040 (aberta em 1928) como pelo ramal auxiliar da linha férrea (Gramacho), ainda que Duque de Caxias mantenha por muito tempo em seu território uma imensa porção despovoada neste período, sobretudo seus 3<sup>a</sup> e 4<sup>o</sup> distritos.

**Ilustração 3: Nova Iguassú – 1922. Detalhe da Carta Chorographica do Estado do Rio de Janeiro – 1920-1922.**



Fonte: Carta chorographica do Estado do Rio de Janeiro: mandada organizar pelo presidente do Estado, o exmo. Snr. Dr. Raul de Moraes Veiga para commemorar o centenario da Independencia do Brazil Acervo BN Digital. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/21691>

Este espaço será o núcleo irradiador das emancipações ocorridas nos anos 1940, que reduzirão Nova Iguassú a menos da metade de seu território original. *O Centro* no campo marcado em verde e identificado com 2 na Imagem 3: este perímetro da ferrovia recebeu pioneira e prioritariamente os investimentos de modernização e urbanização como o calçamento e iluminação pública, serviços públicos, serviços bancários, correios, escolas públicas e hospital, concentrando espaços de lazer e de socialização como clubes, piscinas, restaurantes e cinemas. No Centro encontram-se ainda hoje residências luxuosas dos tempos da citricultura, com o passar dos anos houve gradual substituição da maioria dos antigos casarões por edifícios residenciais. Algo que já se percebia a partir dos anos 1960, com a chegada dos primeiros centros de comércio e lazer integrados como o edifício do *Super-Shopping Centers Populares - SSCP*, onde apartamentos residenciais estão integrados em um mesmo espaço com 52 lojas, 84 escritórios, *playground* e lazer em salas de cinemas e parque de diversões como a peça de publicidade reproduzida na imagem a seguir pode dar uma mostra. Uma classe média crescente irá ocupar a região, mas não irá se confundir automaticamente com aqueles que herdarão as características dos estabelecidos da elite

citicultora.

#### **Ilustração 4: Super-Shopping Centers Populares – Publicidade. Publicidade de empreendimento imobiliário em Nova Iguaçu no ano de 1964. SUPER SHOPPING CENTER DE NOVA IGUAÇU.**



Fonte: **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p.3, 23 ago. 1964.

Por fim, o território *além do Centro* identificado com 3 na Imagem 3: regiões que também serão relegadas a ausência de serviços públicos como o primeiro conjunto citado, porém que irão resguardar características mais rurais/agrarias. Nestes loteamentos se encontram propriedades de maior área, onde será percebida baixa densidade demográfica, número reduzido de escolas, carecendo de serviço público de saúde continuado e concentrando população de menor renda e escolaridade<sup>110</sup>. É o caso das localidades que aparecem indicadas no mapa da Imagem 3: Nova Iguassú 1922 listados a seguir em ordem alfabética: Ahiva, Amaral, Ambahy, Austin, Carlos Sampaio, Cava, Cayoaba, Cabuçu, Figueira, Iguassú, Marapicu, Miguel Couto, Morro Agudo, Santa Rita, Santo Antônio, São Pedro, Tinguá. Relacionados acima estão localidades que permaneceram no município após as emancipações, mas os territórios que se encontram nos municípios de Belford Roxo, Japeri e Queimados, emancipados nos anos 1990, também participam numa configuração semelhante

<sup>110</sup> GEIGER, Pedro Pinchas & MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. Estudos Rurais da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.

e irão compor este imenso território.

Em Nova Iguaçu, em cada localidade que possuiu uma estação de trem se desenvolveu posteriormente um comércio varejista e prestação de serviços como são os casos das agências postais<sup>111</sup>. Visando atender à população local, assim como se reproduziu, ao longo do século XX, em escala menor, criaram-se uma série de clubes, como é caso do *Vasquinho de Morro Agudo*<sup>112</sup>, situado a poucos metros da hoje estação de Comendador Soares, algo que se pode encontrar tanto em Queimados como em Mesquita, para ficarmos apenas nestes exemplos. Mesquita, aliás, que não foi incluída em nenhum dos exemplos, pois preserva características singulares, pois está entre o Centro de Nova Iguaçu e Nilópolis, é densamente ocupada a partir da estação ferroviária, mas preservou por muito tempo características agrárias, ao passo que, na sua porção mais próxima do bairro do Caonze, pertencente ao Centro, compartilha de características daquele local. Assim, podemos considerar que cada região também desenvolveu sua própria elite local<sup>113</sup>, que está em maior ou menor dimensão, associada ao conjunto do grupo dos estabelecidos do distrito sede, ocupando postos de poder<sup>114</sup>, ou mesmo apenas desenvolvendo atividades industriais ou explorando o comércio nestas localidades e residindo no distrito do Centro. Por estas razões esta não é uma classificação rígida do território, mas serve para nos oferecer uma visão global da constituição do território iguaçano em processo ao longo do século XX.

Enquanto os estabelecidos permaneceram acessando espaços de poder, perpetuam-se nos melhores postos de trabalho em empresas privadas ou nos cargos públicos, constituíram associações e clubes, dirigiram partidos e os espaços de sociabilidade públicos e privados, numa distribuição dos recursos (econômicos, mas também simbólicos) que seu status pode acessar, os *outsiders* sofreram com ausência de serviços básicos e de atenção do poder público.<sup>115</sup> Esta chave de leitura, com base em conceitos propostos por Elias e Scotson,

---

<sup>111</sup>As agências postais existentes ou já extintas no território de Nova Iguaçu desde o império podem ser encontradas com seu respectivo endereço no site Agências Postais: História Postal do Rio de Janeiro através de suas agências e seus carimbos. Disponível em: [http://agenciaspostais.com.br/?page\\_id=293](http://agenciaspostais.com.br/?page_id=293) acessado em 28 de jun. 2023.

<sup>112</sup>DUTRA, op. cit. 2014.

<sup>113</sup>“A elite local é composta de “agentes do poder econômico, empresários, profissionais liberais e de parte da classe média, comprometidos com a manutenção e legitimação das desigualdades sociais e territoriais”. Este grupo se beneficia da desigual distribuição dos equipamentos e serviços coletivos e das oportunidades concedidas pelo governo local a reprodução do capital e do recebimento de renda através de contratos públicos. Assim manter o “status quo” significa garantir as condições de sobrevivência e/ou acumulação de capital destes grupos, daí o apoio ao poder político local, quando não se tornam membros efetivos do governo ou possuem representantes nos mesmos.” (SIMÕES, 2007: p18).

<sup>114</sup>Cito o exemplo do comerciante Ary Schiavo, que sendo de Japeri, consegui eleger-se duas vezes prefeito de Nova Iguaçu. BATISTA, op. cit. 2014.

<sup>115</sup>Os grupos que compõem a elite política e econômica da cidade durante a citricultura (1900 – 1940) podem ser reconhecidos também no comércio e indústria (1940-1980) através dos sobrenomes, muitos de origem 62

demandaria certamente um maior aprofundamento, deixando um amplo campo aberto para estudos futuros. Mas é uma perspectiva que me parece bastante potente, sobretudo em associação com alguns conceitos barthianos, como valor, status, ação, reciprocidade, negociação, recursos, entre outros que pretendo instrumentalizar oportunamente.

A memória de Nova Iguaçu foi contada para reforçar uma identidade, desejada ou formulada para atender a um grupo ou a sucessíveis grupos de estabelecidos que a produziram, inculcando seus valores através de diferentes suportes. O espaço no qual considero que seja mais palpável esta formulação é no campo do patrimônio histórico. Para fins de representação de uma identidade social, nada mais é tão facilmente verificável do que os bens que foram selecionados, tombados e transformados em valores compartilhados por toda sociedade<sup>116</sup>. Não faltam manifestações culturais populares na cidade que pudessem ser tratadas como parte do patrimônio cultural iguaçano. As festas juninas com as danças de quadrilha, o reisado ou as festas do aipim e da banana que surgiram em duas regiões ainda rurais da cidade nunca foram seriamente valorizadas. Isto dito destaco, Nova Iguaçu não possui nenhum bem tombado que represente os saberes e fazeres populares, que se enquadrariam nos bens imateriais, como demonstrarei no segundo capítulo<sup>117</sup>, nem mesmo a festa do padroeiro católico, Santo Antônio de Jacutinga, e a popular festa de São Jorge<sup>118</sup>, ambas realizadas no distrito sede do município e fazendo parte do calendário oficial da cidade, também não foram enquadradas em nenhuma lei de proteção ao patrimônio. Em relação aos bens materiais identificamos: *Igrejas Católicas*, sejam elas de origem no período

---

portuguesa ou italiana, alguns de libaneses. Esta transição do projeto rural/agrário em direção de uma potência urbana, industrial e comercial será abordada no capítulo **CAPÍTULO 4 - QUEM ESCREVE A HISTÓRIA? O IHGNI, MEMÓRIA DE ARQUIVO E A PRODUÇÃO DE PRESENÇA ATRAVÉS DE UMA INSTITUIÇÃO.**

<sup>116</sup> Por esta razão dedico um capítulo inteiro ao tema. No **CAPÍTULO 2 – PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: IDENTIDADE E MEMÓRIA EM NOVA IGUAÇU**. faço uma abordagem do tema da preservação patrimonial ocidental, uma breve história enquanto prática e um resumo de seu desenvolvimento no Brasil. Em seguida passo à identificação e descrição do patrimônio material edificado iguaçano e seu estado de conservação, os métodos de proteção empregados e suas características e disposição, tanto cronológica como espacial. Para então, depois de conhecer o estado da arte deste tema, realizar uma imersão no caso concreto da Fazenda São Bernardino, enquanto monumento icônico da região.

<sup>117</sup> O patrimônio cultural de Nova Iguaçu, bem como as ausências que identifico, foram discutidas no segundo capítulo, onde apresento cada bem tombado, e discuto alguns bens materiais que não foram impactados por nenhuma política pública de conservação, bem como a ausência de bens culturais imateriais sob proteção em Nova Iguaçu.

<sup>118</sup> Em que pese o apelo popular de São Jorge, a festa do “Santo Guerreiro”, em Nova Iguaçu, é realizada no perímetro mais caro da cidade, nas mediações da Igreja Nossa Senhora de Fátima, que é padroeira dos imigrantes de ascendência portuguesa. Tradicionalmente a festividade é organizada pelos paroquianos desta igreja, que em proporção significativa, está representada por integrantes de famílias de imigrantes europeus estabelecidos na cidade ao menos desde os anos em que a cidade possuía importante produção citricultora. Sobre a festa de São Jorge, ver: Barros, Jacqueline Silva de. *Festas para São Jorge no Rio de Janeiro: um olhar reflexivo sobre a festa em Nova Iguaçu*. Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014. p. 61.

colonial, no império ou já do tempo republicano; *Sítio arqueológico da Vila do Iguassú e Fazenda São Bernardino*, representantes do período do império e notadamente refletindo os grandes latifundiários e senhores de escravos; *Construções urbanas*, como é o caso do *Lar de Joaquina*, residência que expressa a época da citricultura, no contexto do tombamento contava ainda com o galpão de beneficiamento de laranjas – *packing house*. Em contrapartida, nenhum terreiro é considerado patrimônio tombado no município. O que nos traz mais alguns indícios dos valores que o grupo estabelecido buscou manter perene na memória e identidade iguaçuana.

Alguns silêncios nas publicações comemorativas de Nova Iguaçu são muito importantes de se observar na memória construída sobre nova Iguaçu, e estes têm relação direta com os valores que se buscaram promover pelo grupo estabelecido. Tanto na década de 1930 como no início do século XXI os livros de comemoração de aniversário da cidade irão reproduzir através de suas memórias um projeto de cidade. Ao selecionar aspectos da memória a serem valorizados, outros serão silenciados ou apagados. É o que podemos verificar sobre a população negra e indígena, bem como em relação ao gênero feminino. Álvaro Pereira do Nascimento nos alertou para o “*paradigma da ausência*” do negro em estudos sobre a História Social do Trabalho<sup>119</sup>. Recorro então ao mesmo “*paradigma da ausência*” para a construção das identidades iguaçuanas. Em que pese manutenção do jornal *Correio da Lavoura* enquanto veículo histórico a ser valorizado, o fato de seu fundador ser um homem negro<sup>120</sup> não costuma ser objeto de destaque. A prefeitura exalta em livro comemorativo de 170 anos da cidade<sup>121</sup> esta instituição privada fundada e conduzida por negros, mas o fato de serem “*homens de cor*”, como aliás parcela significativa da sociedade o são, não recebe o devido destaque. O silenciamento da cor desta família, que conduz o centenário semanário, não é apenas displicênciam, mas um traço que reforça um aspecto de uma identidade eurocêntrica da cidade, que valoriza destacadamente a origem de personalidades de nacionalidade estrangeira quando estes são portugueses ou italianos, por exemplo.

O predomínio dos valores racistas e sexistas em dimensão institucional, como postula Ina Kerner<sup>122</sup> pode ser observado, por exemplo, na composição histórica do poder legislativo

<sup>119</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Trabalhadores negros e o paradigma da ausência: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. V.29, p. 607-626, 2016.

<sup>120</sup> ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *Nova Iguaçu em transe: jornalismo, política e visões de cidade (1945-1964)*. 2021. 204f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.

<sup>121</sup> NOVA IGUAÇU. *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003)*. Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003.

<sup>122</sup>KERNER, Ina. Tudo é interseccional?: Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 93, p. 45-58, July 2012.

e executivo municipal. Primeira vereadora de Nova Iguaçu, entre as primeiras mulheres a assumir um cargo legislativo no Estado do Rio de Janeiro, Carmelita Brasil não possui registro em nenhuma linha nos textos de memorialistas ou em obras encomendadas sobre a história da cidade. Somente em meados de 2021 recebeu uma homenagem através de uma exposição feita por jornalistas<sup>123</sup>. Aliás, a representatividade feminina da Câmara se resume a 11 (onze) vereadoras em toda história da casa legislativa<sup>124</sup>. Atualmente o Poder Legislativo de Nova Iguaçu encontra-se sem nenhuma mulher<sup>125</sup>. Sheila Gama, a primeira e única prefeita, foi empossada em 2010. Chegou ao cargo como vice-prefeita que assumiu na saída de Lindbergh Farias para concorrer ao senado federal. Até hoje nenhuma mulher foi eleita para este cargo na cidade. Sheila Gama, que é esposa do também ex-prefeito de Nova Iguaçu Aloísio Gama, tem sua carreira associada à do esposo<sup>126</sup>. Ainda que o número de secretárias seja maior em comparação com as vereadoras, a maioria das secretarias da cidade são chefiadas por homens durante a maior parte da história administrativa do município<sup>127</sup>. Saindo da política institucional e partindo para a representatividade no campo social, Mãe Beata, mulher negra, mãe de santo, teve seu reconhecimento enquanto personalidade iguaçana já bastante idosa, e vem sendo reconhecida enquanto representante feminina e do “povo de terreiro” de Nova Iguaçu, após sua morte em maio de 2017<sup>128</sup>, mas dentro do recorte proposto em nosso estudo, nenhuma referência às religiões de matrizes afro-brasileiras é feita nos livros que empregamos como baliza, enquanto o líder e católico, reverendo João Munsch, possui inclusive livro em sua homenagem<sup>129</sup>.

---

<sup>123</sup> O resgate da memória de Carmelita Brasil foi recentemente produzido em uma exposição intitulada “Carmelita Brasil: vida e obra”, composta de 14 cartazes, produzidas pelos jornalistas Claudio Almeida e Cláudia Maria, financiados pela FENIG e pela Câmara Municipal de Nova Iguaçu. O material ficou em exibição durante o mês de junho no Top Shopping, Nova Iguaçu. Em abril, a Câmara de Nova Iguaçu aprovou a criação da Medalha Carmelita Brasil, que será entregue a mulheres que se destaquem por suas ações todo mês de março, quando se comemora o dia internacional da mulher. Já no meio acadêmico há uma monografia defendida em 2021, que trata de sua passagem pelo legislativo municipal: ANDRADE, Vitória Godoy de. *Uma mulher no ninho das raposas: A vereadora Carmelita Brasil Monteiro e o Partido Social Democrático de Nova Iguaçu (1947-1950)*. 2021. 58f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2021.

<sup>124</sup> Op. Cit.: BARROS, 2000.

<sup>125</sup> A composição da atual legislatura pode ser conferida no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Disponível em: <https://www.cmni.rj.gov.br/site/>; Acessado em 16 de junho de 2023.

<sup>126</sup> PREFEITA SHEILA GAMA ANIVERSARIA. Correio da Lavoura, Pg. 5, nº4.742, de 10 a 16 de abril de 2010.

<sup>127</sup> No momento em que escrevo este trabalho a cidade possui 23 secretarias e órgãos da administração direta sob direção de pessoas indicadas através da livre nomeação do prefeito. Deste montante, somente quatro das pastas possuem titulares mulheres. Secretarias Municipais; Disponível em: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/secretarias/> Acessado em 28 de jul. 2023.

<sup>128</sup> Os dados biográficos de Beatriz Moreira Costa, conhecida como Mãe Beata de Yemonja, estão disponíveis em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/591-mae-beata-de-yemonja>, acessado em 01/07/2023.

<sup>129</sup> AZEREDO, Luiz Martins de. Padre João - Apóstolo do Bem em Nova Iguaçu. Nova Iguaçu: Diocese de Nova Iguaçu, 1980.

O elemento indígena é encontrado em alguns topônimos da cidade, como em *Cabuçu*, *Marapicu*, *Tinguá* e *Jacutinga*, ainda que esta relação entre as palavras de origem indígena e os lugares seja pouco destacada. Fora deste campo, quando lembrado, é caracterizado como passivo da ação colonizadora, anômico. Podemos reconhecer uma narrativa hegemônica nos textos comemorativos, e se considerarmos que a sociedade fosse da forma como esta narrativa descreve, Nova Iguaçu seria constituída por uma população branca, dominada pelo elemento masculino, de matriz religiosa católica. Como suspeitamos que esta imagem não corresponde à realidade, cumpre-nos buscar explicar o processo pelo qual esta memória se consolidou e foi assimilada e reproduzida como identidade por uma parcela da população, que reconheceu nestas características um valor a ser preservado, ainda que suas experiências pessoais e as das pessoas ao redor testemunhem algo diverso.

Para capturar estes valores irei recorrer às fontes escritas, como os livros mencionados, ou à imprensa local. Com estes documentos poderei construir uma série de dados quantificáveis, para então empreender uma análise qualitativa, buscando relacionar indivíduos com seus valores e agência. Diante disto irei estabelecer uma linha do tempo, identificando alguns marcos cronológicos na história local que sirvam para o aprofundamento da análise em determinados contextos sociais ao longo dos setenta anos em foco. Estas abordagens iremos empreender nos capítulos 3 e 4 desta tese. Frederick Barth propõe que é possível conhecer os valores de um grupo através de trajetória de indivíduos. *Excepcional normal* é como este aborda os indivíduos em processo, visando reconhecer os recursos e obrigações a que estão ligados, ou seja, que um ator social compartilha dos valores de seu grupo, mas não está enclausurado<sup>130</sup>, como é o caso que irei produzir através do professor Ney Alberto em Nova Iguaçu.

Ele é, na memória de uma parcela da população iguaçuana, o historiador mais importante da cidade<sup>131</sup>. Após seu falecimento, em 2012, ao dialogar com pessoas que possuem o mínimo de engajamento nas atividades culturais e interesse pela história da cidade há sempre algum tipo de comentário saudoso com relação ao este personagem. No entanto entendo que o senhor que faleceu em 2012 precisou percorrer uma longa jornada, até ser reconhecido como “principal historiador de Nova Iguaçu”. Esta trajetória individual é também

---

<sup>130</sup> ROSENTAL, Paul-André. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a microstoria”. In REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas. Rio de Janeiro, FGV, 1998, p. 153

<sup>131</sup> O Jornal EXTRA noticiou assim em sua morte, identificando-o como “O principal historiador de Nova Iguaçu, Ney Alberto Gonçalves de Barros, de 72 anos, foi sepultado na tarde deste sábado, no cemitério municipal de Nova Iguaçu.”. MORRE NEY ALBERTO, o principal historiador de Nova Iguaçu. EXTRA, 23 de jun. de 2012. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/morre-ney-alberto-principal-historiador-de-nova-iguacu-5300074.html>, Acessado em 12 de jul. 2023.

parte do percurso da consolidação de algumas versões históricas para a memória e identidade de Nova Iguaçu, por isto pretendo seguir este percurso. Estou considerando que através da microanálise das relações sociais, com aporte teórico barthiano, podemos “*construir o ‘macro’ pelo ‘micro’*”, tal como Carlo Ginzburg produziu ao levar em consideração a relação dialética entre indivíduo e sociedade<sup>132</sup>. Ney Alberto, como será detalhado, pertenceu ao grupo estabelecido da cidade. Foi membro e dirigente do movimento estudantil nos anos 1960, concorreu ao legislativo, escreveu no jornal Correio da Lavoura por muitos anos, foi professor, diretor de escola e durante a maior parte de sua vida esteve envolvido com a produção da memória da cidade, participando do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu - IHGNI. Instituição na qual, desde os anos 1980 até seu falecimento, assumiu papel de presidente, sendo reconhecido como baluarte da memória da cidade por aqueles que se alinham ao *establishment*<sup>133</sup>. Seu status na cidade foi tão elevado que, mesmo quem busca construir narrativas alternativas a esta ordem estabelecida encontra dificuldade em compreender a história da cidade fora desta memória que se mistura com a trajetória desta personagem, pois este atuou ativamente na formulação daquela desde o início dos anos 1960. O livro *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003)* coroa seu reconhecimento na cidade, pois sob encomenda do prefeito Mário Marques, o professor Ney Alberto produziu os textos deste livro que se tornou baliza final de nosso recorte cronológico. Este personagem excepcional, por sua trajetória, é um indivíduo normal, que atuou numa sociedade dentro dos limites que esta lhe impunha, e através de sua ação social mediante o campo de possíveis que se abriam em cada contexto, pode barganhar, consolidar e instrumentalizar seu status social.

E como acessar as versões de memórias e identidade daqueles que compõe, historicamente o grupo, ou os grupos, outsiders da cidade? É possível percorrer alguns tipos de fontes, sejam processos judiciais, compra e venda de imóveis, batismos, óbitos e casamentos para isto, pois os livros cartoriais possibilitaram acessar a chegada, estabelecimento e permanência de grupos distintos no território. Até onde vai o limite das fontes conhecidas, estes indivíduos não deixaram registros de sua visão de mundo e interpretação sobre a identidade de Nova Iguaçu. Para estas lacunas é possível recorrer à História Oral. Em uma amostragem de poucas entrevistas<sup>134</sup>, pude notar um padrão que

---

<sup>132</sup> GINZBURG, Carlo, *O Queijo e os Vermes*, São Paulo: Cia das Letras, 1987.

<sup>133</sup> A biografia do professor Ney Alberto será desenvolvida em Apêndice e sua trajetória será objeto de análise no **CAPÍTULO 4**.

<sup>134</sup> As entrevistas mencionadas neste trabalho foram realizadas em dois contextos de pesquisa diferentes. As quatro entrevistas realizadas em 2021 se deram no contexto do projeto *Trabalho e Política na Baixada Fluminense a partir de entrevistas de História Oral*, coordenado pelo Profº Drº Jean Rodrigues Sales com financiamento do PPHR.

aponta um caminho a ser trilhado. Apesar de não ser este o objetivo desta tese, e enteder que estas devem ser melhor aprofundadas oportunamente, cabem aqui algumas palavras sobre estes testemunhos. Entrevistei em dezembro de 2021 quatro homens, de idade entre 50 e 65 anos, dois negros e dois brancos. São pessoas que representam o *boom* demográfico que se percebeu entre os anos 1940 e 1970, processo demográfico em que Nova Iguaçu vai alcançar a marca de um milhão e cem mil habitantes. A amostragem não permite estabelecer um modelo, mas apresenta algumas características em comum. Primeiro, nenhum destes entrevistados é parte do grupo aqui identificados como estabelecidos, suas famílias chegaram na cidade uma geração antes, com os pais, com exceção de apenas um dos indivíduos. Os pais vieram para Nova Iguaçu da cidade do Rio de Janeiro ou do interior do Estado, fixaram residência em Nova Iguaçu em busca de moradia barata e renda - não exatamente emprego, mas trabalho. A exceção foi de um indivíduo que migrou do Nordeste a convite de um meio-irmão, chegando à Nova Iguaçu em 1982, depois de passar por Anchieta, bairro carioca limítrofe à Baixada Fluminense. Todos possuem atualmente nível superior completo ou em curso de conclusão, e o acesso à educação é valorizado em suas falas. Em nenhum dos casos estas pessoas têm memórias da citricultura. Quando eles e suas famílias se estabeleceram na cidade a lavoura dos laranjais já se havia transformado em loteamentos, e este é um dos atrativos para os indivíduos que estamos identificando como parte do conjunto outsider da cidade. Por outro lado, podemos recorrer a outras entrevistas, realizadas entre 2009 e 2010<sup>135</sup>, com indivíduos de idade mais avançada. Pessoas que chegaram em Nova Iguaçu entre os anos 1930 e 1960. Estes chegaram a conhecer a empresa citricultora, mas não eram os exportadores, nem os donos das chácaras. Entre estes houve quem chegou a trabalhar na lavoura, mas não constam como personagens louvados da memória da cidade, são em boa medida parte das memórias dos silenciados e não se encontram representados nos livros de memórias. Alguns são negros e negras, migrantes do Vale do Paraíba, outros do Norte Fluminense e alguns da região nordeste. Em sua imensa maioria, analfabetos, ou de baixa escolaridade, tendo a dificuldade de acesso à educação como traço comum independentemente de suas origens. Mas, certamente, representantes de uma imensa massa de indivíduos que migraram para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Sem a História Oral é provável que não pudéssemos acessar suas versões da memória da cidade para opor à narrativa dos estabelecidos. Ao analisar estas entrevistas posso dar destaque para a

---

<sup>135</sup> Entrevistas realizadas no âmbito do projeto *Memórias da Baixada Fluminense: vida, trabalho e desenvolvimento urbano em testemunhos de anciãos, 1950-2000*. Coordenado pelo Profº Drº Álvaro Pereira do Nascimento, com financiamento da FAPERJ.

diferença entre as duas gerações entrevistadas. Antecipo que um traço distintivo marcante notado foi que os mais velhos estiveram traçando suas estratégias voltadas para atender demandas mais imediatas de sobrevivência, suas e de seus familiares, a geração de entrevistado posterior já conseguiu mobilizar capital político e cultural para alterar, ou tentar alterar, a realidade social em que se encontrava. Mediante esta mudança nas práxis é possível verificar um movimento que nega, ou ao menos não assimila sem crítica, os valores tradicionalmente transmitidos. Estes atores sociais se moveram no campo político e cultural da cidade, mobilizaram estratégias com as quais enfrentaram os constrangimentos sociais que os estabelecidos construíram ao longo de décadas.

Os apontamentos que realizei neste capítulo, longe de definir a memória e a identidade de Nova Iguaçu, são indicativos ainda dos percursos historiográficos a serem percorridos nesta tese. Para cada questão levantada pretendemos efetuar ainda algumas análises, por isto os conceitos aqui demonstrados são fundamentais. Certo, tenho apenas que os instrumentos conceituais selecionados para estruturar a análise oferecem possibilidades de realizar esta pesquisa. Pois não me parece frutífero formular tal abordagem sob a perspectiva apenas do grupo que a elaborou mais ativamente, sem oferecer uma ótica dos que foram estigmatizados, fator que provavelmente dificultou que os *outsiders* pudessem deixar sua própria versão desta memória registrada e suas marcas na identidade iguaçuana. Ao mesmo tempo, mostrar que os estabelecidos não se constituem em um grupo homogêneo e, através de um indivíduo *excepcional normal*, mostrar como a formulação da identidade iguaçuana sofreu influência de determinados atores em seus espaços sociais, a depender do contexto histórico em que se ajusta a lente para efetuar esta leitura na escala dos indivíduos. Olhar a questão sob diferentes ângulos me parece ser, até onde alcança meu entendimento, a melhor forma de reconstituir o processo de formação da memória e, consequentemente da identidade de Nova Iguaçu. Memória e identidade que são resultado de um processo e não estrutura dada à qual os atores sociais tiveram que se adaptar.

## CAPÍTULO 2 – PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: IDENTIDADE E MEMÓRIA EM NOVA IGUAÇU.

“Não tem sentido a memória apenas para guardar o passado (...) A tarefa de preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro.”  
Aloízio Magalhães.<sup>136</sup>

O patrimônio cultural edificado de uma cidade constitui parte de sua identidade, contribui para a presentificação<sup>137</sup> de seu passado, acende a memória, produz reflexões sobre o presente tem potencial de promover projeções de futuros. Para falar de identidade e memória de uma sociedade através do patrimônio preciso antes atender à uma questão: que patrimônio é este? Ao apresentar uma visão diagnóstica atualizada do patrimônio edificado na cidade de Nova Iguaçu, tenho a intenção de dar perspectiva histórica sobre a composição de tal patrimônio, de seu estado de preservação, dos instrumentos que foram empregados visando sua proteção assim como abordar sua efetividade. Enfim, produzir uma leitura histórica dos processos que os selecionaram como ícones representativos da identidade e memória iguaçuana. Processos em pluralidade de sentidos, posto que seja um processo histórico, mas que este processo histórico se deu, em boa medida, através de Processos Administrativos - PA. Além dessa perspectiva histórica é possível apresentar questões a respeito de sua gestão, ou falta dela, e sobre a preservação. Indicar assim caminhos a seguir na política pública de preservação iguaçuana, seja no avanço da legislação seja através de uma utilização efetiva dos bens imóveis elencados. Não parece possível imaginar, sem uma boa dose de inocência, que estes bens representativos foram escolhidos ativa e democraticamente pelo conjunto população. Restando assim a intuição de que os meios de identificação, seleção, fixação e a tomada de decisões administrativas com o objetivo de preservar determinados locais de memória são promovidos de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos diferentes, ao longo de um processo histórico. Parte dos objetivos deste capítulo é identificar grupos e/ou personalidades que influíram neste processo histórico, para que oportunamente se possa apresentar uma análise sobre eles em capítulos posteriores. Enfim, há uma história dos patrimônios edificados, e aqui abordarei ela através da experiência de Nova Iguaçu. Veremos, eu e o leitor em minha companhia, que infelizmente esse processo invariavelmente gerou

<sup>136</sup> MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

<sup>137</sup> Os conceitos de *presentificação* e *produção de presença* foram abordados no Capítulo 1. Identidade e Memória: Possibilidades historiográficas para o estudo da Memória Histórica na cidade de Nova Iguaçu.

efeitos sobre os bens, e que as medidas protetivas em Nova Iguaçu não se traduzem em resultados positivos quanto a sua preservação, gerando no mais das vezes, o abandono e deterioração dos bens. Ciente disto irei abordar um caso concreto, através da análise da Fazenda São Bernardino, como experiência exemplar do que foi afirmado acima.

Os bens do patrimônio edificado em Nova Iguaçu serão considerados enquanto espaços que contribuem na formação da identidade dessa sociedade, num processo de construção histórica, para os quais vou recorrer a alguns conceitos do campo da preservação do patrimônio cultural na elaboração de um percurso através do tempo que legou este conjunto de bens culturais entre tantos possíveis. Para estabelecer estas balizas conceituais, com as quais pretendo posicionar a questão em torno da preservação dos bens do patrimônio cultural edificados em Nova Iguaçu, parto de uma perspectiva global para o panorama nacional e só então vamos abordar a realidade local. Para isto, sem sombra de dúvidas, serei obrigado a recuperar um pouco a trajetória da preservação no Brasil, sem me estender demais, considerando que este seja o objeto de análise de outras pesquisas que se dedicaram exclusivamente a isto.

Assim sendo, neste texto o leitor vai se deparar primeiro com uma abordagem do tema da preservação patrimonial ocidental, uma breve história enquanto prática e um resumo de seu desenvolvimento no Brasil. Em seguida passo à identificação e descrição do patrimônio material edificado iguaçano e seu estado de conservação, os métodos de proteção empregados e suas características e disposição, tanto cronológica como espacial. Além de indicar os patrimônios sob custódia de algum processo de tombamento, irei ao longo deste trabalho indicar alguns casos onde não foi possível compreender razão para a não preservação. Ou seja, alguns exemplos de monumentos, sítios e bens históricos da cidade que não possuem nenhuma proteção, apesar de possuírem significado e relevância histórica de fácil observação. Para então, depois de conhecer o estado da arte deste tema, realizar uma imersão no caso concreto da Fazenda São Bernardino, enquanto monumento icônico da região. Depois de conhecer, em parte, o desafio de preservar um bem, verificar como ele passa de uma edificação privada para um bem edificado que se constituiu em monumento histórico capaz de mobilizar sentimentos de identidade, evocar memórias e presentificar diferentes passados e projetar futuros. Nas considerações finais irei apresentar uma perspectiva para contribuir com uma melhoria no que concerne à preservação, visando aumentar a eficiência deste método na cidade. Apresento também alguns agentes históricos que contribuíram para a consolidação destes bens enquanto lugares de memória, para que possamos analisar instituições e personagens em momento oportuno deste estudo. Este é o

roteiro daquilo que o leitor encontrará neste capítulo, espero com ele estar contribuindo na experiência da leitura.

## **2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM BREVE PANORAMA DO CAMPO.**

As sociedades se encontram com o passado presentificado<sup>138</sup> através de seus fragmentos, como é o caso dos monumentos que foram legados ao longo do tempo. A preservação do patrimônio cultural é uma pauta da sociedade contemporânea que ultrapassa as questões locais ou nacionais, como podemos ver através de entidade como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que tem a ambição de “Proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”<sup>139</sup>. O tema esteve no centro do debate da formação dos Estados Nacionais, nas disputas por hegemonia desde pelo menos o século XIX<sup>140</sup>. Por sua relevância, este ganhou destaque transnacional, gerando uma gama de documentos como as Cartas Patrimoniais<sup>141</sup>, às quais os representantes das nações, sobretudo segundo um parâmetro ocidental de civilização e desenvolvimento, buscaram participar como seus signatários. Atualmente o debate em torno do patrimônio cultural “oscila entre a história nacional e as memórias coletivas”<sup>142</sup>, ou seja, encontra além do espaço nas narrativas nacionais acolhida entre demandas por identidades de grupos sociais de variadas dimensões e reivindicadas tanto como aspecto da identidade de grupos como bem como na construção de identidades regionais ou locais.

Este movimento ganhou seus primeiros documentos internacionais nas Cartas de Athènes – 1931 e 1933, e desde então o debate sobre patrimônio cultural se dá em encontros, que se realizam em diferentes países. As práticas de preservação de que já existem em países europeus desde a emergência do monumento histórico no século XV irão se intensificar a

---

<sup>138</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. Produção de Presença: O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 2010.

<sup>139</sup> Trecho da descrição no sítio eletrônico da UNESCO, na apresentação do campo: O que nós fazemos - Cultura. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/culture>, em Acessado em: 15/02/2023.

<sup>140</sup> Entre outros, ver: FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. *Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan*, 1997. e CHOAY, Franoise. A alegoria do patrimônio. Edições 70, Lisboa, Portugal. 2014

<sup>141</sup> As Cartas Patrimoniais são documentos que contém desde conceitos a medidas para ações administrativas com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e/ou cultural, material imaterial ou arquitetônico, que se produzem em encontros envolvendo representantes de diversos países. Ver em: CURY, Isabelle (Org). Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

<sup>142</sup> GONÇALVES, 2015: 220

partir da década de vinte do século XIX junto às narrativas nacionalistas<sup>143</sup>. Com a chegada do século XX se inicia a mundialização desta prática, através de encontros entre arquitetos, urbanistas, colecionadores, entre outros interessados no tema, deu-se o início a esta prática de construção de documentos norteadores, que passamos a conhecer como Cartas Patrimoniais<sup>144</sup>. Com o avançar do século XX estes documentos ganharam novos signatários ao redor do globo, o conceito de patrimônio cultural ganha contornos ampliados, cada vez mais associando a preservação e conservação destes patrimônios culturais aos contextos sociais locais, ao mesmo tempo em que os inscreve como um direito humano fundamental universal. Françoise Choay aponta para a origem francesa do modelo jurídico, administrativo e técnico das políticas culturais do Estado na preservação do patrimônio edificado.

“Na origem privado, o culto do monumento histórico não se tornou em religião ecuménica do patrimônio edificado pela conversão individual de seus fiéis. A sua transformação foi preparada (...) com a chegada de uma gestão estatal, de que a França ofereceu à Europa o modelo jurídico, administrativo e técnico. [Grifos meu] Mas a metamorfose quantitativa sofrida pelo patrimônio cultural desde os anos sessenta do século XX resulta mais diretamente de um conjunto de processos solidários que, em França, confirmam a política cultural do Estado e, nos outros locais, assombram muitas vezes sua realização.”<sup>145</sup>

Ou seja, segundo o autor o modelo de preservação que conhecemos e praticamos, em larga medida, foi gestada pelo Estado francês desde o século XIX, e após os anos sessenta do século XX ganha dimensões planetárias. Ainda segundo Choay, estes valores foram mundializados ao longo do século XX, alcançando através da UNESCO, em 1972, um ponto de culminância da ocidentalização deste campo. Assim, a luta por direitos de grupos sociais irá, ao longo da segunda metade do século XX, gradualmente substituir as narrativas nacionais. O *Patrimônio Cultural* será cada vez mais uma questão de identidade de grupos em torno de sentidos e significados em disputa.

O Brasil, desde os anos 1930, vem construindo uma relação institucional com o tema do patrimônio cultural. Esta institucionalização inaugurou-se através da fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN em 1936, atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN<sup>146</sup>. Neste percurso é possível verificar o que afirmou Françoise Choay em relação a agência do Estado e da demanda por um caráter de

<sup>143</sup> CHOAY, Franoise. A alegoria do patrimônio. Edições 70, Lisboa, Portugal. 2014.

<sup>144</sup> CURY, Isabelle. Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

<sup>145</sup> CHOAY, 2014: p223

<sup>146</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1997.

reforço da identidade nacional na seleção dos monumentos. Atestam este aspecto diversos autores, mas tomo emprestada a fala de uma proeminente representante do próprio órgão federal brasileiro de preservação, quando representante do IPHAN na Conferência de Nara, Japão, em 2004. Na ocasião a conselheira consultiva do IPHAN, Maria Cecília Londres Fonseca, apresentou um breve relato do desenvolvimento da proteção ao patrimônio cultural no Brasil através deste órgão, e sobre os primeiros tempos ela comunica que:

“Os agentes da preservação cultural nesse período eram predominantemente arquitetos voltados para a proteção do crescente acervo monumental tombado, em sua grande parte edificado no período colonial. Os remanescentes de vários outros grupos étnicos, assim como as tradições – como festas, folguedos e celebrações de cunho religioso – eram objeto da atenção de folcloristas, etnólogos e antropólogos, que os coletavam e documentavam em outros espaços institucionais e a margem do campo das políticas estatais de patrimônio histórico e artístico.

Consequentemente a nação representada no conjunto de bens móveis e imóveis a que se atribuía excepcional valor e, em decorrência, se protegia com o tombamento, era, até o final dos anos setenta, predominantemente branca, cristã e de tradição europeia. A marca de grupos de tradições não-ocidentais na formação da sociedade brasileira estava praticamente ausente do patrimônio cultural constituído com base na legislação vigente.”.<sup>147</sup>

Não por acaso, em um momento de fechamento de regime político a questão do patrimônio histórico recebeu uma especial atenção do Estado brasileiro em busca da consolidação de uma identidade nacional, considerando o interesse em construir uma narrativa nacional coerente e em acordo com a visão do novo regime. Esta perspectiva, como iremos perceber, permeará a prática local de preservação na cidade de Nova Iguaçu.

*Pari passu*, na mesma década de 1930, Nova Iguaçu recebeu receberá um prefeito interventor, nomeado pelo novo regime político, que inaugurou uma narrativa histórica através da celebração de seu centenário. A partir da formulação desta identidade centenária comemorada em 1933<sup>148</sup>, deu-se início a uma tradição, que não se propôs a questionar o mito fundador municipal, antes reificando esta data como dado. Eleita esta baliza cronológica na tradição municipal, passou-se a produzir a identificação dos bens a serem transformados em lugares de memória na cidade.<sup>149</sup> No entanto somente décadas depois terá verdadeiro impacto na produção de tombamentos na cidade. Apesar de logo em 1951 haver um patrimônio cultural tombado pelo IPHAN, é no espaço de pouco mais de uma década entre, 1978 e 1990, que Nova Iguaçu se percebeu um surto de adesão à “religião ecuménica do patrimônio

---

<sup>147</sup> FONSECA, 2007: p71

<sup>148</sup> O prefeito Arruda Negreiros, interventor nomeado por Amaral Peixoto contrata o geógrafo Maia Forte com a finalidade de elaborar uma publicação comemorativa para a cidade, nesta obra é indicada a data da elevação da freguesia de Iguassú à condição de Vila, em 15 de janeiro de 1933. FORTE, José Matoso Maia. Memória da Fundação de Iguassú. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1933.

<sup>149</sup> Op cit. NORA, 1993

edificado”<sup>150</sup>, com certo atraso em relação a outras regiões do país com políticas de preservação mais consolidadas e reconhecidas em âmbito nacional e internacional, como Ouro Preto (MG) e Salvador (BA), ou a vizinha cidade do Rio de Janeiro (RJ) com espantosa quantidade de bens tombados<sup>151</sup>. Desta forma, foi possível perceber em escala local, como uma demanda nacional pela preservação do patrimônio histórico e cultural pôde ser objeto de apropriação de grupos sociais que elegeram lugares de memória segundo sua visão de mundo. Ao mesmo tempo encontrar conformidade com a mundialização desta prática apontada acima no que se refere ao contexto em que o referido surto se produz na cidade.

Quanto à preservação de bens culturais é possível dividi-los em diferentes categorias, como materiais e imateriais, por exemplo. Entre os bens materiais existem os monumentos, obras de arte, mobiliários e maquinários que podem ser representativos de uma cultura ou de uma época. No entanto, sem dúvidas os bens de origem arquitetônica, doravante denominados bens do patrimônio cultural edificado, patrimônio edificado ou patrimônio/monumento arquitetônico, constituem o patrimônio cultural mais difundido e mais frequentemente tornado objeto de tombamento no Brasil<sup>152</sup>. E é sobre esta categoria que nos debruçaremos a seguir, dentro do recorte cronológico entre 1933 e 2003, na cidade de Nova Iguaçu. Entre outros fatores, devo confirmar que a seleção desta categoria se impôs nesta pesquisa, posto que na cidade não encontramos nenhum outro tipo de patrimônio cultural<sup>153</sup> que tenha sido preservado através de instrumento de tombamento dentro do recorte cronológico indicado. Quero destacar que este conjunto de bens culturais, como destacou Maria Cecília Londres Fonseca, é “*predominantemente branca, cristã e de tradição europeia*”<sup>154</sup>. Em nosso país os elementos da cultura popular vão ganhar espaço na política pública nos anos setenta. Concorreu, neste sentido, a forte influência da atuação de Aloísio Magalhães<sup>155</sup>, primeiramente, através do trabalho do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC depois no IPHAN. Nos anos 1980 Aloísio Magalhães indicou para a preservação do terreiro de candomblé Casa Branca (Salvador/Bahia – Processo de tombamento:1067-T1982) como bem

---

<sup>150</sup> Op cit. NORA, 1993

<sup>151</sup> Ver GUIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA: bens tombados 2014 / coordenação geral Washington Fajardo. -ed. - Rio de Janeiro: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, 2014. 288 p.

<sup>152</sup> Sobre o tombamento no Brasil ver: RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro : IPHAN, 2009.

<sup>153</sup> Como desdoblaremos adiante, pode se perceber que há tombamento da Reserva Biológica do Tinguá, um patrimônio natural do Estado do Rio de Janeiro que abrange o território atual de Nova Iguaçu, mas este é um bem de outra natureza de classificação, não sendo obra da atuação do gênio humano.

<sup>154</sup> FONSECA, 2007

<sup>155</sup> Aloísio Sérgio Barbosa Magalhães, conhecido por Aloísio Magalhães, foi artista plástico, designer e ativista cultural brasileiro, e se torna referência para este trabalho notadamente pela sua atuação no IPHAN e MEC nos fins dos anos 1970 até sua morte em 1982. Ver: FRAZÃO, Dilva: *Aloísio Magalhães*. In. EBIOGRAFIA. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/aloiacio\\_magalhaes/](https://www.ebiografia.com/aloiacio_magalhaes/), Acessado em 09/05/2023.

do patrimônio imaterial a ser preservado, primeiro no país deste tipo, por exemplo. Magalhães, que é considerado um dos responsáveis por esta mudança de paradigma no campo do patrimônio cultural, afirmava:

“A nossa realidade é riquíssima, a nossa realidade é inclusive desconhecida. É como se o Brasil fosse um espaço imenso, muito rico, e um tapete velho roçado, um tapete europeu cheio de bolor e poeira tentasse cobrir e abafar este espaço. É preciso levantar este tapete, tentar entender o que se passa por baixo. É dessa realidade que devemos nos aproximar, entendendo, tendo sobre ela uma certa noção.”<sup>156</sup>.

O tombamento de terreiros e casas de religiões de matriz africana, como o do exemplo, só passou a existir muito recentemente em nosso país, com a noção de *Bens Culturais* elaborada por Magalhães<sup>157</sup> - bem como a assimilação do conceito de *Patrimônio Imaterial*, influenciando bastante nas políticas públicas que passaram a ser produzidas, inclusive na constituição de 1988. Não que Nova Iguaçu tivesse realizado um tombamento pioneiro neste sentido, dado o caráter conservador que identificamos na prática local. Porém, cabe relatar que o patrimônio cultural brasileiro esteve tanto tempo em descompasso com a realidade cultural de expressiva parcela de sua população, e, seja dentro ou fora do recorte deste estudo, a sociedade iguaçuana não avançou muito no sentido de reconhecer elementos culturais populares, fixando-se muito a uma perspectiva de proteção voltada aos monumentos históricos, ou bens culturais edificados. Estando Nova Iguaçu, portanto, alinhada ao que era corrente nas práticas de preservação do patrimônio no Brasil e fora dele.

Constitui exceção a inclusão recente do *Grêmio Recreativo Escola de Samba Leão de Nova Iguaçu*, numa emenda de 2013 à Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu<sup>158</sup>. A LOM-NI é o instrumento de proteção adotado no âmbito municipal, o que será detalhadamente debatido adiante. Porém, não posso deixar de indicar que ainda não há a incorporação de outras manifestações culturais populares mais tradicionais na cidade, como os festejos juninos, os reisados ou cavalgadas de São Jorge. Concordo com José Reginaldo Santos Gonçalves quando este afirma:

“Os patrimônios podem simultaneamente servir aos propósitos da indústria turística em escala planetária, às estratégias de construção de “identidades”, à formação de subjetividades individuais e coletivas, às reivindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais, ou ainda a políticas de Estado. Mas

---

<sup>156</sup> MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.P15.

<sup>157</sup> MAGALHÃES, Aloísio. 1985.

<sup>158</sup> NOVA IGUAÇU. Câmara Municipal de Nova Iguaçu – Lei de 30 de maio de 1990. Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu. Abordarei detidamente alguns aspectos da Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu/LOM-NI ao longo deste capítulo.

em todos esses usos do patrimônio é possível perceber determinados modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e futuro.”<sup>159</sup>

Há articulações entre variados e, até mesmo antagônicos, interesses sobre um mesmo bem cultural. A depender dos interesses em disputa, haverá maior ou menor atenção dos agentes políticos (vereadores, secretários, prefeitos, deputados, presidentes de associações ou entidades classistas, entre outros.), capazes de mobilizar as políticas públicas para produzir efeitos de proteção sobre determinados patrimônios. A inclusão da popular escola de samba Leão de Iguaçu demonstra como interesses variados e difusos se articulam e movem estas ações da política de preservação, enquanto outras manifestações culturais na cidade permanecem fora do alcance deste tipo de política pública pela mesma razão, em sentido inverso, a falta de articulação em torno destes.

Conclui-se disso que há um descompasso e um lapso temporal entre o que se produz em âmbito da administração pública federal no campo da preservação patrimonial e a realidade municipal. Práticas federais iniciadas nos anos 1980 levarão, como vimos no caso de bens do patrimônio cultural imaterial, quatro décadas para serem reproduzidas na esfera municipal iguaçuana, ainda assim timidamente. Os ventos de mudança nas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, soprados pela Constituição Federal de 1988, irão inflar velas na Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu, no entanto, nem todos os avanços se farão presentes num primeiro momento. O “tapete embolorado” demora-se ainda sobre a rica superfície iguaçuana.

Ainda hoje é comum, entre especialistas no tema da preservação e conservação de patrimônios edificados, a opinião de que a ausência de um uso do bem no tempo presente está diretamente associada à deterioração deste bem<sup>160</sup>. Ou seja, não ter uma atividade, seja da natureza que ela for -empresarial, comercial, museológica, cultural, administrativa, entre outros-, concorre para seu arruinamento. A maioria dos bens tombados em Nova Iguaçu, com duas exceções pontuais que oportunamente receberão menções, não possuem já há alguns anos qualquer uso. Seja como centro de memória, museu, órgão público ou mesmo um empreendimento privado. Eles encontram-se vazios, fechados, arruinando-se, legados ao abandono, ou invadidos e descaracterizados por pessoas em busca de moradia ainda que

---

<sup>159</sup> GONÇALVES, 2015: p 218.

<sup>160</sup> Este debate se dá desde, pelo menos, meados do século XIX, como se observa no verbete deste período sobre “Restauração”, de Viollet Le Duc: “Ademais, o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, e satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações.” (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 65). In.: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

precária<sup>161</sup>. O que reforça uma perspectiva em relação ao tema da conservação e preservação associada ao fato de os bens tombados precisarem de um uso social<sup>162</sup>. Ainda que estas novas utilizações encerrem o processo histórico daquele bem, inserindo na construção de memória histórica e lhes tornando recurso para a produção de presença desta sociedade<sup>163</sup>.

A seguir faço a apresentação do Patrimônio Cultural de Nova Iguaçu, com ênfase nos bens de pedra e cal<sup>164</sup> através dos tombamentos na esfera municipal, estadual e federal. Após este mapeamento do campo dos bens edificados<sup>165</sup> quero acompanhar um evento envolvendo a Fazenda São Bernardino. Imóvel que servirá de exemplo de como a preservação do Patrimônio Cultural se dá na prática quando este não permanece sob o foco dos holofotes da narrativa nacional, nem sob uma forte demanda social local mobilizada para sua preservação e conservação, ou em meio a busca da garantia de direitos ou reparações através do dever de memória<sup>166</sup>. O tombamento da Fazenda São Bernardino dá testemunho deste processo, no qual o Estado brasileiro atende uma demanda do poder local, põe o bem sob sua tutela, mas não avança nas medidas protetivas. A situação vai se desdobrar em uma série de eventos que

---

<sup>161</sup> O estado de conservação destes bens pode ser observado por mim, em atividades de visitação de campo. Visitei cada uma das estações de trem, as casas e ruínas mencionadas e a quase totalidade dos templos tombados em Nova Iguaçu. Constitui exceção, quanto à visitação, a igreja de N.S. do Marapicu em função do alerta de que a igreja encontrasse com o acesso arriscado para visitas, devido à ocupação do território por traficantes e o conflito pelo território com milicianos, por esta razão recebi imagens de arquivo pessoal do arquiteto Flávio Araújo. As estações ferroviárias de Jaceruba e Vila de Cava passaram por processo de ocupação para fins de moradia, sendo que a de Vila de Cava passou por ação de resgate por medida municipal, como podemos ver na mensagem que o Secretário Municipal de Cultura, Marcus Monteiro, enviou através do Whatsapp para mim em 15 de julho de 2021: “A Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu realizou hoje, 15/06, a ação de apropriação e notificação de ocupantes da histórica Estação Ferroviária de Vila de Cava. A iniciativa que contou com a participação das secretarias de Cultura, Semadetur, Semug/Turismo/Ordem Pública, Sendur e Segurança Pública (PROEIS), faz parte do projeto da prefeitura de assumir definitivamente as antigas estações ferroviárias tombadas dos ramais de Tinguá e Rio D'ouro com o intuito de restaurar e ocupar estes importantes bens culturais pertencentes a União Federal e tombados pelo Governo do Estado e pelo Município de Nova Iguaçu. Esteve também presente na ação o diretor-presidente do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural- INEPAC, prof. Cláudio Elias e equipe. #prefeituracultural”. Assim como a matéria do Portal C3, disponível em: <https://www.portalc3.net/prefeitura-de-nova-iguacu-realiza-acao-de-resgate-historico-na-estacao-ferroviaria-de-vila-de-cava/>, acessado em 03/04/2023.

<sup>162</sup> MARKS, Stephen (ed.). *Concerning Buildings: Studies in Honour of Sir Bernard Feilden*. Butterworth-Heinemann, 1996.

<sup>163</sup> DE SÁ, Celso Pereira. A memória histórica numa perspectiva psicossocial. *Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social*, 2012, 8.14.

<sup>164</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mario (Org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 28: 59-79.

<sup>165</sup> Ao final desta tese apresento o Apêndice I. Este apêndice contém um mapa atual do município de Nova Iguaçu, após as emancipações, indicando a localização de cada bem edificado tombado situado no território municipal. Nele é possível identificar o local, as coordenadas de latitude e longitude, o número do processo de tombamento nas diferentes esferas de poder, breve descrição do bem e uma imagem. Este material foi produzido por mim, para esta tese, com base em trabalho de campo, relatórios, pesquisa de arquivos e fontes diversas, como os diferentes processos de tombamento de cada um destes bens.

<sup>166</sup> Sobre dever de memória ver: ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores, Antíteses, vol. 3, n. 5, jan-jun 2010, p. 21-37. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 23 fev 2023.

levaram o imóvel ao arruinamento decorrente da retirada de sua historicidade sem incluí-la em atividade produtora de presença -museu, fundação cultural, centro cultural, entre outros-, com a desapropriação do mesmo sendo concluída já com o estrago dado. Adiante, neste capítulo, trarei dados sobre o tombamento e o arruinamento da Fazenda São Bernardino.

## **2.2 - IDENTIFICANDO OS BENS DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE NOVA IGUAÇU**

O patrimônio cultural da cidade de Nova Iguaçu que está formalmente identificado e sob algum instrumento de proteção, possui registro nos três níveis governamentais: federal, estadual e municipal. Isto não significa, no entanto, que todos os bens de interesse histórico e cultural na cidade receba algum nível de atenção destas instâncias. Bem como não significa também que em cada esfera existam medidas institucionais garantidoras de sua conservação e preservação. Passo a elencar, a seguir, tão somente os bens culturais registrados em cada esfera governamental como sendo de interesse à memória e a história local, regional e nacional, e sob qual instrumento administrativo de proteção estes patrimônios históricos estão salvaguardados em nível municipal, estadual e federal. Começo pela esfera municipal.

Ao investigar a questão do tombamento, proteção e preservação do patrimônio cultural na administração municipal, o único documento legal que iremos identificar será a Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu – LOM-NI. As leis orgânicas são ordenamento social de uma municipalidade, devendo respeitar os limites constitucionais nacional e estadual, mediando os limites da atuação legislativa da administração municipal:

“Enquanto lei maior de um município (Lei Orgânica Municipal), é uma lei genérica elaborada conforme as determinações das Constituições federais e do respectivo governador, que requer a aprovação da Câmara Municipal e a maioria de dois terços dos seus membros.”<sup>167</sup>.

A Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu – LOM-NI foi promulgada em 30 de maio de 1990, em obediência ao que dispõe a Constituição Federal. E nos interessa aqui pois, na ausência de uma legislação específica, serviu e serve ainda atualmente, como instrumento de preservação do patrimônio cultural da cidade de Nova Iguaçu. Ou seja, ao abordar a proteção dos patrimônios iguaçuanos, é preciso considerar a LOM por inexistir, ainda hoje, uma lei de tombamento municipal. Este estudo que ora realizo não é minha primeira experiência neste assunto em particular. De 2015 até 2018 atuei profissionalmente nas secretarias municipais

---

<sup>167</sup> Equipe editorial de Conceito.de. (22 de Fevereiro de 2012). Atualizado em 20 de Julho de 2021. *Lei orgânica - O que é, conceito e definição*. Conceito.de. <https://conceito.de/lei-organica> Acessado em 05/04/2023

que possuíam alguma ligação com o tema da preservação do patrimônio cultural. Na Secretaria Municipal de Cultura - SEMCULT, onde assumi a incumbência de retomar o Centro de Memória de Nova Iguaçu, e na Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMIF, onde sua Subsecretaria de Urbanismo teve, por um breve período, uma Superintendência de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico - SPAU, lugar onde ocupei a função de *coordenador de patrimônio* durante um ano e oito meses, antes de pedir exoneração do cargo. Neste período levantei a legislação existente, ou melhor, verifiquei a inexistência de legislação específica que discipline a matéria da preservação do patrimônio, tanto material, imaterial ou qualquer outra natureza de bens culturais<sup>168</sup>. Assim resta somente o que está expresso nas diretrizes da Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu, sobre a qual passo a comentar a seguir.

Na Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu há uma listagem com imóveis de interesse para a preservação, relacionados como *bens culturais tombados definitivamente*. Na redação original do documento, promulgado em 30 de maio de 1990, no Capítulo II artigo nº177, constam dezenove *bens culturais*<sup>169</sup>. São eles:

“Art. 177 – Ficam tombados definitivamente como patrimônio cultural municipal os seguintes bens culturais:  
*Estação Ferroviária de Adrianópolis;*  
Estação ferroviária de Japeri;  
*Igreja Santo Antônio da Prata;*  
*Capela da Fazenda da Posse (Sagrada Família);*  
Igreja Nossa Senhora da Conceição de Queimados;  
*Igreja Nossa Senhora da Conceição de Marapicu;*  
*Capela de Nossa Senhora de Guadalupe;*  
*Lar de Joaquina e Entreposto de Laranjas) Av. Abílio Augusto Távora);*  
*Instituto de Educação Rangel Pestana;*

<sup>168</sup> Sobre o Centro de Memória de Nova Iguaçu - CMNI tive acesso apenas a dois trabalhos, BATISTA, Allofs Daniel *et al.* Lugares de memória: o exemplo do Centro de Memória da Cidade de Nova Iguaçu. In: Elis Regina Barbosa Ângelo; Euler David de Siqueira. (Org.). *Concepções, Memórias e Patrimônio Cultural: História, sociedade e educação em foco*. 1ed.Curitiba: PRISMAS, 2016, v. 1, p. 265-280. e TEIXEIRA, Matheus. O Centro de Memória de Nova Iguaçu: *O silêncio das memórias iguaçuanas*. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) Departamento Multidisciplinar do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFF, Volta Redonda/RJ, p.54. 2022.

<sup>169</sup> Estes são os bens culturais tombados pela redação original da LOM-NI. A versão atualizada em 2017 que possui da Lei Orgânica Municipal contém os dois acréscimos a seguir: “Pista de skate da Praça Ricardo Xavier da Silveira (Av. Dr Mário Guimarães); (incluído pela ELO nº34/2015) e Grêmio Recreativo Escola de Samba Leão de Nova Iguaçu (como Patrimônio Cultural Imaterial), (incluído pela ELO nº35/2015)”, mas nosso interesse recai sobre o texto na época de sua confecção, visto que ele expressa uma forma de pensar o patrimônio cultural dentro de um contexto histórico e uma visão de mundo sobre quais bens representam, e quais não representam, uma memória e identidade a ser preservada. Solicitei à Procuradoria da Câmara, na figura de seu procurador, Drº João Bosco Filho, informações sobre uma nova versão da LOM-NI, dado o lapso entre a versão de 2017 e o momento em que realizei este estudo. Prontamente recebi uma versão preliminar da versão que a Câmara Municipal de Nova Iguaçu está elaborando com novas Emendas. No artigo nº177 há dois acréscimos posteriores aos já elencados: Cruz Vermelha Brasileira (R. Coronel Bernardino de Mello); (Incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 40/2019) e XXII- Atividades do Colégio Leopoldo (Incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 41/2019). Há um acréscimo total de quatro (04) patrimônios culturais além do recorte cronológico deste estudo, sendo assim, a listagem atualizada possui um total de 22 bens tombados pela LOM-NI. Nem todos estão no atual território municipal.

*Reservatório de Rio D'ouro;*  
*Antiga Estação Ferroviária de Tinguá;*  
*Antiga Estação Ferroviária de Jaceruba;*  
*Antiga Estação Ferroviária de Vila de Cava;*  
*Antiga Estação Ferroviária de Rio D'ouro;*  
*Fazenda São Bernardino;*  
*Hospital Iguaçu;*  
*Igreja São Sebastião de Austin;*  
Capela Nossa Senhor do Bonfim de Engenheiro Pedreira.”<sup>170</sup>

O que vemos neste artigo da LOM-NI é a deliberada intenção de garantir a proteção destes bens culturais, considerando-os tombados definitivamente. Cumpre observar um detalhe. A cidade possuía um território diferente à época. Uma série de emancipações nos anos 1990 alteraram os limites municipais, alterando também os bens culturais que atualmente estão em seu território. Da listagem acima, três dos bens relacionados deixaram de pertencer à cidade com as emancipações: Estação ferroviária de Japeri; Igreja Nossa Senhora da Conceição de Queimados; Capela Nossa Senhor do Bonfim de Engenheiro Pedreira, pertencentes aos atuais municípios de Japeri e Queimados, distritos emancipados de Nova Iguaçu nos anos 1990. Portanto, restam na cidade, entre os bens relacionados no texto original da Lei Orgânica Municipal todos os demais, totalizando dezesseis que permanecem nos limites atuais da cidade.

Apesar do status de “tombamento definitivo” dado pela LOM-NI a administração municipal de Nova Iguaçu, é bom reforçar aqui, não possui legislação que regulamente a matéria da preservação e conservação do patrimônio cultural. Esta seria necessária para atender à regulamentação da matéria contida na Lei Orgânica Municipal. Nem mesmo uma atribuição clara da competência da preservação e conservação do patrimônio cultural é possível encontrar na estrutura administrativa da cidade ao longo do tempo. Algo que contraria a própria Lei Orgânica Municipal. As secretarias municipais deveriam possuir regimentos internos, e estes serem publicados em diário oficial. No entanto, as pastas costumam passar por fusões e extinções, ao longo das mudanças de governo, e estas transformações não são acompanhadas pela devida regulação regimental, antes suas atribuições ficam ao sabor das demandas políticas e governamentais de cada gestão. A proteção ao patrimônio esteve, durante grande parte do período sob estudo, debaixo da gestão da pasta da Educação, em tempos no qual não existia Secretaria Municipal de Cultura na

---

<sup>170</sup> LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, 1990, pg. 50,51. Grifos meus  
81

cidade<sup>171</sup>. Desta forma acabava sendo ela, a Cultura, sempre um órgão apêndice, sem autonomia ou orçamento próprio. Como ocorria na esfera federal até a criação do Ministério da Cultura nos anos 1980. Somente ao longo dos anos 1990 que, em Nova Iguaçu, passou a Cultura a coexistir na pasta do Esporte e Lazer enquanto órgão independente da Educação. E apenas depois dos anos 2000 houve uma separação destas duas pastas em secretarias específicas, reflexo das transformações da gestão pública em âmbito federal, decorrente das cobranças oriundas do Ministério da Cultura relativas ao repasse de recursos federais e assinatura de convênios na área cultural. Esta realidade de dependência de outros organismos durante tanto tempo, no meu entendimento, apontou para uma dificuldade administrativa municipal no tocante à Cultura, o que impactou diretamente no tema da preservação.

A Lei Orgânica Municipal previu em seu Capítulo II a proteção dos bens culturais, porém identificamos que não passou deste ponto o interesse municipal no que toca à proteção e conservação. Assim como ocorre com a Constituição Federal<sup>172</sup>, as Leis Orgânicas Municipais carecem de uma regulamentação de seus dispositivos, através de legislação específica para cada matéria. Esta ausência se verifica a despeito do que dizem os Artigos nº 171 e o nº 175, do Capítulo II – DA CULTURA:

“Art. 171 – O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, estadual e municipal, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, através de:

(...)

*V – preservação, conservação e recuperação de bens nas cidades e sítios considerados monumentos históricos e arquitetônicos;*

(...)

*XI – proteção dos documentos, das obras e outros bens de valor histórico, artístico, cultural e científico, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.*

(...)

*Art. 175 – O poder público, com colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural do Município, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e outras formas de acautelamento e preservação.*

*§ 1º - Os documentos de valor histórico-cultural terão sua preservação assegurada, inclusive mediante recolhimento a arquivo público municipal.*

*§ 2º - os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.” [Grifo meu]<sup>173</sup>.*

---

<sup>171</sup> TEIXEIRA, Matheus. *O Centro de Memória de Nova Iguaçu: O silêncio das memórias iguaçuanas*. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) Departamento Multidisciplinar do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFF, Volta Redonda/RJ, p.54. 2022.

<sup>172</sup> Com relação a ausência de leis para disciplinar direitos, deveres e normas previstos constitucionalmente temos: “A Constituição Federal determina direitos, deveres e normas a serem seguidas para que a nação mantenha a sua soberania e a sua organização social. Entretanto, nem tudo o que está escrito na Constituição no Brasil é regulamentado por lei, fazendo com que o direito, mesmo existente, não possua respaldo legal.” Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/mandado-de-injuncao/#h-para-que-ele-serves> Acesso em 20/02/2023.

<sup>173</sup> LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, 1990. P. 49 e 50.

Aqui os legisladores<sup>174</sup> avançaram numa política pública de preservação. Mas é fundamental ponderar que o documento seja fruto de seu tempo. Isto significa dizer que, a Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu, promulgada em 1990, encontrou-se sob influência do espírito da Constituição Federal de 1988 e, no tocante à preservação, a reproduziu. A própria Constituição esteve, ela mesma, imbuída das influências produzidas pelo debate centrado na questão do patrimônio em escala global, que se desdobraram nas Cartas Patrimoniais exaradas em conferências como a de Veneza, onde se fundou o *International Council on Monuments and Sites - ICOMOS*<sup>175</sup>. Porém é lamentável observar que a legislação municipal até momento deste estudo não prosperou no sentido de disciplinar estes dispositivos previstos na LOM-NI, o que em muito serviram para alertar sobre possíveis conflitos em torno do tema da preservação na cidade<sup>176</sup>. Ou, dito de outra forma, a vontade de alinhar a legislação local à realidade nacional e às diretrizes em nível global no tocante à preservação e conservação de bens e monumentos ao menos consta naquela que seria a “constituição municipal”, ainda que apenas como uma estratégia de alinhamento ao pensamento vigente sobre o assunto. Não significa que houvesse intenção real de avançar no assunto, mas incluir este tema na LOM-NI garante o mínimo – estar reproduzindo na esfera local diretrizes indicadas em nível federal.

Não é difícil imaginar os sistemas de pesos e contrapesos políticos que estiveram em jogo durante a redação, e os debates em torno do texto, bem como os conflitos até chegar a esta versão que veio a ser publicada em maio de 1990. Infelizmente, este exercício de imaginação não pode ser superado no espaço desta pesquisa, pela ausência de elementos acessíveis para tanto<sup>177</sup>. Que houve um debate por causa da confecção deste documento, não

---

<sup>174</sup> A Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu foi produzida sob orientação de uma “MESA DIRETORA ORGANIZANTE” composta pelos seguintes integrantes: Itamar Serpa Fernandes – Presidente; Vítor Gomes Rozeira - 1º Vice-Presidente e João Batista dos Reis - 2º Vice-Presidente; Douglas Marcelo Vilas Boas Távora - 1º Secretário e Antônio Cardoso - 2º Secretário; Josué Luciano de Paula e Jamil Matos Dantas Mafra - 2º e 1º Suplentes e Mário Marques Filho – Relator. Além de uma “MESA DIRETORA DA GRANDE COMISSÃO” composta por Margareth Lydia de Moraes - Presidente; Gilson José de Brito – Secretário; Ricardo Meirelles Gaspar – Vice-Relator e Rosely Souza da Fonseca – Relator Adjunto.

<sup>175</sup> O ICOMOS, é uma organização não governamental que trabalha para conservar e proteger sítios de patrimônio cultural em todo o mundo. Somos a única ONG mundial dedicada à aplicação de técnicas, teorias e metodologias científicas à conservação de elementos tangíveis e intangíveis de sítios de patrimônio cultural. Disponível em: <https://www.icomos.org/what-is-icomos/>, Acessado em 10 de janeiro de 2023.

<sup>176</sup> Em 2018 produzi, na condição de Coordenador do Patrimônio Cultural Edificado, minuta de lei visando dar o devido disciplinamento ao que preconiza a LOM-NI. Até o momento da redação este estudo não foi identificado nenhum avanço quanto a transformação desta minuta em lei municipal. Redação da Lei de Patrimônio Cultural – Processo: 2018/010608.

<sup>177</sup> Sobre a existência de documentos e atas sobre os trabalhos de redação e consolidação da Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu é impossível afirmar. A Câmara Municipal de Nova Iguaçu - CMNI possui imenso acervo, com atas, documentos do legislativo e materiais ainda desconhecidos, porém seu acesso não está sendo viabilizado por este órgão, apesar de haver forte demanda para que o mesmo estivesse disponível para fins acadêmicos. O atual Presidente da Câmara, Eduardo Reina, chegou a nos convidar para redigir legislação com esta finalidade, na qual contribuímos ativamente junto ao procurador da casa legislativa, o Drº João Bosco, o que

restam dúvidas, mediante a dimensão que tal texto possui dentro da administração municipal. Porém, estando cientes da inexistência de regulação da matéria através de leis municipais passados mais de trinta anos, é fácil concluir que o tema segue em aberto. Enquanto isto, aqueles bens tombados definitivamente pela LOM-NI não encontraram na administração municipal na maior parte do tempo qualquer amparo, ou ações que lhes preservem e conservem. Ou seja, mesmo havendo previsibilidade quanto à atribuição municipal de preservação dos bens tombados pela Lei Orgânica Municipal, como demonstrado acima, a ausência de leis para regulamentação torna-lhe letra morta.

Na esfera do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a preservação e conservação dos bens culturais possuiu, desde os anos 1970, uma estrutura e legislação melhores definidas. No interior da estrutura administrativa da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro<sup>178</sup> existe o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC.

“O Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac, criado em 1975, é o herdeiro direto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara - DPRA, criada por decreto em 1963 (primeiro órgão de preservação do patrimônio cultural, em nível estadual). O Instituto dedica-se à preservação do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro, elaborando estudos, fiscalizando e vistoriando obras e bens tombados, emitindo pareceres técnicos, pesquisando, catalogando, inventariando e efetuando tombamentos.”<sup>179</sup>

O INEPAC oferece acesso às informações a respeito dos bens protegidos pelo órgão por meio de seu sítio eletrônico. Então, seguindo minha intenção de elencar os bens tombados em Nova Iguaçu, como todo cidadão pude visitar em seu sítio eletrônico um campo voltado ao “*Patrimônio Cultural Bens Tombados*” onde um hiperlink direciona o visitante a uma “*Lista dos bens tombados pelo INEPAC*”<sup>180</sup>. Esta possui uma guia com a possibilidade de filtrar os

---

resultou na criação do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Mario Marques da Câmara Municipal de Nova Iguaçu (CPDOC-CMNI). No entanto, desde sua aprovação em plenário e publicação em Diário Oficial, não encontrou efetivo funcionamento. Umas de suas atribuições seria a sistematização e promoção do acesso ao acervo que a casa preserva. A aprovação do CPDH-CMNI se deu em 17 de maio de 2022. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA MARIO MARQUES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU É APROVADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. Correio da Lavoura. Disponível em: <https://www.correiodalavoura.com/2022/05/centro-de-pesquisa-e-documentacao.html>. Acesso em 20/02/2023. O CPDH-CMNI sofreu alteração na redação da lei, incorporando os termos CULTURA e MEMÓRIA a seu título, numa redação dada através de nova publicação : Lei nº5.090 de 11 de maio de 2023, passando a ter seguinte nomenclatura: CENTRO DE CULTURA, MEMÓRIA, PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA MARIO MARQUES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU - CCMPDH-CMNI.

<sup>178</sup> A estrutura atual da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro pode ser consultada em seu endereço eletrônico. Disponível em: <http://cultura.rj.gov.br/estrutura/> Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

<sup>179</sup> O INEPAC/INSTITUIÇÃO. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/instituicao>, Acessado em 13 de fevereiro de 2023.

<sup>180</sup> INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - INEPAC; *Patrimônio Cultural Bens Tombados*. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/detalhar/32/0> Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

bens por município no Estado do Rio de Janeiro. Aplicando este filtro, em seguida selecionando Nova Iguaçu entre as cidades, pude extrair informações de três Processos de Tombamento daquele órgão referentes a bens tombados localizados na cidade<sup>181</sup>, e com as informações disponíveis construí a Tabela 1, a seguir. Através desta tabela podemos produzir algumas análises preliminares. Destaco inicialmente, por considerar válida enquanto curiosidade, que um dos três Processos de Tombamento do INEPAC que mencionam Nova Iguaçu se refere à uma paisagem. O Processo de Tombamento E.18/000.172/91 refere-se à preservação da paisagem da Serra do Mar/Mata Atlântica, como consta em sua descrição: “O tombamento pretende reconhecer e agregar valores de cunho cultural e humanista a esse legado da natureza, valorizando a importância do seu caráter documental como testemunho na construção de nossa história social.”<sup>182</sup>. O tombamento de paisagens não é objeto de análise deste estudo, no entanto não pude deixar de mencionar sua existência. Após este breve parêntese, observo aqui, e convido à observação do leitor, que o INEPAC apresentou também uma preocupação em proteger o sítio arqueológico da extinta Vila do Iguassú. No Processo de Tombamento E.03/02.453/78 – Conjunto Urbano da extinta Vila do Iguaçu, hoje conhecida como Iguassú Velha – podemos verificar que a preservação do sítio arqueológico é a ação mais antiga do INEPAC em Nova Iguaçu. Este dado está referenciando em seu número, no qual o final 78, a dezena final do processo é alusivo ao ano de 1978, e tem o Tombamento Provisório datado de 08 de abril de 1983. Aliás, o leitor atento já terá avaliado por si. Na tabela, nenhum dos processos mencionou uma data de Tombamento Definitivo, permanecendo com o status de Tombamento Provisório em todos os bens relacionados nos três processos.

---

<sup>181</sup> O site do INEPAC já informa os bens tombados por município, ainda que um mesmo processo de tombamento tenha sido feito em período anterior às emancipações que Nova Iguaçu sofreu nos anos 1990.

<sup>182</sup> Processo E.18/000.172/91

**Tabela 1: Patrimônio Cultural/Bens Tombados - Relação bens tombados no Município de Nova Iguaçu em processos do INEPAC<sup>183</sup>.**

Número do processo	Situação/data	Nome do bem tombado	Localização
E.03/02.453/78	Tombamento provisório/ 08/04/1983	Conjunto Urbano da extinta Vila do Iguaçu (Hoje conhecida como Iguassú Velha)	Iguaçu Velha Nova Iguaçu, Cava, NI
E.12/0.117/89	Tombamento provisório/ 12/06/1989	Reservatório de Rio D'ouro	REBIO Tinguá – Rio D'ouro, NI.
E.12/0.117/89	Tombamento provisório/ 12/06/1989	Antiga Estação Ferroviária Rio D'ouro	Rua da Represa, nº 259, Rio D'ouro, NI.
E.12/0.117/89	Tombamento provisório/ 12/06/1989	Antiga Estação Ferroviária Jaceruba	Praça Boldão Paes Leme, nº 3, Jaceruba, NI.
E.12/0.117/89	Tombamento provisório/ 12/06/1989	Antiga Estação Ferroviária Tinguá	Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 234, Tinguá, NI.
E.12/0.117/89	Tombamento provisório/ 12/06/1989	Antiga Estação Ferroviária Vila de Cava	Rua Álvaro Gonçalves, nº 43, Vila de Cava, NI.
E.12/0.117/89	Tombamento provisório/ 12/06/1989	Lar de Joaquina e galpão ao fundo	Rua Abílio Augusto Távora, nº 86, Luz, NI.
E.12/0.117/89	Tombamento provisório/ 12/06/1989	Capela da Fazenda da Posse	Rua dos Contabilistas, s/n, Alto da Posse, NI.
E.12/0.117/89	Tombamento provisório/ 12/06/1989	Capela Nossa Senhora de Guadalupe	Rua da Capela, s/nº, Marapicu, NI.
E.12/0.117/89	Tombamento provisório/ 12/06/1989	Igreja Nossa Senhora da Conceição de Marapicu	Largo do Marapicu, Marapicu, NI.
E.12/0.117/89	Tombamento provisório/ 12/06/1989	Igreja Santo Antônio de Jacutinga, Atual Igreja da Prata	Estrada Plínio Casado, s/nº, Prata, NI.
E.12/0.117/89	Tombamento provisório/ 12/06/1989	Instituto de Educação Rangel Pestana	Rua Treze de Maio, nº 218, Centro, NI
E.18/000.172/91	Tombamento provisório/ 06/03/1991	Serra do Mar / Mata Atlântica	REBIO Tinguá – Diversos, NI.

Fonte: Produção do autor com base nos processos de tombamento Estaduais.

Não houve supressão desta informação. Nos descritores dos três processos há um

<sup>183</sup> Tabela produzida com base nas informações extraídas do sítio eletrônico do INEPAC. PATRIMÔNIO Cultural Bens Tombados – Nova Iguaçu, INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. S/D. Disponível em:

[http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens\\_tombados/realizabusca?Municípios=50&BemCultural=&PalavraChave=](http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/realizabusca?Municípios=50&BemCultural=&PalavraChave=) Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

campo “Tombamento Definitivo”, mas nenhum deles possui este status, não havendo então motivo para criar uma coluna com informação nula<sup>184</sup>.

Seguindo adiante, uma rápida observação deixa evidente que os bens constantes na listagem do Processo de Tombamento E.12/0.117/89 são quase integralmente os mesmos encontrados nos bens tombados na Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu. Faço observarem comigo que, dos dezesseis bens remanescentes na cidade, onze constituem intercessão entre a Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu e o Processo de Tombamento E.12/0.117/89. Apesar da grande intercessão observada, estão de fora do processo do INEPAC a *Estação Ferroviária de Adrianópolis*, a *Igreja São Sebastião de Austin* e o *Hospital Iguaçu*, além da *Fazenda São Bernardino*. Esta última possui redundância de instrumento de proteção, no entanto, através do tombamento em nível federal, como demonstro detidamente adiante. Os demais não têm tombamento além da LOM-NI. São estes, portanto, os doze bens tombados na esfera estadual remanescentes no município de Nova Iguaçu. Ainda que haja sobreposição de jurisdição em muitos, o que pude constatar, depois de diversas visitas *in loco*, é que seu estado de conservação não melhora em nada e em quase todos os casos temos danos graves ao patrimônio sem que haja iniciativa de reparo por parte do Estado. É interessante constatar, ainda, que apesar da nomenclatura e da titulação de Diretor Geral dada aqueles que assumem sua chefia, o INEPAC não se constitui enquanto órgão independente. Não possui autonomia administrativa nem orçamentária, estando, portanto, subordinado à pasta da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, o que é por si mesmo um fator limitador de sua atuação e efetividade diante de suas atribuições. As ações do INEPAC sobre a totalidade do território fluminense dependem do respaldo das políticas públicas da Secretaria de Cultura, quem dispõe de dotação orçamentária limitada para atender todas as demandas desta pasta. Para encerrar a relação dos patrimônios culturais iguaçuanos sob algum nível de tutela, seguiremos então para a última esfera a ser observada, a federal.

Há um único patrimônio histórico tombado em nível federal no território iguaçiano. É um bem sobre o qual me debruçarei mais detidamente adiante. Mas, no cumprimento da proposta que apresentei no início deste subitem do trabalho, informo que a Fazenda São Bernardino é o bem tombado pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN. Suas ruínas são uma característica marcante, tanto na paisagem onde ela se encontra,

---

<sup>184</sup> Sobre o tombamento através do INEPAC ver artigos da Lei nº 509, de 03/12/1981 (especialmente Art 5º no todo) e Decreto 5808, de 13/07/1982 (especialmente Art 5º no todo) Disponível em: [http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/LegislacaoEstadual\\_11out05.pdf](http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/LegislacaoEstadual_11out05.pdf) Acesso em 02 de março de 2023.

às margens da rodovia estadual RJ 111, como no imaginário iguaçuano.

Como já vimos acontecer no caso do governo estadual, há também um caso de intercessão, ou redundância de instrumento de proteção, entre a esfera municipal e a federal. Ou seja, a Fazenda São Bernardino consta na LOM-NI e também no Livro do Tombo do IPHAN. Ainda assim, a sobreposição de instrumentos de tombamento referentes à fazenda não reflete na preservação material.

Apesar de estar tratando do tombamento federal por último, este é o processo mais antigo, resultado de um pedido iniciado nos anos 1940 e concluído na década de 1950. Seu processo, de número 432/1950 encontra-se arquivado na superintendência do IPHAN na cidade do Rio de Janeiro. A Fazenda São Bernardino foi inserida no livro do tombo de Belas Artes em fevereiro de 1951, permanecendo sob tutela de seu proprietário Giacomo Gavazzi<sup>185</sup>, até o ano de 1975. Neste ano o prefeito João Batista Barreto Lubanco<sup>186</sup> iniciou uma série de ações no âmbito da cultura, apoiado em estudos da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro – FUNDREM. Entre estas ações iniciou a desapropriação da Fazenda São Bernardino. É o que detalha a arquiteta Natália Maldonado Alves Teixeira:

Em 8 de dezembro de 1975 o Decreto nº 1459 dava provisão a desapropriação da Fazenda São Bernardino com fins de preservação e criação de um Parque de Múltiplo Uso. No mesmo ano, no dia 30 de dezembro, a Lei nº50 dispondo sobre o Uso e Ocupação do Solo/Zoneamento, incluiu a região de Iguaçu Velha e Fazenda São Bernardino na Zona Turística Cultural do município.<sup>187</sup>

Em resumo, depois disto nem o governo de Lubanco tampouco a FUNDREM foram efetivos para concluir seus projetos e o processo de desapropriação se tornou um longo litígio entre a família Gavazzi e a Prefeitura, encerrado somente em 2018. No entanto, em meio ao embate do município com a família do último proprietário, ocorreu um incêndio em 1983, que arruinou a casa grande da fazenda. Antes disso já haviam relatos de roubo da mobília e o imóvel encontrava-se em estado de abandono por parte da prefeitura de Nova Iguaçu<sup>188</sup>. Este caso foi amplamente noticiado, tanto na imprensa local como na grande imprensa, sendo

<sup>185</sup>TEIXEIRA, Natália Maldonado Alves. *PROJETO DE INTERVENÇÃO EM UM PATRIMÔNIO CULTURAL EM RUÍNAS: FAZENDA SÃO BERNARDINO, NOVA IGUAÇU, RJ*. Dissertação de mestrado PROARQ/FAU/UFRJ. 2019.

<sup>186</sup> Sobre Lubanco ver Dicionário Histórico-Biográfico de Nova Iguaçu, In. BATISTA, 2014.

<sup>187</sup> TEIXEIRA. 2019:19.

<sup>188</sup> O estado de abandono do imóvel após a desapropriação será objeto de críticas nas páginas do Correio da Lavoura. A DESTRUIÇÃO DE SÃO BERNARDINO. Correio da Lavoura. Correio da Lavoura, Pg 1, Edição nº3.445, de 2 e 3 de abril de 1983.

inúmeras vezes recontado em diversos momentos ao longo do tempo<sup>189</sup>. A história deste monumento histórico requer uma atenção especial, e por isto farei adiante um relato sobre eventos mais recentes referentes à Fazenda São Bernardino, como parte deste capítulo, como também em seguiremos debatendo outros aspectos seus em capítulos posteriores.

### **2.3 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE NOVA IGUAÇU: INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO, CARACTERÍSTICAS, AUSÊNCIAS E CRONOLOGIA.**

Mediante o panorama apresentado, é possível construir um quadro constando os bens que são objeto de algum nível de proteção em Nova Iguaçu. A tabela a seguir demonstra o nome do patrimônio e sua esfera de proteção. Neste quadro é possível elencar os bens, e em que esfera da administração pública ele se encontra resguardado. Passo então à análise. Existem dezessete (17) patrimônios culturais com algum tipo de tombamento no território atual da cidade de Nova Iguaçu. Destes, um total de quinze (15) são classificados como patrimônio cultural edificado, um (01) conjunto arqueológico e uma (01) paisagem. Dezesseis são aqueles que estão sob tombamento definitivo através da Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu, treze (13) são tombados provisoriamente através de um dos três processos do INEPAC e um (01) imóvel, a Fazenda São Bernardino, está inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes do IPHAN.

É possível observar redundância de medidas protetivas para doze (12) patrimônios, sendo que em onze (11) a intercessão se dá entre as esferas municipal e estadual e a restante ocorre entre as esferas municipal e federal. Restando ainda três (03) bens do patrimônio edificado que possuem registro junto à apenas de um órgão, os três (03) pelo município. Outros dois sem nenhuma redundância estão protegidos em processos individuais pelo INEPAC, o sítio arqueológico e a paisagem.

---

<sup>189</sup> Estes, e outros dados sobre a Fazenda São Bernardino encontramos em: ARANHA, Nelson, Fazenda São Bernardino. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/curias/modules/tinyd0/content/texto004.pdf>; Acessado em: 14 de Dez de 2018.; BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Org. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000; BATISTA, A. D.; COSTA, J. A.; OLIVEIRA, M. S.; SANTOS, I. R. *Lugares de memória: o exemplo do Centro de Memória da Cidade de Nova Iguaçu* In.: ANGELO, Elis Regina Barbosa, SIQUEIRA, Euler David (Orgs.). Concepções, Memórias e Patrimônio Cultural: História, sociedade e educação em foco. Curitiba/PR: Editora PRISMAS, 2016, v.1, p. 265-280; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - CASA DA FAZENDA SÃO BERNARDINO, Procedimento Administrativo MPF/PRM/SJM nº 1.30.017.000279/2003-17 (antigo nº 08120.000574/97-48). 2006. PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, Relatório Técnico da Superintendência de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico – SPAU: Histórico da Fazenda São Bernardino. 2018.

**Tabela 2: Bens tombados em Nova Iguaçu por esfera de proteção.**

Nome do bem tombado	Municipal	Estadual	Federal
Conjunto Urbano da extinta Vila do Iguaçu	-	X	-
Reservatório de Rio D'ouro	X	X	-
Hospital Iguaçu	X	-	
Igreja São Sebastião de Austin	X	-	-
Antiga Estação Ferroviária Adrianópolis	X	-	-
Antiga Estação Ferroviária Rio D'ouro	X	X	-
Antiga Estação Ferroviária Jaceruba	X	X	-
Antiga Estação Ferroviária Tinguá	X	X	-
Antiga Estação Ferroviária Vila de Cava	X	X	-
Lar de Joaquina e galpão ao fundo	X	X	-
Capela da Fazenda da Posse	X	X	-
Capela Nossa Senhora de Guadalupe	X	X	-
Igreja Nossa Senhora da Conceição de Marapicu	X	X	-
Igreja Santo Antônio de Jacutinga, Atual Igreja da Prata	X	X	-
Instituto de Educação Rangel Pestana	X	X	-
Serra do Mar / Mata Atlântica	-	X	-
Fazenda São Bernardino	X	-	X
<b>TOTAIS</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>1</b>

Fonte: Produção do autor com base nos processos de tombamento Federal, Estaduais e LOM.

Diante destes dados apurados passo a avaliar a natureza dos bens tombados. Cabe relembrar que a atenção deste trabalho recai apenas sobre o patrimônio histórico edificado. Cumpre destacar que o sítio arqueológico passa agora a contar entre estes, devido aos fragmentos edificados que nele se encontram, tal como os cemitérios, torre sineira, porto e outros remanescentes da extinta Vila do Iguaçú. Sendo assim, não farei abordagens sobre o Tombamento Provisório da Serra do Mar realizado pelo INEPAC em 1991.

Observando a relação do patrimônio edificado na cidade de Nova Iguaçu busco identificar suas características e construir uma categorização, visando englobar aspectos diversos, como período e contexto histórico da edificação, compartilhamento de características entre as edificações, ou, pelo contrário, o caráter de singularidade diante dos demais bens tombados. Estes elementos sendo levados em consideração mostram apenas uma possibilidade de classificar, distinguir, ou de aglutinar, dado a subjetividade que este tipo de construção de categorias pode possuir. Desta maneira apresento a seguir uma terceira tabela dos bens edificados tombados, segundo uma ordenação que entendo relevante, pois associa cronologia e tipologia finalística do bem, ou seja o fim original a que se destinou sua construção.

**Tabela 3: Classificação do patrimônio edificado tombado em Nova Iguaçu por ordem de antiguidade cronológica e tipologia finalística do bem.**

Nome do bem tombado	Período histórico	Tipo
Capela da Fazenda da Posse	Colônia	Templo religioso
Capela Nossa Senhora de Guadalupe	Colônia	Templo religioso
Igreja Nossa Senhora da Conceição de Marapicu	Colônia	Templo religioso
Igreja Santo Antônio de Jacutinga, Atual Igreja da Prata	Colônia	Templo religioso
Conjunto Urbano da extinta Vila do Iguaçu	Brasil Império	Sítio Arqueológico
Reservatório de Rio D'ouro	Brasil Império	Serviços/Abastecimento de água
Fazenda São Bernardino	Brasil Império	Imóvel privado
Antiga Estação Ferroviária Jaceruba	Primeira República	Serviços/Transporte
Antiga Estação Ferroviária Rio D'ouro	Primeira República	Serviços/Transporte
Antiga Estação Ferroviária Tinguá	Primeira República	Serviços/Transporte
Antiga Estação Ferroviária Vila de Cava	Primeira República	Serviços/Transporte
Antiga Estação Ferroviária Adrianópolis	Primeira República	Serviços/Transporte
Lar de Joaquina e galpão ao fundo	Governo Provisório	Imóvel privado
Hospital Iguaçu	Constitucional de Vargas	Serviços/Saúde
Instituto de Educação Rangel Pestana	Estado Novo	Obra pública
Igreja São Sebastião de Austin	Redemocratização	Templo religioso

Fonte: Produção do autor com base nos processos de tombamento Federal, Estaduais e LOM.

Uma primeira informação que é possível depreender desta tabela é que o teto cronológico não ultrapassa a década de 40 do século XX. Na verdade, dentre os dezesseis (16) bens listados, doze (12) possuem ligação com o contexto histórico anterior ao primeiro centenário da cidade de Nova Iguaçu. Recorrendo a esta baliza, somente o *Instituto de Educação* e a *Igreja São Sebastião de Austin* serão construídos integralmente após 1933, pois o Lar de Joaquina é de 1930 e o Hospital Iguaçu que se inaugura em 1935, teve sua pedra fundamental lançada ainda antes do centenário<sup>190</sup>.

Do período colonial somente as capelas e igrejas do século XVIII encontram-se tombadas, além de serem as únicas edificações reconhecidas e preservadas deste contexto histórico no atual território de Nova Iguaçu. Outras construções deste período, se deixaram vestígios, não foram ainda identificadas. Para o período posterior temos certa escassez de monumentos alusivos ao período imperial, se levar em consideração a dimensão física de Nova Iguaçu, bem como a quantidade de atividades econômicas e sociais na cidade no século XIX, o número de tombamentos relativos ao Brasil Império é relativamente baixo. O reservatório de Rio Douro, por exemplo, não é o único desta natureza na cidade, existindo ao

<sup>190</sup> Sobre o Hospital Iguaçú, ver: HOSPITAL IGUAÇU. Histórias Iguaçuanas... nas casas.

Centro de Memória Digital de Nova Iguaçu. S/D. Disponível em:

<https://centredemoriagitaldenovaiguacu.wordpress.com/hospital-iguassu/> Acesso em: 25/02/2023.

menos outros quatro (04) no município (são eles os reservatórios de Jaceruba, Santo Antônio, Adrianópolis e Tinguá). Cumpre observar que o Reservatório de Rio D'ouro, como os demais, segue em atividade na sua finalidade de serviço de abastecimento de água potável à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Este, no entanto, é destacadamente uma construção com características artísticas singulares. Em nenhum outro reservatório encontramos o mesmo cuidado estético, paisagístico e artístico.

**Ilustração 5: Detalhe do Reservatório do Rio D'ouro; “Nymphes a la fontain”<sup>191</sup>.**



Fonte: Acervo do autor, 2017.

Basta, para exemplificar, o destaque para as estátuas em aço fundido das “*Nymphes a la fontaine*”, que dominam o cenário dotado de um requinte paisagístico na jardinagem do reservatório, aspectos que chamam atenção ao requinte que aqui se buscou dar. Muito diferente dos demais, despossuídos de obras de ornamentação, simples lugares de captação hídrica. Sigo sobre o império abordando as edificações voltadas à vida cotidiana da então Vila do Iguassú.

---

<sup>191</sup> As Ninfas aguadeiras, ou “*Nymphes a la fontaine*” são obras do escultor francês Albert Ernest Carrier Bellause.

Algumas ausências entre o patrimônio edificado de Nova Iguaçu, relativas ao período imperial, se fazem necessário destacar. Se o perímetro urbano da extinta Vila do Iguassú foi se arruinando com o passar dos anos em virtude do abandono que sobreveio após a transferência da sede para o Arraial de Maxambomba, isto tampouco justifica que não haja outras edificações do Brasil império listado entre os bens tombados. No processo natural, devido a ação da passagem do tempo, diversos imóveis daquela região que serviam de moradia, local de trabalho, portos e prédios públicos foram abandonados pela população que deixou a antiga freguesia no final do século XIX, entrando em estado de arruinamento, perdendo assim o potencial de tornarem-se patrimônios. Na região que compreendia a vida da Vila do Iguassú constitui exceção a Fazenda São Bernardino, enquanto propriedade privada e habitada se manteve preservada pela ação de seus proprietários, até a desapropriação em 1975 e o incêndio de 1983. Dou destaque à três ausências deste período: a Estrada Real do Comércio, as ruínas da Freguesia de Sant'anna das Palmeiras<sup>192</sup> e a Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacutinga.

Falar de Sant'anna das Palmeiras requer que se fale da Estrada do Comércio, por este fator, os comentários a seguir serão sobre ambas. A Estrada Real do Comércio teve sua construção iniciada, com objetivo de promover escoamento da produção do Vale do Paraíba<sup>193</sup>. Seu calçamento somente se deu nos anos quarenta do século XIX, executada sob a supervisão do engenheiro Jacob Conrado Niemeyer<sup>194</sup>. Esta obra veio atender à demanda do transporte da produção cafeicultura, alterando a dinâmica de integração do Rio de Janeiro com o Vale do Paraíba, como destaca Maria Terezinha Segadas Soares:

“Somente quando a crescente produção cafeeira do planalto criou a necessidade de encurtar e facilitar o percurso é que a via fluvial foi adotada com regularidade na baixada, em conexão com novas estradas ou variantes das antigas. Nos pontos de encontro de dois domínios de circulação diferentes, surgiram então, as primeiras aglomerações da baixada. A Iguaçu vinha a ter a Estrada do Comércio (...)<sup>195</sup>

Estrada que se conecta aos portos, que são indicadores da pujança econômica de Iguassú que

<sup>192</sup> Sobre a Estrada Real do Comércio e Freguesia de Santanna das Palmeiras ver: ELIAS, Alexander Gama, Sant'anna das Palmeiras de Iguassú, uma freguesia esquecida na Serra do Tinguá. Monografia (Licenciatura em História) Instituto Multidisciplinar, UFRRJ, Nova Iguaçu/RJ, p.61. 2019.

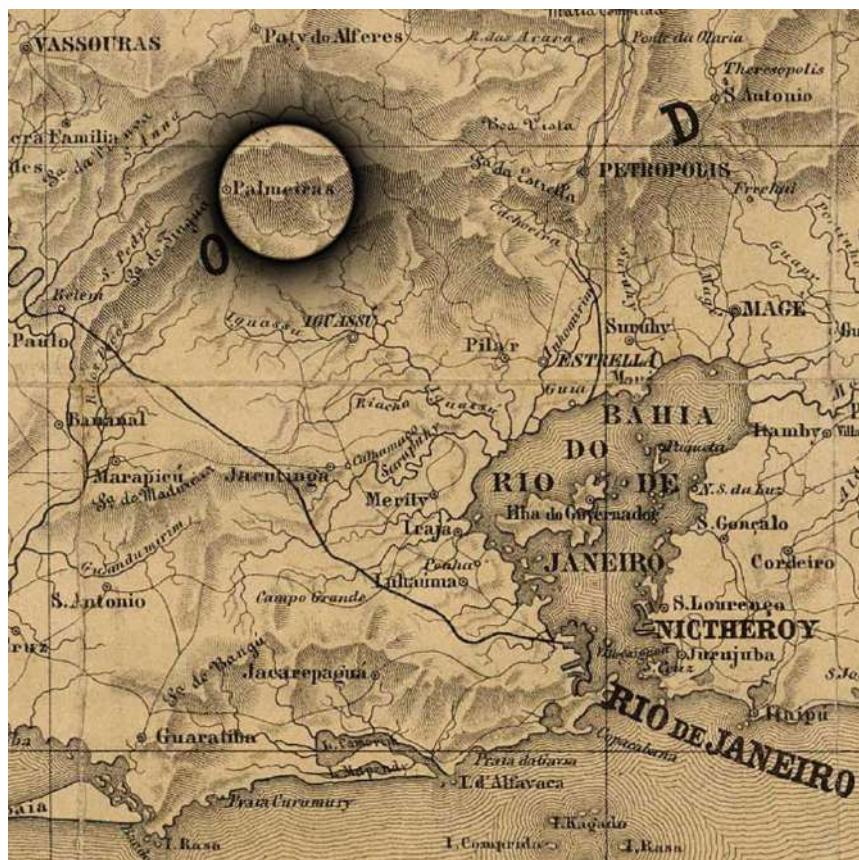
<sup>193</sup> “A Estrada do Comércio, começava na Vila de Iguaçu, atravessava as serras do Tinguá e da Viúva, e mais adiante atravessava a Vila de Pati do Alferes, para terminar no porto de Ubá, do Rio Paraíba, rumando para as Minas Gerais, depois de percorrer dez léguas, desde a Vila de Iguaçu até o porto de Ubá. Recebeu esse nome por haver sido sugerida sua construção pela Junta Real do Comércio, em 1811, tendo sua conclusão se dado em 1822.” (PEREIRA, 1977, p. 32).

<sup>194</sup> ELIAS, op. cit. 2019. Uma microbiografia do engenheiro se encontra Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/CJNiemeyer.html>, Acessado em 21 de junho 2023.

<sup>195</sup> SOARES, Maria Terezinha Segadas. *Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro*. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, vol.2 no. 24, 1962. P 164.

se deveu a fatores como seu posicionamento estratégico no território fluminense e é este caminho onde tropas transportaram as riquezas do Vale do Paraíba para a corte e o porto no Rio de Janeiro, que será um dos fatores para sua elevação à categoria de Vila no ano de 1833<sup>196</sup>.

**Ilustração 6: Localização da freguesia de Sant'anna das Palmeiras<sup>197</sup>.**



Fonte: Mapa Cartográfico da Província do Rio de Janeiro – 1866 (Gráfica E. & h. Laemmert).

O que restou da Freguesia de Sant'anna das Palmeiras encontra-se atualmente no interior da Reserva Biológica do Tinguá – Rebio do Tinguá<sup>198</sup>, margeando a Estrada Real do Comércio a uma altitude aproximada de 800 metros. A abertura da estrada favoreceu seu desenvolvimento, o trânsito de pessoas e capitais gerou naquele local, um platô relativamente plano da Serra do Tinguá, uma região que foi ocupada com fazendas, igreja e casas para atender aos viajantes das tropas. Atualmente seu sítio está inacessível a visitantes, senão mediante autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICM-

<sup>196</sup> FORTE, op. cit.1933.

<sup>197</sup> Destaque para a localização da Freguesia de Sant'anna das Palmeiras, sinalizada apenas como Palmeiras na carta do século XIX. Mapa Cartográfico da Província do Rio de Janeiro – 1866 (Gráfica E. & h. Laemmert).

<sup>198</sup> BRASIL. Decreto nº 97.780, de 23 de maio de 1989. Cria a RESERVA BIOLÓGICA DO TINGÁ. Brasília. DF, 24 maio de 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D97780.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97780.htm). Acessado em 28 de abril de 2023.

Bio, que é responsável pelo gerenciamento das Áreas de Proteção Ambiental – APA em nível federal, como é o caso da Rebio. Porém com a devida autorização, ela é alcançada através de uma penosa subida pela Estrada Real do Comércio (que atravessa a Rebio-Tinguá na sua porção iguaçuana), tanto pelo lado iguaçuano como em sentido contrário, vindo do atual município de Miguel Pereira, que recebe o deságue das águas do Rio Sant'anna.

Pude realizar visita técnica ao sitio da Freguesia de Sant'anna das Palmeiras, na condição de coordenador da Superintendência de Patrimônio Urbanístico – SPAU, em duas incursões, uma em 15 de agosto outra em 15 de setembro de 2017. Percorrendo toda a extensão iguaçuana da Estrada Real do Comércio, identifiquei o perímetro urbano da antiga freguesia. No local foi possível visitar os remanescentes arquitetônicos da igreja e do cemitério, assim como perceber muitas fundações de pedras de algumas habitações ou outras construções, o que justificariam o investimento de estudos arqueológicos naquele sítio abandonado a cerca de um século. Alexander Gama Elias ressalta sobre o processo de esvaziamento desta freguesia:

“Importante também é destacar que com o esvaziamento populacional de Sant'Anna das Palmeiras, sua sede, onde estavam localizados a Igreja Matriz e prédios como da Instrução Escolar (para meninos e meninas) foram abandonados ainda no século XIX e o núcleo do então distrito transferido para o local antigamente nomeado Santa Branca, posteriormente conhecida como Bonfim e Conrado (hoje Miguel Pereira), que no período do Império e no início do século XX ainda pertenciam à Nova Iguaçu (posteriormente pertencente a Vassouras e depois a Miguel Pereira).”<sup>199</sup>

Ou seja, a outrora pujante economia cafeeira que fez crescer uma freguesia no alto da Serra do Tinguá e levou ao investimento vultoso no calçamento de um caminho a fim de atender esta atividade, sofreu forte impacto da criação da ferrovia, que substituiu o transporte dos tropeiros para o escoamento do café do vale. Ao fim do século XIX já não se encontrava na freguesia nem mesmo sinais de seus tempos de riqueza. Porém a criação da REBIO em fins dos anos 1980 não parecem justificar que nem o IPHAN e nem o INEPAC tivessem dado qualquer atenção a estes patrimônios tão relevantes do ponto de vista da história nacional. Atualmente, somente um trabalho arqueológico faria termos maior conhecimento sobre as edificações ali deixadas. Porém notou-se, durante as duas visitas técnicas, que a passagem do tempo permitiu à Mata Atlântica efetuar imensa recuperação sobre a região outrora habitada e frequentada por tropeiros comerciantes de café.

---

<sup>199</sup> ELIAS, 2019, p50.

**Ilustração 7: Torre sineira da Igreja de Sant'anna das Palmeiras<sup>200</sup>.**



Fonte: Acervo do autor, 2017.

---

<sup>200</sup> A torre sineira da igreja de Sant'anna das Palmeiras foi fotografada em visita técnica realizadas em 2017.  
Acervo do autor.

**Ilustração 8: Portão do cemitério, nos fundos da Igreja de Sant'anna das Palmeiras.<sup>201</sup>**



Fonte: Acervo do autor, 2017.

A Estrada Real do Comércio inicia seu percurso calçado na Vila do Iguassú e tem resquícios seus ao longo do perímetro da antiga vila sob tombamento estadual, enquanto Conjunto Urbano da Vila do Iguaçu, como aponta Alexander Elias.<sup>202</sup> No entanto ela se estende por trechos de ruas hoje pertencentes aos bairros próximos ao Tinguá, onde sofre toda sorte de intervenções danosas, e segue através da Mata Atlântica, cortando a Serra do Mar. A relevância que a Estrada Real do Comércio possuiu para a própria elevação da Freguesia à condição de Vila do Iguassú, por si bastaria para sua preservação e conservação. É às margens da Estrada Real do Comércio, no platô elevado do Maciço do Tinguá que está a Freguesia de Santanna das Palmeiras. O que hoje poderia ser considerado como sítio arqueológico encontra-se no interior da Reserva Biológica do Tinguá – Rebio, a exemplo do que ocorre com o reservatório de Rio D'ouro e todas as obras de captação de água produzidas no século XIX. Como já destaquei, o acesso a estes espaços é hoje vedado à visitação, salvo sob autorização do ICM-BIO, com intenção justificada para fins de pesquisa. Remanescem lá no interior da floresta, além da torre, a nave e outros resquícios da surpreendente igreja de Sant'anna das Palmeiras e seu cemitério, diversas fundações de pedra oriundas das residências

<sup>201</sup> Na imagem, à direita o topógrafo da SPAU Joel Dias, a esquerda, Allofs Daniel Batista, coordenador da SPAU. Estas, entre outras imagens, foram realizadas no processo de georreferenciamento da Estrada do Comércio, realizado em setembro de 2017.

<sup>202</sup> ELIAS, 2019.

e fazendas. Claro está que caberiam medidas de proteção tanto para a Estrada do Comércio como para os remanescentes arquitetônicos da extinta freguesia de Sant'anna das Palmeiras. A que se deveu o esquecimento destes sítios na hora da confecção dos processos de tombamento em todas as esferas de poder público?

Outro bem construído ainda no período imperial não listado é a Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacutinga. O leitor mais atento terá então observado que a *Igreja de Santo Antônio de Jacutinga* já consta na lista dos bens tombados, sendo preservado tanto pela LOM-NI como pelo INEPAC. Acontece que na nomenclatura daquele bem consta o acréscimo “atual igreja da Prata”, tratando-se, portanto, da capela do século XVIII hoje conhecida como Igreja de Santo Antônio da Prata. O bem a que nos referimos é a atual Catedral do município de Nova Iguaçu, localizada na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 2264, Centro. Acontece que esta igreja foi construída no século XIX, no então Arraial de Maxambomba. Com a inauguração da ferrovia em 1858 repartições públicas que se localizavam na sede da Vila do Iguassú tiveram naquela ocasião suas funções gradualmente transferidas para o Arraial de Maxambomba e instaladas às margens da linha férrea<sup>203</sup>. Na ocasião a padroeira da vila era Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, situada no perímetro urbano da antiga Vila de Iguassú, que possuía uma capela que também remonta ao período colonial. Capela esta que ficou arruinada na primeira metade do século XX devido ao abandono, e da qual resta tão somente a torre sineira hoje em dia.

Mesmo esvaziada a antiga sede da vila permaneceu alguma população e a cúria decidiu manter a capela com a devoção à Nossa Senhora da Piedade do Iguassú onde estava, para atender aos fiéis que lá ainda permaneciam, devido à grande distância daquela localidade para o arraial de Maxambomba, realizando-se a construção da atual Igreja Matriz da cidade. Porém a nova Igreja Matriz da Vila de Iguassú em Maxambomba não se dedicou ao culto de Nossa Senhora da Piedade. Decidiu-se à época, realizar a transferência da imagem de Santo Antônio, que ficava na localidade que era conhecida por Jacutinga, hoje bairro da Prata, o que se deu mediante uma procissão religiosa. Desta maneira, uma igreja de contornos arquitetônicos assemelhados às suas congêneres coloniais fora erigida junto à linha férrea no então pequeno povoado do Arraial de Maxambomba no período entre 1863 e 1874<sup>204</sup>. Passou assim a receber a devoção ao santo que é padroeiro da cidade, e a nomenclatura de Igreja de

---

<sup>203</sup> FORTE, op. cit.1933.

<sup>204</sup> A construção se deu durante o período de 1863 e 1874, sob supervisão inicial do engenheiro major Marcolino Rodrigues da Costa, passando depois à supervisão do engenheiro Gustavo Adolpho Ten Brink. INVENTÁRIO DOS BENS DE INTERESSE HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU - RJ - CATEDRAL DE SANTO ANTÔNIO DE JACUTINGA – Arquivo Ney Alberto – A.N.A: Pasta 01, Imagens: CMNI\_Digitalização\_089; CMNI\_Digitalização\_090 e CMNI\_Digitalização\_091.

Santo Antônio de Jacutinga, como é possível ver em seu portão ainda hoje.

**Ilustração 9: Ambiente da Vila do Iguassú, com destaque para a torre sineira da antiga capela de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú e cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.**



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Por causa desta transferência, a capela original no bairro da Prata perdeu, pouco a pouco, sua clientela, esvaziando-se até o ponto do desabamento de parte de sua estrutura. Sua situação beirou o arruinamento completo, até que houve uma intervenção seguida de seu reestabelecimento enquanto local de culto religioso, porém esta restauração alterou significativamente suas características arquitetônicas originais<sup>205</sup>. Já a Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacutinga, devido ao crescimento da comunidade no arraial de Maxambomba e com problemas na estrutura, não pôde preservar suas características originais que imitavam às capelas coloniais. Na década de 1930 sofreu uma grande intervenção, transformando-a numa catedral, como é possível verificar nas ilustrações 10 e 11 adiante<sup>206</sup>. Uma importante questão que resta é a motivação para excluir a Catedral de Santo Antônio de Jacutinga do

<sup>205</sup> Sobre as intervenções e reformas na Igreja de Santo Antônio da Prata ver: INEPAC. *Processo E.12/0.117/89: Tombamento de doze bens em Nova Iguaçu*. 126fls. Rio de Janeiro, 1989.

<sup>206</sup> A reforma geral da Matriz, com os acréscimos vistos nas imagens 6 e 7 se deram no período de 1932 a 1939. INVENTÁRIO DOS BENS DE INTERESSE HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU - RJ - CATEDRAL DE SANTO ANTÔNIO DE JACUTINGA – Arquivo Ney Alberto – A.N.A: Pasta 01, Imagens: CMNI\_Digitalização\_089; CMNI\_Digitalização\_090 e CMNI\_Digitalização\_091.

Tombamento, tanto na LOM-NI como nos processos do INEPAC. Considerando que a edificação localizada na atual sede administrativa do município dominou a paisagem durante décadas, sendo parcialmente encoberta somente muito recentemente pelos imensos edifícios que a partir do início dos anos dois mil passaram a lhe superar e cobrir a vista. Dada sua relevância para a história municipal, por qual razão a Igreja Matriz de Santo Antônio não é protegida por qualquer instrumento de tombamento?

**Ilustração 10: Intervenções na Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacutinga. (sem data).**



Fonte: Imagem gentilmente cedida pelo arquiteto Flávio Araújo, de seu acervo pessoal – S/D.

**Ilustração 11: Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacutinga após intervenção.**



Fonte:

e: Imagem gentilmente cedida pelo do arquiteto Flávio Araújo, de seu acervo pessoal – 1939.

Retomando então ao detalhamento cronológico que estive desenvolvendo, relativo ao período do Brasil Império, observo que se considerarmos somente o patrimônio edificado, este não aparenta ser uma época muito valorizada na memória de Nova Iguaçu. Mesmo sendo este período fundamental para a autonomia de Iguassú em relação ao município neutro da corte, e apesar de haver na Vila do Iguassú intensa atividade econômica, política e social no século XIX, o que temos é que não estão sob proteção de tombamento muitos monumentos históricos que atestem participação significativa de Iguassú para a memória da humanidade, seja em âmbito local ou global.

A chegada do período republicano irá trazer grandes transformações ao país. Iguassú passará a Nova Iguaçu, depois grafada com cedilha na forma atual, e não será apenas a redação que deixará marcas dos novos tempos. Na questão do transporte Nova Iguaçu possui um importante marco ferroviário brasileiro, como destaca Hélio Suêvo Rodrigues:

“Ao contrário da maioria das ferrovias brasileiras, que foram construídas em função da exportação do café, a Estrada de Ferro Rio D’Ouro objetivava a

construção e manutenção dos encanamentos adutores das águas das represas do Rio D’Ouro, para o abastecimento d’água para a cidade do Rio de Janeiro.<sup>207</sup>

A Estrada de Ferro Rio D’Ouro, construída ainda no império visando a captação e transmissão de água potável para a corte, recebeu no início do século XX uma série de estações em seu percurso, visando o embarque e desembarque de passageiros da região servida pela estrada de ferro<sup>208</sup>. Estas estações, entre as remanescentes do ramal, constituem em Nova Iguaçu um importante marco e foram identificadas e reconhecidas como parte do patrimônio cultural tombado, como já observamos anteriormente. No entanto, apesar de constarem enquanto imóveis tombados, a maioria está em péssimo estado de conservação, duas foram invadidas visando fixação de moradia e uma virou sede de associação de moradores, antes de voltar a ser abandonada<sup>209</sup>.

Caso curioso se dá com a Estação de Adrianópolis. Apesar de constar na LOM-NI, fica difícil identificar se houve no local uma estação nos moldes das demais edificações, ou se era apenas uma parada para embarque e desembarque com simples cobertura. A dificuldade na identificação se dá pois no local da antiga parada do trem hoje está fixado um bar, que a descaracterizou através de intervenções e acréscimos, o local hoje em dia é também o ponto final da linha de ônibus municipal Adrianópolis X Nova Iguaçu, o que foi observado pessoalmente por mim em diversas ocasiões em que visitei o espaço. E por mais que as ferrovias que cortam o território iguaçano sejam importantes para entender a dinâmica da ocupação deste território, nenhuma de suas estações se tornou um referencial de memória, seja como monumento histórico ou espaço museal como é possível encontrar em outras localidades do país<sup>210</sup>. Da mesma maneira, no ramal da Estada de Ferro Central do Brasil, antiga Estada de Ferro D. Pedro II, não há também nenhuma referência à sua importância enquanto coparticipe na transformação da cidade. Com características arquitetônicas semelhantes às do ramal Leopoldina, as estações de Austin e Comendador Soares guardam

---

<sup>207</sup> RODRIGUEZ, Helio Suêvo. A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro: o resgate da sua memória. Rio de Janeiro: Sociedade de Pesquisa para Memória do trem. 2004. P. 82.

<sup>208</sup> RODRIGUEZ, Helio Suêvo. 2004.

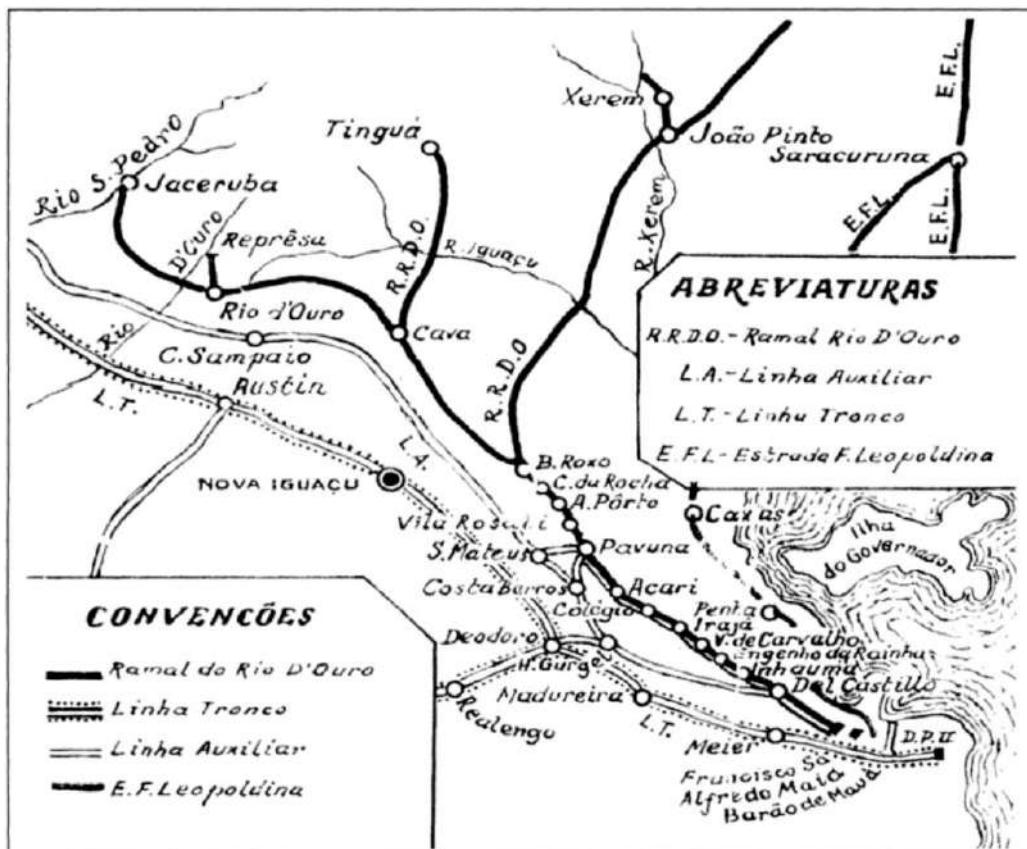
<sup>209</sup> VIANA. Joana D’arc Cesar. *ESTAÇÃO DE VILA DE CAVA COMO “LUGAR DE MEMÓRIA”: (re)significações e sentidos em torno de um patrimônio cultural*. Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017. p. 76.

<sup>210</sup> Não são poucos os exemplos de terminais ferroviários espalhados pelo país que se tornaram espaços de memória, cultura e lazer. Porém visando meramente exemplificar vou elencar o caso da cidade de Vassouras, que possui em sua estação ferroviária um centro cultural, com pequeno comércio de artesanato e produtos locais e até uma máquina à vapor, gerando grande atrativo turístico para a cidade. Sua presença marca o centro histórico do município como pode ser visto no folder produzido na cidade para divulgar seus pontos turísticos. VASSOURAS divulga pontos turísticos. Diário do Vale. 29 de março de 2019. Disponível em: <https://diariodovale.com.br/wp-content/uploads/2019/03/WhatsApp-Image-2019-03-28-at-09.00.03.jpeg>

Acessado em: 20/02/2023.

ainda em suas plataformas atuais, cada uma, um imóvel com fisionomia assemelhada às suas congêneres da primeira república. Não é fácil compreender a razão de não haverem sido listadas, principalmente quando a Estação de Japeri<sup>211</sup> no mesmo ramal foi tombada pela LOM-NI.

**Ilustração 12: Mapa das principais linhas da Estrada de Ferro Rio D’Ouro – 1940.**



Fonte: RODRIGUES, 2004: 82.

Que característica relevante da cidade iremos encontrar nos bens tombados edificados no século XX? Com exceção das estações ferroviárias, mencionadas acima, que constituem um conjunto coerente, compartilhando origem e finalidade, o patrimônio tombado que se situa em Nova Iguaçu dentro do período republicano não permite traçar uma leitura clara, em seu conjunto, da mensagem que pretende se preservar. Todos os próximos edifícios possuem um recorte cronológico, em âmbito nacional, vinculado direta ou indiretamente ao período varguista<sup>212</sup>: Lar de Joaquina – 1930; Hospital Iguassú – 1935; Instituto de Educação – 1944;

<sup>211</sup> A casa da Estação de Japeri, terminal do ramal Japeri da Central do Brasil, foi totalmente destruída em incêndio ocorrido recentemente. G1. Incêndio atinge casarão histórico da estação ferroviária de Japeri, na Baixada Fluminense. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/19/incendio-atinge-a-estacao-ferroviaria-de-japeri-na-baixada-fluminense.ghtml> Acessado em: 20/02/2023.

<sup>212</sup> Ao mencionar “período varguista” não quis estabelecer uma cronologia rígida em relação à atuação política de Getúlio Vargas, sua importância e influência na história e historiografia nacional, sem preocupação em 103

Igreja São Sebastião de Austin – 1949. Dentre estes imóveis considero destacável o aspecto pioneiro do Hospital Iguassú, que lhe empresta por isto um fator motivador de preservação, posto que não existam outros imóveis com finalidade análoga datado de período tão remoto na região. Mas qual o fator distintivo dos demais? O Instituto de Educação, por exemplo, não é o edifício escolar mais antigo, sendo superado por instituições tanto públicas quanto privadas na cidade. Que aspecto na Igreja de São Sebastião de Austin lhe faz constar entre os imóveis a serem preservados, sendo uma edificação contemporânea construída num outeiro, em estilo que imita vagamente construções coloniais. Em contrapartida, algumas igrejas protestantes<sup>213</sup>, de diferentes denominações, edificadas na cidade anteriormente a esta, não possuem sequer menção em nenhum processo ou lei de tombamento na cidade. Isto para não mencionarmos o silêncio em relação aos terreiros de candomblé e umbanda. Sobre os imóveis já elencados também é importante mencionar, não há neles características individualizantes em seus projetos arquitetônicos, nem como parte de um movimento ou pela assinatura de algum arquiteto ou artista de renome. Porém, há na cidade edifícios com características bastante significativas e marcantes de suas épocas. Sejam as construções ecléticas ou os edifícios de inspiração no movimento *art déco* encontradas em diversos imóveis. Sobretudo aqueles encontrados na Avenida Mal. Floriano Peixoto, marginal à linha férrea no centro do município, onde estiveram localizadas a primeira câmara municipal e prefeitura, a praça da Liberdade com o monumento do centenário da cidade e diversos edifícios comerciais tradicionais. Entre eles o Bar Brasil com sua fachada ainda parcialmente visível. Todos na mesma avenida, que poderia constituir-se em corredor cultural a céu aberto, porém não há ali nenhum imóvel ou monumento preservado por força da lei<sup>214</sup>. Há ainda no entorno da ferrovia um exemplar marcante pela sua excepcionalidade, o Fórum Itabaiana<sup>215</sup>.

---

demarcar cada período apenas verificamos que estes bens são construídos no período entre a subida de Vargas ao poder e sua morte.

<sup>213</sup> Encontramos igrejas protestantes sob proteção de tombamento permanente na Cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1970. Ver GUIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA: bens tombados 2014 / coordenação geral Washington Fajardo. -ed. - Rio de Janeiro: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, 2014. 288 p.

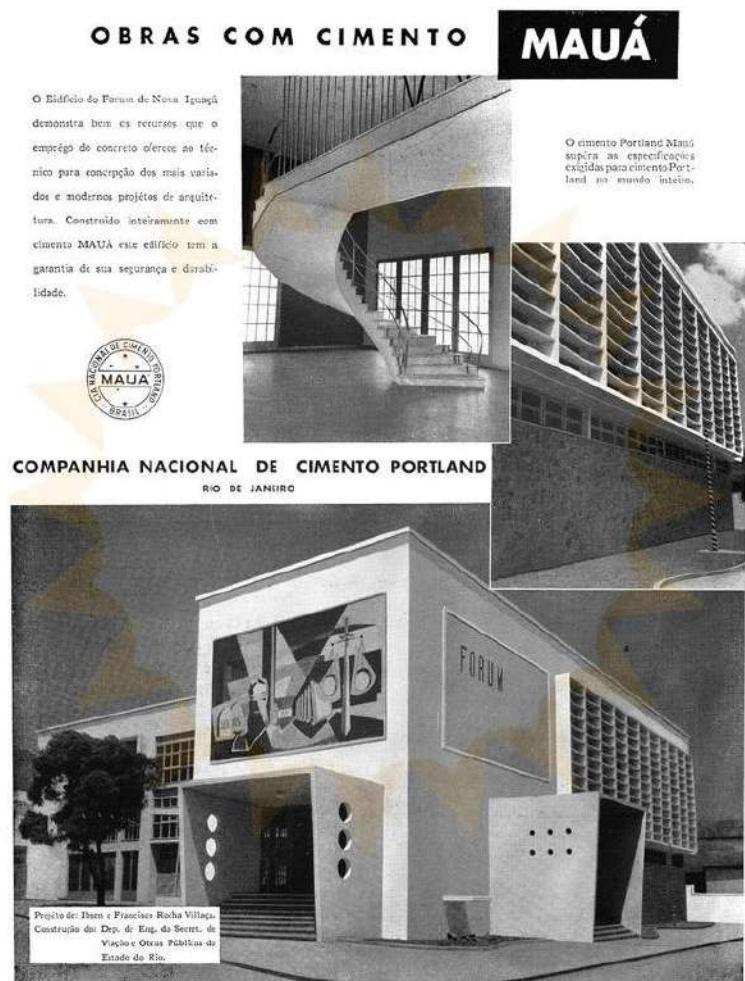
<sup>214</sup> REIS *et al.* BAR BRASIL. Disponível em:

<https://centrodememoriigitaldenovaiguacu.wordpress.com/bar-brasil/> acessado em 02/07/2023.

<sup>215</sup> O Fórum Itabaiana, em Nova Iguaçu, foi inaugurado com a presença do Governador Amaral Peixoto no dia 21 de agosto de 1954 (três dias antes do suicídio de Getúlio Vargas) e contou com o projeto dos irmãos arquitetos Francisco e Ibsen da Rocha Villaça, servidores do Departamento de Engenharia do Estado. A NOITE. NO ESTADO DO RIO. Rio, 21/08/1954. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970\\_05&pagfis=25994&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_05&pagfis=25994&url=http://memoria.bn.br/docreader#) Acessado em: 26/06/2023.

**Ilustração 13: Fórum Itabaiana – Peça publicitária da Companhia Nacional de Cimento Portland: Mauá.**



Fonte: Imagem gentilmente cedida pelo advogado e presidente do IHGNI José Luiz Teixeira, de seu acervo pessoal – S/D.

A construção é considerada representante da arquitetura modernista de estilo *Bauhaus* na cidade, e possui painel atribuído por muitos à Portinari (porém sem comprovação), nem por isto recebeu atenção visando sua preservação. Passarei então, a uma observação pormenorizada da única residência deste período preservada sob tombamento, dada sua natureza e contexto em especial.

O “Lar de Joaquina” pode ser considerada uma residência símbolo da *produção de presença* da memória citricultora de Nova Iguaçu. Construída por Antônio Vaz Teixeira, exportador de laranjas, a casa traz em seu frontão a data de 1930. A versão mais recorrente diz que o imóvel possui a inscrição “Lar de Joaquina” em sua fachada como uma homenagem à

esposa do proprietário, dona Joaquina Teixeira<sup>216</sup>. Importante, no entanto, é que o imóvel situado no início da Estrada de Madureira, possuía um galpão para beneficiamento e armazenamento de laranjas em seu terreno anexo<sup>217</sup>. O galpão, porém, sofreu um incêndio e hoje não mais existe, havendo no local a exploração da atividade de estacionamento horista.

**Ilustração 14: Lar de Joaquina, vista frontal, com destaque para os detalhes da data 1930 ao centro e a inscrição que nomeia o imóvel escritos em vermelho.**



Fonte: Acervo Pessoal: 2015.

Sua localização pode ser considerada afastada do núcleo urbano da Nova Iguaçu, na época de sua construção, o perímetro urbano da cidade era mais próximo à estação de trem e pegado à linha férrea. Ainda que nos dias atuais o imóvel esteja totalmente integrado ao atual centro do município. O que penso ser importante destacar, no entanto, não passa por nenhuma característica especial da propriedade, mas o fato de que em todo perímetro do antigo centro urbano da antiga Maxambomba, atual Nova Iguaçu, nenhum outro imóvel privado com estas características foi preservado sob tombamento no contexto do recorte deste estudo<sup>218</sup>. E não

<sup>216</sup> SANTANA *et al.* LAR DE JOAQUINA. Disponível em:

<https://centrodememoriagitaldenovaiguacu.wordpress.com/lar-de-joaquina/> acessado em 02/07/2023.

<sup>217</sup> A descrição do imóvel consta no Inventário de Bens Culturais, anexo ao processo de tombamento: INEPAC. Processo E.12/0.117/89: Tombamento de doze bens em Nova Iguaçu. 126fls. Rio de Janeiro, 1989.

<sup>218</sup> Importante reforçar que este estudo cobre o recorte entre as comemorações do centenário iguaçuano, em 1933 e o ano de 2003. Antes de 2018 era o Lar de Joaquina o único exemplar residencial preservado na cidade. Na 106

seria difícil de encontrar propriedades dentro das mesmas características naquela região, dada a significativa atividade econômica que a citicultura se tornou para a cidade, sobremaneira durante os anos das décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950.

Antes de seguir, no entanto, quero recuperar fôlego ainda em relação aos tombamentos e os meios administrativos que identificamos em Nova Iguaçu e, enfim, apontar a questão de sua cronologia. Já foi abordado que os bens tombados em Nova Iguaçu possuem proteção nas três diferentes esferas do poder: municipal, estadual e federal. Elencamos ainda que em alguns casos há redundância de instrumento de proteção, em sua maioria entre o tombamento municipal e o estadual, numa espécie de proteção em duas camadas. Além disso, foi observado que apesar de haver uma preocupação municipal em incluir os “bens culturais” a serem preservados na Lei Orgânica Municipal, nem a prefeitura e nem a câmara de vereadores tiveram iniciativa de propor leis específicas que disciplinem e orientem o tema da preservação na cidade. Ademais, é notório que os tombamentos do INEPAC encontraram alguma barreira para definir os objetos de sua análise como bens tombados definitivamente, quando já foi aqui advertido que todos os tombamentos estaduais em Nova Iguaçu são provisórios. Finalizando, o único Bem Tombado Nacional - BTN, a Fazenda São Bernardino, mesmo sob tutela da União, não pode ser preservada, encontrando-se atualmente arruinada.

Dito isto quero alinhar o elemento da cronologia em que os tombamentos acontecerem para este patrimônio edificado iguaçano. O IPHAN tombou a Fazenda São Bernardino em 1951, em processo aberto em 1940; O INEPAC incluiu primeiro o Perímetro Urbano da Vila do Iguassú em 1983, através de processo aberto em 1978 e os demais bens são tombados em 1989, em processo de mesmo ano; a municipalidade realizou seu movimento preservacionista em 1990, sendo o último ente a se movimentar neste sentido. Ainda assim, e isto é um fato contundente e lamentável, os imóveis sob proteção encontram-se em péssimo estado de conservação com exceção do Instituto de Educação Rangel Pestana e da Igreja de São

---

versão atualizada da LOM-NI há um tombamento da residência que pertenceu ao Coronel Sebastião Herculano de Matos, atualmente conhecida pela população como Casarão da Cruz Vermelha, projeto do então vereador, Carlão Chambarelli. Este projeto, antes de ser transformado em Emenda à Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu e aprovado, passou pela SPAU em 2018, esteve sob minha análise e sobre ele passei a produzir minuta da lei de preservação do patrimônio para a apreciação do prefeito Rogério Lisboa. Após encaminhar a minuta à Procuradoria Geral do Município, no processo nº 2018/010608, que deu parecer favorável ao seu seguimento quanto à legalidade da matéria, o projeto de lei foi levado à apreciação do prefeito naquele ano, sendo encaminhado em tramitações internas até chegar ao Gabinete da Secretaria de Urbanismo onde permaneceu sem tramitação por 778 dias a partir de 11/12/2018. Depois deste longo hiato, o processo seguiu para ser arquivado na Caixa 1A/2021 em 27/01/2021, sendo desarquivado e posto em nova tramitação em 23/06/2021 e tendo última movimentação no dia 24/06/2021, onde permanece até o momento da realização deste estudo (no dia da consulta ao sistema de tramitações processuais, 26/06/2023, o processo encontrava-se parado já haviam 729 dias no Setor Administrativo).

Sebastião de Austin, mas estes nunca deixaram de cumprir sua função original<sup>219</sup>. Não por acaso são estes também os edifícios de construção mais recentes entre os listados nos diferentes processos de tombamento. Os demais, ou encontram-se em ruínas, ou em vias de se arruinar, ou sofreram severas alterações em suas estruturas, descaracterizando-os, denunciando a total ineficiência dos procedimentos de preservação empreendidos até aqui. Resumindo a linha do tempo dos tombamentos ocorridos em Nova Iguaçu temos, afinal, a seguinte cronologia: um tombamento correndo ao longo dos anos 1940/50; depois um verdadeiro surto patrimonial iniciado na transição da década de setenta para a década de oitenta do século XX (1978-1983), encerrando-se no último ano deste decênio (1990). São quinze patrimônios tombados neste período, o que faz da década de 1980 a década do tombamento em Nova Iguaçu. Diante do exposto, é perceptível um hiato de aproximadamente trinta anos sem que ocorram indicações de patrimônios culturais iguaçuanos para preservação. Durante este período, que cobre três décadas, qual alteração substantiva ocorre em Nova Iguaçu<sup>220</sup>?

#### **2.4. – PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE NOVA IGUAÇU: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL.**

Preciso delimitar o espaço geográfico que estou referindo antes de avançar sobre o próximo problema. Afinal, o território municipal é extenso, mas neste momento quero falar da Nova Iguaçu que se desenvolveu durante a citricultura, dos contornos ocupados pelo centro da cidade na primeira metade do século XX. É interessante observar que, no caso de Nova Iguaçu, temos um fenômeno que demarca uma limitação espacial quando se pensa em preservar o patrimônio histórico. Os tombamentos atingem, tanto na configuração territorial do município anterior como na atual, após as emancipações, algumas igrejas, uma fazenda, as ruínas da extinta vila e estações ferroviárias, todas estas edificações afastadas da urbe iguaçiana<sup>221</sup>. No centro temos somente um hospital e uma instituição de ensino pública. O

---

<sup>219</sup> O Instituto de Educação Rangel Pestana e a Igreja de São Sebastião de Austin encontram-se em funcionamento regular, sem registros de períodos de fechamento, salvo com tudo para os momentos onde passaram por reformas e manutenção predial para a preservação dos imóveis.

<sup>220</sup> Entre os anos 1950 e os anos 1980 a cidade de Nova Iguaçu não possui nenhum tombamento efetivado. O que não significa que o tema não tenha sido pautado. Em capítulo posterior iremos abordar a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu - IHGNI em novembro de 1962, e apontar para a atuação de seus integrantes nos processos de tombamento que sobrevieram a este contexto, como também no caso da demolição da Prefeitura de Nova Iguaçu ocorrida e finais dos anos 1960.

<sup>221</sup> Para uma visão global da localização dos bens tombados, ver Apêndice I: Distribuição espacial dos bens do patrimônio cultural edificado tombado na Cidade de Nova Iguaçu.

leitor, porém, irá lembrar de um imóvel privado, localizado no atual perímetro urbano do centro. Acontece que aquele imóvel que hoje está englobado pelo centro, na época de sua construção era considerado fora da “cidade”, afastado, indo já em direção às zonas rurais. Ou seja, aquilo que se encontrava depois do início da Estrada de Madureira, até a Avenida Luz, naquela parte da cidade onde ocorre atualmente um forte investimento imobiliário de alto padrão<sup>222</sup>, seguido dos serviços de bares, restaurantes, academias, escolas e faculdades particulares para atender estes moradores da nova classe média, pertence agora ao centro urbano iguaçuano mas fora considerado parte dos arrabaldes da cidade até meados do século XX<sup>223</sup>.

Este centro urbano somente se expandiu nos anos noventa. Nos anos setenta este movimento já pôde ser observado, mas são nos anos noventa, notadamente depois do Top Shopping<sup>224</sup> ser inaugurado, que o centro urbano de Nova Iguaçu se expandiu para além da rua Dom Walmor, quando se trata do lado da Igreja Matriz, e para além do viaduto Reverendo João Musch no outro lado da linha férrea -que nem era murada neste período, permitindo a travessia em diversos pontos<sup>225</sup>. Então, um parêntese importante aqui para construirmos algumas balizas espaciais: partindo da estação do trem, seguindo *a linha férrea* nos dois sentidos é identificada como marco que divide o centro e boa parte da cidade em dois lados.

---

<sup>222</sup> O loteamento do Bairro da Luz, por exemplo, será registrado junto à prefeitura somente no período entre 1946 e 1951, como se podem observar nas imagens das plantas depositadas no CEDIM/UFRRJ:

Planta 1 <http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/handle/1235813/3875?mode=full>;

Planta 2 <http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/handle/1235813/3878>

e Planta 3 <http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/handle/1235813/3879>. Nestas plantas pode-se observar a criação do Bairro da Luz através de loteamento promovido pelo “Proprietário Custódio Domingues Corrêa” em 1951. A Planta 1, onde se pode observar a passagens das torres de transmissão de energia elétrica de Light S/A atravessando a Estrada de Ferro Central do Brasil – EFCB, onde o planejador do loteamento chega a sinalizar a construção de uma estação de trem denominada no projeto de “PARADA “BAIRRO DA LUZ”: a ser pleiteada na E.F.C.B.”, se inicia nas margens da EFCB que tem a Rua Bernardino de Melo correndo em paralelo e se estende até a então Estrada do Madureira, atual Avenida Abílio Augusto Távora, contando o planejamento com 46 quarteirões, cada quarteirão com um número entre 7 e 20 lotes. Nas duas plantas seguintes algumas alterações em lotes específicos são solicitadas junto à municipalidade. Na Planta 3 pode se observar que, o tamanho médio dos lotes originais, são da ordem dos 800m<sup>2</sup>, pois a mesma se trata de um desmembramento de lote, o que já indica, em 1953, um sub fracionamento destes terrenos recém loteados.

<sup>223</sup> VER IBGE e Buscar entrevistas e lei de ordenamento urbano. Procurar as referências em entrevistas e imagens aéreas, fotos de planos abertos e documentação da época como matérias de jornal ou a lei de ordenamento urbano dos anos 50

<sup>224</sup> O Top Shopping é inaugurado em 28 de outubro de 1996, o empreendimento será o primeiro deste modelo na cidade. **Top Shopping altera rotina de Nova Iguaçu.** CORREIO DA LAVOURA, Capa. Edição 4.106, de 02 a 08 de novembro de 1996.

<sup>225</sup> FRADE, Gabrielle de Souza; DA SILVA, William Ribeiro. Mudanças Socioespaciais na Periferia da Região Metropolitana do Rio De Janeiro: O Caso De Nova Iguaçu. [S.I.], n. 12, dez. 2018. ISSN 2317-8825. Disponível em:

<<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/186>>. Acesso em: 16 maio 2025.  
109

**Ilustração 15: Linha férrea divide o centro de Nova Iguaçu.**



Fonte: IBGE. Biblioteca do. Catedral de Santo Antônio de Jacutinga: Nova Iguaçu, RJ, 1968. P/B. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=443586>, acessado em 03/06/2023.<sup>226</sup>

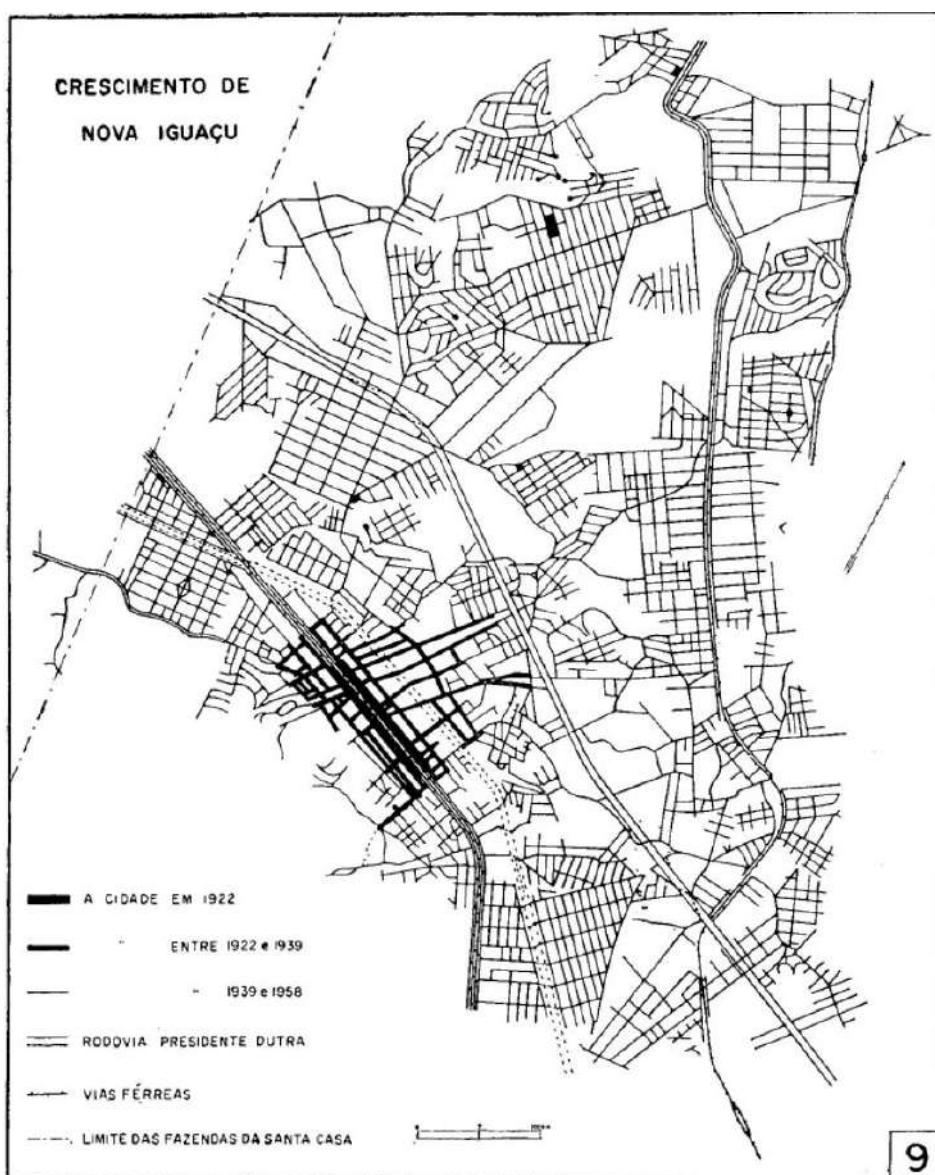
Nas mediações do centro hoje é comum que se identifique o lado “nobre” que se estende entre os bairros do Caonze e o Bairro da Luz, com empreendimentos e serviços de alto padrão<sup>227</sup>. Já na porção onde se encontra o lado popular do centro da cidade, onde há comércios mais acessíveis à população, possuindo sua principal referência no *Calçadão de Nova Iguaçu*, serviços para a população em geral, privados e públicos se identifica como o lado “pobre”, que fica compreendido entre o viaduto Dom Adriano e as mediações da Vila Olímpica ou da

<sup>226</sup> A catedral de Santo Antônio domina o centro da imagem, porém destaco os seguintes aspectos: esta fotografia registra a igreja antes da construção da *Passarela Caracol*, que hoje é o meio de transpor a linha férrea de um lado para o outro por pedestres. A linha férrea está aberta à travessia, tanto de veículos como de pedestres, como se pode observar no canto inferior à esquerda. Moradores antigos da cidade relatam de maneira vívida um acidente com caminhão de combustível, que provocou forte comoção na população, levando ao fechamento desta via que ligava os dois lados da cidade.

<sup>227</sup> FRADE & SILVA, 2018. Op. Cit.

Praça Santos Dumont. Ou seja, entre os atuais bairros da Chacrinha e da Califórnia, estendendo-se da linha férrea até as margens rodovia presidente Dutra (BR116).

**Ilustração 16: Perímetro do centro urbano iguaçuano em 3 momentos – 1922/1922-1939/1939-1958.**



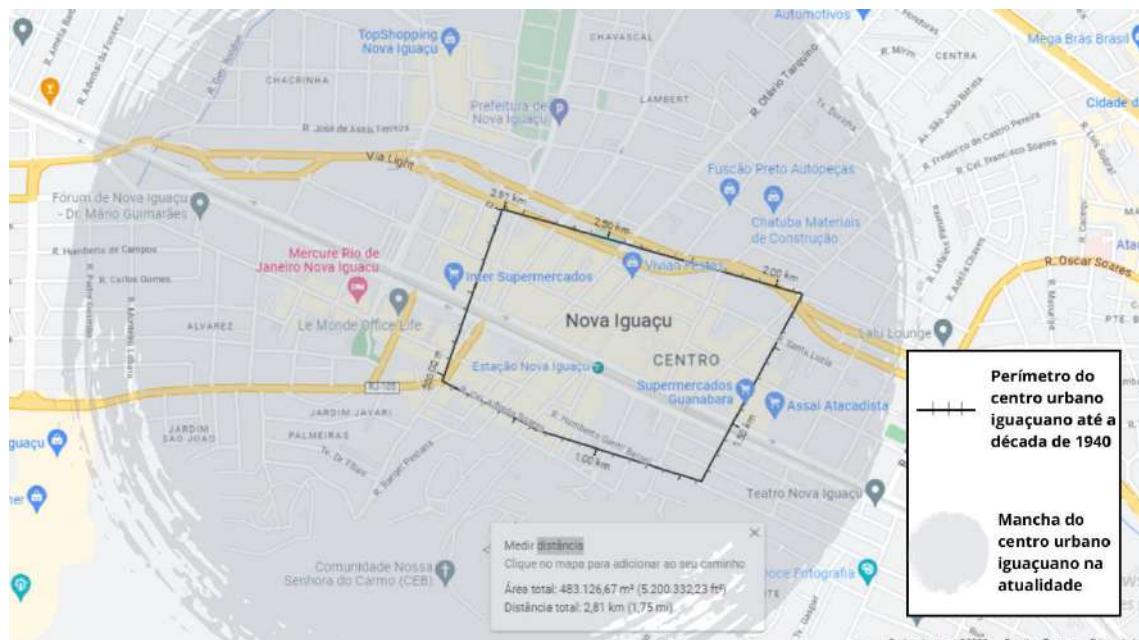
Fonte: SOARES, 1962. Pg.217

Porém, nos tempos da citricultura, no sentido da Serra do Gericinó, no lado dito “nobre”, a malha urbana delimitada longitudinalmente pelos atuais bairros do Caonze e da Luz ia até onde era possível as ruas alcançarem devido às características geográficas na serra, que possuía ainda no centro muitos laranjais<sup>228</sup>. Marcada por construções mais valiosas, lugar

<sup>228</sup> SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhacada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007.

onde personalidades mais proeminentes, e sobre tudo os proprietários de fazendas possuíam suas casas no centro, mesmo mantendo as propriedades rurais ao longo da estrada de Madureira, da estrada de Santa Rita ou da estrada do Iguaçu, esta região manteve-se reservada aos serviços voltados para o consumo de alto padrão, luxo, lazer e cultura<sup>229</sup>. Já em 1962 Maria Terezinha Segadas Soares<sup>230</sup> indicava que a ocupação imobiliária do centro, no período da citricultura, se concentrava no trecho entre as ruas Drº Tibau, que dava passagem a pé para a Matriz de Santo Antônio de Jacutinga, e pela margem da ferrovia seguindo a avenida Coronel Bernardino de Melo, ia se limitando pela altura da rua Floresta Miranda. O que estou apresentando textualmente neste trabalho, buscando acrescentar os avanços posteriores, Soares fez em uma representação gráfica na ilustração abaixo.

**Ilustração 17: Perímetro do centro urbano iguaçano até 1940/Mancha do centro urbano iguaçano na atualidade.**



Fonte: Arte com base na imagem extraída do Google Maps (2023).<sup>231</sup>

No outro lado da linha férrea o centro da cidade não chegaria nem ao atual Terminal Rodoviário. Terminal que, aliás, está situado num entroncamento ferroviário que atendia aos galpões de beneficiamento de laranjas, cercado por prestadores de serviços voltados à esta

<sup>229</sup> OZÓRIO, Elaine Cristina. *O processo de (re)produção do espaço urbano na cidade de Nova Iguaçu-RJ: (1990 – 2007)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007. p. 108.

<sup>230</sup> SOARES, Maria Terezinha Segadas. Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, vol.2 no. 24, 1962.

<sup>231</sup> Ao centro o perímetro ocupado pela maioria dos imóveis urbanos da Nova Iguaçu nos anos 1920 até o fim dos anos 1940. A mancha circular, em cinza, representa o espraiamento desta região central, que hoje encontra-se conurbada com os demais bairros iguaçanos, sem que seja perceptível a quem transite pela cidade a limitação entre eles, num continuum urbano indistinguível.

atividade, como fabricas de caixotes de madeira para o acondicionamento do produto para venda<sup>232</sup>. Este centro de Nova Iguaçu antigo que estou esboçando com base no cruzamento de relatos e fontes variadas<sup>233</sup>, pelo lado da Igreja Matriz, se encerrava cerca de três quarteirões antes da atual rodoviária, por volta da rua Dom Walmor. Indo em direção contrária, o centro da cidade se encerrava antes, na altura do túnel sob a linha férrea que o a população conhece como o Buraco do Getúlio, nas mediações da rua Coronel Francisco Soares. Porém a ocupação imobiliária da cidade mantinha-se apegada à linha férrea, tornando-se escassa conforme se afastava desta em direção à localização onde a Dutra (BR-116) vai atravessar a cidade na década de 1950. Podemos estabelecer a *Primeira Igreja Batista de Nova Iguaçu* (atualmente no cruzamento entre Via Light e Av. Cel Francisco Soares) como uma baliza espacial deste perímetro urbano.

No sentido oposto a cidade acabava próximo da atual prefeitura. Ali, até mil novecentos e setenta e oito não havia nada além de um pátio de estacionamento de maquinário a serviço da administração municipal, tratores, caminhões e máquinas retroescavadeiras. O grande referencial urbanístico que existia naquele ponto da cidade era o *Cemitério Municipal*, localizado neste ponto justamente por ser afastado da área central. No centro, entre o Cemitério Municipal de Nova Iguaçu e o antigo Colégio Olavo Bilac, havia um grande vazio urbano<sup>234</sup> no centro da cidade até bem perto da virada do milênio. Isto se deu porque este trecho da cidade foi destinado à construção das torres de transmissão de energia elétrica da empresa Light & Power (atualmente Light S/A), num período por considerar ali um arrabalde,

---

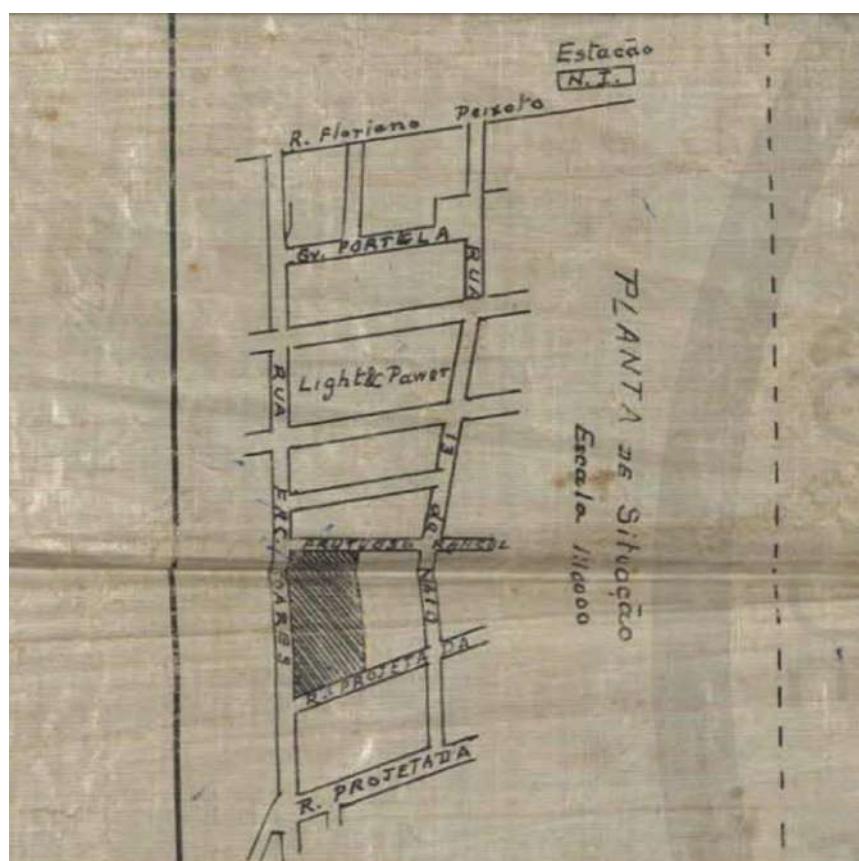
<sup>232</sup> PEREIRA, Waldick. A mudança da Vila: História de Nova Iguaçu. Ed. Ars Gráfica, Nova Iguaçu/RJ, 1970.

<sup>233</sup> Estas limitações estão sendo construídas com bases em relatos orais, entrevistas de pesquisas já realizadas anteriormente e conversas informais com moradores antigos do município, cruzando estas informações com imagens aéreas e mapas atuais foi possível produzir um panorama dos limites da urbe iguaçuana no período da citricultura, que se dá entre os anos 1920 e 1950. Uma contribuição em especial é muito valiosa. Frederico de Castro 84 anos, trabalhou no setor de Obras Públicas ininterruptamente desde 1955 até 2020, quando em decorrência da Pandemia de COVID-19 precisou se preservar. Convivi com srº Frederico entre 2017 e 2018, apesar de não registrar nenhuma entrevista, tomei notas de diversas informações prestadas por ele neste contexto.

<sup>234</sup> Os *vazios urbanos*, normalmente definidos como espaços não construídos e não qualificados como áreas livres no interior do perímetro urbano da cidade. São glebas de terra internas na malha urbana dotadas de infraestrutura e equipamentos sociais, mas que não realizam uma função social. Além das áreas não edificadas (terras e terrenos vazios), os vazios urbanos abrangem as áreas edificadas não utilizadas ou subutilizada, como por exemplo casas, galpões e edifícios抗igos ou deteriorados que precisam ser revitalizados. Também são considerados imóveis subutilizados aqueles que não atendem a taxa de aproveitamento mínimo, definida no Plano Diretor de cada município. As áreas verdes, as praças, entre outros espaços de sociabilidade, são exemplos de vazios na cidade que não poderiam ser identificados como vazios urbanos. ALVAREZ, Ricardo. Vazios urbanos e o processo de produção da cidade. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19062024-124206/en.php>. Acessado em: 03 junho de 2023. VEIGA, Artur José Pires; VEIGA, Daniela Andrade Monteiro; MATTA, Jana Maruska Buuda. Vazios Urbanos e Sustentabilidade. X Semana de Geografia da UESB. Anais ISSN 2179-4774. Bahia, 2011. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/pagina=anais>, Acesso em 15 de Setembro de 2016. SINGER, P. Uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. VILLAÇA, Flávio; *Espaço intra-urbano no Brasil*; São Paulo: Nobel, 1998.

já fora dos limites da urbe, e sem maiores impactos ao desenvolvimento daquela sociedade. Todo aquele perímetro onde hoje é a Via Light era totalmente indevassado, e plantas da cidade demonstram isto, como no detalhe da Ilustração número 18. Na Planta de Situação pode se observar que já consta espaço reservado com a descrição *Light & Power*, exatamente no trecho onde hoje permanecem as torres de transmissão de energia e onde passa a RJ 081, popularmente conhecida por Via Light, aparelho público que atravessa o centro do município de forma a limitar a ocupação do território.

**Ilustração 18: Light & Power - Planta de Situação – Detalhe da Planta de Loteamento 22/46<sup>235</sup>.**



Fonte: Acervo de Plantas da PMNI. PLANTA 22/46. Disponível em:  
[http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/4107/1/COMPILA%c3%87%c3%83O\\_22.46.pdf](http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/4107/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_22.46.pdf),  
Acessado em 25/06/2023.

<sup>235</sup> No detalhe podem ser observadas acima as ruas Governador Portela e Floriano Peixoto, além da indicação da localização da Estação Ferroviária de Nova Iguaçu. A planta é de 1946, e o loteamento aparece no detalhe hachurado, imediatamente abaixo da Rua Frutuoso Rangel, ao lado da Rua Francisco Soares. O tamanho total do terreno que passa por loteamento é de 15.653,25m<sup>2</sup>, resultando na abertura de duas novas ruas no município (ainda nomeadas de Rua Projetada na planta) e 32 lotes no centro de Nova Iguaçu, tendo os terrenos dimensões que variam de 360m<sup>2</sup> a 724m<sup>2</sup>. Com este documento podemos perceber o fracionamento do solo no centro do município ainda em meados dos anos 1940, bem como a presença marcante da Light & Power, posteriormente Light S/A, enquanto fator de impacto na ocupação do território. PLANTA 22/46. Disponível em:  
[http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/4107/1/COMPILA%c3%87%c3%83O\\_22.46.pdf](http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/4107/1/COMPILA%c3%87%c3%83O_22.46.pdf), acessado em 25/06/2023.

Não haviam ali construções, apenas as torres de transmissão de energia em um vasto perímetro isolado do restante da cidade, como ademais ainda ocorre em diversos trechos em toda Baixada Fluminense onde ocorrem instalações destas torres de energia. Apesar de isolado, o espaço costumava ser utilizado basicamente por criadores de animais (cavalos e porcos) e para o plantio de hortaliças que eram vendidas nas feiras da cidade<sup>236</sup>. Ou seja, somente em mil novecentos e noventa e oito vai ser inaugurada a Via Light, e os muros da Light/SA serão derrubados neste processo<sup>237</sup>.

**Ilustração 19: Panorama aerofotogramétrico da cidade de Nova Iguaçu – 1939.**



Fonte: Aerofotogrametria datada de 15 de janeiro de 1939<sup>238</sup>. Acervo IHGNI.

<sup>236</sup> LOBATO, Luiz Cláudio Brites. *Dilemas da cidade contemporânea que envolvem a ideia do desenvolvimento e o patrimônio cultural: Via Light seus significados nesse contexto*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFURJ/PPGPACS, Nova Iguaçu. 2021. p. 108.

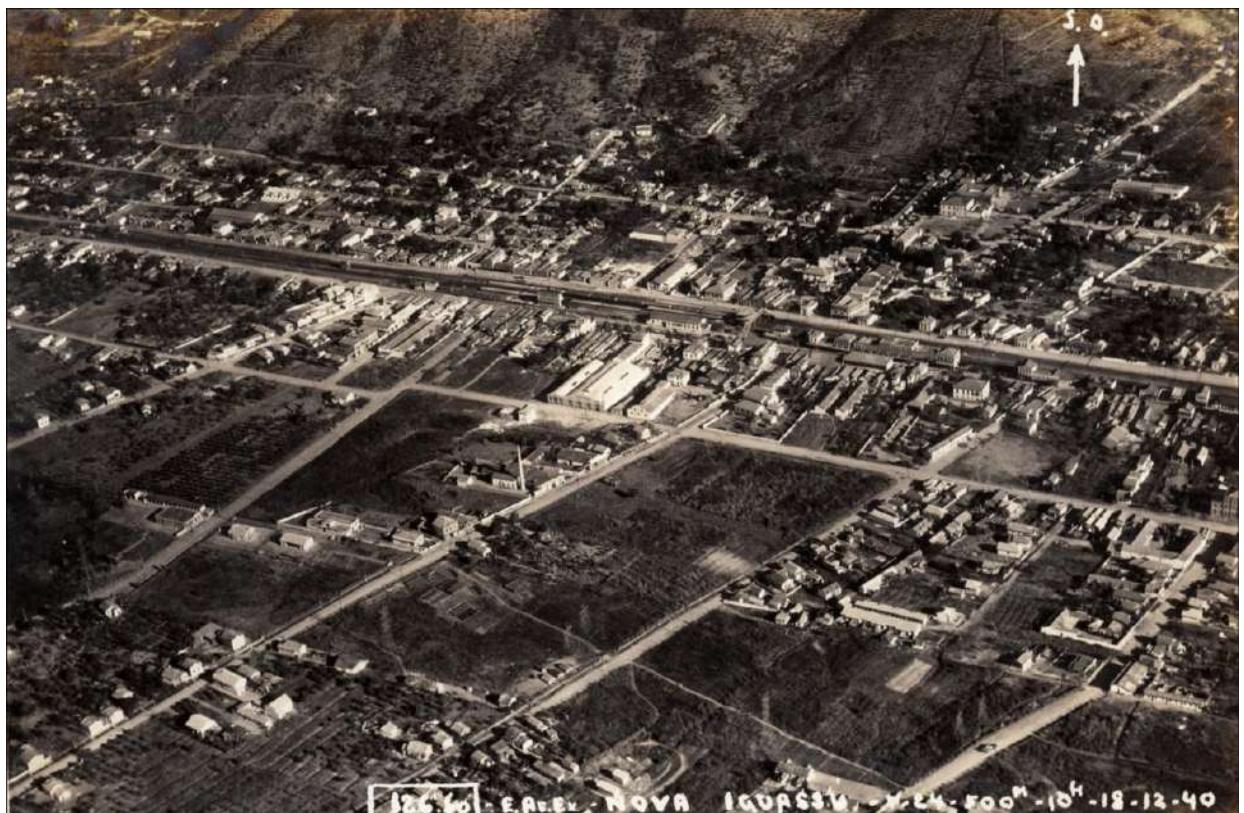
<sup>237</sup> Em 15 de agosto de 1998 se deu a inauguração da Via Light, em meio à campanha eleitoral daquele ano, como podemos ver em matéria no Correio da Lavoura. 800 MIL PESSOAS VÃO FICAR MAIS PERTO DE NOVA IGUAÇU. Correio da Lavoura, Pg. 1, nº4.191, de 15 a 21 de agosto de 1998.

<sup>238</sup> Feita no dia de comemoração do aniversário da cidade. Apresenta a perspectiva a partir da Serra do Gericinó, ao centro bem demarcada está a ferrovia, rasgando o ainda tímido centro urbano ao meio. Da esquerda para a direita é possível ver, sinuoso, o Rio Botas ao alto da imagem, seguindo a margem superior da ferrovia é possível identificar as ruas Gov. Roberto Siveira, Dom Walmor, Drº Barros Jrº, Otávio Tarquínio, Nilo Peçanha e Coronel Francisco Soares dominando o cenário da malha urbana. Na parte inferior da imagem, é pronunciada a Estrada de Madureira (Avenida Abílio Augusto Távora), partindo do entroncamento com a rua Drº Tibau no centro indo para a esquerda da imagem, em direção à regiões como Cabuçu e Marapicu.

A cidade então vai ganhar uma oxigenação com esse avanço urbanístico, gerando ampliação do perímetro urbano do centro que ganha uma nova dimensão em todas as direções na última década do século XX<sup>239</sup>. Porque a gente está pontuando isso? No centro do município de Nova Iguaçu, a Iguassú nova, não tem tombamentos. Nenhum patrimônio histórico a preservar. Nenhum tombamento estorva o desenvolvimento e o crescimento da cidade.

Isto indica, ao meu ver, que algum tipo de estratégia, na qual os agentes políticos e sociais, dotados de interesses privados atuando na esfera pública, foi empregada para impedir que seus patrimônios, seus bens, seus imóveis, se vissem tornados estáticos, tornados inacessíveis, tornados imutáveis através do tombamento. O que carece de um estudo a respeito do tema para conclusões, apesar de os indícios serem relevantes.

**Ilustração 20: Panorama aerofotogramétrico da cidade de Nova Iguaçu – 1940.**



Fonte: Aerofotogrametria datada de 18 de dezembro de 1940<sup>240</sup> Acervo IHGNI.

<sup>239</sup> O Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Nova Iguaçu, Vicente Loureiro, afirmava em matéria que “É possível mudar e a Via Light é prova disso.” em entrevista sobre a rodovia e prevendo o desenvolvimento da cidade após abertura da Via Light. VIA LIHGT É INAUGURADA COMO FESTA DE CAMPANHA ELEITORAL. Correio da Lavoura, Pg. 1, nº4.192, de 22 a 28 de agosto de 1998.

<sup>240</sup> Apresenta a perspectiva com a Serra do Gericinó como plano de fundo, ao centro bem demarcada está a ferrovia, com a estação de Nova Iguaçu divisando o centro urbano da cidade. Da esquerda para a direita é 116

Significa que sob a ótica do desenvolvimento da cidade a elite política e econômica de Nova Iguaçu não atendeu aos apelos do “*culto que se transforma em fetichismo*”<sup>241</sup> em torno do patrimônio que tomou conta do mundo a partir dos anos 1960. Não há imóveis tombados no Centro de Nova Iguaçu.

Em contrapartida, existe uma propriedade rural, que é a Fazenda São Bernardino, a aproximadamente vinte quilômetros do centro de Nova Iguaçu, igrejas e estações, todas distantes e fora do caminho do progresso da cidade. Falamos de uma cidade que tem uma grande valorização imobiliária a reboque de um investimento massivo de recursos públicos na abertura da Via Light logo após um grande investimento privado na construção de um shopping center moderno<sup>242</sup>. Não é do interesse de quem pretende aproveitar esta onda de desenvolvimento urbano que este perímetro da cidade venha a ter patrimônio tombado, impedindo a derrubada de casarões antigos, monumentos históricos ou galpões de beneficiamento de laranjas. Então, Nova Iguaçu não vai ter lei de tombamento. Não vai ter comissão de patrimônio. Não tem um corpo técnico designado para isso. Até o momento em que escrevo, não tem.

## 2.5 – E SÃO BERNARDINO? PERCURSOS DA PESQUISA

A preservação do patrimônio cultural é uma demanda das sociedades contemporâneas, como se pode compreender daquilo que venho apresentando até aqui. Não seria diferente em Nova Iguaçu. No entanto, em alguns momentos temos indicado que os resultados alcançados no campo das políticas públicas de preservação adotadas na cidade não resultam exatamente no que se espera delas. Ao passo que, mesmo com a preservação ineficiente ou ineficaz, estes bens culturais seguem sendo instrumentalizados em diferentes narrativas históricas, que servem de suporte material vestigial para diferentes memórias históricas. Não há em Nova Iguaçu um monumento tão marcante, tanto em sua imagem como em torno de seu imaginário, como a Fazenda São Bernardino, assim como não há melhor exemplo daquilo que estamos afirmindo. As políticas públicas de proteção aos bens culturais que eu encontrei aplicadas em

---

possível ver, ao alto da imagem, o bairro do Caonze salpicado com poucas residências esparsas. Na parte inferior da imagem, paralela à ferrovia, está a Avenida Governador Floriano Peixoto, sendo corta, ao centro da imagem pela Avenida Nilo Peçanha. Destaca-se o adensamento imobiliário entorno da ferrovia, e os grandes vazios em regiões hoje densamente ocupadas por empreendimentos imobiliários ou comerciais.

<sup>241</sup> CHOAY, 2014: p.252

<sup>242</sup> O Top Shopping é inaugurado em outubro de 1996 e a Via Light teve investimentos estaduais da ordem dos sessenta milhões de reais, segundo a coluna *Andando por aí* do Correio da Lavoura. NÚMEROS DA VIA LIGHT. Correio da Lavoura, Pg. 3, nº4.191, de 15 a 21 de agosto de 1998

Nova Iguaçu não produziram os efeitos de preservação que as legislações preconizam, e o estado de arruinamento e abandono em que se encontra este patrimônio nos oferece diversas possibilidades para aprofundar uma análise.

Para este estudo decidi apresentar alguns aspectos de um **Processo Administrativo** da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu – PCNI, em interação com o IPHAN-RJ, cujo objeto é uma ação de proteção ao imóvel da Fazenda São Bernardino e demonstrar como mesmo nos momentos nos quais há atuação em busca da execução de políticas públicas de preservação de um patrimônio, a realização dos efeitos pretendidos não se dão de maneira objetiva, sendo atravessadas por diversos fatores. O imóvel é Bem Tombado Nacional – BTN pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no ano de 1951. Este órgão federal provocou o município através de ofício<sup>243</sup>, e ele se viu na obrigação de atendê-lo, dando assim início ao Processo: 2017/021252. Este processo administrativo foi resultado de um evento de 2016. Na ocasião eu atuava como Gestor do Centro de Memória de Nova Iguaçu, quando fui notificado de que trabalhadores terceirizados, prestando serviço à Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro – CEDAE, haviam derrubado uma parede de 9 metros de comprimento da Fazenda São Bernardino<sup>244</sup>, o que constituiu crime contra o patrimônio, pois aquele é um Bem Tombado Nacional – BTN. Na ocasião produzi um relatório do evento danoso, encaminhando ao secretário de cultura e superior hierárquico, Wagner Alex Costa d’Almeida<sup>245</sup>. No dito relatório dava-se encaminhamento para pedido de cercamento do perímetro, o que só poderia ser efetuado mediante autorização do órgão competente, que é o IPHAN-RJ. Como em 2016 houve eleições, e subsequente mudança de gestão municipal, os encaminhamentos dados em 2016 não prosperaram e a administração municipal extraviou seus documentos neste hiato, gerando demanda de novo pedido de autorização, por não haver mais nos acervos da prefeitura o projeto do cercamento da propriedade. O objeto do processo é o **Projeto de Cercamento da Fazenda São Bernardino**. Imóvel que se encontra em estado de ruínas desde que o abandono, e os litígios entre proprietários e a Prefeitura, foram seguidos de um incêndio que deixou de pé apenas as paredes do casarão edificado no crepúsculo do

---

<sup>243</sup> BRASIL, IPHAN. Ofício nº 0640/17/GAB/IPHAN-RJ: Projeto de Cercamento da “Casa da Fazenda São Bernardino e seu entorno” Nova Iguaçu/RJ.

<sup>244</sup> CEDAE DERRUBA PAREDE DAS RUÍNAS DA FAZENDA SÃO BERNARDINO. FOLHA DO IGUASSÚ. Disponível em <http://jornalfolhadoguassu.blogspot.com/2016/04/cedae-derruba-parede-das-ruinas-da.html> Acesso em: 09 abr. 2016

<sup>245</sup> PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SEMC – CENTRO DE MEMÓRIA DE NOVA IGUAÇU: RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA À FAZENDA SÃO BERNARDINO. 11 de abril de 2016.

Império<sup>246</sup>.

Para o momento queremos aplicar a análise de uma fonte pouco consultada, apresentando ao leitor uma perspectiva privilegiada de um processo administrativo. Como já anunciei, não estou informando a respeito de nenhuma exótica e longínqua tribo, porém o recurso ao olhar antropológico aqui busca relacionar agentes e agências no interior e fora do Estado<sup>247</sup>. Desta maneira, parte desse esforço está em não deixar que a familiaridade com o objeto se torne um fator negativo. Afinal, participei como agente administrativo, e cheguei a produzir alguns dos documentos que compõem a própria fonte. Busco aqui algo como a perspectiva participativa da antropologia, de quem pegamos por empréstimo a proposta etnográfica de uma descrição densa<sup>248</sup> para apresentar não apenas nossa fonte e seu conteúdo, mas o percurso que foi preciso percorrer para ter acesso à mesma.

Como trabalhei por treze anos na administração municipal, na Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu<sup>249</sup>, estou familiarizado com minha fonte. No entanto, considerando que a grande maioria das pessoas jamais lidou com este tipo de documento, sinto que é necessário realizar uma descrição mais detalhada do que é um processo administrativo. O primeiro elemento a se levar em consideração sobre os processos administrativos é que eles são o motor da administração pública. Ou seja, para cada ação, projeto ou programa que um órgão público desempenhar haverá um processo administrativo, no mínimo. Este segue um rito, um protocolo, que faz o disciplinamento e a padronização dos processos administrativos. E os diferentes objetos que um processo podem abordar serão atendidos por tipos diferentes de processos, como os de licitação, pagamentos de despesas com aquisições ou de pessoal ou aqueles relacionados à gestão de recursos humanos. Em cada um destes exemplos, fórmulas e ritos processuais próprios à sua finalidade. A administração irá disciplinar seu fluxo interno levando em consideração a sua estrutura administrativa, ordenando um fluxograma onde órgãos, secretarias e setores específicos se conectam, a depender da natureza de um processo administrativo, constituindo assim um percurso, que será comum a todos os processos semelhantes. Este fluxo é acompanhado pelo setor de protocolo de cada secretaria. Seus

<sup>246</sup> ARANHA, Nelson, Fazenda São Bernardino. S/D Disponível em <http://www.historia.uff.br/curias/modules/tinyd0/content/texto004.pdf>; Acesso em: 14 dez. 2018.

<sup>247</sup> VIANNA, Adriana B. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: *O fazer e o desfazer dos direitos. Experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. P.15-35.

<sup>248</sup> GEERTZ, Clifford, Capítulo 1:“Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura”. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008 Pp.03-21.

<sup>249</sup> Entre setembro de 2005 e agosto de 2018 fui servidor da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, tendo me tornado quadro efetivo em concurso público no ano de 2012. Desde a conclusão do Mestrado passei a atuar diretamente com cultura e patrimônio cultural, assumindo diferentes funções nas secretarias de Cultura e Infraestrutura, respectivamente.

funcionários é que recepcionam e redistribuem os processos internamente, ou efetuam a entrega aos demais órgãos da administração pública. Isto é registrado, hoje em dia, num sistema eletrônico conhecido pelo nome genérico de Protocolo.

Abordo aqui o processo, que é um velho conhecido, seu número é 2017/021252, aberto em sete de junho de dois mil e dezessete. O fato gerador está descrito resumidamente no Ofício número 064/17/GAB/IPHAN-RJ, da seguinte maneira: PROJETO DE CERCAMENTO DA FAZENDA DE SÃO BERNARDINO S SEU ENTORNO” – NOVA IGUAÇU. Encontra-se, desde trinta de dezembro de dois mil e dezenove, no arquivo da Secretaria Municipal de Controle Interno – SEMCONGE – ARQUIVO. Descobrir sua localização foi relativamente fácil. Eu tinha seu número em meio às minhas documentações arquivadas, uma massa de dados gerados nos tempos em que atuei como Coordenador de Patrimônio na Superintendência de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SPAU/SEMIF<sup>250</sup>. Esta massa de dados nos fornece agora elementos, como se fosse o caderno de campo de um antropólogo. Registros fotográficos, cópias de ofícios e de relatórios, rascunhos de projetos, entre outros. É uma massa de *bites* arquivadas em pastas eletrônicas na memória de meu computador pessoal, nos HDs externos e também na caixa de entrada de e-mails. Após recuperar o número do processo em meio a meus documentos entrei em contato com uma amiga. Confirmando que ela teria acesso ao sistema eletrônico de protocolo, lhe passei o número e logo obtive dela a localização informada acima. Agora seria preciso um passo maior, acessar o processo para analisar seu conteúdo.

Qualquer cidadão pode acessar informações públicas. Isto acontece atualmente por força da Lei de Acesso à Informação - LAI<sup>251</sup>. Os órgãos públicos precisam hoje sistematizar e disponibilizar um grande número de informações em plataformas virtuais próprias para atender à demanda, chamadas de *Portal da Transparéncia*. No entanto, como podemos imaginar, nem tudo que um governo produz precisa estar acessível nestes portais. E tentar

---

<sup>250</sup> A Superintendência de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SPAU/SEMIF foi criada pelo prefeito Rogério Lisboa, no início de seu primeiro mandato. Sua equipe foi nomeada em janeiro de 2017, sua dissolução ocorreu em agosto de 2019, com a exoneração de seu último integrante através da Portaria nº 451, 08 de agosto de 2019, no mesmo dia em que extingue o cargo de Superintendente de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico através do Decreto nº 11.710 da mesma data. REFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. Diário Oficial. 09 de agosto de 2019, Disponível em [http://www.novaiguacu.rj.gov.br/wp/wp-content/uploads/2019/08/diariooficial\\_2019\\_08\\_09\\_15653098241.pdf](http://www.novaiguacu.rj.gov.br/wp/wp-content/uploads/2019/08/diariooficial_2019_08_09_15653098241.pdf) ; Acesso em: 10 ago. 2019.

<sup>251</sup> Sancionada em 18 de novembro de 2011, a Lei nº12.527 - Lei de Acesso a Informação, ou LAI, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Esta Lei representou um importante passo para a consolidação do regime democrático brasileiro e para o fortalecimento das políticas de transparéncia pública.

obrigar aos órgãos públicos a disponibilizar virtualmente todos os seus documentos seria uma tarefa tanto inútil quanto inviável. Isto devido aos limites que se colocam em termos técnicos, tecnológicos e econômicos. E este é o caso dos Processos Administrativos, que não tem obrigatoriedade de disponibilidade neste tipo de plataforma virtual.

E como fazer quando algo não está obrigatoriamente disponibilizado num portal, como acessar? A LAI tem um dispositivo que disciplina o acesso a qualquer dado, através da criação do *e-sic*, endereço eletrônico no qual o cidadão solicita a informação desejada e o órgão competente possui um prazo de 20 dias, prorrogáveis, para responder. Este é o caminho formal. Porém, a depender do número de pedidos encaminhados ao órgão, da disponibilidade de servidores, da filosofia do governo em curso e da boa vontade dos responsáveis, estas prorrogações podem se dar por longos períodos de tempo, levando meses. Mas existem outras formas de se acessar informações num órgão público. Isto é, se você conhecer os meandros da administração pública irá perceber que a burocracia pode seguir um ritmo ao sabor das relações interpessoais.

Conhecer autoridades pode oferecer status e até pode ser facilitador de alguns acessos, no que toca às questões de poder. Mas não garante totalmente um caminho para se movimentar na gestão pública. Os servidores conhecem os limites da autoridade, e podem apresentar argumentos técnicos para acelerar, ou não, algo. Muitas vezes conhecer a senhorinha simpática ou o jovem prestativo de um setor irá render resultados muito melhores que as ordens expedidas por um superior sem a simpatia de seus chefiados. Diante disto, acionei uma rede pessoal de contatos interna à administração municipal<sup>252</sup>. Foram precisos apenas dois telefonemas, realizar uma visita e conversar com dois servidores. Logo o processo que poderia levar de vinte (20) dias a muitos meses para ser digitalizado, foi disponibilizado em menos de uma semana útil. Mas isto através da informalidade e boa vontade de quem conhece minha atividade de pesquisador e historiador, além de simpatizar comigo. Do contrário, eu poderia ter que seguir o rito burocrático previsto no rigor da lei. Superada esta etapa, vamos ao processo em si.

### **2.5.1 – O CERCAMENTO DA FAZENDA SÃO BERNARDINO – UMA DESCRIÇÃO DENSA.**

---

<sup>252</sup> Registro aqui meus agradecimentos especiais à senhora Leni Ferreira da Silva, uma das servidoras mais antigas de Nova Iguaçu, atuando desde 1967 na administração municipal, ativa até o momento da redação deste capítulo, ao servidor Gildemir Alves Tavares, atuando no município como servidor concursado desde de 2012, e Andressa Barra, Cargo Comissionado na gestão Rogério Lisboa (2017-tempo presente).

O ofício do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN aponta, em seu texto, cobrança de ações do poder público municipal em relação a ofícios anteriores do próprio IPHAN. Emitido à dois de maio de 2017, este o documento levou 35 dias até que fosse encaminhado pela Secretaria Municipal de Governo para autuação, ação que produz o processo de número 2017/021252. A interpelação do órgão federal vem em decorrência do não atendimento da prefeitura a um ofício anterior, datado de quatorze de setembro de 2016, sobre o mesmo objeto: *o cercamento da Fazenda São Bernardino*.

Em dois de junho de 2016 o IPHAN havia autorizado o cercamento, fazendo oposição apenas à inclusão de um “Portal”, devido a descaracterização que tal “Portal” produziria no Bem Tombado Nacional – BTN. Esta informação consta em cópia anexada de um ofício anterior ao documento mencionado acima. Estes documentos do IPHAN, como se percebe analisando a fonte, se remetem ao pedido produzido pela Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu – PCNI feito em 2015. Porém em 2016 a Companhia de Águas e Esgoto – CEDAE, através de prestadores de serviço terceirizados, produziu um dano extenso ao imóvel arruinado da Fazenda São Bernardino como relatou o srº Geraldo Fernandes Baptista<sup>253</sup>:

“Ouvi o barulho de máquinas do meu sítio e vim verificar o que estava acontecendo. Quando cheguei encontrei uma retroescavadeira e um caminhão, com as logomarcas da CEDAE, derrubando as paredes e recolhendo o entulho. Na hora não pensei bem, mas resolvi subir o morro. Gritei para os caras ‘Para! Para!', depois eu pensei que eles poderiam ter feito alguma coisa de mal comigo, mas na hora só pensei em fazer eles pararem.”

“Os caras disseram que estavam precisando de entulho para fechar um buraco de um serviço que eles faziam para a CEDAE. Como viram a casa ‘caindo’ resolveram pegar entulho na fazenda mesmo.”<sup>254</sup>

Diante deste ataque ao bem tombado, a PCNI através do secretário de cultura Wagner Alex Costa d’Almeida<sup>255</sup>, decidiu cercar o local, buscando com isto evitar futuros acidentes. Porém

---

<sup>253</sup> Moradores assistiram, filmaram e realizaram denúncia do dano causado pela CEDAE. Com um caminhão basculante e uma pá mecânica, prestadores de serviço da Empresa de Águas e Esgotos derrubaram um pedaço de parede com aproximadamente 8 (oito) metros de comprimento. Em vistoria, acompanhado do então secretário, fiz medição da extensão dos danos e encaminhei pedido de cercamento ao governo municipal, assim como pedido de reparação à CEDAE. A CEDAE nunca indenizou ou promoveu qualquer reparo à Fazenda São Bernardino.

<sup>254</sup> (PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SEMC – CENTRO DE MEMÓRIA DE NOVA IGUAÇU: **RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA À FAZENDA SÃO BERNARDINO**. 11 de abril de 2016.)

<sup>255</sup> Wagner Alex Costa d’Almeida, nascido em 21/06/1967, integrou os dois primeiros mandatos do prefeito Nelson Roberto de Oliveira Bornier, entre 1997 e 2002 quando aquele esteve filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Em 2002 Bornier se afastou para concorrer ao mandato de Deputado Federal, agora filiado ao Partido Liberal – PL. Naquele período Wagner foi assessor na comunicação do governo. No terceiro mandato de prefeito de Bornier, agora pelo PMDB, Wagner fez a publicidade da campanha eleitoral e após a eleição assumiu a pasta da cultura, à qual tentou transformar em Secretaria de Eventos, chegando a publicar decreto que foi revogado posteriormente. Porém após se chamar Secretaria de Ação Cultural por um período a secretaria acabou voltando à Secretaria de Cultura. Em seu perfil da rede social LINKEDIN consta como atuando na Comunicação da prefeitura de Itaguaí a partir de junho de 2018, sem nenhuma atualização

a autorização desta ação deve ser dada pelo IPHAN-RJ, por se tratar de órgão sobre tombamento federal.

Acontece que em 2016 aconteceram as eleições municipais. A gestão municipal que enviou solicitação ao IPHAN saiu derrotada das urnas, o que produziu uma série de problemas. Antes do término de sua gestão o secretário de cultura, Wagner D'Almeida, resolveu exonerar todos os servidores, os poucos efetivos - como era meu caso- ele pôs à disposição da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD. Algo equivalente a deixar o órgão completamente inoperante. O prédio alugado onde a Secretaria Municipal de Cultura - SEMC estava instalada foi fechado, os computadores formatados e sucateados. Em resumo, todo serviço foi descontinuado em pouco tempo após o resultado do segundo turno das eleições daquele ano. Absolutamente nada, referente à pasta da Cultura, estava disponível no início de 2017.

No novo governo, iniciado em janeiro de 2017, o prefeito Rogério Martins Lisboa resolveu criar um setor específico para a gestão do patrimônio cultural na Secretaria de Infraestrutura, nomeando o arquiteto Ronaldo Grana<sup>256</sup>, seu amigo pessoal, para a recém-criada Subsecretaria de Urbanismo. Ronaldo designou o também arquiteto, Flávio Farias de Araújo para chefiar a Superintendência de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SPAU/SEMIF. Completaram a SPAU/SEMIF, além de mim, o topógrafo, Joel Dias da Silva e a arquiteta Ingrid da Silva Luiz. Ronaldo e Flávio estudaram no Instituto de Educação Santo Antônio – IESA, instituição de ensino tradicional da cidade, onde se tornaram amigos do então prefeito Rogério Lisboa. Em dezembro de 2016, Ronaldo Grana convidou-me por telefonema para integrar este novo órgão, considerou minha atuação na Secretaria de Cultura da gestão que se encerrava como credencial para este convite, pois foi neste contexto que tive contato com o arquiteto por duas vezes antes de trabalhar sob sua gestão. A equipe que assumiu a gestão do Patrimônio Arquitetônico e

---

posterior. Durante sua gestão na cultura de Nova Iguaçu podemos destacar os problemas envolvendo a realização da Festa do Aipim em 2015, que trouxe diversas atrações artísticas como Ivete Sangalo e Claudia Leite, mas causou transtornos e descharacterizou a festa tradicional como podemos ver em notícias do período: UM FESTIVAL DE PROBLEMAS EM TINGUÁ. Notícias de Nova Iguaçu. Disponível em: <https://www.noticiasdenovaiguacu.com/2015/09/um-festival-de-problemas-em-tingua.html>, acessado em 15 de jun. 2023 e DOCUMENTÁRIO VAI MOSTRAR IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA FESTA DO AIMPIIM, NA BAIXADA FLUMINENSE. EXTRA. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/documentario-vai-mostrar-impactos-sociais-ambientais-da-festa-do-aipim-na-baixada-fluminense-17950333.html> acessado em 15 de jun. 2023.

<sup>256</sup> Ronaldo Grana é arquiteto, com escritório arquitetura de mesmo nome estabelecido no centro de Nova Iguaçu, na rua Drº Mário Guimarães. Ronaldo estudou com Rogério Lisboa no Instituto de Educação Santo Antônio, mantendo com o político, então prefeito da cidade de Nova Iguaçu uma amizade. Segundo o próprio Ronaldo Grana, ele não possui filiação partidária, a nomeação neste cargo deveu-se à relação pessoal de Ronaldo com Rogério Lisboa.

Urbanístico da cidade buscou na SEMCULT e não encontrou seus arquivos e processos acessíveis e sistematizados, e assim a SPAU/SEMIF iniciou a gestão dos bens do patrimônio sem possuir quaisquer registros. Ofícios, processos, projetos dedicados à preservação do patrimônio, assim como nada referente ao cercamento, estava à disposição<sup>257</sup>.

É o processo administrativo o instrumento que produz os efeitos práticos na gestão pública, como detalhamos anteriormente. Neste caso, diante da anuência do IPHAN para dar prosseguimento à execução do projeto, o natural seria encaminhar o processo com o projeto aprovado para o rito licitatório. Com isto haveria a contratação de empresa para execução do projeto orçado anteriormente. Pelo princípio da continuidade da gestão pública o cercamento deveria estar próximo de ser executado, mas não foi o que aconteceu. O ofício do IPHAN-RJ anexado ao processo em análise não continha cópia do projeto de cercamento aprovado anteriormente. E como aquele projeto foi extraviado na mudança de gestão, tampouco a SPAU/SEMIF possuía uma cópia deste projeto, sendo impossível cumprir a orientação do IPHAN em dar andamento com o cercamento, afinal não era possível saber que materiais, qual perímetro e que características técnicas estavam descritas no documento extraviado. Cabe destacar que quando falamos de projeto não se trata apenas de uma formulação textual, há um aspecto técnico de topografia e arquitetura envolvido neste caso. Mapas do perímetro e plantas baixas do imóvel, medições que exigiram um trabalho técnico de campo e arquivos gerados em sistemas digitais, como o AUTOCAD.

O que se sabia? Apenas o que o Ofício de 02 de maio de 2017 informava. Junto a este ofício, duas cópias, de ofícios anteriores do IPHAN-RJ davam a compreensão de uma linha do tempo:

- 887/16/GAB/IPHAN-RJ de 02 de junho de 2016
- 1472/16/GAB/IPHAN-RJ de 14 de setembro de 2016
- 064/17/GAB/IPHAN-RJ de 02 de maio de 2017

Este fio do tempo indicava que desde, pelo menos, 2015 o IPHAN-RJ já estava cobrando da administração municipal alguma ação na Fazenda São Bernardino, como o trecho retirado de um dos ofícios deixa claro:

---

<sup>257</sup> Fui convidado a integrar a equipe que se tornou a Superintendência de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico em dezembro de 2016, através de telefonema dado por Ronaldo Grana. Desde os primeiros dias de 2017, no início da gestão Rogério Lisboa acompanhei pessoalmente todo o processo e fiz buscas de informações sobre o acervo da pasta da Cultura. No entanto, o governo Lisboa só nomeou um secretário de cultura alguns meses depois do início de seu mandato. Neste período a Casa de Cultura Ney Alberto, local onde o acervo permaneceu arquivado durante a inoperância da Secretaria de Cultura, permaneceu inacessível. Neste período processos da área da preservação do patrimônio cultural que estiveram em andamento no governo anterior permaneceram inacessíveis. Após isto, vim descobrir que muitos documentos se extraviaram e os arquivos digitais dos computadores da Secretaria de Cultura foram deletados.

Prezado Senhor,  
Cumprimentando-o, acusamos o recebimento do Ofício nº 089/SEMC/2016, que trata da solicitação de aprovação do projeto de cercamento e portal da “Casa de Fazenda de São Bernardino e seu entorno”, Bem Tombado Nacional, processo de tombamento nº 043-T-50.

Em relação ao cercamento por mourões de concreto e arames que resultam materiais e serviços reversíveis, nada temos a opor ao pleito, de acordo com o Ofício/GAB/IPHAN/nº0065/15 (prot.01500.004451/2014-51) de 16/01/2015.<sup>258</sup>

Porém a nova administração municipal estava sem nenhum dos documentos referenciados nos ofícios do IPHAN-RJ. Diante da ausência do projeto, a nova gestão não pode fazer outra coisa, senão informar a situação ao IPHAN. No entanto, como dizer a um órgão federal que você não tem seus processos e projetos em um arquivo sistematizado? A mudança de governo explica, mas não justifica em termos administrativos. Para ganhar tempo, evitando com isto o descumprimento de prazos legais, Ronaldo Grana, o subsecretário de urbanismo, responde ao IPHAN que “*tem necessidade a nossa Superintendência de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico em analisar as peças processuais e projetos anteriormente apresentados a este instituto*”.<sup>259</sup>

O subsecretário de urbanismo responde assim, em vinte e um de junho de 2017, e o IPHAN recebe o ofício de resposta seis dias depois, como atesta o Auxiliar Administrativo do órgão, srº Vilmar Almeida Mendes com seu recebido em 27 de junho de 2016. Passado um mês, o superintendente de patrimônio arquitetônico e urbanístico encaminhou novo projeto ao IPHAN, através de ofício sob número 912/URB/SEMIF/2017, datado de 20 de julho de 2017. O órgão federal confirmou o recebimento do projeto substituto em 31 de julho do mesmo ano. Como havia sido cobrado sobre o andamento de qualquer intervenção do município no imóvel, junto ao projeto segue uma cópia do decreto de calamidade financeira:

DECRETO Nº10.948 DE 05 DE MAIO DE 2017  
PRORROGA O ESTADO DE CALAMIDADE FINANCEIRA E  
OUTRAS MEDIDAS CORRELATAS AO SANEAMENTO DAS FINANÇAS  
MUNICIPAIS.

(...)

Art. 3º Ficam vedadas, pelo prazo de dez meses:

(...)

e) a realização de serviços extraordinário no serviço público municipal, excetuando-se somente os serviços essenciais, realizados pelos servidores lotados nas Secretarias Municipais de Saúde e Educação, e eventuais, em casos de extrema necessidade, expressamente autorizados pelo prefeito municipal.<sup>260</sup>

<sup>258</sup> IPHAN-RJ, OFÍCIO 887/16/GAB/IPHAN-RJ de 02 de junho de 2016 – Processo Administrativo PCNI: 2017/02125).

<sup>259</sup> Este trecho consta no Ofício nº787/URB/SEMIF/2017, assinado pelo arquiteto Ronaldo Grana, então subsecretário de urbanismo, datado de 21 de junho de 2017. No corpo do documento há confirmação de intenção de atender à demanda do IPHAN, mas solicita novo prazo, de 15 dias, para encaminhar novo projeto. No mesmo documento ele solicita cópia do projeto anterior, o que parece contraditório, mas apenas insinua o fato de não possuir esta documentação e explica a necessidade de prazo para produzir novo projeto.

<sup>260</sup> ATOS OFICIAIS PCNI, 06/05/2017 – Processo Administrativo PCNI: 2017/021252.

A anexação de tal decreto acaba indicando que a execução não estaria economicamente garantida num horizonte curto, apesar de uma solicitação de avaliação de novo projeto para autorização. O tempo da administração pública é algo complexo. O representante do município, através da SPAU/SEMIF, se viu pressionado em atender às demandas do órgão federal, que instava a administração municipal a tomar atitude para proteger o patrimônio cultural. Em certa medida o superintendente respondeu dentro dos prazos estipulados. É isto que estava em questão! Não é necessariamente, ou somente, a preservação do bem que se pretendeu atender, mas os cumprimentos de prazos burocráticos estavam sendo observados. Vejamos então os próximos movimentos.

Em novembro, dia 28, Flávio Araújo, endossado pelo subsecretário de urbanismo, provocou novamente ao IPHAN, via ofício. Buscava notícias sobre a demanda inicial, autorizando o cercamento. Afinal de contas, há um Bem Tombado Nacional em risco e, no momento, para uma ação municipal é necessária uma posição do IPHAN:

Cumprimentando-a, venho à presença de Vossa Senhoria solicitar esclarecimentos quanto à movimentação da análise do novo projeto de cercamento da Fazenda São Bernardino e seu entorno, emitido em 20 de julho de 2017 e que consta em análise da Divisão Técnica desse Instituto desde 16/08/2017.

Atenciosamente,

**Flávio Farias de Araújo (assinado)**

Superintendente de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico

Subsecretaria de Urbanismo

Secretaria Municipal de Infraestrutura

**Ronaldo Grana Barbosa (rubricado)**

Subsecretaria de Urbanismo

Secretaria Municipal de Infraestrutura.<sup>261</sup>

Portanto, mesmo sem previsão orçamentária, devido à situação de calamidade financeira alegada, eles cobraram do IPHAN-RJ uma posição quanto ao novo projeto.

Mas a resposta não viria tão depressa. Somente em 15 de janeiro de 2018 (acaso ou não, data do aniversário da cidade de Nova Iguaçu) a superintendente substituta do IPHAN fluminense, Mônica da Costa<sup>262</sup>, produz despacho em resposta à demanda. O ofício do IPHAN-RJ segue com o relatório e parecer técnico informando que:

---

<sup>261</sup> Ofício 1515/URB/SEMIF/2017, 28/11/2017 – Processo Administrativo PCNI: 2017/021252.

<sup>262</sup> Não chegamos, eu e a equipe da SPAU/SEMIF, a ter contato com a senhora Mônica Costa durante o período em que atuamos na PCNI. Sobre esta servidora encontrei um abaixo assinado virtual produzido em seu favor, em 17 de março de 2017, que estava sendo afastada de suas funções por pressão política. O abaixo assinado informa sobre seus mais de 30 anos no IPHAN, destacando atuação em projetos de patrimônio imaterial. SUPERINTENDENTE DO IPHAN-RJ É RETIRADA DO CARGO POR PRESSÃO POLÍTICA. CHANGE.ORG. Disponível em: <https://www.change.org/p/ministro-da-cultura-superintendente-do-iphant-rj-%C3%A9-retirada-do-cargo-por-press%C3%A3o-pol%C3%ADtica>, Acessado em 16 de jun. 2023.

Prezados Senhores,

1. Cumprimentando-os acusamos o recebimento do Ofício 912/URB/SEMIF/2017 relativo ao assunto destacado em epígrafe

2. Conforme Parecer Técnico nº170/2017 e Manifestação sobre Parecer Técnico , cópia em anexo, ratificado pela Coordenação Técnica desta Superintendência, este IPHAN nada tem a opor quanto ao pretendido. (Ofício 73//2018/IPHAN-RJ-IPHAN, 15/01/2018 – Processo Administrativo PCNI: 2017/021252).

Ou seja, o IPHAN-RJ ficou de julho de 2017 até janeiro de 2018, para encaminhar um parecer sobre a permissão para execução de uma cerca que tinha por objetivo diminuir os riscos de acidentes aos visitantes desautorizados que entram no imóvel, por ausência de limites, e novos danos ao próprio bem.

Não é possível identificar no processo administrativo, quando o parecer favorável chegou ao urbanismo. Mas no dia 24 de janeiro de 2018 a equipe da SPAU produz novo documento. Desta vez produzindo novo direcionamento do processo administrativo, agora ao setor de obras, visando sua execução.

“Considerando o risco ao bem tombado pelo IPHAN, ora sob tutela definitiva da administração municipal;

Considerando que a preservação do bem tombado pelo IPHAN recai sobre o proprietário do imóvel, que responde por danos causados ao bem, sejam estes produzidos por terceiros ou por sua própria vontade;

Considerando a Vistoria Técnica, realizada pela Defesa Civil, que em Boletim de Ocorrência nº00189/2017 afirma URGÊNCIA da vedação do perímetro da Fazenda São Bernardino, por conta do risco de acidentes;

Considerando a necessidade de disciplinar o acesso à tal monumento, com acompanhamento profissional, visando garantir a preservação do bem e a segurança de eventuais visitantes;

Sugerimos que encaminhe este administrativo à SEMIF/Obras, *para que se produzam os devidos estudos quanto ao custo da execução do cercamento, produzindo posterior encaminhamento para a conclusão do mesmo*, para que a administração municipal tenha a iniciativa da ação preventiva, evitando com isto a necessidade de medidas corretivas e/ou indenizatórias decorrentes da negligência e omissão.

Respeitosamente,

**Allofs Daniel Batista (rubricado)**

Coordenador de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico  
Subsecretaria de Urbanismo/SEMIF

Matr.:11/711.517-3

**Flávio Farias de Araújo (assinado)**

Superintendente de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico  
Subsecretaria de Urbanismo/SEMIF  
Matr.: 60/715.529-4<sup>263</sup>

Com este despacho se procedeu ao rito administrativo interno, que se desenvolveu internamente à administração municipal, levando a termo a execução do cercamento da Fazenda São Bernardino. Agora o processo entrou em novo circuito, apenas interno à gestão municipal. A administração municipal vai fazê-lo seguir o rito para a licitação do serviço de

<sup>263</sup> DESPACHO, 24/01/2018 – Processo Administrativo PCNI: 2017/021252.

cercamento, cumprindo as legislações pertinentes a este fim. Vinte e seis páginas, alguns ofícios e mais de sete meses depois, e serão necessários ainda muitos trâmites do processo para a execução de um serviço que deveria evitar o ingresso de pessoas não autorizadas, sem guiaamento ou orientação na área de um edifício que se encontra em ruínas desde 1983. Local que oferece imenso risco de acidentes, como atesta um Boletim de Ocorrência da Defesa Civil datado 11 de abril de 2017<sup>264</sup>, anexado ao mesmo processo administrativo.

**Ilustração 21: Detalhe do Boletim de Ocorrência nº00189/2017 - Defesa Civil.**

VISTORIA
<p><b>1 - Dados do Local:</b></p> <p>1.1 - Antiga Fazenda São Bernardino;      1.2 - Imóvel denominado "Casarão";      1.3 - Imóvel antigo em estilo colonial tendo como referência histórica o ano de 1875 como término da construção.</p> <p><b>2 - Descrição das Alterações:</b></p> <p>2.1 - Em vistoria realizada no local foi constatado que o imóvel denominado "Casarão" e Anexos encontra-se completamente em ruínas;      2.2 - Atualmente, tanto no Casarão como nos Anexos, restam apenas paredes de alvenaria de tijolo maciço completamente danificadas, em processo de desagregação, com vegetação e arbustos crescidos de forma generalizada;      2.3 - As referidas paredes em geral, apresentam risco iminente de desabamento de forma pontual, em todo o imóvel;      2.4 - Todo o terreno no entorno do imóvel encontra-se tomado por matagal crescido;      2.5 - O local encontra-se completamente aberto, com acesso livre a qualquer pessoa;      2.6 - Existe Risco Iminente de Acidentes para as pessoas que tem acesso ao local;      2.7 - Como o Casarão foi implantado num platô, existe uma grande extensão de um paredão com altura aproximada de 05 (cinco) metros, sem nenhuma proteção, oferecendo Alto risco de Acidentes para os visitantes.</p> <p><b>3 - Relação dos Órgãos/Autoridades Presentes:</b></p> <p>3.1 - Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil;      3.2 - Subsecretaria de Urbanismo-Alfons Daniel Ballista.</p> <p><b>4 - Descrição das Pessoas Ocupantes do Local:</b></p> <p>4.1 - Sem ocupação.</p> <p><b>5 - Outras Informações:</b></p> <p>5.1 - É necessário fazer COM URGÊNCIA vedação de todo o terreno com tapume, para impedir o acesso de qualquer pessoa estranha, até que seja feita limpeza geral e verificação dos locais que oferecem risco de acidentes.</p>

Fonte: Processo Administrativo PCNI: 2017/021252 fls.25.

Entre o primeiro ofício aqui elencado e o pedido de abertura de procedimento para

<sup>264</sup> O Boletim de Ocorrência – B.O. nº00189/2017 foi formulado pela Defesa Civil, em vistoria técnica realizada pelo engenheiro Civil Antônio de Araújo Rodrigues. A ação foi produzida mediante solicitação da SPAU/SEMF, considerando que o imóvel oferecia grave risco de acidentes aos visitantes. Além de atestar o *Risco iminente de acidentes*, o B.O. orienta a “fazer com URGÊNCIA vedação de todo terreno”, corroborando para a justificativa do cercamento do imóvel.

execução do serviço de cercamento decorreram 231 dias. Chama atenção que somente para responder ao novo projeto enviado pela prefeitura, o IPHAN fluminense levou 177 dias, ou cinco meses e 24 dias. Enquanto isto, seguia o bem sob riscos de novos danos externos e de produzir acidentes aos visitantes mal orientados, porém sem nenhum tipo de impedimento para acessar ao perímetro da Fazenda São Bernardino que se localiza às margens de uma rodovia estadual muito movimentada. Para um panorama simplificado, até aqui nas páginas do processo havia um diálogo entre um ente federal, o IPHAN, e o governo municipal. No entanto, no interior das duas instituições são pessoas que movem esta engrenagem burocrática. Na administração municipal um emaranhado de percursos foi seguido até aqui. Vejamos um resumo desse percurso. É a Secretaria Municipal de Governo - SEMUG quem recepciona as notificações externas, como foram os ofícios do IPHAN. Antes que estes documentos cheguem ao órgão competente pelo patrimônio ele circulou em setores internos à SEMUG, como o Gabinete do Secretário. De lá, um ofício pode se transformar, ou não, em processo. Depende da avaliação que o secretário de governo, ou seus assessores, façam do assunto. Para o caso em comento “o governo” decidiu que se abriria um processo administrativo. De lá ele seguiu para a Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIF, posto que o governo havia criado uma Superintendência de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SPAU/SEMIF no interior da Subsecretaria de Urbanismo. Das mãos da superintendente fluminense do IPHAN ao setor de patrimônio do município o ofício passou por três instâncias, apenas na SEMIF. Depois do quiproquó a respeito da autorização do IPHAN ao novo projeto de cercamento, a administração municipal transformou então o processo administrativo de 26 páginas em um verdadeiro Pantagruel<sup>265</sup>, com nada menos que 360 páginas, que após a realização do serviço pela empresa *J.F. Silva Construções EIRELI* vai ser arquivado em 30 de dezembro de 2019. Antes de ser arquivado, contando já com 936 dias desde sua abertura, o serviço foi vistoriado. A execução foi autorizada no dia 17 de setembro de 2018, e a vistoria identificou que a empresa não havia cumprido com cinco itens do contrato. Apesar deste relatório da vistoria ser emitido em 29 de outubro de 2018, indicando que a empresa não cumprira totalmente seu contrato, ao que parece este não foi levado em consideração e o processo é arquivado depois de tramitar por diferentes órgãos da administração municipal. Encerrando assim sua peregrinação de dois anos, seis meses e vinte e três dias.

É provável que nunca saibamos se os itens não atendidos do contrato naquela ocasião

---

<sup>265</sup> Da obra de François Rabelais, Pantagruel é uma criatura gigantesca, grotesca e escatológica.

tenham sido cumpridos. Nem por qual motivo. O prazo legal para cobrar à empresa executora é de cinco anos, o que já expirou. E assim o processo se encerra.

### **2.5.2 – CONHECENDO OS DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ATRAVÉS DE UM PROCESSO ADMINISTRATIVO**

O emprego de processos como fonte de pesquisa não é algo incomum, aliás tornou-se recorrente em uma História Social voltada, sobretudo, para história social do trabalho que vai crescer no Brasil a partir dos anos 1980<sup>266</sup>. Porém é recorrente a produção de pesquisas em fontes de caráter judicial, sejam processos oriundos da luta por alforrias, direitos trabalhistas ou do julgamento de litígios entre empregados e patrões, e mesmo crimes. Os Processos Administrativos, como o abordado aqui, contam uma história muito despossuída de “carne humana” digamos assim. Mas isto é apenas parcialmente verdade.

Há, nos processos administrativos uma série de atores sociais a serem desvendados. Quais as categorias de profissionais atuam na gestão pública? Eles são servidores de carreira, ou são cargos comissionados a serviço do mandatário da vez? Há também os vãos da história que eles podem nos contar. Lapsos temporais, por exemplo, podem demonstrar como um processo pode ter sido posto em compasso de espera em decorrência de mudanças de conjunturas políticas, econômicas ou sociais. Ou, ao contrário, indicar que seu trâmite foi acelerado devido às pressões da ocasião. Como saber, observando apenas as folhas de um processo, quantas reuniões, telefonemas, e mensagens foram necessárias para que este simplesmente deixasse um setor e fosse para outro a fim de dar prosseguimento célere ao seu objetivo? Ou, ao contrário, quanto tempo este pode ter sido posto na gaveta, recebendo uma “geladeira”, fazendo sua tramitação desacelerar ou parar. Cabe ao historiador observar os fluxos, porém é preciso conhecer minimamente a estrutura da administração do órgão a ser estudado para não cair em engano. Para um evento recente, o recurso às entrevistas, empregando metodologia da História Oral, podem contribuir. Mas recorrer ao noticiário também produz uma boa massa de informações complementares e suplementares ao documento administrativo.

No processo do cercamento da Fazenda São Bernardino podemos ver, entre outras coisas, como a administração municipal não possui cuidado em arquivar e preservar seus documentos, atendendo ao princípio público da continuidade. Pior, como projetos, objetos de investimentos de recursos financeiros, humanos e de tempo valioso e irreversível, são

---

<sup>266</sup> LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli. *Apresentação*. Direitos e Justiças. Campinas, S.P: Ed. Da UNICAMP, 2006. pp.9-23.

simplesmente descontinuados e desmobilizados ao sabor dos ventos políticos. Estes tipos de efeitos não são fruto do acaso. São parte de projetos políticos, e estes são produzidos por pessoas de carne e osso, não por instituições destituídas de intencionalidade. Por exemplo. Qual razão para que a documentação produzida em uma gestão deixe de estar disponível para a seguinte? Este tipo de prática, infelizmente bastante comum nos municípios da Baixada Fluminense, é uma espécie de “tática de terra arrasada”, criando dificuldades para os sucessores, quando adversários políticos, durante sua gestão. Quem paga o preço disto são os cidadãos, que acabam por não receber os serviços públicos, ou o recebem tardeamente.

Fazer pesquisas se torna quase impossível depois de pouco tempo. Somente por termos atuado diretamente no processo é que podemos identificar alguns silêncios do processo, estratégias que alguns atores desenvolveram. Saber que entre um trâmite administrativo e outro, o processo foi levado de um lado para o outro para longas reuniões, inclusive com o prefeito, para produzir o convencimento de que a execução do cercamento não apenas era uma necessidade em relação à proteção do patrimônio cultural como para a população, mas para evitar sanções ao poder público municipal e ao chefe do executivo. E ainda saber que somente mediante o risco de responsabilização direta do gestor é que medidas foram autorizadas.

Observando o Boletim de Ocorrência da Defesa Civil, constante no corpo do processo, se pode perceber o risco que o edifício arruinado da Fazenda São Bernardino oferece aos seus visitantes. Risco este que a população leiga corre, ainda que hoje exista uma cerca já em estado de deterioração pela ação humana e do tempo, principalmente por conta desta descontinuidade sistêmica no cuidado do bem. Mas que não é suficiente para produzir uma verdadeira política de proteção aos bens culturais no território municipal. No período em que estive à frente da coordenação do patrimônio pela SPAU, foram inúmeras as visitas a este patrimônio. Em nenhuma ocasião encontramos a Fazenda São Bernardino sem visitantes, fossem famílias em carros de passeio ou ciclistas, pessoas sozinhas ou em grupos. Sua localização à margem da RJ113, nas mediações de Tinguá, região com alta procura pelo lazer em piscinas e cachoeiras lhe torna um atrativo turístico aos visitantes da região. Em todas as ocasiões nos vimos forçados a chamar atenção dos visitantes para que não se pusessem em risco sob os arcos das janelas, devido ao iminente perigo de desabamento das ruínas. Presenciei ensaios fotográficos de casais de noivos, quinze anos, gestantes e de formatura, além de um ensaio sensual no local. Isto demonstra que, independentemente da situação em que se encontra, aquele lugar de memória encontra ecos no imaginário e na identidade da população de Nova Iguaçu. A Fazenda São Bernardino enquanto bem cultural é um elemento

exemplar de um lugar de memória que produz a presentificação do passado, evoca uma série de memórias históricas ao redor de si.

O direito à memória e ao patrimônio cultural são fundamentais, assim o atestam nossa Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. E percebemos que este direito se apresenta, enquanto demanda da sociedade, diante dos diferentes usos e leituras que os cidadãos fazem deste bem em particular. Tanto é que no campo político também encontra seus ecos, e produz efeito jurídico através dos dispositivos legais englobando sociedade civil e poder público, como destacam os juristas Costa e Saraiva:

A natureza normativa e principiológica que regem os direitos fundamentais institucionaliza a obrigação de o Estado implementar políticas públicas no sentido de preservar o patrimônio cultural, além da responsabilidade assumida por cada cidadão de ser protagonista na proteção da cultura e na ressignificação de outras formas de manifestações culturais.<sup>267</sup>

Dito de outra forma, os órgãos devem cumprir sua obrigação de proteger o patrimônio cultural ativamente, e a sociedade deve ativamente cobrar esta proteção. No caso em destaque nem o órgão federal, que instrumentalizou o tombamento na década de 1950, nem a administração municipal aparentaram até aqui possuir objetivamente este interesse como prioridade, ou os recursos suficientes (material e humano) para tanto. E a população iguaçuana e fluminense, de maneira geral, e na maior parte do tempo, não possui compreensão dos diversos desafios que a preservação impõe ao poder público, bem, como encontra-se desarticulada enquanto sociedade civil capaz de oferecer uma demanda orientada para a preservação diante de tantas outras demandas imediatas como emprego e renda, segurança, saúde e educação públicas.

No corpo do processo que trouxemos aqui, os agentes públicos buscam se manifestar através de princípios técnicos, fundamentados legislação em vigor, visando ao mesmo tempo preservar o bem tombado, mas também atender à demanda da administração pública em seu contexto, que no caso municipal atravessava uma crise econômica. Acontece que, como já destacamos, a situação de arruinamento da Fazenda São Bernardino é testemunha de que o rigor da lei não é exatamente observado em sua totalidade. A execução de uma cerca, que na prática se concluiu em menos de trinta dias, levou meses para uma simples autorização. Por isto concordamos com Costa e Saraiva no que se refere aos problemas cotidianos da preservação do patrimônio cultural, quando estes apontam no sentido de que:

A visão global do direito coletivo ao patrimônio cultural ganha ainda mais relevância quando a análise do estudioso se direciona aos problemas cotidianos

---

<sup>267</sup> COSTA, Fabrício Veiga; SARAIVA, Stella de Oliveira. Patrimônio histórico-cultural como direito fundamental de preservação da memória coletiva. In.: Prim@ Facie, vol18. Númeto 38. 2019. p. 33. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/40147>, Acessado em 25 de janeiro de 2022. P. 06.

enfrentados pelos bens culturais. Seja pela insuficiente legislação, de âmbito federal, estadual e, em especial, municipal, seja pela má vontade dos administradores públicos, o acervo dos bens culturais, materiais e imateriais, vem sofrendo perdas irreparáveis. A omissão do poder público se torna relevante à medida em que o patrimônio não vive de si mesmo, mas necessita de constantes intervenções a fim de garantir sua preservação e utilidade.<sup>268</sup>

Nada mais patente do que a omissão municipal quando já apresentamos anteriormente a ausência de legislação própria para a preservação, de estrutura no corpo administrativo dos entes da gestão pública e até mesmo a inexistência de servidores concursados para esta finalidade no quadro de servidores municipais, que sempre encaminha tal demanda através de cargos em comissão, que precisam sempre reiniciar seu trabalho do zero a cada gestão. Um verdadeiro trabalho de Sísifo<sup>269</sup>, reiniciando a cada novo governo os serviços anteriormente realizados e desperdiçando recursos públicos, ou nem isto.

Abordar estes problemas cotidianos sob a ótica possibilitada por uma fonte como os processos administrativos se apresentou agora, aqui, como uma possibilidade para a construção de um panorama ampliado do estado de preservação do patrimônio cultural na cidade de Nova Iguaçu. Quero indicar com isto um caminho para que outros venham a debruçar-se sobre este tema, empregando as mesmas fontes se possível em outros bens tombados em Nova Iguaçu e alhures. Adiante empregarei tal fonte junto de outro conjunto documentais, o que vai ampliar também a capacidade de compreensão do papel que tais lugares de memória desempenham na formação de uma identidade local ou da pluralidade de identidades possíveis, pois buscarei os agentes que se inscrevem nos processos administrativos. Estes agentes, via de regra, compõe intercessão significativa com os atores políticos, sociais e culturais interessados nos bens culturais, para os mais variados fins.

## **2.6 – COMENTÁRIOS FINAIS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL EM NOVA IGUAÇU**

Ao longo desse capítulo busquei atender duas metas principais, uma foi a apresentação do quadro geral do patrimônio protegido em Nova Iguaçu. Além de mostrar cada bem tombado, busquei dar sua localização, algumas de suas características e sua distribuição espacial e cronológica, bem como a finalidade original da edificação de antes de se tornar um

---

<sup>268</sup> COSTA; SARAIVA, 2019. p. 24.

<sup>269</sup> Na mitologia grega Sísifo foi condenado a realizar um trabalho vazio de sentido de forma perpétua, rolando morro acima uma enorme rocha, para no dia seguinte encontrá-la novamente na base da montanha e retomar o serviço, eternamente.

bem cultural, foi um objetivo primário desse capítulo. Indo além, indiquei algumas ausências, (ainda que superficialmente em decorrência dos limites deste trabalho) dada a relevância de alguns bens culturais não inscritos sob tombamento algum e diante da ausência de registro qualificado na cidade de Nova Iguaçu.

Um outro objetivo foi, através de um simples evento envolvendo a Fazenda São Bernardino, demonstrar que essa ineficácia e ineficiência na preservação dos bens tombados no território de Nova Iguaçu não pode ser considerada exclusiva da gestão municipal, tendo em conta que este é um bem tombado por ente federal. Porém é possível diagnosticar como Nova Iguaçu tem uma dificuldade administrativa local e verificar quais os gargalos. Podem ser considerados gargalos verificáveis que impactam a incapacidade da gestão pública de Nova Iguaçu a inexistência de uma legislação própria, exclusiva e voltada para a preservação do patrimônio. A legislação por si só, não garante a proteção, porém se propuser em seu escopo uma boa política pública, prevendo um conselho de patrimônio, dotando uma instituição de preservação ou secretaria com orçamento voltado à preservação do patrimônio cultural, e dando instrumentos legais para a ação em tempo hábil, quando houverem danos naturais ou ataques deliberados aos mesmos, a cidade teria melhor capacidade de atender esta demanda. A falta de servidores, com provimento de cargos através de concurso público, é outra característica da cidade que se repete em diversos municípios na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro e no Brasil afora. Desta maneira resta-me produzir o apelo de que se inclua no orçamento público, em todas esferas da administração pública, recursos e dotações orçamentárias para que se constituam órgãos de proteção capazes de atender à legislação já em vigor e elaborarem novas políticas públicas de conservação e proteção ao patrimônio cultural onde as existentes se demonstrarem ineficientes ou insuficientes.

Outro aspecto determinante para o estado de deterioração do patrimônio cultural na cidade de Nova Iguaçu é seu abandono. Cumpre destacar que na identificação deste patrimônio cultural iguaçano, dentre os itens elencados, a quase totalidade se encontra abandonada, arruinada ou sob algum tipo de intervenção alheia ao poder público. Todas as estações tombadas estiveram por longos anos abandonadas, algumas chegando a ser invadidas para fins residenciais. Todas as capelas tombadas passaram por danos em suas estruturas, apenas a de Santo Antônio da Prata (antiga Jacutinga) foi reformada e entregue de volta ao uso religioso depois de anos fechada (carecendo já de novas reformas) e a da Posse foi totalmente perdida depois de obras produzidas pela Cúria Diocesana. Nossa Senhora de Guadalupe está fechada, sem uso e com danos graves no telhado, enquanto Nossa Senhora do Marapicu se tornou inacessível, devido ao avanço da ação criminosa na região de Marapicu.

A Fazenda São Bernardino, arruinada após desapropriação, seguida de abandono que resultou no saque e incêndio, apesar de todo apelo em torno da fazenda, segue sem um uso efetivo. O Lar de Joaquina perdeu o galpão constante no tombamento num incêndio e o imóvel encontra-se fechado e sem manutenção aparente. Melhor sorte teve o perímetro urbano da Vila do Iguassú, que está recebendo intervenções de reforma em elementos como a Torre Sineira da Igreja de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú e no Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, além do início de escavações arqueológicas que estão sendo realizadas no entorno do antigo centro administrativo da Vila. Mas estas ações no tempo corrente não puderam reestabelecer todo casario, perdido ao longo do século XX, assim como recuperar a Igreja de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, da qual somente a torre restou. Considerando que apenas o Instituto de Educação Rangel Pestana e a Igreja de São Sebastião de Austin possuem um uso social e não estiveram interditadas em seu uso senão em períodos de reformas de rotina, os demais, sem exceção, sofreram a ação do tempo, mas também o abandono. O fechamento dos bens edificados é algo que aumenta vertiginosamente o risco de arruinamento, como foi o caso de que dá testemunho a Fazenda São Bernardino, que estava fechada quando sofreu o incêndio que lhe transformou na ruína que hoje conhecemos. Por esta razão dedico este estudo em parte para produzir um apelo: que se ocupem os bens tombados com atividades, sejam culturais, administrativas ou de outra natureza. Pois o fechamento e abandono levam à deterioração e arruinamento.

Avalio que este capítulo traz uma contribuição no processo de busca do conhecimento da identidade iguaçuana, pois aborda um dos temas fundamentais na formação das identidades nas sociedades contemporâneas. O patrimônio cultural ou os monumentos históricos, seja lá qual o conceito se prefira utilizar para mencionar aos bens tombados em busca de preservação e conservação, são um testemunho do esforço de gerações em presentificar o passado através destes ícones de pedra e cal selecionados para contar uma história. Seleção esta que se traduz em memória histórica, reificada ao longo dos anos por uma série de agentes locais.

Através dos processos de tombamento foi possível observar menção a agentes locais que produziram relatórios que foram suporte técnico dos trâmites para os tombamentos. Um grupo foi recorrentemente apontado, ora nomeados individualmente, ora como membros do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu - IHGNI. Destacam-se entre estes os professores Waldick Conegundes Pereira e Ney Alberto Gonçalves de Barros. Ambos atuaram juntos por um longo período no tema do patrimônio histórico, após o falecimento de Waldick Pereira nos anos 1980, Ney Alberto passou a figurar como referência incontornável para o tema, até o ano de 2012, quando faleceu. Apesar de existirem produções de textos

educativos e pesquisas feitas por ambos, o canal de comunicação destes agentes com a população, a caixa de amplificação de suas narrativas, foi o jornal Correio da Lavoura. Oras franqueando espaço para divulgar os resultados de pesquisas, oras como produtor e reproduutor de uma narrativa histórica sobre a cidade de Nova Iguaçu, o Correio da Lavoura, seus proprietários, editores e colunistas serão também analisados enquanto parte dos que foram responsáveis por consolidar uma determinada narrativa em torno da história e memória iguaçuanas. Sobre estes agentes pretendo debater nos capítulos adiante.

## **CAPÍTULO 3 – A ESCRITA DA MEMÓRIA HISTÓRICA IGUAÇUANA: O PAPEL DA PRODUÇÃO DE LIVROS E JORNALÍSTICA NA CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE**

Dentre os objetivos desta tese trago neste capítulo a abordagem das publicações que se realizaram em Nova Iguaçu, desde 1933 até 2003 às quais reputo importante contribuição na conformação daquilo que chamarei de *projeto citricultor* enquanto projeto de futuro de um grupo ligado originalmente à citricultura, e em transformação junto com a sociedade, sem deixar, no entanto, de ocupar os espaços de poder. Busco antes esclarecer que tipo de publicações estou me referindo. Primeiro me refiro especificamente às publicações de livros que tem como objetivo contar a história de Nova Iguaçu sob a solicitação ou ordem expressa do poder executivo municipal. Aquelas que tem esse objetivo na sua origem, e que o motor da publicação é contar uma história de Nova Iguaçu. Segundo estou abordando a escrita da memória histórica que pode ser encontrada nas páginas de um periódico local, no caso o jornal Correio da Lavoura. Neste

Apesar do longo recorte, em apenas duas oportunidades a prefeitura teve a iniciativa de promover este tipo de obra em que a memória histórica de Nova Iguaçu fosse contada: primeiro em 1933; segundo em 2003. Dentro deste longo período nenhuma produção livresca foi propriamente encomendada pelo poder executivo municipal. Porém quero abordar um surto produtivo nos anos do regime ditatorial, quando a história, memória e a identidade passaram por uma valorização através da atuação de um grupo de agentes sociais que se mobilizaram em torno do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu – IHGNI, instituição e personalidades sobre as quais trataremos em particular no quarto capítulo.

O *projeto citricultor* a que estamos aludindo não infere que em um dado momento histórico o grupo pertencente à elite iguaçana tenha traçado as metas para todo o tempo devir. A formulação de projetos de futuro surge da tensão entre o *espaço de experiência* e os *horizontes de expectativas* de um grupo, pois o futuro é sempre imaginado a partir das experiências passadas, mas também abre possibilidades para novas ações e transformações. Um dos aspectos centrais da obra de Koselleck é a ideia de que o futuro é sempre incerto e aberto. A formulação de projetos de futuro, portanto, não pode ser baseada em previsões exatas, mas sim em conjecturas e antecipações que levam em conta a complexidade e a imprevisibilidade da história. Isso implica que os projetos de futuro são sempre provisórios e sujeitos a revisões à luz de novas experiências e contextos. Pontuo ao final deste capítulo que, em momentos de crise, quando novas forças internas ou externas ao campo de ação dos

agentes sociais da elite econômica, política e cultural local percebem que o projeto citricultor está ameaçado, a memória será brandida como arma para afastar tais ameaças e garantir a manutenção dos horizontes de expectativas deste grupo social.

### **3.1 – SEBASTIÃO DE ARRUDA NEGREIROS, JOSÉ MATTOSO MAIA FORTE E AS MEMÓRIAS DO CENTENÁRIO.**

Identifico que o título mais antigo publicado com este perfil na cidade de Nova Iguaçu tenha sido em 1933. Foi uma obra encomendada pelo governo Municipal, do então do interventor Sebastião de Arruda Negreiros. Estamos falando do período do governo de Getúlio Dornelles Vargas<sup>270</sup>, e quem nomeava os prefeitos das cidades no estado do Rio de Janeiro era o governador do estado. Empossado em 28 de outubro de 1930, Plínio Casado nomeou e empossou Arruda Negreiros prefeito. Neste período conturbado o estado passou por uma sucessão de mudanças no poder e executivo, Plínio Casado deixou o posto em 1931 e, até a posse de Ernani do Amaral Peixoto<sup>271</sup> em 11 de novembro de 1937 foram mais seis governadores. Em Nova Iguaçu, onde foi nomeado Sebastião de Arruda Negreiros, houve pelo contrário, uma certa estabilidade no poder executivo, posto que Sebastião permaneceu à frente da prefeitura no período de 19 de dezembro de 1930 à 21 de agosto de 1936. Esta estabilidade foi fundamental para que sua gestão pudesse ser reconhecida por uma série de realizações, com obras de saneamento e melhoramentos urbanos, arruamento e abertura de estradas que ainda hoje atendem com o mesmo traçado daqueles tempos as cidades de Nova Iguaçu e região.

Diante dos melhoramentos urbanos já efetivados em sua gestão e com a proximidade do dia 15 de janeiro de 1933, Arruda Negreiros resolveu investir na consolidação de um marco histórico na identidade da cidade. Em 1933 sua gestão buscou produzir uma série de manifestações comemorativas alusivas ao primeiro centenário de Nova Iguaçu. Então podemos verificar que nesse ano vai se consolidar esta tradição alusiva ao aniversário da

---

<sup>270</sup> VARGAS, Getúlio Dornelles. Verbete do Dicionário Histórico e Político Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/dhbb/Getulio%20Vargas.pdf>, acessado em 29/11/2024

<sup>271</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. Verbete do Dicionário Histórico e Político Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/dhbb/Ernani%20do%20Amaral%20Peixoto.pdf>, acessado em 29/11/2024.

cidade, ou seja, é a partir da gestão de Arruda Negreiros que se passou a considerar a data da elevação da Vila de Iguassú, pelo decreto imperial, uma nova tradição municipal<sup>272</sup>.

Identificando o 15 de janeiro de 1833 como marco fundador da Villa do Iguassú, algo que vai ser fixado enquanto mito fundador, a memória em torno da elevação à condição de vila tornou-se privilegiada na construção de uma identidade para Nova Iguaçu, é quase como um registro fotográfico da *invenção da tradição*<sup>273</sup> do aniversário da cidade. Além de eventos alusivos ao primeiro centenário, com a realização de grande festejo que contou até com iluminação especial e batalha de confetes<sup>274</sup>, o que deixou marca realmente mais duradoura foram a produção de fotografias que compõem um álbum ao qual costumamos encontrar identificado como *Coleção Arruda Negreiros*<sup>275</sup>, o decreto que instituiu o primeiro *Escudo do Município de Iguassú*<sup>276</sup> e a publicação do livro *Memória da Fundação de Iguassú: Commemorativa do primeiro centenário da fundação da Villa em 15 janeiro de 1833* contando a história da cidade. Meu interesse recai no livro.

A baliza inicial foi escolhida por conta desse livro de memória, que foi produzido por José Mattoso Maia Forte. Ele foi um estudioso com contribuições no campo da história e da geografia, e que produziu outras publicações de mesma natureza. Ele vai ser responsável também por outros livros de efemérides no Estado do Rio de Janeiro, sendo um autor bastante produtivo na primeira metade do século XX até sua morte em 11 de maio de 1945<sup>277</sup>. Ou seja, era comum a publicação de livros voltados a traçar perfis históricos de cidades, seus vultos históricos e características de sua geografia física de relevância. As obras de memórias e efemérides feitas por José Mattoso Maia Forte também foram títulos voltados a contar as

<sup>272</sup> A cidade já possuía os festejos de Santo Antônio de Jacutinga, em 13 de junho, como um evento social amplamente comemorado desde 1863, sendo este o santo padroeiro da cidade, esta tradição atravessou os tempos e acontece até nossos dias.

<sup>273</sup> HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.

<sup>274</sup> Correio da Lavoura, Domingo, 19 de janeiro de 1933, Ed: 827, P. 2.

<sup>275</sup> Sobre a Coleção Arruda Negreiros recorro à explicação de Amália Dias, esta pesquisadora investiga este acervo há mais de 15 anos e tem o seguinte relato sobre sua composição: a Coleção era constituída de imagens de escolas e de estradas. Fiz a discussão dessas escolhas do arto de fotografar escolas e estradas como tendo sido monumentalizadas como símbolo da “modernidade”. Essa narrativa do “progresso” era propagada pelas elites políticas e econômicas iguaçuanas como decorrentes da economia citrícola. Era nesse sentido que estradas e escolas integravam “melhoramentos urbanos” vinculados ao progresso ruralista fluminense. Fui informada por alguns pesquisadores que as fotografias formavam um álbum que havia sido desfeito.” DIAS, Amália. *Entre retratos e registros: magistério e escolas públicas em Iguaçu* (1932). Curitiba, Editora Appris, 2024.P.14

<sup>276</sup> Abordarei a simbologia no Escudo do Município de Iguassú adiante neste capítulo. Correio da Lavoura, Domingo, 15 de janeiro de 1933, Ed: 826, P. 1.

<sup>277</sup> A Revista Brasileira de Geografia deu destaque ao falecimento de José Mattoso Maia Forte, que no texto tem destacada sua posição de ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, além de listar sua produção bibliográfica. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1945\\_v7\\_n2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1945_v7_n2.pdf) P.352, Acessado em: 29 de jan. 2025. Outra fonte sobre a vida e obras de José Mattoso Maia Forte pode ser encontrada no Mapeamento Cultural de Niterói, no site Cultura Niterói, onde seu perfil biográfico informa mais dados de sua biografia. Disponível em: <https://www.culturานiteroi.com.br/blog/mapeamentocultural/4687> Acessado em: 20 de nov. de 2024.

histórias dos lugares assim como abordava as características da geografia política e física dos mesmos. Portanto, *Memória da Fundação de Iguassú*, foi um livro muito semelhante aos congêneres, como ocorre com o da cidade de Vassouras, que tem por título *Memórias da Fundação de Vassouras*, ambos publicados em 1933. Esta semelhança não foi coincidência, por que no decreto que eleva o povoado do Recôncavo da Guanabara à condição de Villa de Iguassú, também o faz com aquela localidade no Vale do Paraíba, entre outras<sup>278</sup>.

Quando Sebastião de Arruda Negreiros foi nomeado pelo interventor da antiga província do Rio de Janeiro, o objetivo foi o de fazer a manutenção, em nível local, da ordem que se estabelecia com a Revolução de 1930. Ao que tudo indica, cumpriu de tal maneira seu papel que o governo central achou sua manutenção por quase todo o período anterior ao Estado Novo algo razoável. Negreiros foi, até a ocasião de sua substituição, o prefeito com mandato mais duradouro na curta história da prefeitura da cidade até então. Além disso, em momentos posteriores, retornou ao assento de chefe do executivo municipal iguaçuano em duas outras ocasiões: no mandato de 18 de outubro de 1947 à 30 de janeiro de 1951 e depois de 31 de janeiro de 1959 à 30 de janeiro de 1963, em ambas as ocasiões pelo sufrágio universal. Sendo assim, Sebastião de Arruda Negreiros é, até hoje, o prefeito que mais tempo governou a cidade de nova Iguaçu em toda sua história, contabilizando nos três mandatos 4.732 dias ou um total de doze anos, onze meses e quatorze dias.

Além de manter a ordem e de urbanizar o centro do município, ao longo de seu mandato ele foi importante por fomentar o desenvolvimento da citricultura ao criar estradas que conduziram o escoamento da produção dos rincões afastados até a linha férrea e com o estímulo à construção de *packing-houses*. É deste tempo a campanha de construção e a inauguração do Hospital Iguassú<sup>279</sup>. Sua gestão na década de 1930 tem tantos marcos que são identificáveis ainda hoje na memória histórica municipal, que podemos inferir que o *projeto de futuro* que Sebastião de Arruda Negreiros representou foi bem sucedido por longo período. Ainda mais se levarmos em consideração os seus sucessos eleitorais posteriores, consolidando uma longevidade política, mesmo após o fim da chamada Era Vargas que lhe impôs à cidade enquanto interventor.

---

<sup>278</sup> DECRETO DE 15 DE JANEIRO DE 1833, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1833, Página 28 Vol. 1 pt. II, [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret\\_sn/1824-1899/decreto-37748-15-janeiro-1833-565068-publicacaooriginal-88955-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37748-15-janeiro-1833-565068-publicacaooriginal-88955-pe.html) Acessado em 29/01/2025.

<sup>279</sup> NEVES, Cristiana de Souza B. M. de Andrade, *O Hospital da Laranja: Saúde e Política em Nova Iguaçu*. 2017. 47f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017.

**Ilustração 22: Prefeito Sebastião Arruda Negreiros – na imagem à esquerda, durante o seu primeiro mandato, nos anos 1930 a imagem da direita um registro feito no ano de 1958, em seu terceiro mandato de prefeito de Nova Iguaçu.**



Fontes: Correio da Lavoura, Domingo, 15 de janeiro de 1933, Ed: 826, P. 1 e Correio da Lavoura, Domingo, 09 de novembro de 1958, Ed: 2.173, P. 1.

Sebastião de Arruda Negreiros foi o representante, no campo político, do espírito de um tempo, tal qual podemos apontar o capitão Silvino Silveira, fundador do Correio da Lavoura e o professor Leopoldo Machado, dono do Ginásio Leopoldo. Estes homens foram expoentes em suas áreas de atuação. Entre as décadas de 1920 e 1960 estes nomes figuraram como personagens proeminentes na política, cultura e intelectualidade da cidade, podendo considerá-los como representantes da geração que contribuiu para formulação do que identificamos como *projeto citricultor*. Tratarei deste projeto adiante neste capítulo.

No momento quero abordar alguns aspectos do texto encomendado pelo prefeito Sebastião Arruda Negreiros para as festividades do centenário da cidade de Nova Iguaçu. Mattoso Maia Forte lançou *Memória da Fundação de Iguassú* em 15 de janeiro de 1933. Sobre seu aspecto físico pouco tenho a observar. É uma obra que mal atravessou estes mais de 90 anos através de cópias e digitalizações, os poucos exemplares estão conservados em encadernações feitas *a posteriori*, o que inviabiliza uma análise sobre a estética da capa, mas que nos indica que deveria ser mesmo uma capa dura simples. Destaque para a folha de rosto

que contém o título, e onde se insere um texto identificando seu autor e o prefeito que o encomendou:

Escripta por José Mattoso Maia Forte, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geographia do rio de Janeiro, da Academia Fluminense de Letras e da Associação Brasileira de Imprensa, por incumbência do Sr. Dr. Sebastião de Arruda Negreiros, Prefeito do Município.<sup>280</sup>

Maia Forte abre o título apresentando suas credenciais que, além de atestar suas qualidades e capacidades para tal empreitada, outorgava-lhe autoridade para tal, posto que fora uma “*incumbência do Sr. Dr. Sebastião de Arruda Negreiros, Prefeito do Município*”. Ou seja, José Mattoso Maia Forte não apenas se apresentou enquanto qualificado para a produção deste título, mas também como alguém investido de autoridade pelo poder municipal. Para além disso, destaco apenas a informação de que o livro foi publicado pela tipografia do Jornal do Comércio – Rodrigues & C. provavelmente por uma comodidade ao autor, que era de Niterói.

O livro, que não apresenta sumário ou índice, se apresenta com uma divisão interna de seis seções, conforme suas nomenclaturas listadas na ordem em que aparecem: **Formação civil e jurídica, Formação religiosa, A expansão agrícola, Freguezias de hontem, districtos de hoje, Antigas famílias e Ressurreição.** Em cada parte do livro se deu o destaque temático tal qual o autor considerou adequado. Além disso há, ao final de tudo, uma curta seção intitulada **Notas** onde trata de informações diversas, desde a homenagem à Caxias, o militar, com a criação do distrito em sua homenagem, passando por uma listagem de espécies da flora e fauna local. Observando esta subdivisão encontramos a seguinte distribuição de páginas:

**Tabela 4: Quantidade de páginas por seção do livro Memória da Fundação de Iguassú – (1933).**

Seção	Páginas
Formação civil e jurídica	14
Formação religiosa	9
A expansão agrícola	9
Freguezias de hontem, districtos de hoje	55
Antigas famílias	17
Ressurreição	11
Notas	4

Fonte: FORTE, 1933.

<sup>280</sup> FORTE, 1933. Folha de rosto.

Não me admira em nada que o geógrafo José Mattoso Maia Forte tenha dado, das 119 páginas do miolo da obra, um total de 55 páginas para a evolução histórica desde a ocupação dos colonizadores e a descrição do território em sua divisão política no momento de sua produção desta mesma. Ao passo que dedicou 64 páginas, sendo que este montante se dividiu entre os demais temas restantes abordados ao longo do texto. Como ele informa, e damos destaque adiante, é crível que o “*autor já possuísse numerosas notas sobre Iguassú*” a respeito deste aspecto geográfico em particular, sendo levado a buscar os demais temas no exíguo tempo que teve para produzir este livro. Por isto o desequilíbrio gritante entre as partes que compõem o livro do centenário parece ser o somatório do interesse maior do autor nos aspectos geohistóricos e um curto prazo para a pesquisa de novos elementos para produção do corpo textual do livro.

Porém, para os fins que interessam ao meu estudo venho observar que a obra apresenta um importante tripé que constitui as tradições, o território, as personalidades e os eventos. Depois de *Freguezias de hontem, districtos de hoje* as seções *Antigas Famílias e Ressurreição* somam vinte e oito páginas, ocupando uma importante parcela do conteúdo do livro. Aqui as personalidades de um passado heroico, localizado no processo de colonização do fundo da baía da Guanabara serão aglutinadas num *continuum* cronológico que se confunde com a ocupação do território. Para fins de sistematização o autor propõe uma abordagem que percorre o território, seguindo os nomes das freguesias e descrevendo os proprietários de terras e sua descendência, dando destaque aos cargos que membros desta família, ou tronco de família, tenham ocupado no império português ou brasileiro. Nas palavras de Maia Forte:

Não levaremos a muitos anos atraç a citação das antigas famílias iguassuanas, ás quaes se vincularam nomes da velha nobreza de Portugal e outros nomes que figuram a história do paiz. Assim passaremos por alto sobre os Corrêa Vasqueanes, Corrêa Vasques, Barbalho Bezerra e outros e vamos para edade menos remotas.<sup>281</sup>

Quer dizer, apesar de prometer não ir longe à recuperação de nomes *das antigas famílias iguassuanas*, discorre sobre personagens e sua descendência por dezessete páginas. Destaco que no final de *Famílias Antigas* recebem destaque o português Francisco José Soares, o Comendador, a quem descreveu de forma elogiosa e arrematou apontando o enlace de sua família à dos Mello. Neste ponto a obra remete à Fazenda São Bernardino, o que talvez seja a referência mais antiga alusiva ao “velho palacete<sup>282</sup>” num livro. Destacou ainda, antes de encerrar tal seção do livro, as funções públicas ocupadas pelos membros homens das famílias

<sup>281</sup> Ibidem. P.90.

<sup>282</sup> Ibidem. P.113.

*Soares & Mello*, tais como: juiz de paz, vereador, presidente da câmara, prefeito, deputado estadual, entre outros cargos no município e no estado, ao longo do século XIX e até aquele momento no século XX.

Este conjunto de informações sobre os “grandes da terra” formaram um expressivo suporte para narrativas futuras sobre a importância de Iguassú e Nova Iguaçu dada a natureza de seus mais destacados cidadãos. Cumpre-nos, portanto, fazer relevo de que em canto algum do texto se apontou para as contribuições dadas pelo elemento cultural dos povos originários, tampouco para a o valor do trabalho dos povos escravizados. De forma complementar quero destacar que as mulheres só aparecem nestas narrativas enquanto componente de núcleos familiares por ocasião da construção de enlaces matrimoniais que perpetuavam ou oportunizavam o fortalecimento de determinadas famílias patriarcais. Este elemento xenofóbico e misógino, fruto do espírito de um tempo, será um elemento bastante importante na formação do projeto citricultor, que é basicamente valorizador do elemento masculino e, principalmente, não-negro, ou, preferencialmente, de homens socialmente brancos, uma expressão da branquitude<sup>283</sup>.

Uma característica chama atenção. No final do livro não aparece uma lista de referências bibliográficas, nas quais pudéssemos fazer uma investigação quanto às origens das informações que o autor inseriu em seu texto. Ao longo do texto ele indica, de forma não sistematizada, uma ou outra documentação de onde havia extraído dados, sobretudo quando aponta informações sobre a economia, mencionando, por exemplo, o *Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura*, onde o autor demonstrou possuir uma rede de sociabilidade que lhe conferiu acesso às informações de que precisou para sua escrita. Nas Notas, parte final do livro, faz menção ao *Dicionário Geográfico* de Moreira Pinto, como fonte sobre a transferência da Vila para Maxambomba. No entanto Maia Forte nos dá indício de que talvez a obra possa ter sido solicitada e executada de forma intempestiva, não fruto de um projeto longamente preparado juntamente ao governo para o centenário quando encerra o livro com o seguinte parágrafo: “*Esta Memória, ainda que o autor já possuisse numerosas notas sobre Iguassú, foi escripta e impressa em menos de vinte dias. Sirva isso de desculpa ao autor pelas omissões e outras falhas que forem notadas.*”<sup>284</sup> Se em vinte dias escreveu, considerando a demanda de o livro estar disponível para as comemorações do centenário em

<sup>283</sup> Segundo o Dicionário Jornalístico da Fiocruz: *Ser socialmente branco no Brasil corresponde a exercer uma função social que lhe confere autoridade, deferência, um respeito automático que possibilita mobilidade social.* Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dicionario-jornalistico/branquitude>, Acessado em 29 de jan. 2025.

<sup>284</sup> FORTE, 1933. Op. Cit. P.131

15 de janeiro de 1933, podemos inferir que José Mattoso Maia forte deva ter entregue sua *Memória da Fundação de Iguassú: Commemorativa do primeiro centenário da fundação da Villa em 15 janeiro de 1833* em meados de dezembro de 1932.

Deixei por fim para abordar o aspecto da citricultura no trabalho de José Mattoso Maia Forte. Forte certamente não compôs o grupo dos que modularam, difundiram e repercutiram e eventualmente se beneficiaram daquilo que denomino *projeto citricultor*. Porém, sua obra compõe um dos pilares deste projeto. Em **Ressurreição**, ele vai abordar a citricultura a partir da página 124 e dedicará apenas duas páginas e meia ao tema. Contudo, em toda esta seção do livro, que começa na página 115, ele apontou os fatores precursores do desenvolvimento que ele assistiu no momento da redação do livro. Ou seja, ele vai tecer um percurso de condicionantes que teleologicamente conduziram o Arraial Maxambomba ao “ciclo” da citricultura de Nova Iguassú. Começa pelo aspecto do favorecimento natural da extensão territorial e fertilidade do solo iguassuano, como destaco a seguir:

As terras do município são **reputadas boas em toda a sua extensão**, exclusive, naturalmente, as que estão desaproveitadas por estarem ainda sujeitas ao extravasamento dos rios.

A maior parte do município é **plana**: a superfície iguaçuana estende-se por várias **planícies**, com pequenas soluções de continuidade, que são **simples colinas**.<sup>285</sup>

Ou seja, as terras favoreceram sua ocupação pela cultura agrícola, dadas as condições de sua morfologia natural. Terras “*reputadas boas em toda a sua extensão*” planas com apenas pequenas colinas a serem superadas. Algo que inclusive favoreceu à citricultura, que não se beneficia de terrenos banhados ou encharcados, mas se adaptou bem aos terrenos levemente acidentados. Ou seja, os morros e colinas, ou mesmo os sopés da serra do Gericinó, foram fator de favorecimento à citricultura.

O território que é fértil e plano também é muito bem atendido em termos de logística. Se para Iguassú, a antiga, o trem trouxera ruína e abandono, para Maxambomba, ele se tornou a força motriz para a ressurreição de Iguassú em Nova Iguassú. O trem também fator de valorização das terras. A malha ferroviária de Nova Iguassú foi exaltada por José Mattoso Maia Forte, que lhe apresentou detalhadamente ao longo desta seção, e rematou da seguinte forma:

A viação ferrea foi uma das causas da decadência do município da segunda metade do século passado, passou a ser o fator preponderante no progresso verificado nos últimos 25 annos.

O município é o dos que contam com maior número de quilômetros de vias férreas no território fluminense: cerca de 126 metros por kilometro quadrado.

---

<sup>285</sup> Ibidem. P.121

Atravessam'no as estradas de ferro Central do Brasil e sua Linha Auxiliar; a Rio d'Ouro e a “Leopoldina Railway” (linha do norte)<sup>286</sup>.

E conclui com: “A extensão total das vias férreas no município de Iguassú é, pois, de 190kls, aproximadamente”<sup>287</sup>. Ou seja. Em termos de logística, o território plano e fértil de Iguassú, com exceção dos ambientes onde os projetos de saneamento<sup>288</sup> ainda não haviam resolvido as questões de extravasamento dos rios, era muito bem servido por uma das maiores malhas ferroviárias fluminenses. E, acrescento, onde a malha ferroviária não alcançou, era atendido pelas as estradas abertas durante os primeiros anos do governo do prefeito Arruda Negreiros e complementaram a conexão interna ao território para escoamento de qualquer produção. Ao final daquela década seriam somados aos 190km de ferrovias os 90 km de rodovias construídos pela prefeitura, conectando o município internamente. Um território que carecia apenas acertar qual cultura se desenvolveria bem nele.

Todos estes fatores redundaram em valorização do solo iguaçuano. Forte faz uma explanação bastante contundente quanto aos valores venais que os terrenos do território alcançaram depois da virada do século XX:

As terras que valiam há 20 anos, em média, 60\$000 por hectare de mata virgem e 30\$000 por hectare de terras cultivadas, obtém hoje, facilmente, o decuplo, e nos povoados às margens das estradas de ferro a porcentagem da valorização vai muito além, fracionando-se grandes áreas em sítios, chácaras e pequenos lotes urbanos. São várias as empresas que em pontos diversos do município exploram a venda de terrenos em lotes, facilitando às classes médias e ao proletariado a sua aquisição por preço módico e razoáveis condições de pagamento. A isto deve uma boa parte o município o aumento de sua população<sup>289</sup>.

Solo valioso e de boa reputação quanto à sua fertilidade, logística de exportação da produção preparada, coube ao empenho humano acertar na cultura agrícola em Iguassú, a nova. Mão de obra se tornando abundante, pronta a ser absorvida por uma empresa que lhe contrate, a preços módicos, com potencial para chegada facilitada devido ao fácil acesso que Nova Iguaçu oferece à lotes “*por preço módico e razoáveis condições de pagamento*”. Sebastião Arruda encontrou a cidade com todas as condições para o seu desenvolvimento e preparou para o salto na citricultura, com a abertura de estradas. E é então que surge a citricultura!

Fato é que a citricultura havia sido iniciada bem antes. Porém Maia Forte destacou o ano de 1927 como um importante salto na produção local frente à nacional. O destaque para a

---

<sup>286</sup> Ibidem. Op. Cit. P.119

<sup>287</sup> Ibidem. Op. Cit. P.121

<sup>288</sup> SOUTO, Adriana Branco Correia. “Conquistar a terra das águas”: Engenharia, engenheiros e as intervenções de saneamento em Iguassú (RJ), 1894-1940. 214p.Tese de doutorado. Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. 2021.

<sup>289</sup> FORTE, 1933. Op. Cit. P.123.

contribuição iguaçuana no comércio internacional indica por um lado o incremento quantitativo da exportação e pelo outro o incremento qualitativo quanto ao seu valor no mercado, quando o valor do cento saltou de trezentos réis aos impressionantes trinta mil réis. Porém um importante passivo estava ainda por desenvolver seu potencial produtor, como se pode ver no trecho a seguir:

A área ocupada pela citricultura é de cerca de 950 alqueires, sendo: no 1º distrito, de 200 alqueires; parte de Cabussú, 100; Morro Agudo e Posse, 150; Mesquita, 50; Andrade Araujo, Prata e Belford Roxo, 50; no segundo distrito, parte de Austin, 50, parte de Cabussú, Ipiranga, Marapicú e Queimados, 250; 3º, 4º e 7º distritos, 50 alqueires. Não produzem ainda 40% dos pomares<sup>290</sup>.

Isto é, deste vasto território em atividade citricultora, com forte concentração no distrito sede e na região de Cabussú, e com grande valorização de sua produção era de se esperar por um crescimento de 40%, pois que este fosse o tamanho dos pomares que ainda não produziam até a redação do livro. Algo que se verificou posteriormente, como indica a bibliografia sobre o tema<sup>291</sup>.

O aspecto mais arrebatador está no encerramento desta parte do livro. Aqui José Mattoso Maia Forte inscreve para sempre a citricultura, de forma sutil, é verdade, nas melhores memórias iguaçuanas. Isto pois, seu argumento final se dá com a ênfase da palavra que nomeia a seção: **Ressurreição**. E a cidade de Nova Iguaçu, ressurge após a morte da Vila do Iguassú, nas palavras de Forte:

Assim **volve para Iguassú**, sob outras formas e **com diversa riqueza agrícola, a antiga prosperidade rural.**[grifo meu]

Aos iguaçuanos, que embora sob a constante ameaça da malária, da opilação, e de outros males, **se aferaram ao solo, não o abandonaram**[grifo meu] e tiveram como ponto de fé a ressurreição de sua terra, e por ella deram o concurso de seu braço e do seu espírito, deve o município a sua época actual de renascimento.

**Honra aos vivos e curvemo-nos**, [grifo meu] neste promissor centenário da fundação da villa de Iguassú, **diante da memória dos que, hoje, na Eternidade, a engrandeceram no passado**, [grifo meu] quer nos seus dias de fastígio, quer nos dias de sua adversidade<sup>292</sup>.

O autor inflama o orgulho do iguaçuano de 1933 e exalta a memória dos que os precederam, sem dúvida apelando para uma contemporização entre as elites da velha iguassú e da nova Iguassú da citricultura. Pois é a *riqueza agrícola* quem, antes com as fazendas e engenhos, agora com a citricultura, *volve para Iguassú* sua *antiga prosperidade rural*. Quer dizer, José Mattoso Maia Forte inscreve na *Memória da Fundação de Iguassú: Commemorativa do primeiro centenário da fundação da Villa em 15 janeiro de 1833* a chave de leitura da

<sup>290</sup> Ibidem. P.124, 125.

<sup>291</sup> Larga produção bibliográfica cobre esta fase citrícola iguaçiana e vão apontar os seus dados estatísticos, entre elas destaco as monografias do IBGE nos anos 1950 e 1970 e Waldick Pereira nos anos 1970.

<sup>292</sup> FORTE, 1933. Op. Cit. P.126.

memória histórica iguaçuana para o projeto de futuro que será gestado e acalentado pela elite do distrito sede, as bases onde se erigiu o *projeto citricultor*.

### **3.2 - MÁRIO MARQUES, NEY ALBERTO - DE IGUASSÚ À NOVA IGUAÇU: JOGANDO COM AS PALAVRAS.**

A outra baliza, no extremo oposto cronológico em que busquei encerrar a minha análise, está em 2003 quando a Prefeitura de Nova Iguaçu comemorou 170 anos. Nesta efeméride Nova Iguaçu conhicerá novamente uma obra literária encomendada pelo município com finalidade comemorativa. Algo que não acontecia desde o centenário. Ou seja, será, na minha percepção, um recurso à tradição criada nos tempos do governo Arruda Negreiros, que pode ser verificada na administração do então Prefeito Mário Marques. Mário Pereira Marques Filho chegou à Prefeitura em 2002 quando o então prefeito Nelson Roberto Bornier de Oliveira desencompatibilizou do cargo. Sendo prefeito já reeleito, Nelson se afastou para se candidatar ao cargo de Deputado Federal, deixando em seu lugar Mário Marques. Ele é quem será o representante do seu grupo político concorrendo à eleição em 2004. Para permanecer no poder executivo, Mário Marques teve uma postura política bastante questionada pelo seu padrinho político Nelson Bornier, considerando que ele, enquanto prefeito, empenhou recursos e muito do seu tempo no campo da cultura. O livro sobre os 170 anos de Nova Iguaçu foi um dos projetos culturais, mas é possível destacar a criação de uma Secretaria de Cultura autônoma e a aquisição de imóvel e realização de obras para a construção do complexo cultural, com teatro, biblioteca e espaço cultural conhecido como Casa de Cultura de Nova Iguaçu<sup>293</sup> na Avenida Getúlio Vargas, 51, centro. Ele perdeu a

---

<sup>293</sup> Casa de Cultura de Nova Iguaçu. Localizada no centro da cidade de Nova Iguaçu, a Casa de Cultura é o único centro cultural atuante no local, onde dispõe de atividades educativas como: teatro, exposições, shows, oficinas e etc. A residência foi construída no século XX, sendo a principal casa da cidade antes do surgimento da atual urbanização. Antes de o ex-prefeito Mário Marques comprar a propriedade para inaugurar a Casa de Cultura, a mesma pertenceu ao Colégio Rio de Janeiro. ESTRUTURA - A estrutura é dividida em quatro núcleos: O Teatro Sylvio Monteiro, a Casa de Cultura Ney Alberto, a Biblioteca Cial Brito e o Quintal das Artes. No térreo do casarão há um espaço permanente para exposições diversas e a Sala de Produção Educativa onde ocorrem oficinas como as de argila, etc. As atividades são agendadas e atraem estudantes de várias escolas. No segundo andar há a sala da administração e uma área maior para exposições. Nos fundos do terreno, fica o Teatro Sylvio Monteiro, que traz o nome em homenagem a um dos defensores da arte na Baixada Fluminense, sendo o mesmo ator, teatrólogo e animador cultural. O espaço tem capacidade para 140 pessoas e a Biblioteca Municipal Central Cial Brito fica instalada no terceiro andar do mesmo prédio, disponibilizando cerca de 15 mil livros para pesquisa à comunidade, além de ter um acervo multimídia. Também dispõe de uma sala especial para o público infantil, que foi inaugurada pelo escritor Ziraldo, ganhando o nome de “Menino Maluquinho”. No quintal das artes, também nos fundos do terreno, acontecem as oficinas, os saraus e o acolhimento ao público. HISTÓRIA - As atividades na Casa de Cultura foram inauguradas em 30 de setembro de 2004, no governo de Mário Marques. A casa foi construída pelo italiano Angelo de Gregório. Angelo era um dos “barões da laranja” da região e possuía também grande prestígio com os artistas italianos. Esses artistas, por sua vez, quando vinham se

eleição, e as pessoas que conheceram esse contexto da história comentaram bastante que Nelson Bornier acusou Mário de falar sobre cultura e não apostar em outras áreas que dão votos, reforçando uma perspectiva de que as políticas públicas de cultura, ou como se diz de forma corrente, *a cultura não dá voto*.

Fecho esses parênteses sobre o contexto para voltar para o título da obra: *De Iguassú à Nova Iguaçu: 170 anos 1833-2003*. Primeiramente identifico aqui, no livro de em 2003, uma publicação que eu tenho acesso ao material impresso, ao livro físico. Diferente da obra de 1933, que eu só tenho acesso ao material digitalizado<sup>294</sup>. Um aspecto comum é que as duas obras têm uma baixíssima tiragem. Considerando o tamanho da cidade a obra de 2003 tem a tiragem baixa, como pudemos nos informar em conversas informais com pessoas como a jornalista Claudia Maria, apesar de não ter sido possível aferir a quantidade de exemplares publicados. No entanto eu consegui acessar a obra, inclusive tive um exemplar que me foi furtado em uma ocasião em que desenvolvia um projeto na Prefeitura de Nova Iguaçu<sup>295</sup>. Passo adiante a uma análise sobre algumas das suas características morfológicas, ou seja, sobre os aspectos físicos da publicação da década de 2000 e de seu conteúdo.

Temos aqui um exemplar do título *De Iguassú à Nova Iguaçu: 170 anos 1833-2003*, uma obra que possui uma formatação e diagramação pensadas para uma edição

---

apresentar no Rio de Janeiro, geralmente no Teatro Municipal, pegavam o trem na Central do Brasil e desciam na estação de Nova Iguaçu para visitar o amigo. Nessas visitas, era comum ocorrerem manifestações artísticas na casa, onde os italianos apresentavam seus espetáculos. Sendo assim, a casa já era um espaço cultural antes mesmo de se chamar Casa de Cultura. Após sua morte, a casa foi alugada por Edson Ferreira para se tornar o Colégio Rio de Janeiro. Mário Marques, prefeito em 2004, comprou a casa dos herdeiros de Angelo, pagando quinhentos mil reais pela mesma. Após a compra, foi necessária uma reforma na área que hoje abriga o teatro e a biblioteca. Há na estrutura da casa um visível contraste entre passado e presente, pois quem vê a Casa da rua, percebe o prédio que data do início do século XX. No entanto, o espaço atrás da casa, reformado, traz o aspecto do presente. O teatro ganhou o nome do ator, compositor, teatrólogo e animador cultural Sylvio Monteiro, enquanto a biblioteca herdou o nome de um antigo gerente do Banco do Brasil, ligado à Cultura na região, Cial Brito. Em 2005, a Casa permaneceu sem atividades pois passou por uma grande reforma, sendo inaugurada em 10 de março desse ano já com o nome de Espaço Cultural Sylvio Monteiro, no governo de Lindberg Farias. Já na gestão de Bornier, a Casa passou a se chamar Complexo Cultural de Nova Iguaçu, posteriormente sendo a casa reconhecida como Casa de Cultura Ney Alberto. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Espaço Cultural Sylvio Monteiro. Disponível em:&lt;<http://www.overmundo.com.br/guia/espaco-cultural-sylvio-monteiro&gt;>; Acesso em 10 de dezembro de 2015. Casa da Cultura de Nova Iguaçu. Disponível em &lt;[http://www.tensor.eng.br/index.php?option=com\\_mordeosh&task=view&gallery=10&Itemid=72&gt;](http://www.tensor.eng.br/index.php?option=com_mordeosh&task=view&gallery=10&Itemid=72&gt;); Entrevista com o artista: Moduan Mattus. Disponível em &lt;<http://amarelocultural.blogspot.com.br/&gt;>; Acesso em 10 de Dezembro de 2015.

<sup>294</sup> A tiragem da obra de Mattoso Maia Forte é baixa para os padrões editoriais atuais, e os raros exemplares que tomei conhecimento estão em coleções privadas, inacessíveis. Porém a avaliação de seu conteúdo está garantida através da sua disponibilização em meio digital, o que aponta para a relevância do emprego da tecnologia, tanto na digitalização quanto na disponibilidade de acervos em plataformas virtuais.

<sup>295</sup> Como informei anteriormente, não tive contato com nenhum dos exemplares do livro de 1933. Estes são raros, alguns colecionadores possuem, algumas pessoas dizem que possuem, mas ele é muito difícil de ser encontrado para ser manuseado fisicamente. Já o material digitalizado encontra-se disponível em algumas plataformas como é o caso do RIMA, no CEDIM/UFRRJ. Por isto não tive acesso a um exemplar do livro físico, o que não altera nada a capacidade de análise, já que nós estamos analisando o texto.

comemorativa, com dimensões que não são de um livro tipo brochura<sup>296</sup> mas é um formato maior. Chamo atenção às dimensões do livro, pois ele não está dentro das medidas que obtivemos em empresas do ramo editorial atualmente, sendo um livro de 240 milímetros de largura por 320 milímetros de altura (320x240mm)<sup>297</sup>. Sua apresentação é em capa dura, papel luxuoso de uma gramatura espessa e acetinado, brilhante e colorizado, com imagens que foram bem tratadas. A iconografia é composta por fotografias históricas recuperadas e publicadas na melhor qualidade possível para a tecnologia de 2003, alternando com fotos contemporâneas àquele momento, feitas por uma equipe de fotógrafos que trabalharam sob a direção de imagem de Alzirô Xavier. Alzirô é um fotógrafo conhecido na cidade de Nova Iguaçu por sua atuação em diferentes governos municipais, no qual efetuou registros de eventos e ações da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu por muitos anos, desde meados dos anos 1990 até nossos dias<sup>298</sup>, com pequeno hiato entre 2005 e 2012.

**Tabela 5: Seção/Paginação/Autor/Ocupação.**

Seção	Paginação	Autor(es)	Identificação por ocupação
Mensagem do Prefeito	6	Mario Marques	Prefeito
Mensagem da Governadora	7	Rosinha Matheus	Governadora
Nossa história começa aqui	8 - 11	Ney Alberto	Professor e Historiador
100 anos de memória	12 - 25	Ney Alberto	Professor e Historiador
A cidade perfume	26 - 29	Ney Alberto	Professor e Historiador
Fatos que viraram notícia	30 - 35	Robinson Belém de Azeredo	Jornalista, editor-chefe do jornal Correio da Lavoura
Personalidades do município	36 - 45	Não assinado nas pg: 37-40, 42 e 43.	-
		Luiz Martins de Azeredo - P 41	Jornalista do Correio da Lavoura

<sup>296</sup> Os livros no formato brochura costumam apresentar capa mole e são os mais comuns no mercado editorial brasileiro, ele apresenta pequenas variações de dimensões, assim como de gramatura e cor do papel, tamanho e tipo de fonte, mas mantendo-se próximo das medidas 140x210mm e 160x230mm. Para uma discussão sobre os tipos de papel mais comuns ver: <https://printstore.com.br/blog/tipos-de-papel-para-impressao-mais-usados-na-industria-grafica/#:~:text=Os%20pap%C3%A9is%20ideais%20para%20impress%C3%A3o,superior%20a%20240%20g%2Fm%C2%B2>. Acessado em: 14/10/2024.

<sup>297</sup> Buscando informações no mercado editorial foram encontradas algumas medidas recorrentes para livros no Brasil. As medidas mais comuns encontradas em nossa busca, foram: 110x180mm; 125x180mm; 140x210mm; 160x230mm; 210x280mm; 245x300mm e 200x200mm. Disponível em: <https://capista.com.br/livros-tamanhos-e-formatos-mais-comuns/> Acessado em: 14/10/2024.

<sup>298</sup> Encontrei Alzirô Xavier pessoalmente em 15 de janeiro de 2025, cobrindo evento de aniversário da cidade. Portanto, aponto que o fotógrafo está integrado ao novo governo municipal, iniciado em 01 de janeiro de 2025, participando por cerca de três décadas da cobertura fotográfica de eventos da administração municipal.

		Francisco do Amaral - P 44 e 45	Advogado, ex-deputado estadual, ex-vice governador do Estado do Rio de Janeiro
Os trilhos do progresso	46 - 53	Não assinado	-
Uma cidade radical	54 - 61	Marina Lomar	Jornalista
Vocação para a modernidade	62 - 67	Cláudio Rolemberg - P 63	Presidente da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu
		Uélinton Pessanha de Carvalho - P 63	Presidente da CDL de Nova Iguaçu
		Hermano Dallari - P 64	Presidente do Complexo Industrial Dallari
		Erich Buschle - P 64 e 65	Diretor-presidente da Companhia de Canetas Compactor
		Cesar Moreira - P 65	Presidente da Usimeca
		Vicente Guimarães Sobrinho - P 66	Presidente do Sindicato do Com. Varejista de Nova Iguaçu
		Silvio Coelho - 67	Diretor-presidente das Indústrias Granfino
		Dácio Lima - 67	Gerente Regional do SEBRAE - RJ na Baixada Fluminense
A cara da cidade	67 - 73	Sérgio Fonseca - 69-71	-
		Alberto Aquino - 72	Iguaçuano, jornalista e colunista social
		Marlon Brum - 73	editor de Cidade do Jornal Extra
		Rodrigo Cerqueira - 73	iguaçuano, repórter de O Globo - Baixada
		Ivan de Oliveira - 73	superintendente de redação do Jornal de Hoje
		Írio Weschenfelder - 73	colunista social dos jornais Hora H e Correio da Lavoura
		Cláudia Maria - 73	iguaçana e repórter do jornal O Dia
		Mario Marques*	Jornalista
Um saudável exemplo	74 - 83	Luiz Carlos Salles Guimarães - 75	Desembargador
		Angela Guerra - 76	Secretária de Educação / 2003 e ex-Diretora do Colégio Monteiro Lobato
		Maria Aparecida Marcondes Rosestolato- 76	Secretária de Administração / 2003 e ex-Secretária de Educação de Nova Iguaçu
		Paulinho Leopoldo - 76 - 77	Diretor do Colégio Leopoldo
		Eduardo Eugênio Gouvêia Vieira - 79	Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
		Claudia Souza - 80 - 83	Jornalista
Espaço para construir	84 - 91	Paulo Cezar Pereira - 85	Jornalista

		Vicente Loureiro - 86 - 90	Arquiteto, secretário municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
		Claudia Souza - 91	Jornalista
Os números do desenvolvimento	92 - 99	Maria Madalena Angelo - 93 - 97	Jornalista
		Valcir Almeida	Diretor-presidente do Jornal de Hoje
		Maurílio de Oliveira	Presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu
		Claudia Souza - 99	Jornalista

Fonte: NOVA IGUAÇU. *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003)*. Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003.

O livro *De Iguassú a Nova Iguaçu* está estruturado em seções. Não são exatamente em capítulos, mas partes que constam de um sumário e estão abordando temas pontuais, compostas com pequenos textos de um ou poucos parágrafos, quase sempre precedidos da informação de sua autoria. Estas seções possuem poucas páginas, orbitando entre 4 e 14 páginas. Vou listar a seguir as partes e autores indicando quando o texto não for assinado o que provavelmente indica que foi feito por alguém da equipe de comunicação social da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, coordenada por Paulo César. Porém há ainda muitos textos sem autoria que indicam sua origem no Jornal Correio da Lavoura, informando entre aspas: extraído da coluna *Nossa Memória*; informando sempre edição e data de onde a coluna foi extraída.

Ainda sobre esta divisão, é preciso informar que algumas destas partes possuem um único autor enquanto em outras, ela é composta por dois ou mais colaboradores. O autor com maior quantidade de páginas de texto é o professor Ney Alberto Gonçalves de Barros, seguido por Sérgio Fonseca e em terceiro vem Cláudia Souza, que assina alguns textos. Porém os demais são assinados por diferentes colaboradores, variando de pequenos artigos a simples notas de parágrafo único fazendo com que ao folhear o livro seja como folhear um jornal com textos de tamanhos e de temáticas variadas, geralmente não se comunicando entre si, como é possível observar na tabela 2. Como podemos ver nos dois textos, de diferentes seções e diferentes autores, que reproduzo a seguir para dar um exemplo:

Dedicação ao ensino  
Por Angela Guerra

No momento em que a cidade comemora 170 anos, sou tomada pela emoção. Vou ao encontro de minhas lembranças... Quanta saudade! Ter feito parte da equipe dessa querida escola foi inesquecível para mim. Um tempo pleno de efetiva colaboração profissional, de construção de planos, programs e projetos, desafiando nossos esforços, sonhos e saber.

\*Secretaria de Educação / 2003 e ex-Diretora do Colégio Monteiro Lobato<sup>299</sup>

A capital da Baixada  
Por Valcir de Almeida\*

De 1971 para cá, acompanhamos o crescimento de Nova Iguaçu pelas páginas do Jornal de Hoje, noticiando tudo o que acontece no município, ajudando a escrever a história desta terra maravilhosa que é Nova Iguaçu. Nova Iguaçu é, de fato, a capital da Baixada. A cidade festeja seus 170 anos com orgulho, determinação e solidariedade, apesar da perda de alguns de seus territórios.

\*Diretor-presidente do Jornal de Hoje<sup>300</sup>

Tanto a professora Angela Guerra, quanto o empresário do jornalismo, Valcir de Almeida, expressaram suas perspectivas de pertencimento à memória e a identidade iguaçuana. Cada um, ao seu modo, informou como foi colaborador na construção da cidade e quanto fazem parte, com seus esforços individuais e através de instituições -uma de ensino e outra de imprensa-, da construção dessa cidade. Destaco estes dois textos para ressaltar o caráter colaborativo e difuso da obra, que recebeu ao longo de suas 99 páginas diferentes contribuições. O que dá unidade ao conteúdo, além de constar numa única encadernação, é a aglutinação dos textos em sessões. Estas foram construídas a respeito de temáticas ou aglutinados pela característica comum de seus autores, quando o texto é semelhante a um depoimento de membros de um grupo, como fica claro no caso dos empresários e dirigentes das instituições classistas que escreveram para o livro.

Antes de você abrir o livro, ao manusear, já se percebe que foi uma produção de custo elevado devido à qualidade apresentada. Fator que indica isto já percebe quando vemos que o livro tem uma *sobre capa* de proteção para a capa dura, ou seja, uma proteção que serve para envolver a capa dura e contém uma reprodução colorida da imagem capa, diferindo daquela, que se apresenta em tons de sépia. Ambas apresentam uma composição que põem em contraste uma imagem antiga de Nova Iguaçu e uma imagem da cidade em 2003. Na parte de cima uma imagem da Avenida Amaral Peixoto, com os carros da época, com pessoas andando de forma casual vestindo ternos e usando chapéus, próximo da Manoel Seabra -atual Praça da Liberdade- e da estação do trem, tendo à esquerda o Café e Bar Brasil, edifício que existe até hoje, e à direita você vê um outro edifício que hoje encontra-se totalmente descaracterizado. A fotografia histórica é atribuída ao acervo de Ney Alberto e não possui indicação nem de data e nem de autoria, porém é possível estimar na década de 1930, pelo mobiliário urbano retratado. Na imagem de baixo, nós temos uma fotografia aérea noturna, creditada à Alzirô Xavier. É possível observar que tem uma intenção semiótica em torno de sua composição, que

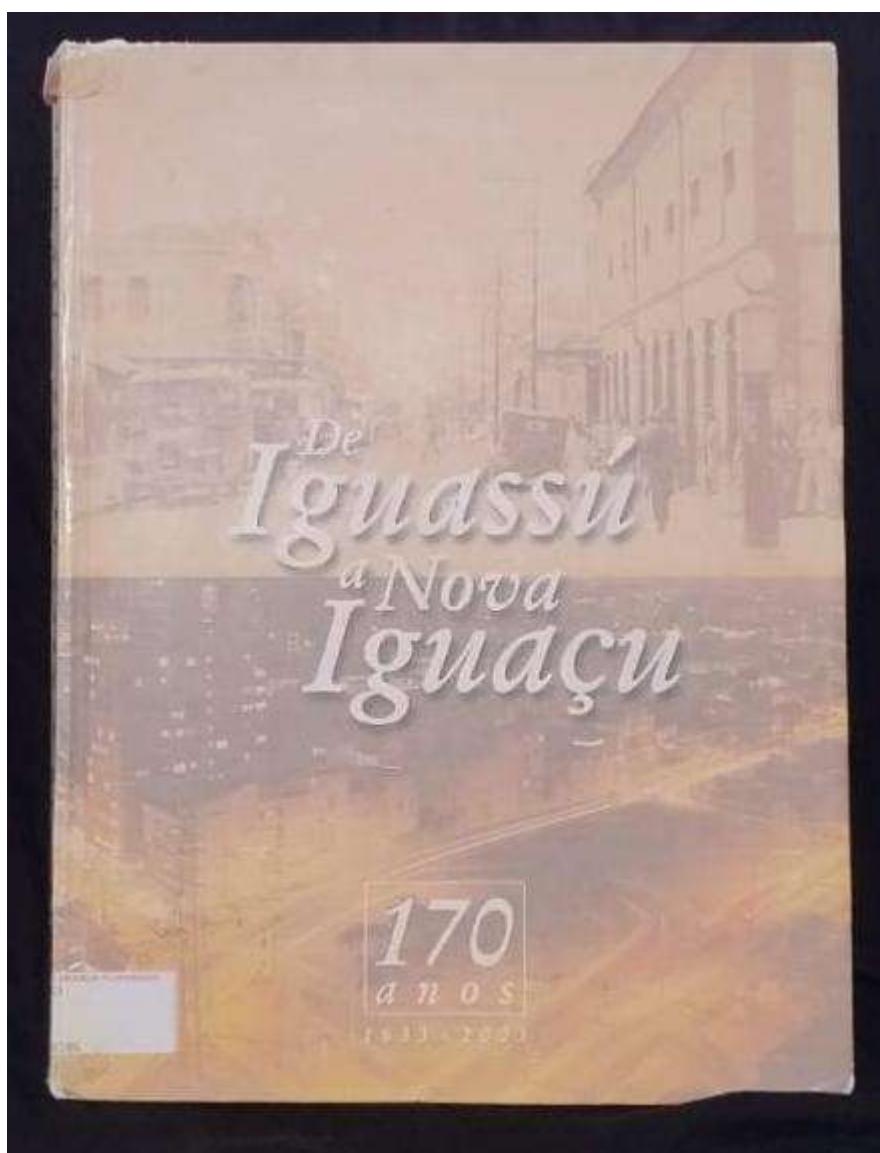
---

<sup>299</sup> NOVA IGUAÇU. *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003)*. Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003. P.76.

<sup>300</sup> Ibidem. P97.

mostra a cidade noturna, muita iluminação, aquela movimentação de veículos na Via Light. Não tem pessoas, a imagem é em uma grande angular, captura a cidade por cima, afastada, contemplando uma porção grande do Centro do município, porém com claro foco no trânsito da Via Light e na velocidade do movimento dos veículos.

**Ilustração 23: Capa do livro De Iguassú à Nova Iguaçu: 170 anos 1833-2003.**



Fonte: capa do livro NOVA IGUAÇU. *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003)*. Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003.

A Via Light, em 2003, ainda é uma novidade enquanto aparelho urbano, vale lembrar que a via tinha sido inaugurada no segundo semestre de 1998. Ela é uma obra do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dentro de uma conjuntura onde o governador Marcello Alencar era um líder político aliado de Nelson Roberto Bornier de Oliveira, quando este era o prefeito da cidade. Ele então vai usou a construção da Via Light na sua campanha de reeleição em 2000. Afirmou que a construção da Via Light foi fruto de seu governo, e isso continuou sendo

empregado como narrativa política em 2002, quando concorre à Deputado Federal. Em 2004, na campanha de Mário Marques, representante daquele mesmo grupo político neste pleito, a Via Light volta a ser instrumentalizada em campanha também. Retomando o livro, fica claro que a Via Light se torna um lugar de memória desse grupo político.

Aquela imagem aérea noturna recebeu um tratamento em sépia para compor a capa com a imagem histórica de cima. É perceptível nesta capa, os rastros luminosos do movimento dos veículos em oposição a imagem de cima com os veículos claramente estacionados as pessoas andando, com vestimentas da moda em vigor dos anos 1930. Esta composição acaba fazendo contraposição do Iguassú com dois esses (SS) e acento agudo que está grafado sobre a imagem antiga e o Nova Iguaçu com cedilha (Ç) e sem acentuação na nova grafia sobre a imagem de baixo. Ou seja, acaba jogando com as palavras. Da imagem moderna fazendo esse contraponto semiótico, muito bem marcado, do passado e do presente. Mostra um presente/futuro, um presente dinâmico, enquanto a vida na cidade na imagem de cima expressa uma vida pacata, saudosista até. De uma vida, digamos assim, mais devagar, um tempo em que as coisas aconteciam mais lenta e mansamente. Já a imagem de baixo é dinâmica! É possível fazer essa leitura iconográfica, dessa cidade que se espalha sobre um horizonte amplo, com vários prédios altos, todos iluminados em uma imagem noturna. Uma perspectiva que reflete o projeto de futuro de um determinado grupo que se encontra no poder político local.

Este exemplar peguei emprestado na biblioteca de Nova Iguaçu. Então ela tem um carimbo que é posterior, de 2018, e nele tem toda a numeração de catálogação utilizada na Biblioteca Cial Brito. Ele foi doado ela Rita. Não temos aqui um sobrenome a creditar, mas em uma folha de papel cartonado, entre a capa e a primeira folha, o exemplar é autografado pela Rosinha Matheus, que era a Governadora do Estado do Rio de Janeiro na ocasião do lançamento do livro. A governadora faz a seguinte dedicatória: “*Para Rita, seu exemplo faz história. Com carinho. Rosinha Garotinho*”. Não tem como saber quem é a Rita, mas sabemos que ela teve contato e recebeu um exemplar da Governadora do Estado do Rio de Janeiro e, depois de alguns anos, ela – ou algum parente seu – decidiu doar o exemplar à biblioteca municipal de Nova Iguaçu. Na primeira página temos uma espécie de contracapa encimada pelo Brasão Municipal, ao centro o título do livro com o mesmo layout da capa, mas sobre um fundo sem imagens e fotografias de cor bege. Abaixo do título, na porção inferior da página, presente nessa contracapa está a marca que era utilizada como identidade visual nos documentos e peças de marketing do governo Nelson Bornier.

**Ilustração 24: Identidade visual governos Nelson Bornier/Mário Marques.**



Fonte: Contracapa do livro NOVA IGUAÇU. *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003)*. Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003.

Notamos que a capa não tem esta logomarca, provavelmente para não dar destaque ao crime de propaganda política através do material de distribuição gratuita<sup>301</sup>, mas no interior e na contracapa encontramos a marca do governo do Nelson Roberto Bornier de Oliveira e que o Mário Marques herda. É um N estilizado, a perna esquerda do N é colorida de cor azul, e a perna direita do N se transforma em outra letra e forma um I em cor verde, com uma laranja no meio. A logo tem escrito Prefeitura da Cidade Nova Iguaçu e o verde e azul se mesclam formando um fundo nessa logomarca, que lhe caracterizam enquanto marca de um governo.

Ao primeiro folhear, após essa contracapa, tem duas páginas contendo uma única fotografia do Paço Municipal. Um registro fotográfico contemporâneo a produção do livro. O Paço Municipal é o edifício da prefeitura, fica próximo ao Cemitério Municipal, no cruzamento da Avenida Athaíde Pimenta de Moraes com a Avenida Dom Walmor. Observando essa imagem do Paço Municipal, que ocupa duas páginas, podemos identificar que se trata de uma imagem luminosa, de um dia ensolarado, mostrando a prefeitura com as bandeiras hasteadas, as *Palmeiras Imperiais* que são uma marca visual da prefeitura, o chão de pedra portuguesa em raios angulares, em preto e branco, saídos da rampa de entrada da prefeitura, o púlpito que fica à esquerda da rampa de entrada e uma legenda, onde está escrito

<sup>301</sup> BRASIL, 1997. Art. 73, Inciso IV e § 10, da Lei n. 9.504/1997: IV: fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público; ; § 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

*“Paço Municipal, construído e inaugurado pelo governo do prefeito Ruy Queiroz em 2 de fevereiro de 1980”.* Aqui começo a observar que a imagem visa a valorização do Poder Executivo municipal e de um determinado grupo e seu projeto político e de poder. A primeira imagem no interior do livro é essa imagem onde o centro de poder municipal foi resgatado com destaque. Poderia ter sido posta qualquer outro tipo de imagem, remetendo a qualquer outro tipo de memória e identidade, mas o prédio da prefeitura ali, abrindo o trabalho, após a primeira contracapa, simboliza e valoriza o poder municipal, que é o patrocinador dessa obra. A ideia de contraste entre passado e presente verificada na capa não é resgatada aqui também. Ou seja, visto que esse poder municipal podia ter sido demonstrado também com imagens de outros endereços do poder executivo, locais como o prédio da antiga prefeitura, que não existe mais, pois foi demolida durante os anos 1960<sup>302</sup>.

Acabou se optando por destacar apenas o Paço Municipal através da construção edificada pelo último prefeito eleito no sistema bipartidário da ditadura militar, de quem o prefeito em exercício fora aliado e correlegionário do partido ARENA<sup>303</sup>. Por esse ser o prédio atual da prefeitura, existente desde 1980 até os nossos dias, nós temos aqui uma justificativa óbvia, pois é o prédio da prefeitura. Porém não posso deixar de observar a menção direta a João Ruy de Queiroz Pinheiro que foi o prefeito que mandou construir e inaugurou o edifício da prefeitura em 1980. Abro um parêntese para falar destes personagens e apresentar um pouco da trajetória política deles.

Mário Marques teve sete (07) mandatos de vereador entre 1970 e 2002<sup>304</sup>, quando assumiu a cadeira de prefeito, depois de ter sido eleito como vice-prefeito do Nelson Bornier. Desde os anos 60 atuava na política municipal, no final daquela década foi secretário de administração, antes de ser vereador com tantos mandatos consecutivos em Nova Iguaçu. Ele foi membro da ARENA, sendo um membro fundador do partido de situação durante a ditadura militar em Nova Iguaçu<sup>305</sup>. Mário Marques é um político oriundo desse contexto. Foi vereador imediatamente após o término da segunda intervenção, quando o Ruy de Queiroz, que foi uma personalidade política da Baixada Fluminense que vem de Nilópolis, assumiu a

<sup>302</sup> “Edificação construída em estilo arquitetônico eclético, inaugurada em 1908, para abrigar a Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu. Com a criação do cargo de prefeito em 1919, passou a servir ao poder executivo municipal.”. BATISTA, 2021, p45.

<sup>303</sup> João Ruy de Queiroz Pinheiro, popularmente Ruy Queiroz, foi eleito em 1976 pelo ARENA, sendo o último prefeito eleito em Nova Iguaçu no regime de bipartidarismo político, governando de 1977 a 1983, quando encerrou o mandato. Mário Marques, foi membro fundador do ARENA , e em 1971 começa sua carreira de vereador, onde esteve em todas as legislaturas até 2000, quando deixou o legislativo e virou vice-prefeito de Nova Iguaçu. Mário assumirá, por algumas vezes, o cargo de secretário de administração e outras funções no poder executivo em governos do regime ditatorial na cidade de Nova Iguaçu.

<sup>304</sup> Memórias da Câmara, 2000.

<sup>305</sup> A.N.A. Livro ata de fundação do ARENA Nova Iguaçu.

prefeitura de Nova Iguaçu de 25 de fevereiro de 1969 a 31 de janeiro de 1971. Ruy de Queiroz atuou na prefeitura como interventor no momento em que, na sequência, grupo iguaçuano da ARENA derrotou pela primeira vez o MDB, iniciando uma hegemonia deste grupo, coincidindo com o período começo o movimento de rotinização da administração municipal que encerra o ciclo de intervenções<sup>306</sup>. No fim dos anos 70, já caminhando para o contexto de “*Anistia geral e irrestrita*”, na chamada distensão, Ruy de Queiroz se elegeu pelo ARENA e durante o mandato passou para o Partido Democrático Social – PDS<sup>307</sup>, uma das novas legendas partidárias do multipartidarismo, que voltou a existir depois de anos de bipartidarismo<sup>308</sup>. Então suponho, e precisa ser observado, que essa imagem não foi escolhida ao acaso, principalmente não foi mencionado o Ruy Queiroz de forma solta, há uma vinculação da trajetória política do próprio prefeito Mário Marques com a trajetória política de quem inaugurou a prefeitura.

Logo após a contracapa, vemos as páginas dos agradecimentos e do índice. Aqui, abrindo o livro, formou-se um grande panorama tendo ao fundo uma ponte de pedra situada em Tinguá. Esta é uma ponte onde passava a linha férrea, num tronco do ramal Rio D’Ouro, que é de captação de águas, tanto que vemos na foto que possui um duto de água. Esta imagem apareceu no livro bem esmaecida, pois recebeu um tratamento para ser um plano de fundo destas páginas, para receber os textos de Agradecimentos e do Índice, que estão dispostos por cima da imagem em letras brancas. Ao lado esquerdo, sobre um tom de verde a imagem recebe os **Agradecimentos**. É um texto agradecendo à uma série de instituições e personalidades, tanto da sociedade civil como do governo municipal, desde as secretarias da prefeitura até pessoas da imprensa que ajudaram a contribuir com a produção dessa obra. Mostra também quem compôs a *Comissão Executiva dos 170 anos*, com o nome do prefeito a Maria Luiza Cristina Quaresma Vaz, que era secretária de promoção social; César Mariano, secretário de obras e serviços públicos; Ângela Guerra, Secretaria de Educação; Maria Aparecida Marcondes Rosestolato, Secretaria de Administração; Jorge Gama, secretário de governo; Paulo de Castro Saldanha, da secretaria de indústria e comércio; Vicente de Paula Loureiro, secretário de urbanismo de meio ambiente; Nelson Freitas, secretário de cultura e turismo e o Paulo César Pereira coordenador de comunicação social. Faço o destaque para o

<sup>306</sup> Sobre as intervenções e o ciclo de instabilidade política até a chegada ao poder pela ARENA através das eleições na prefeitura de Nova Iguaçu nos anos 1970’s ver: BATISTA, 2014.

<sup>307</sup> Partido Democrático Social. Fundado em 31 de janeiro 1980 por figuras políticas como José Sarney, Jarbas Passarinho, teve como primeiro presidente Paulo Maluf.

<sup>308</sup> Sobre o bipartidarismo e a retomada do pluripartidarismo existem diversos estudos, entre eles, ver: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

fato de que não existia uma Secretaria de Cultura como hoje em dia, mas uma Secretaria de Cultura e Turismo. Aquele que vai, anos depois, se identificar como o produtor dessa obra, o jornalista Paulo César Pereira à prefeitura com o Nelson Bornier em 2013. Tive a oportunidade de conversar informalmente sobre o livro com ele algumas vezes. Quando eles voltaram ao governo em 2013 eu era servidor efetivo da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, e o Paulo César Pereira assumiu a comunicação, desta vez como secretaria e não mais coordenação, e ele quem me afirmou pessoalmente que coordenou a produção dessa obra sob incumbência do prefeito. Na outra página, à direita, na cor azul, está o **Índice**, indicando onde estão as seções do texto.

Na sequência, **Mensagem do prefeito** e **Mensagem da governadora**. Ambos com fotos tipo passaporte. O encontro das suas páginas recebe uma imagem de ambiente natural. É uma característica do livro. Toda vez que tem um texto há uma imagem. Alguma fotografia mostrando algum elemento da natureza ou uma personalidade de Nova Iguaçu, o livro tem muitas imagens das áreas verdes da cidade. Isso vai ser muito valorizado ao longo do livro, junto dos textos fotografias do Rio São Pedro, do Rio Tinguá e de outros rios na região de Tinguá ou no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. Quando não, são fotos de acervo histórico, sejam elas do acervo do Correio da Lavoura ou do professor Ney Alberto. Mas não há uma página do livro sem uma imagem, um mapa ou um gráfico.

A partir daqui o livro se estrutura numa série de seções, não como capítulos, mas como se fossem pequenos artigos para um jornal, com temas estanques. Os primeiros textos são **Nossa história começa aqui, 100 anos de memória** e **A cidade perfume** que vai falar sobre memória dos laranjais, todos assinados por Ney Alberto, identificado como professor e historiador. Depois tem: **Fatos que viraram notícia**, onde eles vão recorrer ao jornal Correio da Lavoura, aliás, muitas partes desse livro vão ser feitas recorrendo ao Correio da Lavoura como fonte. **Personalidades do município**, que vai ocupar uma parte central do livro, vou abordar adiante sobre as personalidades que vão ser elencadas aqui. **Trilhos para o progresso** dá relevo às transformações urbanas, os avanços viários, a centralidade da ferrovia e constrói uma ponte entre o passado e o presente da cidade, é um ponto de transição da obra, que na sequência vai iniciar abordagens do tempo presente em 2003. Em seguida, **Uma cidade radical**, que vai destacar a questão do *Turismo de Aventura*, um elemento que foi explorado naquele contexto. Com destaque à prática do motociclismo, mountain bike e rapel, conta a história sobre Nova Iguaçu ter construído primeira pista de skate da América Latina. Naquele momento a cidade tinha uma pista de asa delta, um circuito de *autocross* e trilhas nas áreas de mata que foram valorizados nesse trabalho. Além do futebol, clubes e outros esportes

coletivos, que tiveram personalidades iguaçuanas destacadas em suas modalidades completam esta seção. **Vocação para a modernidade** traz o discurso de empresários iguaçuanos, no qual cada um fala sobre aquilo que a cidade tá se preparando para ser sob a ótica dos representantes da classe dominante.

Esse é o momento de defender um projeto de futuro para a cidade. Isso é muito importante destacar, porque este livro de efemérides conta a história da cidade, mas contém em si um projeto de futuro. Como diz Kosellek, a memória é recuperada como parte de um projeto de futuro<sup>309</sup>, e este livro cumpre bem este papel. *A cara da cidade* mostrando aqui características e personalidades do movimento cultural iguaçiano da cidade, numa abordagem sob a perspectiva do professor Sérgio Fonseca<sup>310</sup>. O título segue com **Um saudável exemplo**, uma mescla de exaltação de um passado ligado à memória da Maxambomba dos laranjais, valorização de instituições privadas e públicas de ensino do distrito sede e uma escola pública recentemente inaugurada pelo governo do estado<sup>311</sup>, seguida de uma análise da saúde no município saúde, francamente apontado as realizações da gestão municipal nesta área. Em **Espaço para preservar e construir** exaltam-se a dinâmica da cidade, informando que é possível preservar o meio ambiente ao mesmo tempo em que se pode investir e construir em Nova Iguaçu. Ao abrir esta seção com texto de Paulo Cezar Pereira, tecendo verdadeira promoção da personalidade do líder político deste grupo, Nelson Bornier, defendendo que a cidade pode e deve se desenvolver desde que a gestão pública permaneça sob o mesmo perfil. Hipótese que será referendada em **Os números do desenvolvimento** com dados estatísticos daquele contexto da cidade, apontando o seu desenvolvimento, sem deixar de mesclar elementos da memória histórica, como quando apresenta uma lista dos prefeitos da cidade ou se louva personagens históricas como o texto do presidente da câmara que evoca o Comendador Soares num artigo intitulado *Presidente da Câmara vê futuro de esperança*<sup>312</sup>.

Os livros, como a gente pode imaginar, eles são um suporte duradouro para a identidade, por isso que escolhi estes dois para fazer uma análise. Adiante farei uma leitura minuciosa de uma de suas partes, mas eu quero recuperar que os livros estão sendo interpretados neste trabalho enquanto um suporte para memória e a memória como propulsora

---

<sup>309</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006, p. 317-318.

<sup>310</sup> Poeta, compositor e professor de Língua Portuguesa, Sérgio Fonseca foi colaborador do jornal Correio da Lavoura por muitos anos, foi também secretário de cultura do município de Mesquita, onde mora. <https://dicionariompb.com.br/artista/sergio-fonseca/>

<sup>311</sup> A E. E. Maria Helena do Amaral Alarcão fica no Bairro do Gerard Danon, inaugurada em 1998.

<sup>312</sup> Maurílio Manteiga, ou Maurílio de Oliveira, foi presidente da Câmara em 2003, vereador eleito em 2002 pelo Partido Frente Liberal - PFL.

para formação de identidade. Não é à toa que se publicam livros de efemérides. Não é à toa que se escolhem partes da memória para constar nesses títulos. Então, há uma intencionalidade, há o recurso ao discurso de autoridade. A prefeitura tem autoridade para publicar um livro de memórias da cidade. Quando a prefeitura fala, a prefeitura fala com a autoridade do poder municipal. Porém a prefeitura é o espaço de agência de determinados grupos detentores do poder e do discurso oficial. Então estes agentes políticos se cercam de personalidades que são reconhecidas pela sociedade por algum tipo de autoridade para executar as obras de efemérides. Seja autoridade técnica, seja autoridade profissional. Vimos isto no texto de apresentação do livro de José Mattoso Maia forte. Então nós temos a presença aqui no livro de 2003 os três primeiros textos voltados para a construção da memória são do professor Ney Alberto. O Ney Alberto é membro do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu - IHGNI. Então se é para abrir o livro com um texto falando onde começa a história de Nova Iguaçu, Ney Alberto possui esta autoridade socialmente reconhecida.

Em 2003 ele era o único integrante fundador do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu – IHGNI, dentre os quatorze integrantes originais, que estava ativo na cidade. Vejamos que Ruy Afrânio e Waldick Pereira já faleceram. Os demais fundadores eram de idade igual ou superior a estes dois. Zanon de Paula Barros, que regula idade com Ney, não mora mais no estado do Rio de Janeiro, mora em São Paulo. O José Luiz Teixeira, que era membro do IHGNI, nesse contexto aqui abordado, está mais para um braço direito do Ney, não é membro originário, desde sua fundação do IHGNI. Se alguém detém uma reputação, dada pelo tempo de sua atuação no campo da produção de memória, para falar em 2003, sobre a memória da cidade Nova Iguaçu, é o professor Ney Alberto.

Ele foi utilizado enquanto recurso discursivo, no sentido metafórico, e convidado a produzir textos dentro dessa obra, e isto tem duas perspectivas. A primeira talvez seja porque ele é um funcionário da cidade, ainda que afastado das funções de sala de aula, que ocupa espaço simbólico no órgão de cultura. E o convite pode ser lido como um aceno, reconhecendo seu papel no campo político. Vale lembrar que o prefeito Mário Marques, quando presidente da câmara de vereadores da cidade convidou Ney para produzir *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*<sup>313</sup>, o que indica a existência de conexões e redes de sociabilidades anteriormente constituídas. Segundo, porque quando o prefeito publicou no livro de efemérides os textos do professor Ney Alberto Gonçalves de Barros, a administração confirma sua autoridade no campo do conhecimento histórico, ao mesmo tempo em que

---

<sup>313</sup> BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Org. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.

referendou sua capacidade. Então esta é uma ocasião em que o poder municipal, que se reconhece e que é reconhecida enquanto autoridade pública, endossa publicamente o valor do trabalho de historiador com a publicação de uma obra onde o professor Ney é o maior colaborador em termos de produção textual de memórias do título. Então há uma retroalimentação, com o nome dele abrindo a parte de memória, é o livro quem ganha um respaldo de respeitabilidade porque tá sendo produzido por alguém que detém a autoridade para falar. Ao mesmo tempo o Ney Alberto tem a sua autoridade reforçada, porque a prefeitura reconhece nele a capacidade, e até um direito, de produzir a narrativa oficial sobre a cidade. Como veremos no capítulo seguinte, este direito de fala foi construído ao longo de décadas.

Um livro de efemérides é uma ferramenta de difusão de uma identidade desejada. Não é a única identidade possível. Não é a única narrativa possível. Não é a única memória possível. As memórias que estão nesse livro não são as únicas possíveis. Mas quando um grupo utiliza a institucionalidade da prefeitura para publicar uma obra ela não está simplesmente pegando a história de uma cidade e colocando dentro dessa publicação. Essa publicação está sendo o meio pelo qual o grupo que detém o poder político está selecionando aspectos de uma identidade que ela quer dar destaque. É claro que os poderes públicos possuem outras formas de fazer isso. Ao longo dos anos, principalmente depois dos anos 1990, foram publicadas diversas matérias de jornal, em cadernos especiais sobre a Baixada Fluminense<sup>314</sup>, onde podemos ver esta estratégia ser empregada. Nem é possível ignorar que o projeto editorial deste livro é coordenado por um jornalista e está com uma equipe repleta de outros profissionais da imprensa. Lembrando que o suporte físico do livro possui um valor simbólico e tem a perspectiva da duração ampliada, enquanto o jornal é um produto de consumo diário, descartável. Basta pensar no valor que o livro de Maia Forte possui na narrativa das memórias locais<sup>315</sup>. Porém, como pudemos observar neste livro, ao convidar o professor Ney Alberto, há o recurso ao discurso de autoridade de alguém do campo da historiografia local para referendar a obra. E Ney Alberto, como veremos no capítulo seguinte, é alguém que pertence ao grupo dos estabelecidos. Ao escolher uma foto da prefeitura ao referenciar o nome do prefeito Ruy de Queiroz que a construiu, tudo isso são elementos nos dão indícios de qual é a memória histórica que o então prefeito Mário Marques,

---

<sup>314</sup> ENNE, Ana Lucia. “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: memória, representação social e identidades. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 2002.

<sup>315</sup> Além de ser o livro de referência para quase todos os estudos sobre a Baixada Fluminense em geral e Nova Iguaçu em particular, houve produção de material voltados à formação de professoras nos anos 1970, produzidos pelo IHGNI, e *Memórias de Iguassú* é fonte incontornável para este material.

e seu grupo de poder político, estão reivindicando para validar seu projeto de futuro. Ou seja, eles promovem esse projeto de futuro com base na sua autoridade de poder local estabelecido, na tradição, na memória. Elementos que apontam para o pertencimento e estabelecimento deste grupo, que lhes autoriza dizer qual é o passado da cidade e qual é o futuro que a cidade deve ter.

### **3.3 – ALÉM DOS LIVROS – CORREIO DA LAVOURA E A IMPRENSA ENQUANTO CORREIA DE TRANSMISSÃO DO PROJETO DE FUTURO.**

Os dois títulos escolhidos para serem analisados possuem ainda mais uma coisa em comum. Ambos são editados e lançados em uma cidade que possui um jornal de circulação semanal com princípios conservadores, pautados no lema: *educação, saúde e produção*<sup>316</sup>.

Nova Iguaçu e o Correio da Lavoura possuem uma relação centenária, posto que o periódico foi criado por Silvino Silveira em 22 de março de 1917. O hebdomadário criado pelo homem negro letrado, capitão da guarda nacional, que se fixou em Nova Iguaçu no início do século XX. Ele já foi objeto de algumas análises historiográficas, além de ser, sem risco de engano, a principal fonte de pesquisa empregada nos estudos de história local e regional desde que seu acervo foi integralmente digitalizado pelo professor Álvaro do Nascimento e sua equipe de bolsistas em 2010<sup>317</sup>.

Integralmente, é importante destacar, refere-se à totalidade do acervo que estava preservado, em posse do senhor Robinson Belém de Azeredo, neto de Silvino, na ocasião em que o projeto de digitalização foi executado. O acervo do Correio da Lavoura encontrava-se armazenado numa estante de ferro na sede, onde foi também a sua última oficina tipográfica, que ficava na Rua Luiza Lamberg, 91, centro de Nova Iguaçu. E neste acervo as edições eram guardadas encadernadas. O encadernamento se dava da seguinte forma: um ano por encadernação. Sendo que foi considerada como marco de início do ano a data de aniversário do Jornal Correio da Lavoura. Por isso cada caderno contendo um ano de edições se iniciava sempre na semana de março próxima ao aniversário do jornal. Há algumas exceções, onde se encontram livros com mais de um ano encadernados juntos, mas a norma seguida pelo jornal na maior parte das encadernações era de acondicionar o período de apenas um ano por livro. Outro aspecto importante de destacar é que a digitalização começou com o caderno 1, de

---

<sup>316</sup> Correio da Lavoura, Domingo, 23 de março de 1952, Ed: 1.827, P. 1.

<sup>317</sup> Correio da Lavoura – Disponível para consulta no Repositório de Múltiplos Acervos – RIMA, Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/>, Acessado em 13 de fevereiro de 2025.

março de 1917/ março de 1918, primeiro ano de atividades. A ordem cronológica vai orientando as encadernações anuais, então o livro 1 vai de 22 de março de 1917 até a última edição antes do aniversário de um ano do jornal em 1918. E as encadernações vão até o início dos anos dois mil, pois é quando o jornal deixou de encadernar suas edições. A partir daí o material passou a ser arquivado em PDF e o Vinícius de Azeredo, filho do srº Robinson e seu colaborador nas atividades administrativas do jornal no período em que foram feitas as digitalizações, nos forneceu esse material já pronto em PDF.

Outro aspecto é que existem, dentro do acervo do Correio da Lavoura, alguns lapsos temporais. Segundo Robinson Belém de Azeredo afirmava à época, estas lacunas no acervo se dão devido ao empréstimo de alguns dos livros para pessoas que tinham interesse em pesquisar conteúdos, segundo ele pessoas da confiança do Correio da lavoura, que levaram as encadernações e não devolveram. Além disso, mesmo nos materiais encadernados existem edições faltando às encadernações, ao que não se pode afirmar se foram erros no momento da encadernação ou se houve intenção de retirar estas edições. Deixo a seguir a identificação do material ausente, a título de registro. Faltam as edições: 53 a 104; 488; 520; 523 a 574; 836 a 939; 1005; 1661 a 1775; 2036 a 2087; 3036; 3039; 3061; 3220; 3792; 3793; 4035; 4261; 4745; 4747; 4764; 4765; 4756; 4767; 4769; 4770; 4771; 4772. Até o momento estes lapsos não foram possíveis de serem cobertos, pois o acervo não possui uma cópia em outros espaços até onde seja conhecido pelos pesquisadores até o momento. O que não impede que se continue buscando completar, através de novas pesquisas. Afinal, é bastante razoável imaginar um “baú<sup>318</sup>”, do membro de alguma família que fosse assinante do Correio da Lavoura e tenha mantido diversas edições guardadas. É uma esperança acalentada.

Partimos para uma definição sobre quais foram os princípios norteadores do Correio da Lavoura e quanto ele se insere enquanto correia de transmissão do projeto citricultor. Como pontuei anteriormente este periódico tem sido a principal fonte de pesquisa empregada nos estudos de história local e regional desde sua digitalização. Monografias, dissertações, teses, projetos de pesquisa, exposições, documentários e outros produtos acadêmicos, didáticos e culturais vem sendo feitos com base neste acervo. Assim, não falta na historiografia recém produzida quem teça suas avaliações quanto à fonte. Porém venho

<sup>318</sup> Nos arquivos privados, encontra-se uma grande quantidade de materiais de tipos variados, tendo como marca importante a busca de preservar a trajetória e memória, seja ela individual ou familiar. O relato de material encontrado ao acaso, nos guardados de pessoas mais velhas da família, que muitas vezes só serão revelados em ocasiões como o momento em que o indivíduo morre e sua família começa a “limpar a cada” não é algo incomum. Assim como não é incomum que os guardados no fundo e um baú seja elementos que servem para recontar uma história ou de suporte para memórias. Ver: MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes*. EdUFF: Niterói, 2008, p.53-54. LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. *Topoi: revista de história*, v. 16, 2015.

destacar que a pesquisadora com estudos de maior fôlego sobre o Correio da Lavoura, assim como sobre os membros da família do capitão Silvino Azeredo, seja a doutora Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre. Desde a iniciação científica a historiadora trabalha com esta fonte, tendo participado no processo de digitalização nas mesmas equipes em que trabalhei sob coordenação do professor Álvaro Pereira do Nascimento. Em sua dissertação Maria Lúcia descreve o Correio da Lavoura da seguinte forma:

O semanário fundado por Silvino Azeredo em 1917 definiu que os princípios do jornal estariam alinhados ao progresso da cidade. Segundo o capitão Silvino, o periódico estaria pautado na independência, progresso material, intelectual e moral dos iguaçuanos, por isso para ser um “valente defensor” da cidade o *Correio da Lavoura* valorizou a honra, a verdade e a justiça<sup>319</sup>.

A autora delineia o perfil do jornal em seu trabalho, apontando características que seu fundador visou explicitar nas páginas do periódico desde sua fundação e a manutenção deste perfil ao menos até o recorte de seu estudo, os anos 1950. Não significa que a partir de então os valores tenham sido abandonados ou alterados. Somente quero dar relevo ao recorte cronológico dos estudos produzidos por Maria Lúcia, que recaiu principalmente nos anos 1930, 1940 e 1950, apesar de transbordar estas balizas cronológicas, como naturalmente ocorrem nos estudos historiográficos. Concordando com Maria Lúcia quanto aos princípios dados pelo fundador é que considerei, para fins de minha pesquisa, o Correio da Lavoura como lócus privilegiado para encontrar os elementos constitutivos da memória histórica de Nova Iguaçu.

Alguns elementos justificam esta minha escolha, aos quais passo a elencar. Primeiro porque o Correio da Lavoura é uma fonte de cobertura cronológica que suplanta o recorte que dei para este estudo. Segundo por esta ser a única fonte acessível com esta cobertura cronológica e ser a de acervo mais completo à disposição para a cidade de Nova Iguaçu. Terceiro em decorrência dos objetivos, ou como apontou a autora, os princípios que nortearam a linha editorial do Correio da Lavoura, que vão ao encontro da modulação de um projeto de futuro que foi seguido como bússola não apenas por Silvino Azeredo como pelas gerações futuras de editores chefes do jornal, até Robinson Belém de Azeredo, que foi o responsável editorial no período final deste estudo, 2003. O quarto motivo é, por ser possível encontrar nas páginas do Correio da Lavoura, em colunas ou em matérias, a atuação de diversos agentes sociais em instituições como a Arcádia Iguassuana de Letras - AIL e o

---

<sup>319</sup> ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *Um cenáculo de letreados: sociabilidade, imprensa e intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, - 1955-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015., p132.

Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu – AIL. Espaços nos quais a formulação e uma *memória histórica* iguaçuana encontrou o terreno mais fértil para seu desenvolvimento, a considerar pela produção intelectual das narrativas dos integrantes que foram veiculadas no jornal. Não significa, contudo, que na minha concepção o jornal seja o único espaço de produção de narrativas históricas, de memórias e de projetos de futuro na cidade de Nova Iguaçu, muito pelo contrário. Tenho total consciência de que este foi apenas um deles. No entanto, dados os limites da produção desta tese, os desafios de perscrutar o passado, buscando dele resgatar movimentos de personagens quando não sobram muitos vestígios, considero esta fonte fundamental.

Em minha dissertação também tive a iniciativa de construir um perfil do periódico enquanto o tratava apenas como fonte de pesquisa em meu estudo para compreender o processo de rotinização da intervenção na política iguaçuana durante a ditadura militar<sup>320</sup>. Lanço mão de um trecho, onde fiz um balanço descritivo do Correio da Lavoura:

O Correio da Lavoura possuía, e ainda possui periodicidade semanal. **Sua publicação aos finais de semana facilita ainda a absorção na célula familiar.** [Grifo meu] Uma edição podia circular entre os familiares nos dias subsequentes, até que chegasse uma próxima edição. Como seus temas eram quase totalmente voltados para uma vida social local, ainda que atravessada por temáticas nacionais e transnacionais, **seu conteúdo estabelecia um diálogo com a sociedade iguaçuana,** [Grifo meu] principalmente aquela de classe média alta **que vivia no distrito sede da cidade de Nova Iguaçu,** [Grifo meu] entre o empresariado, profissionais liberais e comerciantes iguaçuanos que veiculavam sua propaganda ou eram noticiados nas colunas sociais deste periódico<sup>321</sup>.

Ou seja, o Correio da Lavoura é um jornal que serve à célula familiar de uma elite local, difundindo entre seus integrantes, além de informações cotidianas, valores. E, como pude acompanhar nas suas milhares de edições, o lema *educação, saúde e produção* esteve sempre na pauta central. É importante salientar que o perfil traçado em 2014 se manteve enquanto o saudoso Robinson Belém de Azeredo permaneceu diante do editorial do jornal, preservando características das primeiras gerações até seu falecimento em 14 de junho de 2020<sup>322</sup>. Uma abordagem do perfil atual do jornal se faz necessária, porém escapa totalmente aos objetivos e limites deste estudo.

O Correio da Lavoura entra em minha análise tal como se os livros de efemérides fossem os componentes de uma máquina, distantes uma da outra, neste caso, afastadas pelo tempo. Na mecânica, os componentes de uma máquina dependem de uma correia de transmissão para transportar energia gerada em um motor para as partes terminais desse

---

<sup>320</sup> BATISTA, 2014. P.126.

<sup>321</sup> Ibidem. P.98

<sup>322</sup> Ibidem P. 6.

mecanismo complexo. Isso posto como uma analogia, não importa a publicação dos livros contendo os elementos da identidade ou a memória histórica de uma cidade, se não houver um mecanismo de transmissão e comunicação do vetor de força dessa mensagem contida no projeto de futuro elaborado para a sociedade. Nesse momento nós identificamos o jornal Correio da Lavoura como uma *correia de transmissão* que vai comunicar tempos diferentes ao longo do século XX. Então, dentro dessa correia de transmissão, nós vamos encontrar dentes ou elos que farão o papel de impulsionar essa correia. Nesta analogia, alguns componentes dessa correia são mais estruturais como as instituições, tal qual a Arcádia de Iguaçuana de Letras - AIL ou o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu - IHGNI e outras partes são menos estruturais, sofrem desgaste e são substituídas com tempo. São as pessoas que compõem essas instituições. O Correio do da Lavoura é como uma grande correia de transmissão encaixada em polias, digamos assim, E essas polias são montadas de forma a encaixar com os componentes da correia – instituições e pessoas – que vão atuar para aumentar a tração dessa corrente de transmissão.

Desta maneira, quero destacar que o Correio da Lavoura tem, ao longo de todo o recorte sob análise, um importante papel na veiculação de uma memória local, de exaltação dos bons cidadãos iguaçuanos e da operosidade e valor de sua gente. É recorrente, nas páginas do semanário, a publicação de perfis dos cidadãos de destaque da sociedade. Claro está que o personagem central desta prática seja o próprio fundador do jornal. Tanto que o capitão Silvino Azeredo consta entre as **Personalidades do município**, seção do livro que foi encomendado pelo prefeito Mário Marques. Além de eleger e elogiar personalidades locais, o jornal manteve por décadas duas colunas que considero chaves para o entendimento do papel de correia de transmissão da memória histórica iguaçiana: “*Nossa Memória*” e “*Há precisamente meio século... Registrava em suas colunas o CL:*”.

Em minha dissertação fiz um breve comentário sobre as duas colunas. Na ocasião elas chamaram atenção por outros fatores. Porém já eram um elemento intrigante da natureza deste veículo de imprensa. Naquele momento apontei as seguintes características das duas colunas:

Na primeira é possível verificar fatos históricos de Nova Iguaçu[Grifo meu] em diversos momentos, mas com uma recorrência de eventos da primeira metade do século XX. [Grifo meu] Posse de prefeitos, eventos políticos, comemoração do Centenário de Nova Iguaçu e inauguração do Hospital Iguassú são recorrentes nesta sessão.

Em “*Há precisamente meio século... Registrava em suas colunas o CL:*” publicam-se recortes de **notícias que circularam no próprio Correio da Lavoura**[Grifo meu] há cinquenta anos, como o nome da coluna indica. Aqui podemos encontrar desde notas sociais como casamentos, batizados e óbitos de personagens da sociedade iguaçana até **eventos mais relevantes para a história local**. [Grifo meu] Esta coluna passou a integrar o jornal, segundo pudemos apurar,

desde a primeira edição do ano de 1969. Em 05 de janeiro de 1969 o Correio da Lavoura, contava com quase cinquenta e dois anos de atividade.

**Estas duas colunas destacam a vontade editorial do Correio da Lavoura em ser reconhecido enquanto guardião de uma ancestralidade** [Grifo meu] somadas a uma linguagem rigorosamente voltada para a construção de um estilo grave e intelectual, nada coloquial, são aspectos que reforçam uma representação intencionalmente veiculada de tradição do Correio da Lavoura<sup>323</sup>.

Mantendo ainda aquelas impressões sobre o periódico. O interesse em se apresentar enquanto *guardião de uma ancestralidade*, à época, não havia me levado ainda a avaliar períodos mais recuados e nem posteriores ao recorte do estudo da dissertação. Quando ampliei a lente, pude constatar que não eram apenas nestas colunas que o desejo de ser o *guardião de uma ancestralidade* se manifestava. Ele perpassava todo o projeto editorial do Correio da Lavoura, e nos anos 1930 vai se envolver no que chamamos projeto citricultor, como por exemplo, quando brande a bandeira da criação do Hospital Iguassú.

Chama atenção que estas duas colunas do jornal, que são lugares de memória<sup>324</sup>, reforçaram majoritariamente eventos do período da citricultura. Este dado estava expresso em meu trabalho anterior, mas somente agora pude construir esta associação, considerando que alterei o enquadramento da fonte para observar outro objeto. O que reforça o valor que salientei anteriormente para a abertura deste acervo à investigação, posto que em cada enquadramento é possível que o investigador possa encontrar novas chaves de interpretação para a mesma fonte.

A título de análise quantitativa, fiz um levantamento do empenho do Correio da Lavoura em abordar o tema da história local através de colunas e notícias em suas páginas. Um levantamento feito apenas entre 1933 e 2003 demonstrou uma grande quantidade de vezes no qual o Correio da Lavoura fez matérias sobre assuntos relacionados à história local ou a espaços que se constituem enquanto símbolos da memória histórica local. Foram novecentos e vinte e cinco (925) oportunidades em que identificamos textos com estas características. É importante destacar que o jornal não teve este perfil até meados dos anos 1940, todavia a partir de 1944 passaram a ser cada vez mais frequentes. Não à toa, foi neste período que a citricultura está vivendo a crise decorrente do fechamento dos mercados europeus e estadunidense por conta dos conflitos da Segunda Guerra Mundial. Deste montante, a grande maioria se distribui entre as colunas mencionadas. E isto se refere às matérias produzidas voltadas ao tema da história, sem considerar quantas outras a história local acabou sendo mencionada de forma transversal. Como para esta análise foi necessário a

---

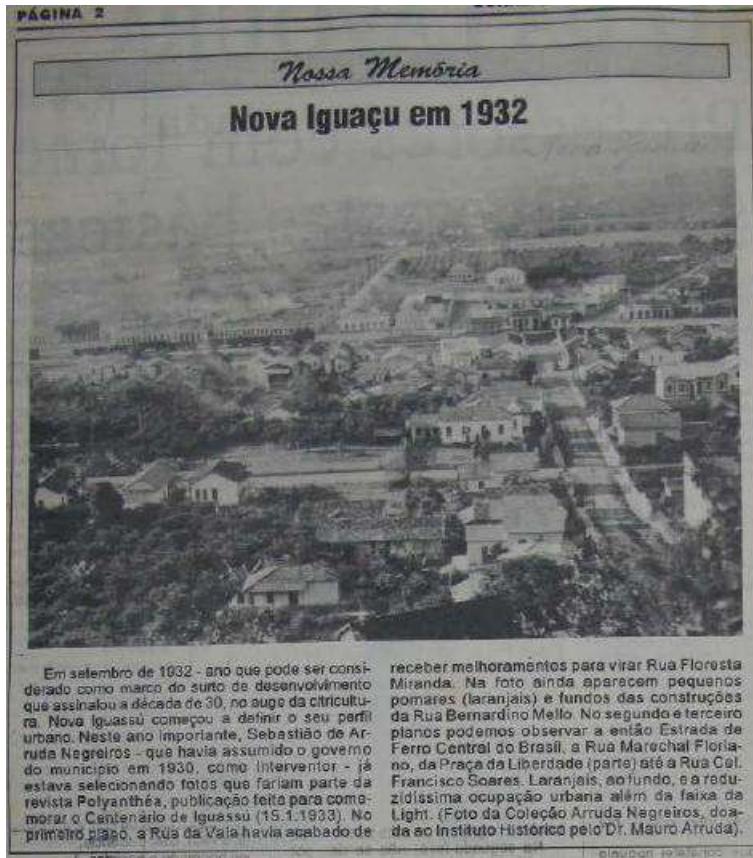
<sup>323</sup> Ibdem P.97.

<sup>324</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

abertura de cada edição, realizar uma leitura dinâmica varrendo os dados de forma tradicional, acredito que com ferramentas de reconhecimento de texto em imagens – *Optical Character Recognition* – OCR, ou com outras técnicas modernas de varredura de dados que ainda não estiveram disponíveis para aplicar neste acervo, seja possível reforçar com novos valores quantitativos o tamanho do investimento que o Correio da Lavoura fez ao longo dezenas de anos para promover o projeto citricultor em suas páginas.

Para ilustrar o que estou apontando poderia enumerar diversos textos, dentre as centenas que existem com este perfil. Porém, ao trabalhar com a fonte escrita, como neste caso, devemos nos furtar ao desejo de apresentar a fonte integralmente, principalmente por ser impossível, mas, sobretudo, por ser desnecessário. No entanto vou reproduzir a seguir uma coluna exemplar de *Nossa Memória*. O recorte a seguir apresenta uma foto panorâmica de uma parcela do distrito sede de Nova Iguassú, datada de 1932. O que se vê na fotografia é linha divisória central, marcada pela ferrovia, uma rua larga que desce a imagem, um casario, com um laranjal na porção central superior da imagem, a partir daí a fotografia vai ficando mais esmaecida. No alto um clichê retangular contém o nome da coluna em uma fonte que lhe é recorrente em diversas edições. Abaixo, em fonte diferente, negritada: **Nova Iguaçu em 1932.**

### Ilustração 25: Coluna Nossa Memória, (Nova Iguaçu, 1995)



Fonte: Correio da Lavoura, Domingo, 06 de outubro de 1995, Ed: 4.053, P. 2.

Não haveria nada demais a observar, considerando que esta seja uma coluna voltada à memória da cidade. Mas há alguns elementos no texto que acompanha a fotografia que desejo dar destaque. Transcrevo a seguir:

Em setembro de 1932 – ano que pode ser considerado como marco do surto de desenvolvimento que assinalou a década de 30, no auge da citricultura. Nova Iguaçu começou a definir o seu perfil urbano. Neste ano importante, Sebastião de Arruda Negreiros – que havia assumido o governo municipal em 1930, como interventor – já estava selecionando fotos que fariam parte da revista Polyanthaea, publicação feita para comemorar o Centenário de Iguassu (15.1.1933). No primeiro plano a Rua da Vala havia acabado de receber melhoramentos para virar Rua Floresta Miranda. Na foto ainda aparecem pequenos pomares (laranja) e fundos das construções da Rua Bernardino de Mello. No segundo e terceiro planos podemos observar a então Estrada de Ferro Central do Brasil, a Rua Marechal Floriano, da Praça da Liberdade (parte) até a Rua Cel. Francisco Soares Laranjais, ao fundo, e a reduzidíssima ocupação urbana além da faixa da Light. (Foto da Coleção Arruda Negreiros, doada ao Instituto Histórico pelo Dr. Mauro Arruda)<sup>325</sup>.

O texto acima possui ao menos dois elementos que vão ao encontro de nossa interpretação do Correio da Lavoura enquanto correia de transmissão da memória histórica de Nova Iguaçu. Tanto pelo que contém como pelo que não está expresso nele. O primeiro aspecto é a

<sup>325</sup> Correio da Lavoura, Domingo, 06 de outubro de 1995, Ed: 4.053, P. 2.  
170

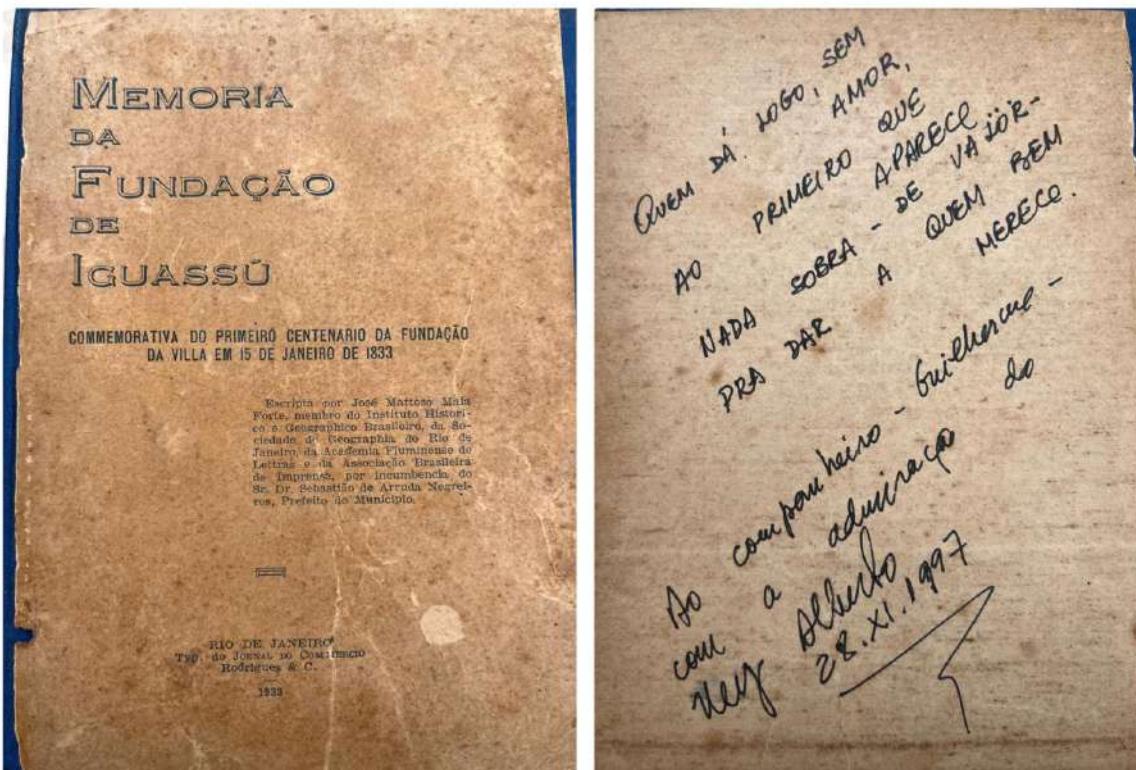
valorização do governo Arruda Negreiros, enquanto ponto de transição da cidade de Nova Iguaçu, tal qual apontava José Mattoso Maia Forte em **Ressurreição**. Segundo um aspecto conjuntural. Logo destaco o recurso à autoridade da institucionalidade, ao apontar para a fonte do documento, identificando que o mesmo pertence ao Instituto Histórico (sic), fruto de doação de integrante da família do aludido prefeito. A coluna não é assinada, mas neste período, segundo conversas com o editor do CL, Robinson Azeredo, era o professor Ney Alberto quem organizava conteúdo para a *Nossa Memória*. Em meados de 1995, Ney Alberto ocupa presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu – como poderemos ver no próximo capítulo – possuindo acesso ao acervo que a instituição havia constituído desde antes mesmo de sua fundação em 1962. Neste pequeno texto encontramos Ney Alberto, o IHGNI e o Correio da Lavoura em momento de louvação aos anos 1930, à era de ouro de Nova Iguaçu, à gênese do projeto citricultor.

### **3.4 – ESCRITA DA MEMÓRIA HISTÓRICA IGUAÇUANA EM DOIS TEMPOS**

Comparando as duas obras que empregamos aqui como baliza fica clara a distinção quando se trata do aspecto da produção do conteúdo. Na obra de 1933 a prefeitura buscou um geógrafo, um pesquisador profissional com conhecimento teórico e experiência para fazer um levantamento da memória da cidade de Nova Iguassú, para indicar os aspectos, da sua trajetória desde antes da fundação da Vila em 1833 até 1933. Além disso, José Mattoso Maia Forte é personagem com alcance político amplo, ministro do Tribunal de Contas do Estado. A sua autoridade é construída fora da cidade e trazida para ali, muito semelhante ao que ocorre com o governo de Arruda Negreiros, que é nomeado pelo poder intervencionista do estado. Já na obra de 2003 a Prefeitura vai entregar esse projeto nas mãos, principalmente, de jornalistas locais. Uma equipe que vai trabalhar como uma sucursal jornalística, que vai noticiar a memória histórica através de testemunhos autorizados e apresentar à cidade uma perspectiva de futuro construída a partir de dentro. Num governo que se estabeleceu no confronto das forças políticas locais, num contexto de eleições diretas, sem interferências arbitrárias. Esta diferença é um ponto de partida interessante. Mas também vejo importante distinção quando lembrarmos que na publicação de 1933 um único indivíduo, não morador de Nova Iguaçu, escreveu o livro, quando em 2003 a publicação é composta por diversos moradores, nascidos ou não, de Nova Iguaçu.

A condução do projeto é do Paulo César Pereira, que assina como o jornalista, vai ter diferenças gritantes, quanto a sua formatação, quanto à produção do conteúdo, que é produzido por muitas mãos. Enquanto que a primeira obra é feita por um especialista apenas. Com todo o texto, toda a pesquisa assinada por José Mattoso Maia Forte. Na obra de 2003 encontramos em cada página um artigo ou, muitas das vezes, em uma mesma página 2, 3 ou 4 autores, cada um contribuindo com um pequeno parágrafo, muito assemelhado com o que podemos encontrar nas revistas especializadas ou cadernos dos jornais do fim do século XX ou início do Século XXI. Vai ter uma formatação, uma dinâmica muito mais assemelhada com o trabalho de jornalismo contemporâneo ao lançamento do livro. Então esse é um aspecto, da produção dos dois textos, interessante de ser observado. Enquanto o José Mattoso Maia Forte será um cientista de sua área, que atuou em diversas instituições de intelectuais, que foi buscado pelo seu saber acadêmico, a obra de 2003 se fez de forma bastante coletiva com muitas contribuições, com falas que não se comunicavam objetivamente. Elas formaram um todo porque estão dentro de um projeto editorial, que parece um caderno especial feito para o jornal, com pequenas colunas e um apelo visual muito marcante. Com pequenas contribuições, não tem nenhum texto contínuo que possua cinco ou seis páginas, o leitor não se cansa. O consumo é facilitado pela linguagem, a qual o público está habituado a encontrar na imprensa cotidiana. Todas as páginas deste livro vão estar muito preocupadas com sua apresentação gráfica, no sentido do *design*, voltado para a aceitação visual de quem for ler. Algo que destoa enormemente daquele livro do centenário.

**Ilustração 25: Aspecto físico do livro Memória da Fundação de Iguassú**



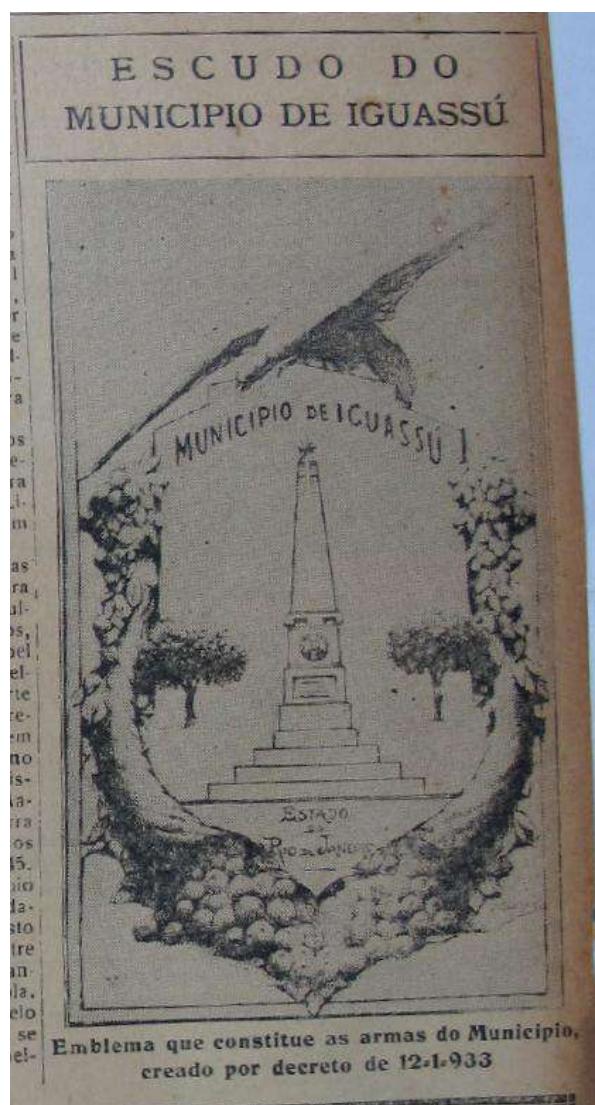
Fonte: Acervo privado – imagens gentilmente cedidas por José Luiz Teixeira.<sup>326</sup>

Ao mesmo tempo o tratamento no formato de um livro luxuoso transformou num bem durável. Ele é quase um portfólio, ou uma revista. É como se fosse um brinde que o prefeito vai poder levar em seus encontros de agente da vida pública em eventos e entregar a um senador a um secretário de estado ou um ministro. Antes de iniciar uma reunião para trazer qualquer tipo de benefício ou realizações para a cidade. Enquanto o livro de 1933 é uma obra dura, com texto corrido, subdividido em temáticas, é verdade, mas sem nenhum recurso gráfico. Não tem fotos, tabelas ou ilustrações. Seu aspecto é sóbrio, uma encadernação simples, como de todo modo são as publicações de sua época. Então são obras absurdamente diferentes na sua formatação

Onde de certa maneira os livros são semelhantes? Sebastião Arruda Negreiros tinha uma perspectiva de futuro para a cidade, por isso buscou na autoridade de um pesquisador a construção da memória histórica da cidade Nova Iguassú. E para a difusão e perpetuação do seu projeto de futuro ele buscou se respaldar num homem da ciência e no livro como veículo de promoção do conhecimento ele queria perpetuar.

<sup>326</sup> À esquerda contra capa, com título, apresentação do autor e dados da tipografia. À direita uma folha de guarda, contendo dedicatória de Ney Alberto a Guilherme, assinada em 28 de novembro de 1997. No caso, trata-se do pesquisador meritiense, Guilherme Peres.

**Ilustração 26: Escudo do Município de Iguassú – 1933.**



Fonte: **Escudo do Município de Iguassú** Correio da Lavoura, Domingo, 15 de janeiro de 1933, Ed: 826, P. 1.

Podemos dizer então que, em Nova Iguaçu, ele fez a inauguração do emprego deste recurso. Isto no contexto em que ele inaugura uma tradição, que é a comemoração do aniversário da cidade em 15 de janeiro. Antes de 1933 essa data não era tão valorizada. Além do livro mandou fotografar os melhoramentos nas ruas e estradas da cidade e suas escolas, publicando estas fotografias numa coleção, como destacou o texto da coluna Nossa Memória. Instituiu também o *Escudo do Município de Iguassú*, em clara adesão e promoção da citicultura.

O decreto que instituiu *Escudo do Município de Iguassú*, foi noticiado no Correio da Lavoura na edição especial do dia 15 de janeiro de 1933, como é possível observar na reprodução acima, foi expedido no dia 12 de janeiro de 1933, apesar de não termos encontrado o texto nem a publicação do decreto em nenhum acervo conhecido até o momento. Importa que o escudo oferece a oportunidade de ver os símbolos iguaçuanos que Arruda Negreiros mandou exaltar em símbolo cívico que deve ter passado a compor documentação oficial municipal até a proibição de circulação de emblemas deste tipo pela constituição de 1937.<sup>327</sup>

É, de certa forma uma arte com poucos elementos, mas cada um deles possui os indícios do *projeto citricultor*. Ao centro, em destaque temos os seguintes elementos: a águia, o monumento do centenário e os nomes da cidade e do estado. A águia será representada pousando no escudo iguaçiano, em soma ao nome do Estado do Rio de Janeiro que está gravado na base do minarete que representa o monumento do centenário, são um símbolo de pertencimento de Iguassú à antiga província fluminense, pois a águia é elemento que constitui a bandeira e o brasão estadual, desde o século XIX, quando foi instituído<sup>328</sup>. O monumento ao centenário se encontra em posição de destaque, uma representação gráfica do que foi colocado na praça Manoel Seabra, com seus degraus na base, encimado por uma estrela, tendo ao centro a efígie de do Comendador Soares sobre a placa, ambas gravadas em bronze no monumento que presta homenagem às elites da vila do Iguassú. Porém o elemento que completam do escudo são justamente os signos de futuro que a imagem possui. Duas laranjeiras ladeiam o monumento, ao passo que, completando a arte, formando como que uma moldura para o monumento, estão duas imensas cornucópias que transbordam inúmeras laranjas. Sobre estes elementos encontramos sua simbologia em Brandão:

No que diz respeito à Cornucópia ou Corno da Abundância, é a mesma, na tradição greco-latina, **o símbolo da fecundidade e da felicidade**. Cheia de grãos e de **frutos**, aberta em cima e não embaixo, como na arte moderna, é o emblema de Baco, Ceres, Rios, Abundância, Constância e Fortuna.

**Zeus** brincando, quebrou o chifre da cabra Amaltea, que o aleitava, mas, para compensá-la, **prometeu-lhe que este corno se encheria de todos os frutos**, quando ela o desejasse. **A Cornucópia é, pois, o símbolo da profusão gratuita dos dons divinos. (...)**

Com o correr do tempo, a Cornucópia tornou-se, mais que o símbolo, **um atributo de felicidade pública**, [grifo meu] da diligência e da prudência, que são a fonte da abundância, da esperança e da eqüidade.<sup>329</sup> (grifos meus).

<sup>327</sup> Art 2º - A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. BRASIL, Constituição de 1937. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92067/constituicao-dos-estados-unidos-do-brasil-37>;

Acessado em 31 de jan de 2025.

<sup>328</sup> Ribeiro, Clóvis. *Brazões e Bandeiras do Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora. 1933.

<sup>329</sup> BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1987. P263 e 264.

O recurso ao simbolismo de origem greco-romana é um lugar comum na cultura brasileira,<sup>330</sup> e os aspectos que a cornucópia representa estão bem claros na imagem do escudo de Nova Iguassú: fecundidade, felicidade pública, frutos em profusão. Arruda encomendou a algum artista a formulação deste escudo, provavelmente lhe indicou os elementos ou a mensagem que desejava transmitir à sociedade iguaçuana e para além, através dos tempos. Apesar de nada sabermos sobre o artista, não é possível negligenciar que a mensagem de abundância da cornucópia foi perfeitamente associada à da citricultura. A imagem no escudo cumpriu sua função, constituindo um símbolo gráfico fácil de interpretar a quem lhe observar, independentemente de ser um conhecedor da cultura greco-romana ou de heráldica. O objetivo foi alcançado e o projeto citricultor ganhou um emblema<sup>331</sup>.

Em 2003 o 15 de janeiro já é uma data no calendário cívico municipal, comemorada com maior frequência, sendo feriado na cidade. Desde 1933, ela vai ser transformada num marco, tanto que na oportunidade em que se cria o novo brasão municipal será uma das datas que constam nele. Então temos elementos simbólicos, que foram recuperados e valorizados na obra de 2003. Notamos uma permanência destes elementos simbólicos ao longo do século, tanto que também encontramos nas obras que foram produzidas pelo IHNGI nos anos 1970, os reencontramos na obra de 2003. A valorização da laranja, que em 1933 estava no processo de expansão enquanto produção agrícola por seu valor econômico amadureceu enquanto característica simbólica da identidade iguaçuana, e em 2003 estava associada profundamente à sua memória, através do novo brasão, do hino municipal e do dia da laranja. O time de futebol da cidade utiliza a cor laranja em seu uniforme<sup>332</sup>, e como vimos anteriormente, até a marca de governo, em 2003, recorreu à laranja na hora de fixar sua identidade visual.

Em 1933 é o início de um processo. O futuro de Nova Iguaçu em 1933, era um futuro em que a Nova Iguassú almejava ser grande produtora e exportadora de laranjas, algo que vai se consolidar num prazo de poucos anos depois do centenário. O futuro de 2003 não está mais atrelado à produção agrícola, citrícola, da cidade. Mas a citricultura constituiu o elemento simbólico que uniu a classe dirigente, tanto empresarial quanto política. Encontro a classe

---

<sup>330</sup> BRANDÃO, 1987. Op. Cit.

<sup>331</sup> Apesar deste esforço, o símbolo ficou pouco tempo em uso. O Estado Novo outorgou nova Constituição, dando a seguinte redação: Art 2º - A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais. BRASIL, Constituição de 1937. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92067/constituicao-dos-estados-unidos-do-brasil-37>; Acessado em 31 de jan de 2025.

<sup>332</sup> “Mostre seu orgulho pelo Nova Iguaçu FC com a Camisa Masculina 2025 HOME, desenvolvida pela Ícone Sports. Com um design moderno e autêntico, a peça traz a tradicional cor laranja predominante, representando a garra e a identidade do clube.” Disponível em: <https://www.loja.nifc.com.br/camisa-masculina-i-2025-nova-iguacu-fc/prod-10552273/>; Acessado em 15 de fevereiro de 2025.

empresarial se comunicando através dessa produção em 2003. Apesar de o livro abrir apontando e valorizando o passado citricultor e as personalidades daqueles tempos, aponta para o futuro apresentando o grupo dos empresários e representantes de entidades associativas da classe dominante, como a Câmara Dirigente Lojistas - CDL, a Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu ACINI, e de empresas como as Indústrias Granfino S/A, Companhia de Canetas Compactor e o Jornal de Hoje. Os representantes da indústria e do comércio que se manifestaram nessa obra tinham, por si próprios, uma característica expressiva dos valores que estão sendo promovidos. Principalmente pela ausência do restante da população nessa obra. O povo, assim como na obra de Maia Forte, não é representado senão como passivo da ação da iniciativa do estado ou da classe dominante.

O cotejamento entre as duas publicações foi uma escolha arbitrária. Minha proposta é de que é possível interpretar os projetos de futuro de um determinado grupo contidos em ambas, ao passo que nelas eu poderia identificar elementos da formação da identidade iguaçuana sendo consolidados ao longo dos anos. Esta transposição não se deu de maneira direta e podemos perceber que no processo houve alterações no projeto de futuro local, sobretudo pela força de fatores externos à cidade, como foi com a crise da citricultura, o crescimento demográfico descontrolado e a ditadura militar, por exemplo.<sup>333</sup>

Anteriormente foi pontuado como, sob minha perspectiva, a obra de Maia Forte encomendada por Arruda Negreiros cumpre com este propósito. Então passamos a pensar sobre quais leituras de cidade podemos ver na obra de 2003, qual seu projeto de futuro? Em que o livro de 2003 é diferente no projeto de futuro que existe na obra de 1933? Aqui encontramos uma distinção de perspectivas de futuro nítida. Quando José Mattoso Maia Forte produz *Memórias...* ele oferece em **Ressurreição** o horizonte para as décadas vindouras. Naquele momento histórico ele apresentou a perspectiva em que a citricultura havia ressuscitado Iguassú. É possível interpretar que Arruda Negreiros se encontrava na posição de condutor do processo, como represente local da revolução de 1930 e de seus líderes, expressos nas figuras políticas de Manoel Reis, do comandante Amaral Peixoto e, em última instância, do próprio Getúlio Vargas, que visitara Nova Iguaçu em pelo menos uma oportunidade na década de 1930<sup>334</sup>. O livro do prefeito Mario Marques recupera esta memória

---

<sup>333</sup> Estes fenômenos produziram reflexos na cidade, mas a raiz destes eventos é exterior à cidade.

<sup>334</sup> Getúlio Vargas esteve em Nova Iguaçu para o lançamento da pedra fundamental do Hospital Iguassú. O evento se tornou emblemático e é frequentemente rememorado na coluna Nossa Memória do Correio da Lavoura, de onde extraio a seguinte parte: “*Correio da Lavoura deu grande e merecido destaque ao acontecimento que mobilizou toda a sociedade iguaçana em dia de grande festa para a cidade. É o que revela a primeira página da edição histórica de 25 de junho de 1931, em que foram estampadas as fotos (no sentido horário) do Dr. Sebastião de Arruda Negreiros (Interventor no Município), Dr. Getúlio Vargas (Chefe do*

histórica, valoriza e exalta a citicultura e seus signos, mas reposiciona o futuro com um projeto atualizado. Sem perder de vista que aqueles que devem conduzir a cidade neste sentido são os tradicionais dirigentes desta cidade, representados pelos membros das instituições classistas a quem foi oferecida amplo espaço de fala no livro, conduzidos pelo líder político daquele tempo, Nelson Roberto Bornier de Oliveira. O *projeto citricultor* se manteve enquanto referencial simbólico, pela exaltação da memória daqueles que transformaram a Iguassú arcaica numa cidade dinâmica, a *Nova Iguaçu dos dourados laranja*s, que será, após a superação da citicultura, conduzida pelos empresários da indústria e comércio.

O século XIX e as famílias escravocratas se viram superados pelos citricultores no século XX. Estes, foram sucedidos pela moderna indústria e pelo pujante desenvolvimento comercial. O futuro de Nova Iguaçu do início do século XXI, pela narrativa apresentada no livro de 2003, lhes pertence. Este é o projeto de futuro que o livro propõe.

### **3.5 – O PROJETO CITRICULTOR IMPRESSO NA MEMÓRIA E NA IDENTIDADE**

A narrativa em torno do *projeto citricultor* foi elaborada e pode ser apreendida tanto no livro de José Mattoso Maia Forte encomendado por Arruda Negreiros ou no modelo de educação defendido em instituições de ensino como o Ginásio Leopoldo. Encontraremos os elementos do *projeto citricultor* no livro encomendado por Mario Marques em 2003, ainda que setenta anos separem uma obra da outra. Até por que as gerações dos anos 1930, 1940, 1950 e 1960 souberam edificar uma rede de sociabilidade com instituições que perpetuaram seus valores, sendo caixa de ressonância de seu *projeto de futuro*, garantindo a perpetuação da memória histórica por eles selecionadas, como nas páginas do Correio da Lavoura. Como exemplo, basta olharmos os bens edificados tombados ou culturalmente valorizados de Nova Iguaçu<sup>335</sup> que foram construídos no século XX e verificar a predominância daqueles que remontam este período. O Hospital Iguassú, o Lar de Joaquina, o Instituto de Educação Rangel Pestana, a casa de Sebastião Herculano de Matos, o Cine Iguassú e muitos casarões que ainda existem na cidade, mesmo sem proteção de instrumentos como o tombamento, caso da residência da família Di Gregório, dão testemunho arquitetônico da era dos laranjais, símbolos materiais do *projeto citricultor*.

---

Governo Provisório), Dr. Manoel Reis (Chefe Político neste Município) e o Gal. Menna Barreto (Interventor deste Estado.”. Correio da Lavoura, disponível em: <https://www.correiodalavoura.com/2019/12/a-visita-de-getulio-vargas-nova-iguacu.html>, acessado em 29/01/2025. No original: Correio da Lavoura. A visita do Dr. Getúlio Vargas a Nova Iguaçú Correio da Lavoura, Domingo, 25 de junho de 1931. Ed: 745, P. 1.

<sup>335</sup> Ver capítulo no 2 a lista de bens tombados.

Outro exemplo encontramos em Waldick Pereira, que elencou em seu trabalho aquilo que considerou como os principais signos do progresso da década de 1930 na cidade. Abaixo transcrevo do livro *Cana, Café & laranja: história econômica de Nova Iguaçu*:

a) - inauguração de 14 novas estradas, num total de 90 quilômetros, interligando agrícolas à sede do município, em 1933, pela administração Arruda Negreiros.

O Correio de Nilópolis (ed.30.04.1934 – 1ª pág.) assim fala sobre a administração Arruda Negreiros:

“Dotando o Município de excelentes rodovias, de 6 a 8 metros de largura, numa extensão de cem quilômetros, possibilitou o desenvolvimento da lavoura e o escoamento fácil de seus produtos, o que se evidencia pelo aumento da exportação de laranjas verificadas nas últimas safras.”

b) - tração elétrica da Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em junho de 1937;

c) - criação do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense, em 1936, que Nilo Peçanha iniciara no princípio do século;

d) - instalação da indústria secundária da citricultura;

e) - Construção do hospital [Hospital Iguassú], inaugurado em 31 de março de 1935;

f) - fundação das primeiras entidades de classe;

g) - instalação dos primeiros estabelecimentos bancários;

h) - instalação dos primeiros estabelecimentos industriais, cujo surgimento se deu na década anterior: dezenove indústrias estavam operando no município, sete das quais sediadas no distrito de Nilópolis:

10 de cerâmica,

2 de banha,

2 de explosivos,

2 de produtos químicos,

1 de biscoito,

1 de cerveja

1 de curtume

i) – maior produção agrofábril, refletida no aumento da receita municipal, como vimos atrás;

j) – assinatura de contrato com a municipalidade para fornecimento de energia elétrica pela Vera Cruz em 1932: “nas diversas localidades do município ainda desprovidas deste serviço”;

l) - existência de cinco cartórios no município em 1935;<sup>336</sup>

Mostrando estes signos do progresso iguaçano dos anos trinta, Waldick está demonstrando o quadro de grandes e profundas transformações estruturais que o período representou. Seu trabalho é da década de 1970, e naquela ocasião não apontou nada de significativo do período compreendido entre 1940 e o momento da publicação de *Cana, Café & Laranja*. Esta lacuna é palpável na materialidade da cidade, basta observar, para que isto seja ainda mais palpável às pessoas de nossa época, que a cidade de Nova Iguaçu não teve sua malha viária municipal ampliada significativamente até nossos dias. As rodovias modernas que cortaram a cidade nos anos posteriores foram todas iniciativas de outras esferas governamentais nos anos 1950, 1990 e 2010, a saber: BR 116 – Rodovia Presidente Dutra, RJ – 081 Rodovia Carlinhos da Tinguá

<sup>336</sup> PEREIRA, Waldick. *Cana, Café & Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV; SEEC-RJ, 1977. P.142, 143.

(Via Light) e BR 493 – Rodovia Raphael de Almeida Magalhães (Arco Metropolitano). Talvez por esta percepção de mudanças aceleradas no espaço de apenas uma década, alterando a fisionomia do território em diferentes dimensões, favorecendo as classes produtoras, seja tão importante para este grupo recuperar estas memórias, como um tempo de ouro de Nova Iguaçu.

Por *projeto citricultor* não estou defendendo que existe um movimento ruralista, que baseie seu poder político e econômico na citricultura durante todo o recorte sob análise<sup>337</sup>. Longe disto! Porém ao se encontrar em eventos críticos, na história local, é perceptível o reforço da ideia força sintetizada no lema do Correio da Lavoura, *educação, saúde e produção*. Posto que a produção, apesar de estar em último lugar, é o elemento de maior valor para os integrantes deste grupo. Educação e saúde para a população poder produzir. Uma educação capaz de formar mão de obra eficiente. Saúde para reduzir custos com a mão de obra. Ambas voltadas para a melhoria da produção.

Quando o Hospital Iguassú é inaugurado o que vimos foi o esforço de um grupo em busca de afirmação através da filantropia<sup>338</sup>, mas também da promoção de cuidados médicos para uma população trabalhadora com um crescimento demográfico<sup>339</sup> que salta aos olhos. Assim como o incentivo à criação do Ginásio Leopoldo vai ao encontro de anseios de formação de mão de obra com capacidades profissionais além das habilidades manuais e serviços braçais que a citricultura exigia, com instrução suficiente para entender e operar equipamentos, num contexto em que chegavam à cidade eletrificação e mecanização de equipamentos. Levando ainda em consideração que a classe produtora dominante também precisava formar seus descendentes e a existência de instituições de ensino com os mesmos princípios norteadores que os seus facilitaria o envio posterior destes às universidades, para formar os dirigentes das futuras gerações. Estas duas partes do lema não eram, em última instância, em benefício último dos trabalhadores e trabalhadoras, antes beneficiariam e muito à classe produtora que compunha o topo da pirâmide social iguaçuana, que observamos abaixo:

---

<sup>337</sup> Para conhecer o projeto ruralista em Nova Iguaçu, num recorte cronológico que contempla parte do recorte total desta tese, ver: DIAS, Amália. Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950). 1ª edição. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2014.

<sup>338</sup> NEVES, Cristiana de Souza B. M. de Andrade, *O Hospital da Laranja: Saúde e Política em Nova Iguaçu*. 2017. 47f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017.

<sup>339</sup> BATISTA, 2011.

**Ilustração 27: Pirâmide social iguaçuana (1977).**



Fonte: Waldick Pereira. PEREIRA. Op cit. P.140.

Reproduzindo a *pirâmide social iguaçuana* conforme o que postulou Waldick Pereira, a sociedade iguaçuana possuía cinco estratos, aos quais ele elencou, de cima para baixo, na seguinte ordem: *Plantadores*, *Exportadores*, *Outros Serviços*, *Operários industriais*, *Operários Agricultores*. Seria muito enriquecedor, mas o pesquisador não nos ofereceu um detalhamento sobre cada uma destas categorias. A quantidade, ainda que em termos porcentuais, características como cor, sexo, etnia, origem de nascimento, renda per capita, entre tantas outras maneiras de classificarmos social e economicamente este contingente demográfico, seriam bastante úteis para melhor conhecermos esta sociedade. Mas o autor não às produziu e não encontramos ainda estudos neste sentido, assim como não coube dedicar espaço a isto neste estudo, posto que foge aos objetivos desta pesquisa. Diante deste vazio de análise econômica e observando a figura da pirâmide só podemos supor que o topo é composto por quem possui a propriedade para o plantio e quem atua no ramo da exportação, auferindo maiores vantagens desta atividade econômica. Fica o apelo para que se produza um levantamento e detalhamento dos ganhos econômicos de cada uma destas categorias. Mas, sobretudo para que se produza um detalhamento sobre quem deveriam ser aqueles que Waldick Pereira enquadrou no extrato dos *Outros serviços*. Nem mesmo a dissertação do economista Adrianno Rodrigues de Oliveira<sup>340</sup> traz qualquer destaque para este aspecto. Minha suspeita repousa no surgimento e fortalecimento de uma classe média, formada por profissionais liberais como advogados, médicos e servidores públicos de médio escalão como

<sup>340</sup> RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90's): Economia e Território em Processo*. Rio de Janeiro, UFRJ-IPPUR, Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 2006.

os existentes em serviços bancários, algo que Pereira destacou em outra parte já mencionada de seu estudo, mas é apenas uma especulação, carecendo de um estudo aprofundado.

No entanto não há dúvidas sobre quem compõe a base da pirâmide, apesar da ausência de dados estatísticos que lhes distinga detalhadamente. Abaixo de todos os demais, estão os chamados *Operários agricultores*. Suponho serem os catadores os de menor ganho financeiro final, e de maior empenho e dispêndio de energias físicas. Isto é posto levando-se em consideração que o serviço de catar laranjas poderia ser feito por qualquer pessoa, através de jornadas contratadas para o período de colheita. Incluindo os trabalhadores que já atuavam na manutenção dos pés de laranja, suas esposas e crianças, bem como parentes moradores de outras regiões vindos para a temporada de colheita, e mesmo pessoas sem vínculos de parentesco com estes trabalhadores que estivessem na cidade no período de colheita. Os operários agricultores atuavam no empreendimento citricultor em troca de pagamentos por jornadas diárias, semanais ou por temporada, sob as duras condições que o trabalho no campo impunha. Podemos ter uma ideia destas condições ao observar um raro registro fotográfico de um catador de laranjas em atividade.

A imagem abaixo retrata um homem, despejando a carga de laranjas que transportara em um cesto ou balão feito de fibras naturais trançadas. Este indivíduo aparenta ser um homem adulto, vestido com uma bermuda curta, acima dos joelhos, e uma camisa de mangas curtas com os botões desabotoados e as mãos nuas. Nos pés não é possível perceber qualquer calçado. Se ele está com sandálias rasteiras ou descalço não podemos afirmar, pois os frutos e folhagem que formam uma pilha onde ele despeja sua carga de frutos cobrem parcialmente os pés. Mas certamente não utiliza um calçado fechado como botas que lhes protegeriam. Sua cabeça está coberta por um chapéu de aba circular curta, aparentando ser também de material natural trançado, costumando ser chamado chapéu de palha, muito utilizado por trabalhadores rurais em nosso país. Sua compleição física é de um corpo esguio, com os braços e pernas com traços que remetem aos de alguém acostumado com o trabalho braçal, fortes, mas não com a aparência atlética daqueles que modelam o corpo nas academias em nossos dias. Apesar de o registro ser feito com o *catador anônimo* quase de frente, olhando em direção ao fotógrafo, não é fácil identificar sua fisionomia, dado que a sombra do chapéu lhe cobre os olhos e a expressão facial. Mas seus traços remetem aos de um migrante da região nordeste. Para efeitos de reflexão, esta imagem chama muito minha atenção para alguns aspectos da dureza deste trabalho, o que quero compartilhar com o leitor.

**Ilustração 28: Catador de laranjas anônimo.**



Fonte: BATISTA, 2021. Op. Cit. P.50.

O primeiro aspecto é o volume de laranjas que o balão transporta. O clichê registra o exato momento do despejo do cesto, o que permite observar o seu numeroso conteúdo e nos levando a ponderar que seu peso deva ser bastante elevado<sup>341</sup>. Considerando que os pomares estavam nas encostas dos morros e em terrenos acidentados, demandando o deslocamento de subir e descer constantemente com os cestos carregados. Considerando que um laranjal podia ter milhares de pés, e que estes possuem produtividade média de 800 frutos por temporada. Considerando pela imagem a coleta de laranjas sendo realizada sem qualquer equipamento de proteção individual, como luvas para se proteger dos espinhos ou calçados para defender os pés de um terreno acidentado ou contra picadas de cobras e outros animais que pudessem

<sup>341</sup> O peso médio de uma *laranja pera* no final dos anos 1950 está registrado em publicação de artigo na Revista Agropecuária Brasileira, em 180g (Quadro 3, p.46). Utilizo desta fruta por se tratar do tipo mais produzido no país, segundo a EMBRAPA, e termos rótulos de produtores iguaçuanos que indicavam serem exportadores de laranjas pera. O que observo é que na fotografia o trabalhador realiza despejo de cesto com algumas dúzias, não contendo menos de 100 frutos. Desta, considerando 10 dúzias para efeitos de cálculo, perfazendo cerca de 24 quilogramas por cesto carregado com 10 dúzias. Sobre o tamanho médio e peso dos frutos ver: VASCONCELLOS, Hélio de Oliveira; ARAUJO, Celso Monnerat e BRITTO, Dirce. P. P. de Souza. Manejo do solo em pomar de laranja pera (*Citrus sinensis*). Revista Agropecuária Brasileira. P. 43-48. 1976. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/194860/1/Manejo-do-solo-em-pomar-de-laranja-pera.pdf> Acessado em 27 de jan. de 2025.

existir no pomar. Tudo isto sendo observado, parece plausível sugerir que estes trabalhadores eram a parcela mais numerosa, humilde, explorada e mal remunerada da sociedade citricultora iguaçuana. Dito de outra forma, os mais explorados no sistema citricultor iguaçano eram os homens e mulheres migrantes, pobres, muito provavelmente analfabetos, que buscaram no Rio de Janeiro e depois, na Baixada Fluminense, se enquadrar no trabalho onde eles encontrassem maior assimilação, sobretudo por estarem habituados ao eito em suas terras de origem. Se não temos um detalhamento sobre esta composição da base da pirâmide proposta por Waldick Pereira, ao menos podemos vislumbrar através de registros como o desta fotografia. Ao mesmo tempo, concordar com as análises de Carlos Eduardo Costa, quando realiza o estudo da migração dos homens e mulheres negros do Vale do Paraíba no período entre 1880 e 1940, para a região que hoje compõe a Baixada Fluminense, notoriamente para Nova Iguaçu<sup>342</sup>. Essa população é majoritariamente formada por homens e mulheres negros, migrantes internos ao Estado do Rio de Janeiro até um dado período, somente depois será incrementada por ondas migratórias de outras regiões.

Ao mesmo tempo, o projeto citricultor para a memória histórica de Nova Iguaçu é bastante eficaz e reproduziu uma memória de homens imigrantes. Ao passo que ignorou em sua narrativa toda a população migrante, formadora do contingente dos operários agricultores. Estes não constam nos registros dos livros de efemérides. Nomes como Francisco Baroni e suas fotografias serão presentes em diversas edições do Correio da Lavoura, reforçando sua origem europeia enquanto valor. Vão constar no rol das **Personalidades do município** que merecem destaque, como consta na obra de 2003:

Francisco Baroni

**Dentre os europeus que vieram para nossa cidade, [grifo meu]** o italiano Francisco Baroni merece lugar de destaque. Devido à sua **grande capacidade de trabalho [grifo meu]** e inventividade, tornou-se o grande nome da laranja no Estado do Rio, o verdadeiro “rei da laranja”, [grifo meu] quando então cultivava, colhia, embalava e abastecia os mercados nacional e internacional [grifo meu] com os chamados “pomos de ouro” da mitologia greco-romana<sup>343</sup>.

Segue por toda página dedicada ao “verdadeiro ‘rei da laranja’” desfilando comentários elogiosos ao representante da categoria dos que compuseram o topo da pirâmide social iguaçuana proposta por Waldick Pereira, ao passo que confunde eventos de sua vida e eventos da história local, como se aquele fosse o condutor da citricultura. Uma confusão que não está sustentada no engano, mas no projeto citricultor que identifico nestas obras e nos meios de

<sup>342</sup> COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2020. 250p.

<sup>343</sup> NOVA IGUAÇU, 2003, P.39.

difusão da memória histórica local que visou valorizar “*a capacidade de trabalho*” de algumas personagens, desde que estes sejam integrantes imigrantes ou membros da boa sociedade, seja ela imaginada ou almejada. Afinal, Baroni, o personagem em destaque, era tão capaz que “*cultivava, colhia, embalava e abastecia os mercados nacional e internacional*”. As capacidades deste representante do projeto citricultor são tão elevadas que o texto relata de sua chegada na cidade aos 13 anos de idade até seu cortejo fúnebre aos 71 anos, dispensando qualquer tipo de informação sobre a existência de ajuda de parentes, de construção de sociedade ou da contratação de mão-de-obra para a realização destes feitos prodigiosos.

No livro de efemérides de 2003 serão destacadas, nesta ordem, as seguintes **Personalidades do município**: Getúlio Barbosa de Moura, Mário Guimarães, o já destacado Francisco Baroni, Ruy Afrânio Peixoto, Comendador Soares, Silvino de Azeredo e D. Adriano Hypólito. Sendo que o último teve sua minibiografia assinada pelo advogado, ex-deputado federal, ex-vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Amaral. Portanto, a seção **Personalidades do município** selecionou sete homens, sendo Silvino Azeredo o único negro e os demais socialmente brancos, e deu destaque na história local. Com a exceção de D. Adriano, que chegou em 1966 na cidade para assumir seu bispado, os demais personagens compõem uma memória preservada no núcleo narrativo que identifico nesta tese como *projeto citricultor*. Provavelmente sua presença esteja sinalizada pela longa duração de seu bispado e pelo apelo de sua figura junto à sociedade. Os primeiros serão os políticos Getúlio de Moura e Mário Guimarães, listados em sequência, dois políticos que tiveram o auge de suas atuações no período citrícola. Apesar de terem tido uma relação de adversários, como identifiquei em minha dissertação, aqui eles têm suas trajetórias apresentadas pelo viés dos feitos e sucessos pessoais na política. A animosidade entre ambos, que foi marcante ao ponto de determinar o posicionamento deles no bipartidarismo instituído pela ditadura militar<sup>344</sup>, vai ser amenizada e reduzida à uma curta frase no perfil de Getúlio de Moura. Moura que foi um dos fundadores da Arcádia Iguaçuana de Letras – AIL, teve que recepcionar como confrade na Arcádia, Luiz Guimarães, que foi conduzido àquela confraria de homens da boa sociedade pelo deputado Manoel Reis e pelo poeta Altair Pimenta de Moraes, algo que recebeu certo destaque na trajetória de Mário Guimarães.

Após tratar dos dois maiores polos da política local nos tempos dos laranjais, o livro apresenta o perfil já mencionado de Francisco Baroni, sobre quem já tecí os comentários que considero suficientes. Na sequência duas personalidades de quem tratamos ou trataremos

---

<sup>344</sup> BATISTA, 2014. P.60.

nesta tese. Primeiro o professor Ruy Afrânio Peixoto, na página 40 e depois o prefeito do centenário, Sebastião de Arruda Negreiros, na página 41, este personagem a quem já fiz a devida apresentação terá a biografia assinada pelo jornalista Luiz Martins de Azeredo. Tanto um como o outro serão apresentados, como de toda forma o foram os demais biografados, de maneira laudatória. A narrativa elogiosa lembra as hagiologias medievais<sup>345</sup>, contando passagens cheias de adjetivos hiperbólicos na construção de suas identidades através dos feitos ao longo da vida, vida que é descrita de forma linear tal qual se fosse um roteiro conhecido pelo personagem desde o início. Cumpre destacar que ambos, Ruy Afrânio e Arruda Negreiros chegam em Nova Iguaçu e se estabeleceram profissionalmente, tendo em comum que ambos atuaram na advocacia e na política.

Segue-se então com o perfil do Comendador Soares, que é identificado com o período da fundação da Vila do Iguassú. O português Francisco José Soares, que nasceu em 1798 e faleceu em 1875, obviamente não compôs a elite citricultora. Porém ele é o espelho do cidadão que a elite citricultora elegeu como herói iguaçiano, sendo a ele atribuídos valores de retidão moral, dinamismo comercial e amor ao torrão onde se habita. Ao Comendador Soares foi erigido monumento de homenagem por ocasião da comemoração do centenário da fundação da Vila de Iguassú<sup>346</sup>. O tributo ao antigo comendador está inscrito no processo de transição das antigas elites da Vila de Iguassú para a nova elite econômica, que assumiu esta posição entre a década de 1920 e 1930. Seus descendentes, representados por duas famílias proeminentes que possuíram posição de prestígio na política local, Soares e Melo, fundidas por laços de matrimônio e compadrio ao longo dos anos, ainda estavam politicamente atuantes naquele contexto, apesar de seu prestígio e poder estar em declínio. Ou seja, apesar de ser uma personalidade que viveu e morreu antes mesmo do primeiro pomar citricultor ser cultuado em terras iguaçuanas com fins comerciais, o seu nome será evocado enquanto modelo ideal de cidadão. Com a valorização da figura de Comendador Soares acenava-se às famílias tradicionais, que estavam sendo superadas em prestígio dentro de um contexto de transição do poder econômico e político<sup>347</sup> local ao passo que a ele são atribuídos os valores que os membros da boa sociedade local assumiram como sendo os seus próprios valores.

---

<sup>345</sup> Sobre as vidas de santos, ou hagiografias, ver: TEIXEIRA, Igor (Org.). História e historiografia sobre a hagiografia medieval. São Leopoldo: Oikos, 2014.

<sup>346</sup> Como identificamos no capítulo 2, foi inaugurado em 15 de janeiro de 1933 o monumento na praça Manoel Seabra, atual Liberdade, recebeu peças em bronze como placa e efígie em homenagem ao Comendador Soares. Estas foram furtadas, descaracterizando o monumento, mas depois de algum tempo receberam réplicas dos originais, sendo desta vez executadas em resina, sem valor comercial.

<sup>347</sup> Com a criação da Prefeitura em Nova Iguaçu um descendente de Comendador Soares é o maior prejudicado em termos de perda de poder local, o que levou Soares e Melo a entrar com um habeas corpus contra o presidente do Estado do Rio de Janeiro para impedir a posse do prefeito. Sobre a criação da Prefeitura de Nova Iguaçu, ver: SOARES, Mário. *Brasil, 1930: a criação das prefeituras municipais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. P. 186.

Dentre os personagens representantes do *projeto citricultor* o último biografado foi Silvino de Azeredo. O fundador do Correio da Lavoura terá este feito em destaque. Seu nascimento em “*Cachimbau, Vila do Iguassú, (...) a 17 de junho de 1859*” abre a apresentação de seu perfil. Chamo atenção para o fato de que a localidade em destaque não existe em nossos tempos, mas o Riacho Caximbau<sup>348</sup> indicado por Jacob Conrado Niemayer pode ser visualizado numa localidade à margem esquerda da Estrada do Comércio. Um afluente do Rio Iguassú, da face iguaçuana da Serra do Tinguá, antes da subida em direção à antiga Freguesia de Sant’anna das Palmeiras que hoje se encerra na zona de influência da Reserva Biológica do Tinguá – REBIO-Tinguá. Este destaque ao local de nascimento, apontado no livro de efemérides, aparece como uma espécie de credencial de iguaçuanos. Silvino Azeredo foi, dentre todos os biografados, o único nascido no território da Vila do Iguaçu. E a trajetória de Silvino está descrita no livro de 2003, tal qual uma epopeia. Desde seu nascimento deslocou-se em busca de formação e trabalho, passando por diferentes instituições e diferentes profissões, num percurso que vai da Vila de Iguassú ao Rio de Janeiro, regressa ao interior fluminense passando por Pati do Alferes, Tatuí e vai, depois de novamente atuar no Rio de Janeiro, regressar para a antiga vila, agora, Maxambomba, na estrada da Prata, atual bairro Califórnia. Atuou em tantos ramos profissionais e se dedicou a tantos projetos culturais, políticos e sociais que para citar seria necessário quase reproduzir todo o texto do livro.

Assim, Silvino emergiu como uma espécie de *Übermensch*<sup>349</sup> iguaçiano, um superiguaçano, a quem seria quase impossível reproduzir, mas que poderia e deveria ser imitado. O conceito de *Übermensch* em Nietzsche significa o homem sem as amarras morais. A conceituação está amplamente difundida em obras que comentam a contribuição do autor e não entrarei neste debate. Peço licença para empregar o termo enquanto metáfora, sob influência do emprego usual de traduzir *Übermensch*, do alemão, literalmente para *super-*

---

Iguaçu ver: MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção: o caso da criação da prefeitura de Nova Iguaçu, embates políticos entre poderes municipal e estadual na Primeira República*. 2016. 99 f. Dissertação (em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

<sup>348</sup> Na fonte do XIX citada a grafia aparece Caximbau, no texto de 2003 a grafia é Cachimbau. Mantive a grafia de cada fonte. Conforme nos alerta Diogo Piassá, Mercês, em estudo sobre a trajetória de Silvino Azeredo, Caximbau é o nome dado aos peixes popularmente chamados Cascudos. MERCÊS, Diogo Piassá. SILVINO AZEREDO EM ALGUNS DE SEUS (DES)CAMINHOS TRILHADOS: notas sobre a Grande Iguassú, a imprensa negra e as campanhas empreendidas pelo *Correio da Lavoura* no distrito-sede de Iguassú (1917-1939) Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2023. P. 33. José Mattoso Maia Forte descreve que os rios da região de Iguassú eram “*piscosos*” ou seja, rios com bastante peixes e bons para a pesca. *Memória da Fundação de Iguassú: Commemorativa do primeiro centenário da fundação da Villa em 15 janeiro de 1833* (p130).

<sup>349</sup> Sobre *Übermensch* ver: JASPER, Karl. Nietzsche: *Introdução à Compreensão de seu Filosofar*. Tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Forense Universitária, 2014.

*homem*, no português, causando errôneas interpretações. Capturo a tradução literal para propor um super-iguaçuano, representado pela reificação dos valores iguaçuanos através da personagem de Silvino Azeredo.

A estética como estes homens foram representados graficamente também é passível de uma breve avaliação. Para cada minibioografia há uma fotografia, com a exceção do Comendador Soares, a quem se representa em um retrato. No entanto as fotografias estão apresentadas, todas elas, no formato de fotopinturas ovais. Elas eram muito comuns nas salas das famílias brasileiras, muito populares no Nordeste, e que eram produzidas pelos chamados retratistas<sup>350</sup>. Sobre as fotopinturas trago o detalhamento de seu uso e sucesso no Nordeste a pesquisadora Livia Heinerich Wulhynek nos informa que:

Tratava-se de um gênero de *fotopintura*; uma fotografia revelada com pouco contraste, resultando numa imagem mais esmaecida, onde o fotógrafo posteriormente à revelação, atuava com técnicas e tintas que variavam de acordo com as exigências do cliente. Exigências essas, que começaram apenas pelo desejo das cores e que evoluí a desejos maiores resultando em interferências drásticas. As intervenções, na maioria das vezes, são tão extremas que a fotografia em si desaparece<sup>351</sup>.

A fotopintura, uma técnica popular no Brasil, remete a uma ideia de tradição, com forte apelo às memórias afetivas em nossa sociedade. Esta forma de retratar não parece ter sido escolhida casualmente para a exibição das personalidades do município. Ainda mais quando apenas nesta seção do livro que estamos tratando a padronização das fotos com tal técnica foi empregada. O retrato moldurado no oval empresta aos personagens eleitos um ar de solenidade, tal qual se pode perceber quando encontramos a fotografia de nossos bisavós ou avós em retratos deste tipo nas casas de nossas famílias. O apelo à um aspecto sentimental parece bastante claro.

Exibo a seguir a imagem do srº Silvino Azeredo como exemplo de como estes homens foram representados em *De Iguassú à Nova Iguaçu: 170 anos 1833-2003* para ilustrar o apelo ao sentimentalismo que identifico ao uso da fotopintura. No livro estas imagens ocupam o campo superior da página, acima do texto, tem 10,5 centímetros de altura com 7,5 centímetros de largura, o que não é um espaço pequeno. A reprodução feita através por mim, para inserir a imagem no texto, pode alterar a tonalidade que encontramos no livro impresso, por esta razão acho importante reforçar que a imagem possui tom esverdeado no livro. Lembro que os tons de azul e de verde esmaecidos são encontrados ao longo de toda obra, o que denota uma composição do projeto editorial.

<sup>350</sup> WULHYNEK, Livia Heinerich. *Desejos ilustrados: um resgate à fotopintura*. Lisboa, 2015. Tese de Doutorado.

<sup>351</sup> WULHYNEK, 2015. P.48.

**Ilustração 29: Comparaçao entre as imagens de Silvino Azeredo, à esquerda a imagem que modula uma fotopintura.**



Fontes: De Iguassú à Nova Iguaçu: 170 anos 1833-2003. P.43, à direita uma fotografia utilizada na matéria *Homenagem do Correio da Lavoura à Silvino de Azeredo pelo seu aniversário* publicada em 1920- Correio da Lavoura. Edição 170, de 17 de junho de 1920. P.1.

Uma foto posada apresenta um homem sisudo, respeitável. Esta postura foi a procurada para representar todas as sete personalidades do município elencadas no livro. Porém quero destacar que o recurso a este fundo oval aparenta ser uma influência da família Azeredo no projeto da prefeitura. Luiz Martins Azeredo e seu sobrinho, Robinson Belém de Azeredo, fizeram colaborações com textos e cederam imagens de acervo do Correio da Lavoura ao longo de todo o livro. A imagem de Silvino Azeredo é a mesma publicada na capa do semanário na primeira edição de aniversário do jornal após seu falecimento, em 1940<sup>352</sup>. Porém entre as edições da década de 1920 e 1930 iremos encontrar o próprio capitão Silvino Azeredo, o prefeito Sebastião de Arruda Negreiros e Getúlio Barbosa de Moura representados com esta moldura oval. Um recurso de uma época certamente, mas recuperado em 2003, algo que não considero que tenha sido sem intencionalidade.

Os personagens exaltados, os eventos históricos rememorados através de datas, a força da representação em imagens e narrativas que conformam a identidade iguaçuana em torno do *projeto citricultor* são posicionados e reposicionados ao longo dos anos. Entre a década de 1930 e nos iniciais do século XXI pude identificar diversos momentos de recuperação destas

<sup>352</sup> Correio da Lavoura. Edição 1.202, de 31 de março de 1940. P.1.  
189

características que foram buriladas em textos, monumentos, nomes de ruas. Este projeto não se construiu de forma autônoma, pelo poder da Prefeitura, do Correio da Lavoura ou do IHGNI. Pelo contrário, foram pessoas que atuaram nestes espaços. Mas para isto, galgaram trajetórias e construíram uma posição na sociedade iguaçuana. E somente depois de haverem construído uma reputação distinta é que passaram a ser conhecidos e reconhecidos como parte e transmissores do projeto citricultor.

Como veremos no próximo capítulo, há uma busca pelos símbolos de distinção social<sup>353</sup>, através da filiação às entidades como clubes desportivos, associações classistas e intelectuais que pudessem conferir distinção social aos membros da sociedade iguaçuana. Isto é notório nos tempos em que a citricultura começou a declinar e a sociedade citricultora passou a perceber transformações econômicas, políticas e sobretudo sociais. Recupero o sentido em que símbolos de distinção social está sendo empregado neste trabalho:

O que caracteriza os símbolos de distinção, quer se trate do estilo das casas e sua decoração, da retórica do discurso, dos sotaques, ou do corte e cor das roupas, modos à mesa ou disposições éticas, é o fato de que, dada sua função expressiva, eles são de certo modo determinados duas vezes, por sua posição no sistema de signos distintivos e pela relação de correspondência biunívoca que se estabelece entre esse sistema e o sistema das posições nas distribuições de bens. É assim que, sempre que são apreendidas como socialmente pertinentes e legítimas em função de um sistema de classificação, as propriedades deixam de ser apenas bens materiais passíveis de troca e obtenção de lucros materiais para tornar-se expressões, *signos de reconhecimento* que significam e valem por todo o conjunto de lacunas e distâncias [écart] em relação às outras propriedades ou não propriedades. As propriedades incorporadas ou objetivadas funcionam assim como uma espécie de linguagem primordial, pela qual somos falados mais do que falamos, a despeito de todas as **estratégias de apresentação de si**<sup>354</sup>.[grifo meu]

Ou seja, um símbolo de distinção social no conjunto de valores que um grupo atribui às formas de distinção que seus integrantes compartilham, ao mesmo tempo em que precisam ser signo para os demais membros da sociedade.

Demonstrarei adiante quem escreveu a história iguaçuana dentro do recorte deste estudo. Parcialmente, alguns personagens foram postos neste capítulo, mas o objetivo até aqui foi de mostrar características da memória histórica que compõe o projeto de futuro que estas memórias guardam. Depois de identificar aquilo que chamei projeto citricultor, percebo que se faz importante apresentar os percursos de formação deste discurso ao longo do tempo, através da trajetória de instituições e seus integrantes. Desta maneira, passo a abordar alguns personagens, sobretudo aquelas que fundaram e conduziram por alguns anos o Instituto

<sup>353</sup> Sobre os símbolos de distinção social ver: BOURDIEU, Capital social, in.: Bourdieu e a Questão das Classes . Novos estudos CEBRAP (96). Jul 2013 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/B4QLbKSYlfXdCtHFWDnVxfM/> Acessado em: 27 de jan de 2025.

<sup>354</sup> Idem, P. 111.

Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu. Não por ser a única instituição que se candidatou a esta atividade, mas por ter sido a que melhor se habilitou e por mais tempo perseguiu o projeto citricultor.

## CAPÍTULO 4 - QUEM ESCREVE A HISTÓRIA? O IHGNI, MEMÓRIA DE ARQUIVO E A PRODUÇÃO DE PRESENÇA ATRAVÉS DE UMA INSTITUIÇÃO.

Ao iniciar os estudos sobre Baixada Fluminense, e consequentemente sobre Nova Iguaçu, uma personagem com quem me deparei logo no início foi o professor Ney Alberto. O encontro, em 2008, se deu na sala que fica à direita de quem entra no edifício da Casa de Cultura que hoje leva seu nome, na Rua Getúlio Vargas, 51, centro de Nova Iguaçu. Momento pouco frutífero, pois ao me identificar como aluno da graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no *campus* de Nova Iguaçu o mesmo se demonstrou pouco interessado em colaborar com informações para o projeto em que eu participava<sup>355</sup>. Posteriormente eu pude ter novo contato com o professor Ney Alberto num curso de História da Baixada Fluminense do Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense – CEMOBAFLU, então organizado pelo professor Cláudio Estêvão<sup>356</sup>. O curso se deu no Colégio Municipal Monteiro Lobato por alguns sábados, meses depois. Nesta ocasião que assisti a uma aula de Ney Alberto em sala e, em outra ocasião, mais pro final do curso, fomos guiados pelo professor Ney numa *aula de campo* que estava prevista no plano de curso. A aula incluiu visitações às localidades que formam o sítio arqueológico da Vila de Iguassú e a Fazenda São Bernardino.

Este preambulo nos posiciona num campo onde Ney Alberto Gonçalves de Barros, mais conhecido como Ney Alberto, estava inserido como parte da rede<sup>357</sup> de produtores de narrativas em torno da memória histórica iguaçana. Isto se dá, posto que desde a segunda metade dos anos 1950 este personagem iniciou suas atividades neste campo, sobretudo a partir de 1962, quando passou a compor o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu – IHGNI e nele alcançou a presidência, onde permaneceu até sua morte em 22 de junho de 2012. Dito isto, reforço que neste trabalho identifico o IHGNI como lócus de produção desta

---

<sup>355</sup> Projeto do Álvaro, já mencionado no capítulo 1.

<sup>356</sup> O professor Cláudio Estêvão é um professor de atuação na Baixada Fluminense, principalmente Nova Iguaçu e Mesquita. Historiador, o docente criou o Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense – CEMOBAFLU no início dos anos 2000, e organizava, através dele, cursos de curta duração para atender aos professores da região, geralmente com parcerias junto ao Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação – SEPE. Além disso, realizou entrevistas e manteve, por muito tempo um blog com mesmo nome, onde divulgava eventos e mantinha arquivos e fontes bibliografias disponíveis. O CEMOBAFLU não está mais em atividade e não consegui retorno do professor Cláudio, que já tem idade avançada.

<sup>357</sup> Ana Enne faz a construção de um organograma demonstrando os produtores de narrativas históricas sobre a Baixada Fluminense e nesta estrutura ela identifica Ney Alberto no conjunto dos memorialistas. Eu não aplico esta categoria neste trabalho, pois não estou estudando as redes de produtores contemporâneos, mas antes a trajetória da construção da Memória Histórica da cidade no recorte já apresentado deste estudo. Para conhecer o conjunto de categorias e a análise de Enne ver: ENNE, Ana Lucia. “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: memória, representação social e identidades. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 2002.;

memória histórica, enquanto que Ney Alberto, mas não apenas ele foi um dos agentes sociais que realizaram esta escrita da História Iguaçuana. Ou seja, a instituição e os indivíduos que a constituem, atuaram para a formulação, produção, reprodução e difusão de narrativas históricas, ao longo do tempo.

**Ilustração 30: Aula de campo do curso História da Baixada Fluminense do Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense – CEMOBAFLU, jun/2010.**



Fonte: Acervo do autor, Nova Iguaçu, 2010.<sup>358</sup>

E como proponho, fez isto em torno de um projeto de futuro que chamei de *projeto citricultor* no capítulo anterior. Por esta razão passo à análise da formação do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu – IHGNI, bem como da identificação de alguns dos seus integrantes e personagens que orbitaram ou atravessaram esta instituição ao longo de sua história e depois faremos um balanço de como esta instituição e seus agentes foram capazes de catalisar aspectos de uma memória histórica e formar arquivos, acervos, trabalhos técnicos e literaturas voltados para a produção de presença, que em Nova Iguaçu vai se identificar com o projeto citricultor.

<sup>358</sup> Ao centro da imagem, de chapéu e jaqueta preta, andando com auxílio de uma bengala, o professor Ney Alberto falando ao público do curso. Imagem feita na lateral da casa grande da Fazenda São Bernardino, ao fundo o Pico da Serra do Tinguá, lugares de memória e forte identificação tanto de Ney Alberto quanto de outros integrantes pioneiros do IHGNI.

Dito isto, recordando o início de meus estudos sobre Baixada Fluminense, lembro que a indicação de buscar informações junto ao professor Ney Alberto foi uma unanimidade em todos os espaços públicos onde fui pesquisar. Seja nos diferentes órgãos da Prefeitura, seja na Câmara Municipal de Nova Iguaçu, todos davam a mesma orientação. Enquanto isso, eu me perguntava, por qual razão não havia um setor, fosse um museu, uma biblioteca, um centro histórico ou fundação numa cidade do tamanho de Nova Iguaçu? Por qual razão toda esta responsabilidade estava depositada sobre uma única pessoa? Porque Nova Iguaçu dependia de um *guardião da memória*<sup>359</sup>? Penso que em parte, esta tese vem responder parcialmente a esta questão. Para isto vou acompanhar a história de uma instituição de memória e seus integrantes, o IHGNI, Ney Alberto e Waldick Pereira serão nas próximas páginas os objetos desta investigação.

#### **4.1 – PREPARATIVOS INICIAIS PARA A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE NOVA IGUAÇU**

O Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu completou sessenta e dois anos desde sua fundação em novembro de 2024. Idade que podemos atribuir com base na “Ata da primeira reunião” que indica a data de 15 de novembro de 1962, registrada no Livro de Atas do IHGNI. Farei a seguir uma descrição do processo de fundação do instituto e abordo parcialmente também a trajetória do mesmo e de alguns de seus integrantes. Pra atingir tais objetivos utilizei relatos orais, recortes e notas de jornais e os registros do Livro de Atas, começando com os preparativos deste período de instauração do IHGNI.

Sua fundação se deu ao longo de um processo que durou da quinta-feira, dia 15 de novembro de 1962, com a “*primeira reunião preparatória para a instalação Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu*” realizada na sede da Arcádia Iguacuana de Letras – AIL<sup>360</sup>, às 21:30, até a “*sessão solene de instalação do Instituto Histórico Geográfico de*

---

<sup>359</sup> Em 2024 ocorreu uma exposição na Casa de Cultura Ney Alberto, órgão municipal que já teve diferentes nomes e que depois do falecimento do professor passou a homenagear com seu nome no imóvel que compõe o Complexo Cultural da cidade. A exposição foi batizada de Ney Alberto: o guardião da memória. Com um catálogo homônimo publicado e distribuído aos seus visitantes.

<sup>360</sup> A Arcádia Iguassuana de Letras – AIL é uma instituição literária de Nova Iguaçu, fundada em 11 de agosto de 1955 e era composta por: Alcindo Rafael (advogado); Altair Pimenta de Moraes (nascido em 30/08/1919, natural de Nova Iguaçu – RJ, advogado); Cial Brito (advogado e professor); Deoclécio Dias Machado Filho (natural de Nova Iguaçu – RJ, médico); Francisco Manoel Brandão (nascido em 10/04/1907, natural do estado do Pará, advogado e professor); Getúlio Barbosa de Moura (nascido em 10/06/1903, natural de Itaguaí – RJ, advogado e político); Heitor Pinto da Silva; Humberto Gentil Baroni (natural de Nova Iguaçu – RJ, médico); Ibicuí Tinoco de Magalhães; João Barbosa Almeida Ribeiro (nascido em 04/12/1911; natural de Nova Iguaçu – RJ, advogado e professor); Leopoldo Machado (natural de Cepa Forte – Bahia, professor); Luiz Martins de Azeredo (nascido em 194

*Nova Iguaçu*" realizada numa terça-feira, 15 de janeiro de 1963 na sede da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu – ACINI. Ao todo foram seis (06) reuniões preparando a instalação do IHGNI, realizadas nas seguintes datas: 15 e 21 de novembro; 03, 10 e 17 de dezembro e 07 de janeiro. Este processo é facilmente identificável nos registros do Livro de Atas, preservado atualmente pela diretoria do instituto.

Pude verificar, através do primeiro Livro de Atas do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu, que nestas primeiras reuniões preparatórias para constituição do instituto algumas resoluções foram deliberadas com alguma ênfase, como quando se definiu uma Diretoria Provisória. Esta diretoria se encarregou de dar encaminhamento à realização de uma cerimônia solene de instalação do instituto e posse da primeira diretoria, o que se efetivou em 15 de janeiro de 1963. Destaco que esta data foi escolhida devido à comemoração do aniversário de Nova Iguaçu. Penso que seja importante observar que a proposta inicial era a instalação do IHGNI já no dia 29 de novembro de 1962. Esta foi uma sugestão do presidente do encontro de fundação do instituto, Ruy Afrânio Peixoto<sup>361</sup>, que defendeu a data pela sua alusão à "*transferência da sede da freguesia, de Jacutinga para Maxambomba*". Apesar de a proposta de Ruy ter sido aprovada na reunião de 15 de novembro de 1962, veremos que o mesmo se deu de outra maneira. Seria a primeira batalha pela memória no interior do instituto, na qual venceu a tradição do *15 de janeiro* que, como vimos anteriormente, foi valorizada nos eventos de comemoração do centenário, em 1933.

No final da ATA da primeira reunião é possível identificar o registro de que fora instituída uma comissão para a confecção do estatuto, composta por Ruy Afrânio Peixoto, Waldick Pereira e Eugênio Bouvallet. Estes tinham que apresentar um estatuto para o IHGNI já na segunda reunião. O que foi realizado. O estatuto foi apresentado por Waldick Pereira, retificado e aprovado pelos presentes, sendo estes movimentos de ajuste e a aprovação do estatuto do IHGNI então lavrados em ATA no dia 21 de novembro. Ainda segundo os registros no Livro de Atas do IHGNI, nesta mesma segunda reunião, realizada em 21 de novembro de 1962, alguns aspectos institucionais foram debatidos e registrados com destaque. Um deles foi a definição de quais os membros deveriam ser considerados como os fundadores e outro foi a eleição de uma mesa diretora provisória do Instituto Histórico

---

17/10/1911, natural de Nova Iguaçu – RJ, jornalista); Newton Gonçalves de Barros (nascido em 13/09/1915, natural de Cachoeira Paulista – SP, professor e jornalista); Raul Figueiredo Meireles (advogado); Ruy Afrânio Peixoto (nascido em 13/06/1918, natural de Rio de Janeiro–RJ, advogado e professor); Waldemiro de Faria Pereira (advogado) e Zilmar de Paula Barros (As datas e locais de nascimento e as profissões omitidas são aquelas que não foram localizadas por esta pesquisa. Fontes: Efemérides Iguaçuanas e Arquivo Privado Luiz Azeredo). ALEXANDRE, 2021. Para maiores informações sobre a Arcádia Iguassuana de Letras – AIL e seus integrantes, ver: ALEXANDRE, 2015 e ALEXANDRE, 2021.

<sup>361</sup> Sobre Ruy Afrânio Peixoto, ver: BATISTA, 2014.

Geográfico de Nova Iguaçu. Vejamos o que consta na ATA lavrada por Waldick Pereira, que secretariou a primeira e segunda reuniões:

Segunda Sessão Preparatória de Instalação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu.

Aos vinte e um (21) dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), às 21horas, na Arcádia Iguaçana de Letras, à Travessa Coccoza, neste município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, compareceram os srs: Ruy Afrânio Peixoto, Waldick Pereira, padre Roberto Vergílio Cordenonsi, Zanon de Paula Barros, Francisco Scofano, Luiz de Azeredo, Max Walter Schineidwind, Ney Alberto Gonçalves de Barros, e por procuração de comparecimento, representado pelo sr. presidente, o prof. Newton Gonçalves de Barros; ficando assim considerados sócios fundadores do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu os srs: Ruy Afrânio Peixoto, Waldick Pereira, Zanon de Paula Barros, Eugênio Bouvallet, Jorge Lopes Serrano, Fernando Bandeira da Luz, Abel Marques, Ary Roberto de Freitas, padre Roberto Vergílio Cordenonsi, Francisco Scofano, Max Walter Schineidwind, Luiz de Azeredo, Ney Alberto Gonçalves de Barros e prof. Newton Gonçalves de Barros. A seguir, pelo confrade Waldick Pereira foi lido o projeto de Estatuto, aprovado em primeira discussão, depois de algumas retificações. Pedindo e conseguindo a palavra, o sr padre Roberto Vergílio Cordenonsi propôs uma Comissão de Organização, composta de cinco (5) elementos, cuja função será unicamente para a instalação, ficando esta data fixada definitivamente para o dia 15 de janeiro do próximo ano, pela votação da maioria presente. Por sugestão do sr. prof. Ruy Afrânio Peixoto, em contra proposição à apresentada pelo sr padre Roberto Vergílio Cordenonsi, sobre a comissão organizadora, foi eleita uma Diretoria Provisória, com mandato até a instalação, assim votada secretamente: Presidente - Ruy Afrânio Peixoto; Vice-Presidente - padre Roberto Vergílio Cordenonsi, Secretário – Luiz Azeredo; Relações Públicas – Eugênio Bouvallet; e Tesoureiro – Waldick Pereira; cuja diretoria foi empossada após votação. (...).<sup>362</sup>

Como consta na ATA, há uma alteração nos planos imediatistas de realizar a instalação do IHGNI já em 29 de novembro, na data alusiva à “*transferência da sede da freguesia, de Jacutinga para Maxambomba*” como propôs Ruy Afrânio Peixoto na primeira reunião. É possível conceber os argumentos contrários, apesar de não haver este tipo de registros em ata. Afinal, o prazo para a realização de uma cerimônia com a pompa que a circunstância recebeu, precisava mesmo ser maior do que um pouco mais de uma semana. Certo é que entre a *fundaçao da vila* e a *transferência da freguesia*, venceu a tradição. Afinal, desde 1933 já se havia consolidado os festejos comemorativos alusivos ao 15 de janeiro na cidade de Nova Iguaçu.

Com o adiamento para janeiro, os confrades saíram desta reunião com relevantes avanços no processo de instalação do instituto, como a aprovação do estatuto, a definição da data da instalação e a formação de uma “*Diretoria Provisória*”. Além disso, decidiram discutir quais os associados deveriam ser considerados membros fundadores do IHGNI. Ser membro fundador parece ter sido algo relevante para os integrantes deste processo. Ao ponto

---

<sup>362</sup> LIVRO DE ATAS DO IHGNI - Segunda Sessão Preparatória de Instalação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu, 21/11/1962  
196

de, além de o tema constar em ata nesta segunda reunião, fez o professor Newton Gonçalves de Barros encaminhar, pelo Sr. Ruy Afrânio, uma procuração de comparecimento visando garantir desta maneira sua presença no rol dos fundadores do instituto. É importante observar que Newton, assim como outros integrantes do nascente IHGNI, já pertencia à Arcádia Iguaçuana de Letras – AIL. Este pertencimento pôde potencialmente ter sido um facilitador quanto à utilização da sede daquela instituição na Travessa Coccozza. O árcade fez questão de, mesmo não comparecendo nem à primeira, nem à segunda reunião, fazer-se representado a fim de constar no rol dos membros fundadores. Um status com algum valor simbólico para a sociedade da época. Ou seja, ser membro de instituições desta natureza era visto como um símbolo de distinção social. Relato que é dado por Zanon de Paula Barros, em entrevista concedida em 15 de janeiro de 2024 para produção do documentário *O futuro da Memória: 60 anos do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu*<sup>363</sup> reforça esta impressão quando ele diz: “*Aí veio esse grupo todo, que de fato só se interessou em assinar a ata. Ninguém mais fez coisa alguma em relação ao instituto. Ele ficou sendo, fundamentalmente, o Waldick.*”. Seu testemunho, como último membro fundador do IHGNI vivo no momento de realização desta tese, reforça esta impressão de que havia um apreço pela participação em múltiplas instituições sociais em decorrência de acúmulo de status, de capital simbólico, recorrendo à conceituação de Bourdieu<sup>364</sup>, como símbolos de distinção social, como nos referimos ao final do capítulo anterior.

Outro fato curioso, ao menos para quem tem um olhar de tempos posteriores e que possui conhecimento ou experiência de outros tipos de processos de construção coletiva de representações sociais, como é o meu caso, é que numa oportunidade imprevista saiu eleita uma *Diretoria Provisória* para o IHGNI. Tal eleição resultou de uma proposta que surgiu como “*contra proposição à apresentada pelo sr padre Roberto Vergílio Cordenonsi, sobre a comissão organizadora*”<sup>365</sup> apresentada por Ruy Afrânio. Não apenas foi aprovado pelos presentes como, após escrutínio secreto, elegeu o próprio Ruy Afrânio como primeiro presidente do instituto, ainda que neste momento de forma provisória. O fato chamou especialmente minha atenção, pois é comum que eleições para diretorias de órgãos colegiados e instituições desta natureza possuam um processo, via de regra, menos intempestivo. Dito de outra forma, o normal é criar um período eleitoral, compondo comissão eleitoral, e esta acaba

<sup>363</sup> BATISTA, Allofs Daniel. Diretor. *O futuro da Memória: 60 anos do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu*. Documentário. Produção financiada pela Lei Paulo Gustavo. IHGNI. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZK69uTop93w&t=12s>, acessado em 17 jan 2025.

<sup>364</sup> BOURDIEU, 2013.

<sup>365</sup> LIVRO DE ATAS DO IHGNI - Segunda Sessão Preparatória de Instalação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu, 21/11/1962

conclamando à participação de todos os associados, com prazo para inscrições de candidatos e campanha, algo diferente do que foi relatado em ATA. O documento mostra uma situação onde, de um total de quatorze (14) associados, apenas nove (09) se faziam presentes, sendo um por procuração de comparecimento. Deste procedimento, o proposito saiu eleito presidente. Vale lembrar que Ruy Afrânio, naquele mesmo ano de 1962, foi candidato à prefeitura de Nova Iguaçu, pleito no qual foi o menos votado entre os candidatos. Esta experiência eleitoral levou a inferir que o mesmo estava habituado aos ritos e formalidades eleitorais em órgãos colegiados, como partidos políticos por exemplo. Ainda assim, preferiu propor um caminho diverso no qual sagrou-se presidente do IHGNI.

Destacando este aspecto da política. No ano de 1962 ocorreram eleições gerais, e Nova Iguaçu também teve em seu território a realização de campanha para pleito que ocorreu em 07 de outubro de 1962. O contexto político brasileiro era efervescente, basta lembrar que neste mesmo ano havia grande debate público a respeito da forma de governar o país e que em 06 de janeiro de 1963 ocorreria o plebiscito definindo o sistema político brasileiro, do qual saiu vitorioso o modelo presidencialista<sup>366</sup>. Das urnas, em 07 de outubro de 1962, saíram eleitos o prefeito Aloízio Pinto de Barros com 19.816 votos, o Vice-prefeito João Luiz do Nascimento com 15.881 votos e dezenove vereadores<sup>367</sup>. Acontece que dois personagens que compunham a formação original do IHGNI estavam no pleito de outubro de 1962. O professor Ruy Afrânio Peixoto saiu do pleito com 5.648 votos para o cargo de prefeito, sendo o menos votado entre os candidatos listados. Ruy, como já mencionamos, era na ocasião, proprietário de um colégio de grande reconhecimento e prestígio, e sua personalidade era pública e notória na cidade. Ney Alberto Gonçalves de Barros também se lançou candidato na ocasião. Não obtive o número de votos do jovem, mas encontramos seu agradecimento aos que lhe prestaram apoio.

#### Agradecimento

Ney A. Gonçalves de Barros

Jamais pensei merecer dos amigos de minha terra a solidariedade recebida por ocasião de minha candidatura à vereança de Iguassú. Não devo ressaltar nomes. Iria ferir susceptibilidades. Foram muitos. Comovente a grande colaboração. Vitória que me honra e envaidece. Não há o que supere as boas amizades, principalmente quando já as temos conseguido aos vinte e dois anos de vida. Assisti e acompanhei, emocionado, colegas estudantes, amigos e alunos fazerem a campanha do colega, do amigo, do professor. Não gastei dez centavos com cabos eleitorais. Não comprei votos. Não aproveitei de situações privilegiadas para consegui-los. Só obtive a ajuda de gente boa e amiga de minha querida terra, a quem cumpro o dever de hipotecar

<sup>366</sup> Depois da renúncia de Jânio Quadros e da tentativa dos militares de que João Goulart, vice-presidente, assumisse o poder, houve um esvaziamento do poder executivo e uma proposição de instaurar um parlamentarismo, seguido de plebiscito onde foram apresentadas opções à população, que preferiu o presidencialismo e restabeleceu os poderes de João Goulart, em meio a grande crise política.

<sup>367</sup> Resultado completo do pleito. Correio da Lavoura, pg02, edição 2.384 de 25 de nov de 1962.

imorredoura gratidão. Ao mesmo tempo, parabenizo os iguassuanos eleitos. Entre elas tenho o prazer de contar com grandes e leais afeições. Desejo-lhes um quadriênio fértil em úteis realizações, com honestidade, com bravuras cristas e democráticas. Estendo o meu reconhecimento aos conterrâneos que sufregaram o meu nome nas urnas, confiando no m<sup>3</sup>ço cheio do desejo de servir ao nosso Município, ao nosso Estado, ao Brasil. Que a juventude, ao acordar de sua indiferença, lance o brado de renovação em outra oportunidade, atirando fora as podridões da vida pública, os entravadores, os causadores da impopularidade e desagregação dos Partidos. Os doentes e palhaços da democracia! Continuarei a servir a nossa sociedade como professor, como estudante. Há outras maneiras ainda de colaborarmos com o progresso da nossa Nova Iguassú!<sup>368</sup>

Destacando que obteve apoio de amigos, que não investiu nenhum recurso na contratação de cabos eleitorais e fez campanha honesta, Ney, um jovem de vinte e dois anos, comunicava sua derrota eleitoral. Quer dizer, anterior ao projeto do IHGNI, ou paralelo a ele, alguns de seus fundadores lançaram projetos no campo político. Vale destacar que Ney Alberto se candidatou novamente a vereador no início dos anos 1990 enquanto o professor Ruy foi candidato à Deputado Federal. Ou seja, as pretensões políticas existentes antes do regime ditatorial adormeceram, mas não se extinguiram, voltando à tona no regime democrático que se reestabeleceu, depois de 1985. Outro integrante da formação inicial, Eugênio Beauvallet já havia sido candidato em duas ocasiões antes da formação do IHGNI. Apesar desta movimentação política, nenhum deles conseguiu alcançar resultados eleitorais expressivos tampouco assumiram mandatos através de vacância como suplentes.

Retomando. O evento de instalação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu ocorreu, como já informamos anteriormente, em 15 de janeiro de 1963, por ocasião de a data ser a mesma data da elevação da localidade da Freguesia da Piedade do Iguassú à Vila de Iguassú, sendo tomada assim por aniversário da cidade de Nova Iguaçu. Como veremos ainda que o evento também se realizou, à exemplo do evento nomeado na imprensa como *Primeiro Museu Histórico Iguaçiano*, na sede da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu - ACINI<sup>369</sup>. Cabe, porém, dar ênfase a alguns aspectos não relatados diretamente nas atas ou reportagens referentes ao IHGNI, mas que são de interesse para este contexto. As reuniões preparatórias seguiram ocorrendo semanalmente -exceto no recesso de festas de final de ano-, sempre por volta das 20 ou 21 horas, na sede da Arcádia Iguaçana de Letras – AIL até o dia 10 de dezembro. Migrando, depois, para a sede da ACINI, nos dias 17 de dezembro e 07 de janeiro. A pauta central dos encontros deste período se deu em torno da cerimônia de instalação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu, realizada no dia do aniversário

<sup>368</sup> AGRADECIMENTO, Correio da Lavoura ed.2380 de 28 out. 1962.

<sup>369</sup> ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE NOVA IGUAÇU. *Uma história de lutas. ACINI 50 anos: uma instituição a serviço de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu – RJ, 1995.  
199

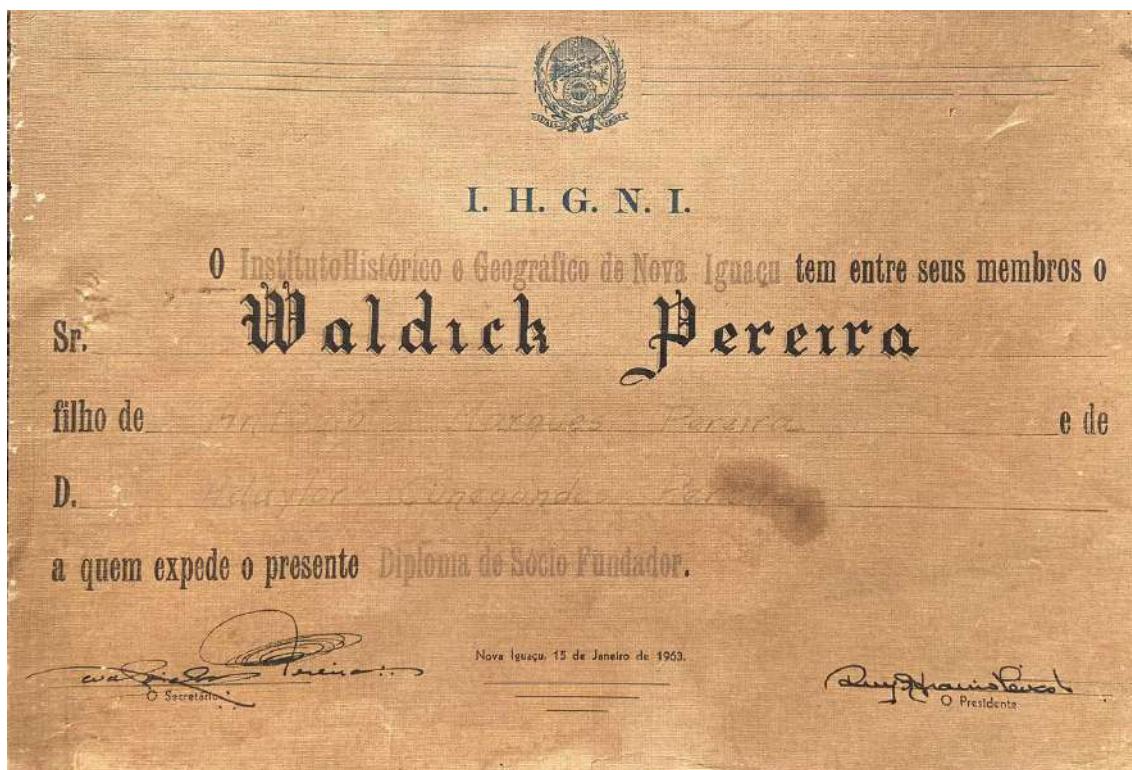
de cento e trinta anos de Nova Iguaçu. Neste período foram debatidos aspectos da organização do evento, que ganhava, cada vez mais, vultos de solenidade. Além de expedir convites às personalidades e demais cidadãos, que deveriam comparecer ao evento, foi determinada a impressão de um diploma para ser entregue a cada um dos associados que constavam como membros fundadores do IHGNI, serviço que foi oferecido pelo professor Ruy Afrânio Peixoto.

As duas últimas reuniões preparatórias, de 17 de dezembro e 07 de janeiro, devem ter sido breves, ou com algum tipo de intercorrência que não é possível de ser identificada nas fontes, pois o seu registro no livro de atas aconteceu de forma unificada, cobrindo em uma única ata as duas reuniões. Estas são as reuniões que transcorreram na sede da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu – ACINI, e a ata é muito sucinta. Muito se destaca, para minha análise, que num breve comentário se deu a indicação do processo eleitoral para a futura diretoria, esta definitiva, como relatou o secretário: “*Assim, em sessão permanente, ficou resolvido que se fizesse a expedição de convites já prontos e que se marcasse para o dia 9 do fluente a eleição da diretoria definitiva, que deverá tomar posse naquela data de instalação da entidade.*”<sup>370</sup> Portanto, dois dias após à reunião de 07 de janeiro, já seriam definidos os membros da diretoria para o primeiro mandato. No entanto, este encontro não produziu um registro próprio em ata e nem recebeu menção posterior no Livro de Atas. O próximo registro se tratou da ata da cerimônia de instalação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu, algo que será abordado posteriormente.

---

<sup>370</sup> LIVRO DE ATAS DO IHGNI - Sessão Preparatória de Instalação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu, 07/01/1963  
200

**Ilustração 31: Diploma de Sócio Fundador, de Waldick Pereira.**



Fonte: acervo de imagens Franz Kreuther Pereira, (Nova Iguaçu, 1963).

Desde o estabelecimento da Diretoria Provisória as atas passaram a ser produzidas pelo secretário, o jornalista Luiz Martins Azeredo, membro da família Azeredo, do jornal Correio da Lavoura. É o próprio Correio da Lavoura o veículo de imprensa em que se produziu a chamada pública para a primeira reunião preparatória. O Correio da Lavoura deu relevo às atividades de instalação do IHGNI, através de notas, provavelmente produzidas pelo secretário que também era jornalista. Quer dizer, a relação entre o Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu e o Correio da Lavoura foi umbilical e não apenas fortuita. Desde a origem do instituto o Correio da Lavoura foi não apenas veículo, mas também esteve compondo as fileiras do mesmo, participando com integrantes. Nos anos que se seguiram, o IHGNI teve franca participação em suas páginas, seja através contribuições de Ruy Afrânio, a manutenção da coluna de Newton Gonçalves de Barros, mas sobre tudo da presença de Ney Alberto. Este escreveu em colunas, manteve pseudônimos, fez campanhas eleitorais, ou seja, teve espaço franqueado por longos anos nas páginas do semanário iguaçuano<sup>371</sup>. Não posso

<sup>371</sup> Esta relação entre Ney Alberto e o Correio da Lavoura será abordada adiante, neste capítulo.  
201

deixar de recordar, o Correio da Lavoura já era um importante canal de transmissão da visão de mundo que apontei como projeto citricultor, e apresento interpretação de que o mesmo sirva de correia de transmissão desta mensagem. Apresento adiante, de forma mais detida, alguns aspectos desta relação ainda neste capítulo, mas antes seguimos acompanhando a gênese do IHGNI e o processo de estabelecimento na cidade de um de seus integrantes, Waldick Pereira.

#### **4.2 – UM OUTSIDER E UM MUSEU - MOVIMENTOS ANTERIORES À FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE NOVA IGUAÇU**

“O Waldick, se você olhasse para ele, você não dava nada pra ele. Ele tinha o aspecto de um auxiliar de pedreiro, um nordestino típico... pele muito queimada de Sol... um jeito abruptalhado de falar e de gesticular. Então você não dizia que era um intelectual... Mas um poeta lírico finíssimo mesmo. Um interesse pela cultura, enorme, a prova é o trabalho que ele fez... E foi ele, o idealizador do Instituto Histórico, foi ele...”<sup>372</sup>

A formação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu foi noticiada não apenas no Correio da Lavoura, e penso que deva ter sido tema de conversas entre a “boa sociedade iguaçuana”, ao menos no distrito sede. Os membros fundadores estavam circulando em espaços de sociabilidade e atuando em áreas importantes tais como a igreja, educação, jornalismo e política numa das maiores cidades fluminenses e do país até então<sup>373</sup>. Parece natural que a reunião de alguns destes indivíduos para a formação de uma instituição deste tipo chamasse atenção da imprensa, como observo nesta nota no Jornal Última Hora<sup>374</sup> em 7 de dezembro de 1962, nessa edição a matéria do jornal vai apresentar o seguinte:

##### **“Nova Iguaçu em Foco: Instituto Histórico e Geográfico**

A história do município de Nova Iguaçu, vem sendo pesquisada profundamente por um grupo de idealistas dos quais destaca-se o jovem **jornalista, [grifo meu]** Waldick Pereira. Num super esforço, em companhia do **Professor [grifo meu]** Ruy Afrânio Peixoto, e dos **estudantes [grifo meu]** Ney de Barros, Zanon de Paula Barros, após semanas de pesquisas e excursões, em vários pontos do município, Waldick Pereira e seus companheiros apresentaram a 15 de janeiro do ano passado, na Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu, o Primeiro Museu Histórico Iguaçuano. A iniciativa ganhou vulto, e no próximo dia 15 de janeiro de 1963 será

<sup>372</sup> BARROS, Zanon de Paula. **Entrevista sobre vida de Zanon de Paula Barros e da fundação do IHGNI.** Entrevistador: Allofs Daniel Batista. Local, 15 de janeiro de 2024. Gravação de áudio (ou "Dados de pesquisa"). Duração: 3:18:10 min.

<sup>373</sup> Nova Iguaçu era apontada pelo IBGE enquanto uma das 10 maiores cidades em população

<sup>374</sup> Última Hora foi um periódico que circulou entre 1951 e 1971. O Última Hora chegou a possuir sucursais em 7 estados, e no Rio de Janeiro possuía correspondentes em diversos municípios fluminense, entre eles alguns de Nova Iguaçu como Waldick Pereira e Ademar Moscoso. Sobre a história do jornal e de seu proprietário fundador ver: MEDEIROS, Benicio. *A rotativa parou! os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 215 p.

instalado oficialmente o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, estando já funcionando a Comissão Fundadora que é composta de: Waldick Pereira, Zanon de Paula Barros, **Prof. [grifo meu]** Ruy Afrânio Peixoto, Jornalista Luiz Azeredo, **Padre [grifo meu]** Roberto Vergílio Cordenonzi, **Prof. [grifo meu]** Newton G. de Barros, Francisco Scofano, Abel Marques, Eugênio Beauvallet, Max Walter Schenelwind, Jorge Serrano e Ney Alberto de Barros, a data de 15 de janeiro, é em homenagem ao aniversário do município.”<sup>375</sup>

Desta maneira o IHGNI se revestia de uma aura de instituição bastante relevante desde o momento de sua fundação, dada a qualidade de seus integrantes fundadores, contando com jornalistas, professores, poetas, padre e estudantes. Entre os professores que assinam sua fundação, Ruy Afrânio possuía escola de mesmo nome e Newton Gonçalves de Barros – pai do então presidente da União Iguassuana de Estudantes (U.I.E.) Ney Alberto Gonçalves de Barros – é professor do então já tradicional Colégio Leopoldo, sendo cunhado do proprietário e afamado professor Leopoldo Machado<sup>376</sup>. Alguns destes fundadores eram integrantes da já estabelecida instituição cultural Arcádia Iguaçuana de Letras – AIL, outro espaço de distinção social, concorrido inclusive pelas duas principais lideranças políticas do município de então<sup>377</sup>. Chama atenção o papel de destaque dado ao jornalista Waldick Pereira, que é mencionado como destacado idealista, antes do professor Ruy e dos estudantes Zanon e Ney, denotando uma clara hierarquia na iniciativa do projeto.

O Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu não surgiu como um raio num céu azul. Antes disso, se inscreveu no rol de instituições que visaram produzir o registro histórico em diferentes níveis, do nacional ao local, conformando aspectos da identidade, no caso em âmbito municipal, em consonância com as ambições de formação da identidade nacional. Este modelo foi reproduzido amplamente em todo país. Eliana Santos Laurentino chama atenção para a necessidade de ampliar esta perspectiva, ao que oferece a seguinte síntese quanto à prática da escrita historiográfica brasileira desde o século XIX até o limiar do século XXI:

Cabe lembrar como seguiu a consolidação do modelo historiográfico brasileiro, entre os séculos XIX e XXI, e entender como estas marcas são fortes nas produções sobre a história local. Entre os anos 1838 – 1934, a referência institucional foi o IHGB, dedicada à história nacional e produzida por **autores com alto rigor de erudição**;[grifo meu] entre os anos de **1934 – 1977**[grifo meu] foi um período apoiado na graduação, com investimento para a profissionalização da pesquisa histórica, **com embates entre antigos e modernos**; [grifo meu] entre 1977-1991, se apresenta a emergência dos cursos de pós-graduação, com

<sup>375</sup> ÚLTIMA HORA, 07 dez 1962.

<sup>376</sup> Leopoldo Machado não apenas é fundador do Colégio Leopoldo, como também é importante autor no campo do espiritismo, ou Kardecismo, sendo considerado produtor de relevante contribuição bibliográfica para este tema, algo que merece ainda uma atenção mais detida por parte de pesquisadores.

<sup>377</sup> No capítulo 3 já sinalizei que tanto Getúlio de Moura como Mário Guimarães, adversários e líderes políticos de Nova Iguaçu, ocuparam cadeiras na Arcádia Iguaçuana de Letras.

significativa expansão da pesquisa histórica, que acompanha o crescimento desses programas<sup>378</sup>.

De forma muito objetiva, a autora identificou três grandes períodos historiográficos no Brasil, inscrevendo-os em recortes de acordo com a constituição deste campo. Esta síntese nos posiciona quanto a um aspecto generalista, porém resguarda uma perspectiva que nos facilita localizar o lugar do IHGNI neste cenário. Apesar de seu surgimento ser nos anos 1960, não é possível ignorar que o perfil de seus integrantes atende muito mais ao do período anterior, ao do IHGB, no que tange aos seus integrantes.

A própria nomenclatura faz alusão àquela instituição. O IHGNI se constituiu como um projeto conservador, mirando o IHGB enquanto instituição modelar, e o *alto rigor de erudição*, apontado pela autora, atende bem certo perfil valorizado dentre os integrantes fundadores do mesmo. Minha leitura indica que o IHGNI surgiu no tempo cronológico apontado por Laurentino como o da “profissionalização”, porém no campo da consolidação deste grupo ele mirou no primeiro modelo, tendo o IHGB como espelho e valorizando um perfil de erudição, no qual que o que será apresentado sobre Nova Iguaçu tem relevância enquanto espaço inserido na esteira da sua colaboração para a história nacional. Neste sentido o *projeto citricultor* atendeu plenamente à esta perspectiva. O peso iguaçano na balança comercial de exportações através dos “pomos de ouro<sup>379</sup>” produzidos na “cidade perfume” inscreveu Nova Iguaçu no rol das cidades de relevância para o desenvolvimento e progresso da nação. Ainda que sua contribuição esteja estreitamente associada ao projeto citricultor de cariz totalmente agrário. A alegoria poética colocava Nova Iguaçu na posição de lugar divinamente fértil, dado que os *pomos de ouro* foram um presente dado à Hera, quando de suas núpcias com Zeus. Presente que ela mandou preservar e plantar num jardim divino particular, como conta o mitólogo Junto Brandão na passagem que transcrevo abaixo:

A mais antiga e a mais "canônica" dessas variantes coloca-as no **Jardim das Hespérides**, [grifo meu] que é, em si mesmo, o símbolo mítico da fecundidade, no seio de uma eterna primavera. Os mitógrafos sempre acentuaram, aliás, que os **pomos de ouro do Jardim das Hespérides** [grifo meu] foram o presente de núpcias que Géia ofereceu a Hera e esta os achou tão belos, que os plantou em "seu Jardim", nas extremidades do Oceano.<sup>380</sup>.

Os pomos de ouro, presentes de Géia à Hera, foram considerados tão belos que deveriam ser postos fora do alcance de mortais e de outras divindades, tamanho o apreço que a deusa olímpica lhes devotou. *Pomos de ouro* é uma forma que se encontra nas referências ao fruto

<sup>378</sup> LAURENTINO, 2021. P. 205.

<sup>379</sup> SOUZA, 2015. Op. Cit.

<sup>380</sup> BRANDÃO, 1987. P.280

da laranjeira em diferentes textos iguaçuanos do período abordado, sendo recorrentemente recuperados por poetas e autores posteriores, até nossos dias. Logo, Nova Iguaçu é uma representação terrena do jardim das Hespérides, ou seja, na poética iguaçiana a cidade é descrita como local de grande fecundidade e eterna primavera – época da colheita da laranja, diga-se de passagem. Portanto não se pode esquecer que os “pomos de ouro” são frutos da mitologia grega, e que o recurso à mitologia greco-romana foi um importante sinal de erudição na sociedade brasileira, bastante difundido e valorizado nos espaços de ensino e cultura desde o século XIX, até muito recentemente, em nossa sociedade.

Na primeira parte da reportagem do jornal *Última Hora*, apresentada anteriormente, verifiquei como o corpo de integrantes do instituto se constituiu, tema encontrado também nas atas. Além disso, naquela reportagem pude verificar que o movimento de fundação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu estava se consolidando em torno de um projeto já acalentado há algum tempo. No excerto de reportagem acima vimos que em 15 de janeiro de 1962, portanto dez meses antes da reunião de fundação do instituto. Waldick Pereira já havia realizado um evento na Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu, que foi noticiada na mesma reportagem como *Primeiro Museu Histórico Iguaçano*. Esta matéria publicada no jornal *Última Hora* possuía ainda um segundo trecho. Nele se destacaram a existência de cerca de 300 documentos inéditos, frutos de pesquisas individuais, e que o novo instituto não conta com nenhum tipo de apoio do poder público.

#### **Documentos Inéditos**

Falando à reportagem, Waldick Pereira, declarou não contarem com a colaboração dos poderes públicos. Os documentos, cerca de 300, inéditos, em poder da Comissão, foram frutos de pesquisas em ruínas históricas (muitas das quais não constam do patrimônio Nacional), em Tinguá, Vila Iguaçu, Estrela, Santana das Palmeiras, Marapicu, Jacutinga e outros recantos. Adiantou Waldick Pereira, que na instalação pública do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, serão apresentadas, fotos inéditas de vultos históricos e grande quantidade de manuscritos de Barão de Tinguá, Comendador Soares, Barão Pilar, Bernardino Melo, Vigário Santa Madalena, Marquês de Valença, Conde de Aljezur, Conrado Jacó Niemeyer, Frutuoso Rangel, Marquês de Caxias e outros.<sup>381</sup>

Ou seja, segundo a reportagem o instituto nasceu da iniciativa privada de alguns cidadãos, membros ativos da sociedade iguaçana de então, sem nenhum suporte daquilo que a reportagem vai chamar “*poderes públicos*”, ao que nós temos inclinação de interpretar como uma ausência de subsídios do estado, sejam em nível local com o poder municipal, seja através do poder público estadual ou federal. Cabe ressaltar que esta iniciativa privada dos bons cidadãos encontrou respaldo no organismo classista dos empresários do comércio e da indústria iguaçuanos, a Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu - ACINI. Vimos no

<sup>381</sup> ÚLTIMA HORA, 07 dez 1962  
205

trecho anterior da reportagem que a ACINI cedeu espaço para a realização do evento identificado como *Primeiro Museu Histórico Iguacuano* em 15 de janeiro de 1962. Sediou também as últimas reuniões preparatórias e o evento de instalação, e a solenidade de posse da primeira diretoria, do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu. Enquanto os espaços de *Poder Público* local, como Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal, não ofereceram qualquer “*colaboração*”, como se destacou no início do parágrafo a reportagem.

Seria esta aproximação à ACINI e a ênfase na iniciativa privada, “*sem colaboração dos poderes públicos*” o indício de um alinhamento ideológico de seus integrantes? Talvez sim, mas não se trata de um movimento de interpretação simples. Maria Lúcia Bezerra Alexandre apontou que o contexto dos anos 1950 e 1960 são de disputa pelo direito de narrar a história da cidade. Ela nos informa que:

(...) o que emerge deste estudo é a constatação de que o campo jornalístico iguaçuano e suas disputas, entre os anos 1950 e 1960, integraram um processo de transformações socioeconômicas, políticas e culturais, marcado por fatores como a desruralização do distrito-sede, a emancipação política dos seus distritos e o retalhamento do território pelos loteamentos. As tensões firmadas entre o *Correio da Lavoura* e o *Correio de Maxambomba* revelam que a periferização da Baixada Fluminense foi testemunhada de forma diversa por estes impressos, que lhe conferiram distintos sentidos: desenvolvimentismo e progresso para o *Correio de Maxambomba*; reiteração da tradição por meio de trabalho de memória local, no caso do semanário da *Lavoura*<sup>382</sup>.

Esta disputa foi explicitada pela pesquisadora, que posiciona dois polos ideológicos na cidade de Nova Iguaçu nos anos 1950. E sua polarização se demonstrou através do embate entre o proprietário do *Correio de Maxambomba*, o jornalista e político comunista Dionísio Bassi, a quem classifica enquanto *outsider*<sup>383</sup>, e Luiz Martins, jornalista membro da família dos Azeredo, do *estabelecido* Correio da Lavoura. *Modernos* e *conservadores*, num embate provocado pela crise que o modelo citrícola agrário estava enfrentando, ao passo que o desenvolvimentismo dos tempos de Juscelino Kubitscheck ganhava espaço. Apesar do alinhamento tradicional do Correio da Lavoura à ordem estabelecida, com o emprego de uma linguagem contida quando se tratasse de tecer críticas aos poderes políticos constituídos, esta década vê a subida de um político excêntrico ao poder. Isto por levar em consideração que o prefeito Ary Schiavo<sup>384</sup> foi uma personagem vinda de fora do distrito sede, não integrante nem das tradicionais famílias da antiga Iguassú e nem da nova elite citricultora. Dionísio Bassi, que foi apresentado enquanto representante do polo dos modernos por Maria Lúcia, representava também, através de seu discurso, um projeto de futuro progressista para Nova

<sup>382</sup> ALEXANDRE, 2021. P. 30.

<sup>383</sup> Idem. P. 68.

<sup>384</sup> BATISTA, 2014

Iguaçu. Porém a crise do *projeto citricultor* não transcorreu sem resistências à mudança, uma destas estratégias se deu na busca pelo direito de narrar a memória histórica iguaçiana.

O período do surgimento do IHGNI coincidiu com o governo de Arruda Negreiros. Não confundir com seu primeiro mandato dos anos 1930 quando foi interventor. Este é o seu terceiro mandato, em que foi eleito democraticamente, em 1958, para governar entre 1959 e 1963. Seu antecessor foi Ary Schiavo, político que já foi objeto de nossos estudos para o período da ditadura militar, ocasião em que foi prefeito pela segunda vez e teve mandato cassado<sup>385</sup>. Como se percebe, na clivagem entre os projetos em disputa, a formulação da narrativa sobre Nova Iguaçu compunha um dos objetos também em disputa. Por este motivo vimos surgir instituições de cunho cultural, elitizadas e intelectualizadas, como são os casos da Arcádia Iguaçana de Letras – AIL e o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu – IHGNI. Para os dois exemplos iremos verificar, entre seus objetivos, a promoção da cultura em Nova Iguaçu e uma busca por erigir na cidade espaços de preservação e difusão do conhecimento, onde a história é componente frequentemente aludido. Uma bandeira frequente é a criação de bibliotecas e outra é a criação de um museu na cidade. Há uma grande quantidade de registros que os árcades da AIL ou os confrades do IHGNI deixaram, sejam no Correio da Lavoura ou expresso em atas, em que estes objetivos constam como parte de um programa compartilhado por seus vários integrantes. Assim como a crítica aos governantes, por seu pouco interesse neste tema em suas agendas de governo.

Por este motivo acredito que seja importante conferir na agenda do poder municipal se houve algum movimento neste sentido. Acontece que não foi possível acessar todos os atos oficiais do poder executivo municipal de Nova Iguaçu dentro de nosso recorte (1933/2003), seria um trabalho imenso, com pouca chance de oferecer um resultado útil e favorável à pesquisa no espaço de tempo de um doutorado. No entanto o acervo dos Diários Oficiais foi digitalizado em projeto de minha iniciativa<sup>386</sup>, cobrindo o recorte de 1947 até 1990. No processo de digitalização, pude conhecer parte do acervo e posso alguma ideia de seus conteúdos, por esta razão decidi buscar informações na gestão anterior ao período de criação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu. Desta maneira recuei até a primeira gestão de Ary Schiavo.

Através dos atos do poder executivo registrados no livro de Resoluções 1958, acessível pelo Repositório Institucional de Múltiplos Acervos – RIMA/UFRRJ, foi possível

---

<sup>385</sup> Idem.

<sup>386</sup> A Digitalização acervo D.O. da PMNI se deu através de uma parceria institucional, quando eu coordenava a SPAU/PMNI, com equipamentos do CEDIM/UFRRJ. Esta parceria resultou num termo de cooperação, onde além dos D.O.s também foram digitalizadas plantas de loteamento e fichas de registro de imóveis.

verificar o seguinte. A gestão Ary Schiavo havia dado importante passo no sentido de dotar Nova Iguaçu de um aparelho público cultural multifuncional, com serviços de museu e bibliotecas públicas. Foi o que encontramos na RESOLUÇÃO nº 627, que passo a transcrever parcialmente a seguir:

RESOLUÇÃO nº 627

“Cria Biblioteca e Museu Municipal e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇÚ, POR MEIO DE SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Ficam criadas a Biblioteca e o Museu Municipal de Nova Iguaçú, que tem por objetivo garantir ao povo, e à mocidade em particular, maiores oportunidades para seu desenvolvimento cultural, bem como, guardar, conservar e divulgar as coisas, objetos, relíquias e documentos em geral, relacionados com a vida, a história e a geografia do Município.

Art. 2º - A instituição referida no art. 1º será dividida em duas partes, no que concerne a sua organização interna:

- a) Biblioteca propriamente dita, destinada à guarda, consulta e empréstimos de livros, jornais, revistas, manuscritos, etc;
- b) Museu, onde serão guardados, tombados e exibidos as coisas, objetos, relíquias e semelhantes que digam respeito à vida, à história, à geografia e à natureza do município.

(...)

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 27 de janeiro de 1958

Assinatura

(Ary Schiavo)

Prefeito.<sup>387</sup>

O documento, datado de 27 de janeiro de 1958, conta com duas laudas. O texto é composto por quinze artigos, nos quais se detalham diversos aspectos desde as funções tanto da Biblioteca quanto do Museu Municipal, dos meios para aquisição de livros, revistas e jornais para um e do acervo histórico a ser adquirido, guardado e exposto noutro. Isto quatro anos antes da fundação do IHGNI e três anos após a criação da AIL. Ou seja, não podemos deixar de imaginar que os indivíduos proeminentes da cidade, com atuação em diferentes campos da vida social, cultural e política, não estivessem cientes desta iniciativa do poder executivo municipal. Porém, não encontrei nenhuma menção a esta iniciativa nas edições do *Correio da Lavoura* imediatamente após a data do decreto. Busquei mesmo antes, pois há bastidores da política que às vezes são captados pela mídia antes de acontecer. Nenhuma linha! Como o governo Ary Schiavo se encerrou em 31 de janeiro de 1959 sem que tenhamos encontrado notícias de inauguração deste museu e, como demonstraremos adiante, houve o movimento em prol da criação de um museu histórico entre 1960 e 1961 encabeçado por Waldick Pereira, entendemos que a iniciativa não tenha prosperado.

<sup>387</sup> RESOLUÇÃO nº 627, Cria Biblioteca e Museu Municipal e dá outras providências., fls14 e 15, 1958. Disponível em <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/3185>, acessado em 17/01/2025.

No governo posterior, de Arruda Negreiros, não foi possível identificar nos atos oficiais nenhum registro de iniciativa neste sentido, apesar de Arruda anunciar a criação de uma biblioteca municipal em entrevista concedida ao Correio da Lavoura dias antes de sua posse. Minha interpretação é que esta resolução de criar uma biblioteca e museu municipal, anunciada no governo de Ary Schiavo, pode ter sido mola propulsora ou fruto de outras movimentações neste sentido. Cabe o parêntese quanto à posição de Ary Schiavo no projeto citricultor ser a de um *outsider*, posto que ele era comerciante varejista em Japeri, não sendo membro da elite do distrito sede. Apesar de fora deste contexto histórico em tela, anos depois Ary foi cassado em seu segundo mandato, algo que serve de indício de que ele não fosse membro do grupo político hegemônico na cidade e desprovido de uma rede de sociabilidade que lhe blindasse de acusações e perseguição política<sup>388</sup>. Certo é que, como relato a seguir, o ambiente cultural de Nova Iguaçu, ao menos no distrito sede, foi propício para atividades culturais e cheias de iniciativas coletivas e individuais, como as que realizou Waldick Pereira.

Entre meados dos anos 1950 e início da década de 1960 a vida cultural e desportiva da cidade esteve em alta. Como é possível acompanhar através de notícias publicadas no jornal Correio da Lavoura, havia naquele período diversas iniciativas, de instituições variadas, como as escolares, literárias ou desportivas, que promoviam o lazer e movimentavam a vida social iguaçuana, sobretudo no distrito sede, mas não exclusivamente. Isto se dava tanto com competições esportivas como eventos e manifestações culturais, por exemplo, as exposições de artes. Chegou a ser promovida uma premiação para a melhor monografia sobre a história de Nova Iguaçu em 1958<sup>389</sup>. O prêmio instituído pela presidência da câmara de vereadores da cidade em dezembro de 1957, foi publicada, através dos atos oficiais da Câmara no Correio da Lavoura em março de 1958. O ato oficial convocava para que se inscrevessem, e detalhava as normas para concorrer ao *Prêmio “Município de Nova Iguassú”*. Além das condições para os competidores se inscreverem e os encaminhamentos a serem dados ao trabalho, que terminasse laureado, chamou atenção a composição da *Comissão Julgadora*, descrita no documento que transcrevo parcialmente abaixo:

Institui o Prêmio “Município de Nova Iguassú” para a melhor monografia sobre a história da terra iguassuana.

(...)

Art. 5º - A Comissão Julgadora será constituída de cinco (5) membros Indicados pela Arcádia Iguassuana da Letras, Associação Iguassuana de Imprensa, Teatro Experimental "Itália Fausta", Prefeitura e Câmara Municipal, sob a

---

<sup>388</sup> Sobre a cassação de Ary Schiavvo ver, BATISTA, 2014.

<sup>389</sup> DELIBERAÇÃO n.46/57. “Prêmio Município de Nova Iguaçu”. Correio da Lavoura. Edição 2.141, de 30 de março de 1958.

Presidência de representante desta última. (DELIBERAÇÃO n.46/57. “Prêmio Município de Nova Iguaçu”.<sup>390</sup>

Destaco que, de cinco instituições com participação na *Comissão Julgadora*, três delas são de iniciativa da sociedade civil: a Arcádia Iguaçuana de Letras – AIL sob presidência de Cial Brito, instituição na qual podemos identificar tanto de Ruy Afrânio Peixoto quanto Newton Gonçalves de Barros como seus integrantes; o grupo cultural Teatro Experimental Itália Fausta - TEIF, presidido pelo árcade Altair Pimenta de Moraes e a Associação Iguassuana de Imprensa<sup>391</sup>. Quer dizer, três quintos da *Comissão Julgadora* tinham a previsão de ser constituída por indicados de um grupo de atores sociais, políticos e culturais que tinham comprovada participação em diversas e diferentes instituições. Porém o que faço observar é que estas mesmas instituições se conectaram pela participação de alguns de seus integrantes em mais de uma delas e em outros espaços, como a imprensa. Basta para isto observar que Cial Brito e Newton Gonçalves de Barros eram, neste contexto, colunistas do *Correio da Lavoura*. Ruy Afrânio além de contribuir com textos pontualmente, era anunciante no jornal, tanto pela sua instituição educacional Colégio Afrânio Peixoto como pelos seus serviços de advogado. Enquanto Altair Pimenta de Moraes costumava ter seus poemas frequentemente publicados no semanário, além de ser objeto de muitas notas em colunas do Correio da Lavoura. Não investiguei a Associação Iguassuana de Imprensa, mas acredito ser bastante plausível que com tantos colaboradores na imprensa local já citados, ocorreram oportunidades de interação entre os membros desta instituição e as demais já mencionadas. Como apontou Maria Lúcia, havia um campo jornalístico bastante efervescente, e nada impediu que o campo liderado por Bassi estivesse vinculado à tal associação. Ou seja, apesar de opositores, estavam todos num campo os atores sociais se conheciam e interagiam. Além disso é lícito imaginar que os indicados, tanto pela prefeitura como pela câmara, possam muito bem ter sido pessoas com conexões com um ou mais destes movimentos culturais coletivos.

---

<sup>390</sup> Correio da Lavoura. Edição 2.141, de 30 de março de 1958.

<sup>391</sup> Não encontramos informações que pudessem informar sobre Associação Iguassuana de Imprensa. Um dos estudos mais aprofundados sobre imprensa iguaçuana neste período é a tese de Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre, que desde a monografia, passando pela dissertação, na vida jornalística da cidade através da família Azeredo, principalmente de Luiz Martins Azeredo. No entanto não encontro menções desta instituição em seus estudos ou em outras fontes. Sabemos que alguns atores políticos possuíam atuação na imprensa iguaçuana ao longo de todo o século XX, são exemplos disso Valcir de Almeida, que fundou o Jornal de Hoje em 1971 e foi vereador, candidato à deputado e atuou nos bastidores de muitas gestões públicas, enquanto seu jornal era o veículo de imprensa que publicava o Diário Oficial de diferentes cidades da Baixada, inclusive Nova Iguaçu. Trajetória muito parecida com a de Dionísio Bassi, a quem Maria Lúcia apontou como opositor de Luiz Martins, com o Correio de Maxambomba. Sendo a indicação desta instituição feita pela presidência da Câmara de Vereadores, é natural imaginar ou que esta instituição estava sendo posta em consonância com os interesses de algum membro da mesa diretora da casa legislativa.

Não foi possível, acompanhando as fontes disponíveis, identificar nem os componentes da dita comissão, nem saber quem venceu o prêmio, algo que muito interessaria ao estudo corrente. Difícil até de saber se tal prêmio foi levado à execução, já que além de não encontrar a monografia vencedora sendo divulgada, não encontrei nenhuma repercussão documentada nos textos publicados pelos árcades que ocupavam colunas do Correio da Lavoura ou em outras fontes. Fato é que, dentro deste período, tanto sociedade civil como agentes dos poderes públicos movimentaram-se em torno de atividades e propostas que hoje iríamos identificar como *políticas públicas de cultura* de forma ativa, como indicam as iniciativas de criação de biblioteca e museu municipal e o aludido Prêmio “*Município de Nova Iguassú*” para a melhor monografia sobre a história da terra iguassuana.

Desta maneira, quero destacar que é possível perceber uma movimentação da sociedade civil no sentido não apenas de mobilizar a vida social, mas também de construir um espaço de memória para a cidade a partir da segunda metade da década de 1950. São eventos anteriores à formação do IHGNI, mas que resultaram em sua formação. Agem, neste sentido, por um lado o cidadão Waldick Pereira, e por outro uma entidade classista da sociedade civil organizada, através da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu - ACINI, quando se organizou o evento cultural para o dia 15 de janeiro de 1962. Vejamos como esta interação entre o cidadão e a sociedade civil se deu em um dos registros do planejamento para a instalação do *Museu Histórico* na imprensa:

#### Museu Histórico Meta da “ACENI”

A instalação de um museu histórico no município, está sendo objeto de pesquisas do jornalista Waldick Pereira, secretário da “Associação de Cronistas Esportivos de Nova Iguaçu”. Já reuniu diversas fotografias, documentos e peças raras, que pretende expor na sede da Associação Comercial, durante a semana dos festejos de aniversário do município, em janeiro próximo.<sup>392</sup>

O texto aponta um cidadão, o jornalista Waldick Pereira e diferentes instituições, a Associação de Cronistas Esportivos de Nova Iguaçu - ACENI e a Associação de Comercial e Industrial de Nova Iguaçu – ACINI no processo de criação de um *Museu Histórico* em Nova Iguaçu em 1961. Quem comunicou ao periódico Última Hora foi Ademar Moscoso<sup>393</sup>,

<sup>392</sup> ÚLTIMA HORA, 15 de dezembro de 1961, Acessado em 08/12/2024, disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20196&pesq=Waldick&pagfis=76447>

<sup>393</sup> Ademar Moscoso é colunista no jornal Correio da Lavoura e no jornal Última Hora aparece como correspondente da cidade de Nova Iguaçu na sessão dos municípios do Rio de Janeiro daquele órgão de imprensa. Nas fontes consultadas Moscoso aparece como jornalista especializado na pauta esportiva e compõe a Associação de Cronistas Esportivos de Nova Iguaçu – ACENI, inclusive assumindo a presidência deste organismo classista. Pouco se conhece sobre esta entidade jornalística, mas foi possível verificar que ela possui uma organicidade e atuação nos anos 1960, com eventos sendo realizados por seus integrantes, como um *Campeonato interno de Damas* em 1961, e tendo seus membros realizado eleições para a direção da instituição,

identificado na publicação como correspondente, e que na sequência dava notícias sobre os novos membros da diretoria da Arcadia Iguaçuana de Letras - AIL e alguns novos associados à AIL. O correspondente iguaçano no jornal *Última Hora* fez objetivamente a identificação da atividade e de um cidadão atuante, destacando sua participação entre os cronistas esportivos, e da instituição civil acolhedora da atuação anunciada para data festiva alusiva ao aniversário municipal. De certa maneira, infere-se deste conjunto de informações que as comemorações municipais produzidas por indivíduos e instituições da sociedade civil organizada devessem ser uma realização de entes dos “poderes públicos”, porém toda movimentação foi feita sem esta participação direta. Para melhor contexto, a cidade já havia assistido eventos comemorativos alusivos ao aniversário municipal antes, com a atuação do poder municipal organizando a comemorações, como foi no caso dos eventos comemorativos do centenário de Nova Iguaçu em 1933. Em 1961 a cidade estava vivendo um terceiro governo de Arruda Negreiros. Talvez as expectativas de um novo governo do velho prefeito estivessem sendo frustradas desde o início de seu terceiro mandato e a sociedade civil estivesse resolvendo realizar por seus próprios meios.

Cumpre destacar, a ideia embrionária de um museu, com a reunião de itens como “*fotografias, documentos e peças raras*” conta não apenas com a atuação de Waldick Conegundes Pereira, mas com sua iniciativa organizadora. O mesmo Waldick é registrado meses depois em ata de reunião para a formulação do IHGNI, assim como constou como membro da primeira diretoria do instituto. Porém, a sua apresentação na reportagem se deu pela atuação jornalística, não quanto pesquisador ou historiador. Como já destacamos, a exibição do acervo histórico recolhido por Waldick foi organizada para ser exibida em um espaço privado, a “Associação Comercial”, o que reforça a já mencionada ausência de apoio dos “poderes públicos” constituídos. Desde o evento de 15 de janeiro de 1962 até 15 de novembro de 1962 serão dez meses. Porém, observando outros documentos, estes oriundos do acervo familiar de Waldick Pereira, cedidos por seu filho Franz Kreuther Pereira, residente em Belém no estado do Pará há muitos anos, é possível retroceder no movimento museológico e de interesse na preservação da memória histórica de Nova Iguaçu que Waldick realizou, culminando no evento de janeiro de 1962. Em documento não datado, mas assinado pelo

---

tendo Waldick Pereira como secretário, sendo que este aparece em uma nota da ACENI recebendo homenagem da Câmara Municipal de Nova Iguaçu em 31 de julho de 1961, como noticiado no *Última Hora* de 11 de agosto daquele ano.

presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, o vereador Russani Elias José<sup>394</sup>, vereador entre 1959 e 1962, encontro o seguinte:

ATESTO que o sr. Waldick Pereira é organizador do Museu Histórico de Nova Iguaçu, motivo por que solicito do povo iguaçuano, a compreensão e ajuda indispensáveis ao referido senhor, em seu serviço de pesquisa e coleta de peças para o enriquecimento do patrimônio histórico de nossa terra.<sup>395</sup>

O presidente da câmara emitiu nota visando reduzir potenciais embaraços que Waldick possa ter eventualmente encontrado na sua iniciativa de prestar o “*serviço de pesquisa e coleta de peças para o enriquecimento do patrimônio histórico*”.<sup>396</sup> O que noticiam no Última Hora como ausência de atuação dos “poderes públicos” começa a ganhar nova perspectiva. Como o documento foi enviado por seu filho, podemos imaginar pelo menos duas hipóteses para seu uso: na primeira Waldick Pereira preservava o documento consigo, e quando se anunciaava a membros da sociedade a quem ele considerou com potencial de fornecer documentos, itens ou relatos de relevância para a constituição de acervo, oferecia o documento do presidente do legislativo municipal como se fosse uma credencial; na segunda hipótese, o crédito hipotecado pelo documento ao trabalho que estava em desenvolvimento pode ter sido expedido para diferentes pessoas e instituições, visando facilitar o acesso de Waldick a acervos familiares e de órgãos públicos municipais, e ele manteve uma cópia consigo para fins burocráticos. As duas hipóteses não chegam nem a serem excludentes, podendo ter sido complementar, inclusive.

Com isto identifico que a atuação de Waldick no levantamento de um acervo para o Museu Histórico de Nova Iguaçu pode ser datado como um momento anterior ao movimento de fundação do IHGNI em 1962, levando a crer que ele possa ter sido a mola impulsionadora mesmo deste processo. Dois documentos dão testemunho de que Waldick Pereira não apenas vinha desenvolvendo o trabalho de coleta de acervo considerado por ele relevante para a construção de um museu, como esta atividade chamou atenção da sociedade de então, ao ponto de o plenário da Câmara de Vereadores emitir requerimento à presidência da casa para emissão de um “voto de louvor” em favor de Waldick:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

<sup>394</sup> Russani Elias José foi vereador de Nova Iguaçu entre 1959 e 1962, presidindo a casa no ano de 1962, como consta no livro BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Org. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000. P.70.

<sup>395</sup> RUSSANI Elias José, S/D, Gabinete do Presidente/Câmara Municipal de Nova Iguaçu - Acervo de Franz Kreuther Pereira.

<sup>396</sup> Idem.

Requeiro, depois de ouvido o plenário, seja inserto nos trabalhos desta Casa, um voto de louvor ao jornalista WALDICK PEREIRA, do "Correio da Semana", pelo seu jeitoso trabalho para criação do MUSEU HISTÓRICO DE NOVA IGUAÇU.

Acrescento que o referido jornalista, vem trabalhando neste sentido há mais de um ano, tendo já em seu poder mais de meia centena de peças históricas, frutos de seu trabalho, pesquisa e escavações.

Em virtude de não haver em nosso município um Museu Histórico e não ter o Poder Executivo demonstrado nenhum interesse na preservação de nossas relíquias históricas, o trabalho de Waldick Pereira merece nosso louvor e apoio.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1961.<sup>397</sup>

O requerimento lança luz sobre os esforços de Waldick, informando que sua atuação ultrapassa já o período de um ano quando afirma que ele “*vem trabalhando neste sentido há mais de um ano*”. Dado que antecipa as informações sobre seu trabalho para, pelo menos, novembro de 1960. Ou seja, os trabalhos em torno da formação de uma instituição ou entidade de preservação da memória histórica já era perseguido por Waldick Pereira pelo menos dois anos antes da fundação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu.

Desta forma, temos um prêmio para monografia, em 1958. Também em 1958, a publicação de ato do poder executivo criando museu e biblioteca municipais. Além de no início dos anos 1960, por pelo menos dois anos, um indivíduo que chegara há pouco tempo na cidade se movimentando, até onde foi possível conhecer, por iniciativa própria, para a formação de acervo sobre a história da cidade. A memória estava em disputa e o projeto de futuro, o *projeto citricultor*, enfrentava um momento de crise. Para ilustrar este período conturbado recorro novamente ao trabalho de Maria Lúcia, que de outra maneira, também identificou que este estava sendo abalado e que a principal correia de transmissão daquele projeto enfrentava também suas crises com a chegada e estabelecimento cada vez maior de *outsiders* à cidade. Assim, a pesquisadora apontou para o conflito entre o tradicional *Correio da Lavoura* e o novato *Correio de Maxambomba*, numa disputa pela narrativa na cidade de Nova Iguaçu:

A disputa pela escrita da narrativa oficial do município de Nova Iguaçu nos anos 1950 e 1960 estava definitivamente posta. *Correio da Lavoura* e *Correio de Maxambomba* refletem os conflitos entre partidos, lideranças locais, instituições e movimentos, mas principalmente o ganho político e simbólico destes jornais com estas disputas em curso. Antes estritamente rural, a região cedeu “espaço” para a rodovia e para as indústrias, que trouxeram consigo outros investimentos e personagens, sem que esses prontamente se submetessem ao “crivo” dos patrícios oriundos da era citricultora.

Neste contexto, vozes como a de Dionísio Bassi emergiram com outras possibilidades de ler a cidade. A estratégia de modernizar o fazer jornalístico se apresentou como caminho necessário, dada a crescente complexidade desta região, hoje entendida como Baixada Fluminense. As emancipações, a presença do setor industrial e o avanço da periferização tiraram o *Correio da Lavoura* do seu lugar-

<sup>397</sup> REQUERIMENTO/Câmara Municipal de Nova Iguaçu, 27/11/1961 - Acervo de Franz Kreuther Pereira  
214

comum, ou seja, o que o manteve “a salvo” até metade do século XX não assegurava mais sua estabilidade enquanto único veículo de imprensa. Circular informações apenas dos pares tradicionalmente conhecidos, em uma conjuntura de rearranjo de forças políticas e econômicas, talvez não assegurasse seu predomínio.<sup>398</sup>

O conflito expresso nas páginas dos dois semanários locais em torno da narrativa histórica local, muito bem abordado no trabalho citado, transborda então para outros campos. Entre os periódicos o embate travado entre estabelecidos e *outsiders* vai receber o opositor do Correio da Lavoura através de Dionísio Bassi. A criação de um museu passou a ser uma bandeira em disputa. Agentes políticos e sociedade civil, cada qual o seu modo, fomentaram esta iniciativa.

Outro personagem *outsider* ocupou papel de protagonismo neste momento. Waldick Pereira é alagoano, nascido em 22 de novembro de 1929 em Maceió. Saiu de seu estado natal casado e com dois filhos, para se estabelecer na cidade de Nova Iguaçu como jornalista depois de ter atuado como escrevente juramentado no Juízo de Direito da 2ª Vara de Maceió até setembro de 1953<sup>399</sup>. Quando deixou sua terra natal, Waldick tinha 23 anos de idade, ocasião em que possuía dois livros publicados, dos quais só temos o título de um: *Trombetas de Jericó: poemas*<sup>400</sup>. Temos registro de que atuou como Secretário na Assistência Judiciária aos Motoristas – AJM entre 20 de outubro de 1953 e 07 de maio de 1955, órgão que tinha sucursais em diversos locais, entre eles Nova Iguaçu. E de onde recebeu carta de referência que informa sua saída “*por haver conseguido uma colocação mais proveitosa*”. Morando em Nova Iguaçu atuou profissionalmente no jornalismo, contribuindo em periódicos como o já citado Última Hora. Como foi apontado acima, o poeta alagoano, recém chegado à Nova Iguaçu, não demorou a se envolver no cenário cultural da cidade. Deu logo andamento à uma pesquisa sobre a história local, o que não é possível precisar data de início, porém se pode estimar pela documentação que pelo menos desde 1960 Waldick esteve envolvido na pesquisa da história local e no recolhimento de acervo documental, objetos históricos e material arqueológico “frutos de seu trabalho, pesquisa e escavações”.

A motivação de Waldick e os seus objetivos com esta iniciativa foram impossíveis de inferir com a parca documentação levantada, mas certamente sua atuação entrou no radar de

<sup>398</sup> ALEXANDRE, 2021. P. 140.

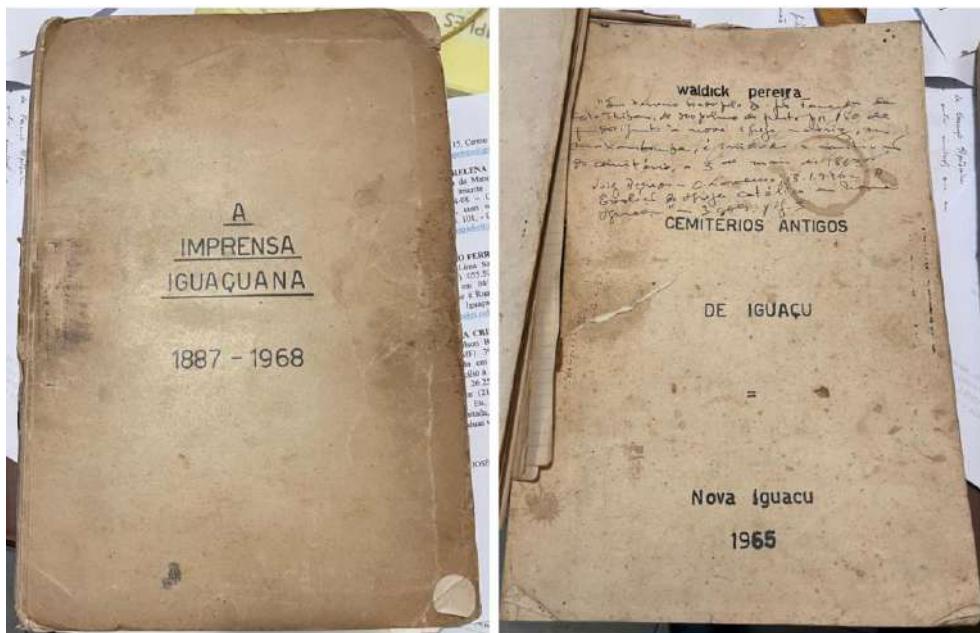
<sup>399</sup> Os dados biográficos de Waldick Pereira foram coligidos de depoimentos e conversas informais com seu filho mais velho, Franz Pereira, e cruzamento de informações com outras fontes documentais também fornecidas pelo mesmo. Fotografias e documentos digitalizados por Franz Pereira contribuíram para a construção de um perfil e reconstrução parcial da trajetória de Waldick Pereira. Uma fonte acessível é o blog do próprio filho de Waldick, com algumas publicações alusivas à sua vida. **Este blog é minha rua;** Disponível em: <https://esteblogminharua.blogspot.com/2014/02/homenagem-waldick-pereira.html>, acessado em 12/11/2024.

<sup>400</sup> PEREIRA, Waldick. *Trombetas de Jericó: poemas*. Maceió, Casa Ramalho, 1953. Esta obra consta da lista bibliográfica do Arquivo Público de Alagoas. Disponível em: <https://www.arquivopublico.al.gov.br/documentos?task=download.send&id=1087&catid=9&tm=0>, Acessado em 11 de fevereiro de 2025.

outras personalidades de Nova Iguaçu. Basta lembrar que na ocasião de definição dos nomes dos fundadores do IHGNI houve até mesmo procuração de presença, visando garantir à Newton G. de Barros a inscrição de seu nome entre os fundadores do instituto. Também já dei destaque ao movimento feito por Ruy Afrânio para sair declarado presidente do instituto, mesmo em uma reunião em que tal definição não estava pautada previamente. Ambos foram em seu tempo, quando chegaram décadas antes em Nova Iguaçu, *outsiders*, mas em 1962 já possuíam status social por meio de sua atuação, principalmente, na educação do município. Em todas estas oportunidades Waldick Pereira esteve presente. Em todo o processo de fundação do IHGNI ele teve papel ativo, assumindo funções pragmáticas como a redação do Estatuto do IHGNI, apresentado por ele já na segunda reunião. Como também foi noticiado como um idealista à frente deste movimento.

De 1962 até seu falecimento em 1964 o nome de Waldick Pereira esteve presente em todos os principais projetos elaborados pelo Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu. Ao longo dos anos 1960, ele consolidou sua atuação e o IHGNI parece ter sido um canal através do qual ele passou de *outsider* a estabelecido. Não é possível determinar se ele tinha isto em perspectiva quando iniciou sua trajetória em Nova Iguaçu. Também não podemos determinar se os demais integrantes do IHGNI tiveram esta dimensão naquele contexto. Porém o que se pôde observar é o que Waldick deixou de contribuição para a consolidação de uma narrativa histórica que coadunou com o *projeto citricultor*. A seguir relaciono apenas títulos ligados à história local, apesar de saber que o mesmo produziu livros de poesia, em ordem cronológica:

**Ilustração 32: Livros não publicados de Waldick Pereira: A imprensa iguaçuana: 1887 – 1968 e Cemitérios Antigos de Iguaçu – 1965.**



Fonte: Acervo Franz Pereira, Nova Iguaçu S/D.

A mudança da vila: História Iguaçuana. Nova Iguaçu, Arsgráfica, 1970; *Cana, Café & Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV; SEEC-RJ, 1977; ÁLBUM FOTOGRÁFICO DE NOVA IGUAÇU, publicação do IHGNI/ FENIG, 1978 capa envelope com fotografia da Fazenda S. Bernardino. Deixou ainda dois títulos sobre história local a serem publicados: A imprensa iguaçuana: 1887 – 1968 e Cemitérios Antigos de Iguaçu – 1965.

Além da produção bibliográfica elencada, Waldick atuou também na administração pública, no poder municipal. Tanto de forma indireta quanto em cargo público, seja organizando comemorações do aniversário da cidade, atuação pela qual foi reconhecido, em 1965, pelo prefeito João Luiz do Nascimento, ou através da criação do Brasão do Município. Em uso até hoje, o Brasão de Nova Iguaçu foi instituído pelo Decreto-Lei nº 72 de 31 de março de 1970. Constam no brasão os ícones da cidade, e a simbologia deste emblema foi fruto do trabalho de pesquisa de Waldick Pereira que elaborou e idealizou o projeto que foi desenhado por Alberto Lima. Cumpre destacar, o Brasão foi instituído pelo governo do interventor Ruy de Queiroz, a quem já identificamos no capítulo anterior. Neste período, Waldick realizou eventos culturais na cidade de Nova Iguaçu, como concursos de poesia e trova, mostras culturais como a I Exposição Filatélica de Nova Iguaçu e o Salão de Artes

Plásticas de Nova Iguaçu (ambos em 1971)<sup>401</sup>, além de participar em cursos como o de Pré-História Brasileira, realizado pela Sociedade dos Amigos do Museu Nacional em 1969 e o I Conteste Cidade de Nova Iguaçu, competição de radioamadorismo realizada na cidade também durante o governo Ruy de Queiroz, entre outros eventos<sup>402</sup>.

Como funcionário não foi possível acessar seus dados junto à administração municipal, posto que os arquivos de fichas funcionais Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu podem ter se extraviado nas diferentes mudanças de endereço que o órgão de administração municipal passou ao longo das décadas até o atual endereço<sup>403</sup>. Mas através de cruzamento de fontes documentais e de recortes de jornais pude identificar que Waldick trabalhou pelo menos desde 1971 sob chefia de Nicanor Gonçalves Pereira<sup>404</sup> no então Departamento de Cultura, Recreação e Turismo – DECRETUR, foi Chefe de Administração do Departamento de Turismo e compôs o Conselho Municipal de Cultura da cidade na gestão de João Batista Barreto Lubanco, em 1976. Ocasão na qual o prefeito deu relevo ao seu trabalho e de Ney Alberto ao apresentar o projeto de criação de um Museu na Fazenda São Bernardino. Na ocasião de seu falecimento, em 11 de fevereiro de 1984, Waldick possuía ainda algum vínculo com a prefeitura que não foi possível confirmar pelos motivos já elencados, e junto de Ney Alberto, apareceu em algumas matérias que davam conta dos desdobramentos sobre a investigação do incêndio que arruinou a Fazenda São Bernardino em 1983.

---

<sup>401</sup> Certificados de eventos. Acervo Franz Pereira, Nova Iguaçu, 1971.

<sup>402</sup> Certificados de participação em formação em arqueologia e do primeiro conteste. Acervo Franz Pereira, Nova Iguaçu, 1969.

<sup>403</sup> Busquei o secretário municipal de administração, com quem trabalhei por mais de uma década. Com ele conversei longamente em janeiro de 2025, quando Paulo Sérgio Monteiro informou que durante os anos em que está à frente da pasta fez um resgate de diversos acervos da administração municipal, mas que alguns dos espaços que abrigavam os “arquivos mortos” da prefeitura haviam sofrido ou com inundações, ou com a simples deterioração da ação do tempo, quando não sofreram depredação por invasão de seus espaços por pessoas em condição de rua, que utilizaram dos arquivos como material para ignição para fogueiras onde os mesmos preparavam suas refeições.

<sup>404</sup> ARAUJO, Marcos Paulo Mendes. *Memórias de Maxambomba: Nicanor e o breve século XX*. 1. ed. São Paulo: Lucel, 2024. v. 1. 198p.

**Ilustração 33: Cartaz da I Exposição Filatélica de Nova Iguaçu: Brasão do Município: idealização de Waldick Pereira<sup>405</sup>.**



Fonte: Acervo Franz Pereira Nova Iguaçu, 1971.

Isto posto, queremos dar relevo que em um espaço de aproximadamente 30 anos, entre 1955 quando deixou a Assistência Judiciária aos Motoristas e 1984 quando faleceu, Waldick Pereira construiu uma trajetória que o levou de outsider à alguém de prestígio, até mesmo diante do tradicional Correio da Lavoura. Este prestígio pôde se atestar pelos feitos, seja em publicações que deixaram uma contribuição indelével na historiografia local, seja na gestão de órgão cultural municipal, realizando eventos e promovendo a cultura na cidade ou no relevo que lhe foi dado pelo prefeito Lubanco, mas fica evidente quando o Correio da Lavoura recorre ao apoio de Waldick Pereira para servir de opinião de lastro quando o jornal lançou, em 1978, uma campanha pela criação de um Centro Municipal de Cultura:

<sup>405</sup> A data do decreto foi informada de maneira equivocada no cartaz, o correto é 31 de março de 1970.  
219

### **Idéia do Centro Municipal de Cultura causa repercussão**

A campanha levantada pelo CORREIO DA LAVOURA no sentido de mobilizar os poderes constituídos a fim de se construir em Nova Iguaçu um moderno centro de cultura já começou a despertar opiniões no seio da intelectualidade local.

Não apenas aqueles envolvidos diretamente em atividades culturais têm-se mostrado receptivos à idéia. Também pessoas do povo, membros da comunidade iguaçuana em geral manifestaram seu inteiro apoio à iniciativa do CL.

O escritor Waldick Pereira externou à reportagem do CORREIO DA LAVOURA a satisfação por ver que um órgão da imprensa local finalmente resolveu assumir a bandeira da luta pela cultura em nossa terra. Waldick Pereira, que além de escritor é também historiador e professor, tem procurado em toda sua atividade, quem na PMNI, quer no Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, dar apoio a toda iniciativa de caráter cultural que aqui é levada a efeito. Por esse motivo, Waldick tem sentido em sua própria experiência a frustração de não se ter em Nova Iguaçu um lugar destinado à cultura em proporções à grandeza da cidade.

O Prof. Waldick Pereira é um dos pioneiros no levantamento da história iguaçuana e tem procurado recolher material de caráter documental no que respeita a história do Município. Hoje o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu já dispõe de respeitável acervo que à falta de um museu corre o risco de perda.

Entusiasmado com a idéia, o Prof. Waldick Pereira garantiu que se colocará inteiramente ao lado da campanha.<sup>406</sup>

A reportagem apresenta, em primeiro momento, o papel do Correio da Lavoura enquanto indutor de projeto a ser encampado pela sociedade. Depois apresenta o escritor, historiador e professor Waldick Pereira, de maneira que os títulos dados à Waldick aparecem aqui em função de adjetivação. Tanto que o pronome de tratamento Prof. enquanto forma abreviada de professor passa a prefigurar diante de seu nome depois de sua apresentação enquanto professor. Waldick, neste momento, tornou-se recurso de autoridade para sustentar uma campanha que o jornal lançou uma semana antes, com peso do professor, “um dos pioneiros no levantamento da história iguaçuana”, condutor do IHGNI, onde já possui “um respeitável acervo” para endossar o projeto de criar um Centro Municipal de Cultura em Nova Iguaçu. Aqui o Correio da Lavoura se expõe de maneira categórica enquanto correia de transmissão de uma corrente ideológica, que preserva uma perspectiva de futuro ancorada em um modelo de sociedade modulado por uma elite econômica e culturalmente formada no distrito sede da cidade de Nova Iguaçu. O Waldick Pereira de 1978 já deu provas de sua integral inserção no *projeto citricultor*, por esta razão o Correio da Lavoura recorre à sua autoridade de intelectual.

Um dado curioso sobre a relação entre o Correio da Lavoura e Waldick Pereira. Sendo Waldick um jornalista. Tendo ele iniciado uma série de investigações a respeito da história local, ao ponto do CL lhe reconhecer, como observamos acima, como “um dos pioneiros no levantamento da história iguaçuana”. Depois de ter se juntado às pessoas que fundaram o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, dentre estes Luiz Martins, um membro da família Azeredo bem como com muitos colaboradores do jornal. Ainda assim, até onde pude

<sup>406</sup> **Idéia do Centro Municipal de Cultura causa repercussão.** Correio da Lavoura, 15/10/1978 ed.3.213 P.1.  
220

conferir, em momento algum Waldick Pereira foi colaborador ou colunista no semanário mais tradicional da cidade. Minha suspeita para tal distanciamento recai sobre os atritos existentes entre o Correio da Lavoura e o Correio de Maxambomba. Apesar de não podermos afirmar que Waldick fosse um colaborador naquele jornal, concorrente e pertencente ao desafeto dos Azeredo, Dionísio Bassi, pude constatar em documentos cedidos do acervo da família, que Waldick possuiu relações com o jornalista e político. Waldick era mais frequente noutro concorrente do CL, o Jornal de Hoje, do também político e jornalista, este de cariz conservador reacionário, Valcir Almeida<sup>407</sup>. Dentre todos os membros do IHGNI que pude encontrar informações pessoais, o único de quem não encontrei uma minibiografia na ocasião de seu falecimento publicada no Correio da Lavoura foi Waldick Pereira. Encontrei, no entanto, um recorte desta natureza e com grande destaque à sua trajetória, no Jornal de Hoje de 14 de fevereiro de 1984<sup>408</sup>.

O que se tira de todo este contexto imediatamente anterior à criação do IHGNI? Houve iniciativas tanto no poder legislativo como no poder executivo municipais no sentido de produzir uma narrativa histórica para a cidade de Nova Iguaçu. Assim como também iniciativas individuais e coletivas no mesmo sentido. Umas institucionalizadas, formaram entidades como o IHGNI, outras, mais espontâneas formaram campanhas de arrecadação de acervo e exposição do mesmo em espaços privados, como o Museu Histórico de Waldick instalado na ACINI. O que não houve, ao que se infere, foi um encontro entre estas iniciativas, e os interesses de um determinado grupo não coadunaram e não prosperam. Não podemos afirmar se por esta razão, mas o fato é que as iniciativas governamentais não ecoaram nas páginas do Correio da Lavoura nem nas atas do IHGNI, por exemplo. Ao passo que, com a iniciativa de um indivíduo, inicialmente um *outsider*, no sentido de mobilizar recursos e materiais para expor à cidade sua própria história, movimentou um grupo de agentes sociais estabelecidos e esta movimentação é uma das molas impulsoras da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu. Ou seja, as condições históricas para o surgimento do instituto se deram num momento de crise do *projeto citricultor*, de disputa pela escrita da memória histórica da cidade e pela iniciativa de pessoas que se inserem nesta sociedade, apesar de ainda sem vínculo com os estabelecidos na cidade.

---

<sup>407</sup> Sobre Valcir Almeida, ver: BATISTA, 2014.

<sup>408</sup> **Homenagem à Waldick Pereira,** 2014. Disponível em:  
<https://esteblogminharua.blogspot.com/2014/02/homenagem-waldick-pereira.html>, Acessado em Janeiro de 2025.

#### **4.3 – ESCRITA, IMPRENSA E IDENTIDADE: O PRIVILÉGIO DA FALA DE NEY ALBERTO.**

“Meu sonoro Passarinho,  
Se sabes do meu tormento,  
E buscas dar-me, cantando,  
Um doce contentamento,

Ah! não cantes, mais não cantes,  
Se me queres ser propício;  
Eu te dou em que me faças  
Muito maior benefício.

Ergue o corpo, os ares rompe,  
Procura o **Porto da Estrela**,  
**Sobe à serra**, e se cansares,  
Descansa num tronco dela,

**Toma de Minas a estrada**,  
Na Igreja nova, que fica  
Ao direito lado, e segue  
Sempre firme a Vila Rica.

Entra nesta grande terra,  
Passa uma formosa ponte,  
Passa a segunda, a terceira  
Tem um palácio defronte.

Ele tem ao pé da porta  
Uma rasgada janela,  
É da sala, aonde assiste  
A minha Marília bela.<sup>409</sup>,

Antes de qualquer análise de discurso, e além disso, venho apresentar o relacionamento de Ney Alberto e a Memória Histórica de Nova Iguaçu – muitas vezes confundidos com o próprio IHGNI. Eles que serão amalgamados durante as décadas de atuação de Ney Alberto, ao ponto destes elementos serem confundidos uns com os outros por uma parcela da sociedade iguaçana. Farei esta apresentação principalmente através da trajetória de Ney Alberto no Correio da Lavoura, grande colaborador neste processo.

Nascido no Hospital Iguassú em 27 de setembro de 1940, filho primogênito do casal de professores Newton Gonçalves de Barros e Leopoldina Machado de Barros, Ney Alberto Gonçalves de Barros é uma personagem que encarna o espírito de um tempo na cidade de Nova Iguaçu. Chegou ao final de sua vida com uma reputação bastante consolidada e disseminada entre uma parcela dos cidadãos iguaçuanos que possuem trânsito no campo da

---

<sup>409</sup> Lira XXXVII de “Marília de Dirceu”. Tomás Antônio Gonzaga, Disponível em: <https://valdoresende.com/tag/tomas-antonio-gonzaga/>, Acessado em: em 21/01/2025.

cultura histórica local. O professor Ney Alberto, como mais comumente era referenciado, construiu ao longo de seus 71 anos de vida uma reputação – a de *guardião da memória*. Reputação percebida quando vemos os noticiários de seu falecimento, seja nos jornais e folhetins locais, seja em postagens de *blogs* e outras mídias virtuais ou redes sociais. Este chega mesmo a ser o título de uma exposição em sua homenagem, realizada em 2024<sup>410</sup>. Porém o que podemos verificar é que o percurso para esta reputação foi consolidado através do poder que escrita tem de perpetuar narrativas, o que lhe foi garantido pelo privilégio da fala – no sentido de poder narrar. Privilégio que Ney Alberto pôde exercer desde muito cedo através da imprensa local, notadamente o jornal Correio da Lavoura.

O primeiro espaço que identificamos em que Ney Alberto expressou suas opiniões no jornal Correio da Lavoura, onde desde criança seu nome figura em notas sociais<sup>411</sup>. No entanto é em fins dos anos 1950 que o vemos surgir na imprensa por sua iniciativa, quando ele publicou seu primeiro texto na *Coluna do Estudante*. A Coluna do Estudante foi, inclusive, criada por Ney Alberto no Correio da Lavoura. Publicada na edição de 06 de abril de 1958, seu primeiro artigo é intitulado ...TE IPSUM<sup>412</sup>. O artigo se trata de um texto cheio de reticências, com frases que citam Sócrates e Platão, abordando a temática do “Eu Superior” para a solução dos problemas humanos. Notam-se duas características, o recurso ao latim e a busca por pautar um tema complexo. Ou seja, recurso à erudição e uma vontade de se posicionar já estão presentes neste debate.

Chamo atenção, porém para o fato de que o autor aqui não é o regionalmente famoso professor Ney Alberto. Apesar de ser algo óbvio, é preciso dar destaque a esta informação. A desconstrução desta imagem solene em torno do nome de Ney Alberto é um exercício que é necessário que seja feito para dar historicidade à sua trajetória. Trata-se de um texto, como está subscrita na identificação, de autoria de *Ney Alberto G. de Barros*, um aluno do 1º Científico, o que era o equivalente ao ensino médio atual. Nascido em 27 de setembro de 1940, Ney contava nesta ocasião ainda com 17 anos de idade, e no ano seguinte serviu ao Exército Brasileiro. Ou seja, precisamos acompanhar o processo em que este jovem se transformou, com o transcorrer de seis décadas que afastam o autor de "...TE IPSUM" até sua morte em 23 de junho de 2012, no *Ney Alberto Guardião da Memória*. Mas por que o jovem

<sup>410</sup> Exposição Ney Alberto Guardião da Memória, ver nota 330.

<sup>411</sup> O Correio da Lavoura, na coluna *Vida Social*, mencionava o aniversário de pessoas ilustres e seus filhos na subseção *Datas Íntimas*. A edição com a primeira aparição de Ney Alberto foi a de nº1.593, publicada em 28 de setembro de 1947. Nela Ney Alberto é relacionado enquanto aniversariante, tendo os nomes de seus pais mencionados, ocasião em que completou sete anos de idade. A data foi relembrada em todas as edições publicadas após seu aniversário, ano após ano, desde 1947 até 1957. Correio da Lavoura, Domingo, 28 de setembro de 1947, Ed: 1.593, P. 2.

<sup>412</sup> Correio da Lavoura, Domingo, 06 de abril de 1958, Ed: 2.142, P. 3

estudante do científico tinha acesso às limitadas linhas publicadas num periódico local que contava, naquele momento, com mais de quarenta e um anos de existência?

Não apenas por ser filho de professores, mas tendo nascido e se desenvolvido numa família que se tornou referência em termos de educação e cultura para a sociedade iguaçuana, Ney cresceu cercado por um ambiente propício à escrita e erudição. É preciso lembrar que sua mãe Leopoldina, junto ao professor Leopoldo Machado – seu tio materno – fundaram o Colégio Leopoldo em 1930. Instituição no qual seu pai somou-se ao quadro de professores ainda nos anos 30, do século XX. A tradicional instituição de ensino iguaçuana manteve suas atividades até o final do ano de 2022<sup>413</sup>, poucos anos antes de completar cem anos.

Este aspecto familiar e institucional, algo quase indissociável no caso da família de Ney Alberto, merece destaque para melhor compreensão do processo de formação do indivíduo que estou descrevendo. A pesquisadora Ana Paula da Silva Esteves produziu, em sua dissertação, um detalhado levantamento das condições históricas da fundação do Colégio Leopoldo, demonstrando ali a trajetória dos integrantes da família até sua fixação na cidade de Nova Iguaçu. Sobre esta fixação e a criação do Colégio Leopoldo compartilhamos de opinião semelhante à de Esteves, quando esta afirma a necessidade de existirem condições de sociabilidade que sustentem o projeto de formar uma escola. Com este pressuposto a autora identificou que Leopoldo Machado possuiu forte relação de amizade com o fundador do Correio da Lavoura. Relação sobre a qual fez as seguintes observações:

Foi possível observar, a partir da trajetória da família Machado Barbosa que tanto a mudança de Leopoldo Machado para o Rio de Janeiro, como sua chegada e fixação em Nova Iguaçu foram permeadas por uma rede de conhecimentos e auxílio obtidos através do espiritismo. Outro fator a ser pontuado na rede de sociabilidade do proprietário do Ginásio Leopoldo era sua estreita relação com Silvino de Azeredo, fundador e proprietário do periódico local Correio da Lavoura (...), um dos maiores propagandistas do Ginásio Leopoldo.

(...)

Não foi possível verificar se esse vínculo entre o proprietário do Ginásio e o proprietário do jornal era anterior a mudança de Leopoldo para o município, nem se Silvino de Azeredo comungava da mesma fé religiosa de Leopoldo, porém o que se verificou foi que havia uma efetiva intenção do jornalista em legitimar o Ginásio Leopoldo como estabelecimento modelar na cidade.<sup>414</sup> (Grifos meus).

---

<sup>413</sup> Após a morte de Paulo de Tarso Machado de Barros em 07 de outubro de 2022, aos 73 anos, mais conhecido por Paulinho Leopoldo, diretor do colégio Leopoldo – irmão caçula de Ney Alberto – a instituição de ensino encerrou suas atividades no final do mesmo ano.. Sobre a morte de Paulinho Leopoldo ver: Jornal de Hoje: Faleceu Paulinho Leopoldo. Disponível em: [https://jornalhoje.inf.br/wp/baixada/faleceu-paulinho-do-leopoldo/#:~:text=Faleceu%20hoje%20\(07\)%2C%20o,fundou%20o%20col%C3%A9gio%20em%201930](https://jornalhoje.inf.br/wp/baixada/faleceu-paulinho-do-leopoldo/#:~:text=Faleceu%20hoje%20(07)%2C%20o,fundou%20o%20col%C3%A9gio%20em%201930). Acessado em 20 de jan de 2025.

<sup>414</sup> ESTEVES, Ana Paula da Silva. *O Ginásio Leopoldo e o processo de institucionalização do ensino secundário no distrito-sede de Iguaçu (1930-1950)*; Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; 2020. P37.

Esta sociabilidade construída entre quem está se fixando e quem já se encontrava na cidade significa que Leopoldo Machado, um *outsider*<sup>415</sup> no momento de sua chegada, constituiu relação de amizade com um cidadão estabelecido na sociedade iguaçuana, alguém que pôde hipotecar seu prestígio em favor do recém chegado. Além de já ser um cidadão estabelecido, Silvino tornou-se verdadeiro legitimador do Colégio Leopoldo nas páginas de seu jornal, pois identificou nos ideais de Machado os princípios norteadores que professava no próprio Correio da Lavoura: *educação, saúde e produção*<sup>416</sup>.

**Ilustração 34: Lema do Correio da Lavoura - educação, saúde e produção.**



Fonte: Correio da Lavoura, Domingo, 23 de março de 1952, Ed: 1.827, P. 1.

<sup>415</sup> Leopoldo Machado preenche vários requisitos de diversos outros moradores de Nova Iguaçu no contexto de expansão demográfica que poderia enquadrá-lo como um outsider a partir do conceito de Norbert Elias. É nordestino, migrante, chega à Nova Iguaçu depois de sair de sua terra natal vindo para a cidade do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro trabalhou no Méier e depois migrou internamente para Paraíba do Sul e somente depois foi fixar moradia em Nova Iguaçu. ESTEVES, 2020. P33. Sua trajetória e a gradual inclusão no grupo dos *estabelecidos* na sociedade iguaçuana pode ser conhecida no trabalho da autora.

<sup>416</sup> “O semanário fundado por Silvino Azeredo em 1917 definiu que os princípios do jornal estariam alinhados ao progresso da cidade. Segundo o capitão Silvino, o periódico estaria pautado na independência, progresso material, intelectual e moral dos iguaçuanos, por isso para ser um “valente defensor” da cidade o *Correio da Lavoura* valorizou a honra, a verdade e a justiça.” ALEXANDRE, 2015. p132.

Esta conexão familiar é algo que certamente franqueou ao então jovem Ney o espaço para criar uma coluna de jornal num veículo de imprensa com posicionamento tradicional, que possuía circulação, sobretudo entre as classes dominantes da sociedade iguaçuana. Além disso, o tema era propício para que o Correio da Lavoura lhe cedesse espaço. A educação foi um dos eixos centrais na pauta jornalística do Correio da Lavoura, tanto na fase em que foi conduzido por seu fundador, o capitão Silvino Azeredo, como nas seguintes gerações de editores e colunistas da família Azeredo. Então, ao oferecer como proposta a criação de uma *Coluna dos Estudantes*, sobre os temas de interesse tanto dos estudantes como do próprio jornal, Ney obteve um espaço para projetar sua voz e a de outros jovens que colaboraram nesta coluna. Parece-me bastante plausível supor que, não fosse Ney Alberto um membro da família de Leopoldo Machado, talvez não obtivesse o mesmo espaço. Basta lembrar que em 1958, Leopoldo era um sexagenário, contava já com 28 anos de fundação do seu Ginásio Leopoldo, passando a figurar, portanto, entre umas das pessoas mais respeitáveis e proeminentes de Nova Iguaçu. Foi membro fundador da Arcádia Iguaçuana de Letras – AIL, colaborava frequentemente com o jornal Correio da Lavoura, era cidadão atuante nas questões que a família Azeredo se envolvia, conduziu diferentes campanhas de caridade, bem como era proeminente autor de títulos espíritas, da doutrina de Allan Kardec.

Além disto, o jovem Ney Alberto era precedido ainda por seu pai, o professor Newton Gonçalves de Barros, nas páginas do Correio da Lavoura. Newton era natural de Cachoeira Paulista, chegando à Nova Iguaçu para ser professor do Colégio Leopoldo. Assim como Silvino Azeredo e Leopoldo Machado, também passou parte de sua vida no interior do Rio de Janeiro, tendo realizado parte de sua formação em Valença e em Barra do Piraí. Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre descreveu brevemente sua trajetória da seguinte maneira:

Assim como Getúlio de Moura, o árcade Newton Gonçalves de Barros também proveio de outra região. Ambos consolidaram sua carreira profissional em Nova Iguaçu, durante os anos 1930. A história de vida de Newton Gonçalves igualmente demonstra a relevância das relações sociais ao longo da trajetória profissional. O árcade nasceu em 13 de setembro de 1915 no município de Cachoeira Paulista, São Paulo. Iniciou sua formação em Valença, município ao sul do estado do Rio de Janeiro, mas prosseguiu o ensino secundário na cidade de Barra do Piraí.

Chegou à Nova Iguaçu em 1933 para trabalhar no Colégio Leopoldo Machado, fundado em 1930. Tendo uma carta de recomendação do jornalista Manuel Quintão passou a lecionar. Mais tarde iniciou o curso de engenharia na escola Politécnica da Guanabara onde permaneceu até o terceiro ano, e passou a estudar História. Atuou como professor no Colégio Pedro II e Colégio Central do Brasil, ambos na cidade do Rio de Janeiro. Casou com a irmã de Leopoldo Machado, Leopoldina Machado, e foi colunista do jornal *Correio da Lavoura*.<sup>417</sup>

---

<sup>417</sup> ALEXANDRE, 2015. P152.  
226

Newton é outro exemplo de um *ilustre iguaçuano*, apesar de seu nascimento alhures. Tornou-se cunhado do professor Leopoldo Machado e, acredita-se que através deste parentesco, aproximou-se da família Azeredo, tornando-se amigos. Nos anos 1950 passou a contribuir com a coluna *Educação e História*, que vai ocupar local de destaque na capa do Correio da Lavoura por anos à fio. Mesmo quando Newton Gonçalves não mantinha uma coluna no jornal, com o rigor da produção semanal, fez contribuições pontuais para o semanário iguaçuano, sendo um colaborador por décadas.

Diante deste panorama a respeito de suas credenciais familiares torna-se compreensível que o jovem de 17 anos tenha alcançado espaço no já tradicional jornal semanal Correio da Lavoura. A partir de então Ney Alberto teve presença permanente no Correio da Lavoura até sua morte em 2012. Depois da Coluna do Estudante Ney terá um breve hiato para cumprir o serviço militar, mas já neste período havia se aproximado de Waldick Pereira, a quem acompanhava em incursões pelos caminhos da história da Iguassú velha. Onde com o também jovem, Zanon de Paula Barros e outros parceiros, desbravaram regiões como os portos da Estrela e de Iguassú, Santana das Palmeiras na Serra do Tinguá e diferentes áreas na Serra do Gericinó, como a Pedra da Contenda. Zanon produziu e enviou um texto por *e-mail* através do qual relata que em alguma data em 1957, ele e Ney Alberto acompanhados de Isaac Caldas, outro colega de escola, levados pelo anseio de compreender o que era a Iguassú Velha de que só ouviam poucos relatos, resolveram ir pessoalmente conhecer. Como é curto o relato, transcrevo-o integralmente a seguir:

Como Conheci Iguassú a Antiga.

Eu e Ney Alberto sempre nos perguntávamos o que era Iguassú Velha. Tínhamos a ideia de Iguassú Velha representar algo importante para a história de Nova Iguaçu, mas nossos professores de história nada falavam sobre isto.

Em algum dia de algum mês (os quais já não me lembro) no ano de 1957, eu, Ney Alberto e Isaac Caldas **decidimos descobrir o que era e como era essa tal Iguassú Velha**. A única informação que tínhamos era que ficava lá para os lados de Tinguá.

Pegamos o trenzinho maria-fumaça, da E.F. Rio D'Ouro e seguimos em direção a Tinguá. Falamos com o funcionário da estrada de ferro que, em tese, estava ali para cobrar as passagens e ele nos indicou quando o trem parou diante da placa IGUASSÚ. Sim! Só existia uma placa com o nome Iguassú onde o trem havia parado. Saltamos no chão e o trem partiu, deixando a nossa volta somente mato alto.

Por sorte avistamos um caboclo que indagado sobre Iguassú Velha indicou-nos uma trilha no mato. Agradecemos e entramos na trilha. **Repentinamente, para nosso espanto, a trilha era pavimentada por pedras de cantaria, como nas cidades históricas de Minas Gerais.**

Seguimos em frente e nos vimos em frente a **uma igreja colonial, [grifo meu]** já em ruínas, mas com sua estrutura inteira, embora sem o telhado. A igreja havia sido saqueada porque não havia telhas quebradas pelo chão, nem restos das vigas do teto que as sustentavam. Daí deduzir-se que as telhas foram retiradas com cuidado e as vigas de madeira, certamente de boa madeira, também haviam sido levadas.

Atrás da Igreja estava o cemitério da Ordem de Nossa Senhora do Rosário, com todas suas sepulturas violadas. De pé somente, embora também violado, o mausoléu do Comendador Bento Domingues Vianna, proprietário do Porto do Vianna, na Vila, como viemos a saber muito tempo depois.

Prosseguimos até ver o porto que ainda lá se encontra hoje. Estava totalmente tomado pelo mato. Perto dele uma parede alta, em tijolo que infelizmente o mato não deixou que nos aproximássemos (o fato é que, marinheiros de primeira viagem) não havíamos levado qualquer ferramenta que nos permitisse abrir caminho naquele matagal.

Seguindo aleatoriamente por outro caminho, em vez de voltar pela trilha que nos levou ao centro da Vila, fomos dar na Fazenda São Bernardino que somente vimos de fora. Chegamos até a senzala e conversamos um pouco com um vigia que não nos deu qualquer informação relevante.

Voltamos para o centro de Nova Iguaçu com a sensação de sermos uns ainda inexistentes Indiana Jones. Essa experiência levou-nos (eu e Ney) a interessar-nos pela rica história iguaçana.<sup>418</sup> (Grifos meus).

Assim Zanon, com seu estilo e objetivo de contar, nos descreve como são suas memórias, suas primeiras impressões sobre a Iguassú Velha em companhia dos colegas de escola. Leva a pensar como, para três jovens adolescentes em 1957 pode ter sido a sensação de irem desacompanhados de adultos a terras distantes, num trem de *maria fumaça*, descobrir em meio ao matagal um *caminho calçado de pedras*, uma *igreja colonial*, um *porto tomado pelo mato* e um casarão do período imperial, tudo num perímetro razoavelmente pequeno e possível de ser desbravado a pé, sem grandes auxílios de ferramentas, deve mesmo ter sido bastante impactante. Pois nos dias atuais, apesar de estar à apenas 15km do centro de Nova Iguaçu, o percurso leva em média 45 minutos de carro para chegar à área onde os eventos narrados se desenrolam. Naquela época o trajeto demandava um deslocamento do Centro de Nova Iguaçu até uma estação do atual Ramal Belford Roxo, para de lá partirem de *maria fumaça*, como eram chamadas as locomotivas à carvão, até Tinguá. Certamente uma experiência memorável, como se percebe pelo vívido relato feito passados mais de 65 anos do evento.

Ney Alberto possui outra história, por ele relatada, que serve como marco inicial de seu interesse por geohistória. Sobretudo pela história de Iguassú Velha e da Baixada Fluminense. Fruto de uma entrevista que Ney deu ao professor Cláudio Estevam, coordenador do projeto Centro de Memória da Baixada Fluminense – CEMOBAFLU, em 10 de janeiro de 2003, este seu relato também remonta aos anos 1950. Porém, nesta narrativa, Ney depois de declamar um poema do inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, fala de sua ida ao Porto da

---

<sup>418</sup> BARROS, Zanon de Paula. **Como Conheci Iguassú a Antiga.** Destinatário IHGNI, Nova Iguaçu. 2024. Mensagem eletrônica

Estrela, onde ele identificou o marco inicial de seu interesse por geografia, por história e por arqueologia:

Eu já tinha ouvido falar no Porto da Estrela, mas nunca tinha feito uma excursão até esse local e resolvi visitar o Porto da Estrela. No Porto da Estrela terminava o caminho do ouro, chamado variante do Proença, depois eu vim descobrir que o nome era esse, e resolvi ir até as ruínas. O Porto ainda estava com as ruínas visíveis e eu fiz umas escavações no pé de um monte, que tinha uma parte de pedra e cal, e achei uma chave muito grande. E nesse instante, eu passei a me interessar, ao mesmo tempo por geografia, por história e por arqueologia. [grifo meu] A partir de então, esses mesmos rapazes que estavam comigo nesse movimento para reunir poesia de amor, todos nós fomos deslocados para fazer uma excursão ao maciço de Tinguá, serra do mar ao maciço de Gericinó, aqui que faz limite oeste com o município de Mesquita, que é conhecido popularmente por serra de Madureira, mas o nome primitivo era mesmo serra de Gericinó evidentemente para conseguir informações, nos procurávamos moradores antigos do local, lavradores pessoas que tinham uma vidinha, caçadores, madeiras e fomos reunindo informações de onde existiam ruínas no meio da mata no alto da serra, no pé da serra. E a partir daí nos resolvemos criar, mais tarde o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu. Em 62 e 63 o instituto já estava funcionando, e aí já apareceram novos companheiros, entre eles o Waldick Pereira<sup>419</sup>.

Nesta história Ney apresenta, literalmente, uma chave explicativa, de seu interesse por geografia, história e arqueologia. Neste relato, que beira o de um evento mítico, um Ney Alberto já maduro com mais de 62 anos de idade, um senhor respeitável, assume o protagonismo incontestável sobre não apenas a fundação do IHGNI, como sobre a mobilização, busca e produção de todo um conhecimento sobre a região da Baixada Fluminense. Algo que acreditamos ser uma versão que ele não apenas produziu, como reproduziu ao longo de décadas, pelo menos desse a morte de Waldick Pereira em 1984 e depois de Ruy Afrânio Peixoto falecer em 2002, não restava em Nova Iguaçu quem pudesse produzir o contraditório de suas versões, pois Zanon já morava fora de Nova Iguaçu há anos.

Quando Ney Alberto conta sua versão do evento inaugural do seu interesse por geografia, história e arqueologia e ao mesmo tempo reputa a si mesmo o pioneirismo e a fundação do IHGNI, precisamos ponderar que já não se trata do jovem que criou a Coluna do Estudante. Pelo contrário. Em 2003 estamos falando com o Ney Alberto que produziu uma parte significativa do conteúdo do livro de efemérides dos 170 anos de Nova Iguaçu, como foi observado no Capítulo 3. Além disso, não fazia três anos ainda, havia organizado o livro Memória da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu. Venho destacar, tanto um como o outro título sob encomenda de órgão público, Prefeitura e Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu, sob a gestão de Mário Pereira Marques Filho.

---

<sup>419</sup> CENTRO DE MEMÓRIA ORAL DA BAIXADA FLUMINENSE. Entrevista- Ney Alberto Gonçalves de Barros- Nova Iguaçu. 10/01/2003. Entrevista e transcrição por Cláudio Estevam.

Desde 1958 até 2003, data de meu recorte de pesquisa, Ney Alberto havia produzido trezentos e quarenta e sete (347) textos para o Correio da Lavoura, sejam estes assinados ou sob pseudônimos, ao longo de quarenta e cinco anos. É sabido que ele produzia textos não assinados para o jornal, assim como cuidou por alguns períodos das colunas voltadas para a memória do jornal, o que amplia enormemente o tamanho de sua participação apenas neste veículo de imprensa<sup>420</sup>. Em sua imensa maioria o tema é a geografia, história e arqueologia locais, ou sobre Nova Iguaçu, abrangendo toda a região da Baixada Fluminense ou mesmo sobre a história fluminense como um todo. Porém, a vida prosaica, opinião, poesia e comentários ácidos sobre a vida política local são bastante recorrentes, sobretudo quando sob o pseudônimo de *Barão de Mutambó*.

Pretendo aqui efetuar algumas ponderações sobre a contribuição de Ney Alberto Gonçalves de Barros para o Correio da Lavoura. Recordo que nosso interesse se deve pela trajetória peculiar deste indivíduo da sociedade iguaçuana, alguém a quem poderíamos atribuir o conceito de *elite-broker*<sup>421</sup>, tal como Edoardo Grendi recuperou da antropologia, dada a maneira como a escrita de Ney Alberto pode ser vista muitas vezes como uma mediação entre a comunidade e a sociedade. No entanto não desejo avançar por este campo, sobretudo por não estar convencido de forma concreta de que ele exercesse tal mediação. Minha interpretação leva a compreender o papel de Ney Alberto como um interlocutor através de quem um grupo social pode estabelecer uma memória histórica, inculcada em gerações de leitores, e estes lhe replicando. Um projeto de futuro onde o *Correio da Lavoura* foi o veículo por excelência. Passo a observar alguns dados.

O recorte a ser observado respeita dois limites, a primeira contribuição assinada por Ney Alberto em 1958 e o ano de 2003, que é o limite cronológico deste estudo, como já explicamos anteriormente. Vejamos primeiro a produção de textos no Correio da Lavoura ao longo do tempo:

**Tabela 6: Ney Alberto: Produção de textos no Correio da Lavoura – 1958 – 2003.**

---

<sup>420</sup> Impotente destacar que o acervo do Correio da Lavoura que consultado foi digitalizado em 2010. O material estava sob guarda do editor do jornal, Robinson Belém de Azeredo, no formato de livros, em sua grande maioria agrupados por ano, iniciando sempre na primeira edição de março, dia do aniversário de fundação do Correio da Lavoura. Porém há alguns livros que não estavam sob a guarda da família proprietária do jornal, tomados à época por empréstimo e que não se sabia o paradeiro. **Edições faltantes no acervo digitalizado:** 53 a 104; 488; 520; 523 a 574; 836 a 939; 1005; 1661 a 1775; 2036 a 2087; 3036; 3039; 3061; 3220; 3792; 3793; 4035; 4261; 4745; 4747; 4764; 4765; 4756; 4767; 4769; 4770; 4771; 4772.

<sup>421</sup> O historiador Edoardo Grendi recupera o conceito de *elite-broker* do antropólogo Frederick Barth, habilitando-lhe como conceito em sua microanálise. GRENDI, E. 2009. Microanálise e História Social. In: GRENDI, Edoardo, “Microanalise e História Social”, In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2009.

<b>Período de produção contínua</b>	<b>Número de colaborações por período</b>
Abr/1958 - Set/1962	57
Abr/1970 - Nov/1972	39
Jun/1976 - Mai/1979	45
Mar/1981-Out/1983	31
Jul/1987 - Jul/1988	9
Jul/1991 - Set/2001	160
Avulsos	6
<b>Total</b>	<b>347</b>

Fonte: Produção do autor com base no jornal Correio da Lavoura – 1917-2003.

A tabela acima indica a quantidade de textos onde Ney Alberto assina ou onde se reconhece seu pseudônimo, *Barão de Mutambó*, no recorte cronológico já identificado. Dei destaque para períodos nos quais a produção se adensou, separados por hiatos de produção. Não nos interessou investigar as razões destes lapsos temporais, mas cumpre apresentá-los. Acredito, porém, que a sua participação no jornal seja ainda mais ampla, dado a uma característica de existirem diversos textos que são publicados no *Correio da Lavoura* sem assinatura. Há ainda edições que não tive acesso, devido a questões ligadas ao armazenamento do acervo, algo que já pontuei no capítulo anterior. Como não foi o objetivo perseguir o autor através de seu estilo de redação, os números acima já são bastante expressivos para minha análise. A primeira observação é a longevidade da contribuição de Ney enquanto autor no jornal. Colabora junto ao jornal em fins da década de 1950 e vai até início do novo milênio, com alguns recortes distintos, com distribuição assimétrica ao longo de quadro décadas: 1960, 1970, 1980 e 1990. Chama atenção sua baixa produção nos anos 1980, quando comparamos com as demais décadas. Em um lapso de um ano, de julho de 1987 à julho de 1988, produziu apenas 9 textos e um total de apenas 40 para toda a década, mesmo dentro deste recorte, é uma produção bastante esparsa, com lapsos internos de meses. Os lapsos de meses também foram encontrados em outros períodos, o que indica que Ney não era um colaborador disciplinado e assíduo, ou comprometido em manter uma coluna semanal como outras que encontramos por longos anos no jornal. Podemos inferir que a partir dos seus quarenta anos, Ney Alberto estivesse absorvido com atividades profissionais, familiares e outras questões que o retirasse temporariamente da rotina editorial do Correio da Lavoura. Em 1984, por exemplo, ele assinou um único texto em 25 de março, um poema em homenagem ao companheiro de pesquisas por mais de duas décadas, Waldick Pereira, que tinha falecido em 11 de fevereiro daquele ano. Outro fator que pode ter lhe afastado do CL, pois com a morte de Waldick ele

passa a assumir novas responsabilidades no IHGNI. O fato é que de todo o período, os anos oitenta do século XX é o de menor produção textual, como chamo atenção na próxima tabela:

**Tabela 7: Ney Alberto Produção de textos no Correio da Lavoura por década.**<sup>422</sup>

Década	Quantidade de textos
1960	52
1970	85
1980	40
1990	154

Fonte: produção do autor com base no jornal Correio da Lavoura – diversas edições.

Observando a Tabela 2 convido a duas observações. Uma é a grande participação de Ney Alberto no curto período dos anos 1960, pois foram 52 textos apenas entre 1961 e 1962. Mas até os anos 1970 não foi possível verificar novas colaborações no jornal. Não podemos dar explicações para o fenômeno, mas cruzando com dados da Tabela 1, podemos indicar um hiato de aproximadamente oito anos entre 1962 e 1970, o maior de sua trajetória. O segundo aspecto é o *boom* de produção que ocorreu nos anos 1990, quando em apenas uma década encontramos cerca de 46,5% de toda a colaboração de Ney Alberto no correio da Lavoura dentro do recorte pesquisado.

Se por um lado o filho da família estabelecida conservadora tradicional e amiga do jornal Correio da Lavoura Ney Alberto teve espaço franqueado para suas publicações, por outro lado o migrante nordestino com aspecto grosseiro, ríspido no modo de falar e gesticular conforme apontou Zanon de Paula Barros, Waldick Pereira não possuía o mesmo espaço no *Correio da Lavoura*. Porém Waldick era jornalista profissional, atuava na imprensa fluminense em empresas como o jornal *Última Hora*. Ele compunha com os jornais *O Dia* e *Luta Democrática* um grupo de jornais que tinha um outro perfil, diverso do *Correio da Lavoura*. Esses jornais receberam por alcunha a expressão: crime e sindicato<sup>423</sup> para definir seus perfis e destoam da forma como o conservador Correio da Lavoura se posicionava enquanto imprensa. Estão mais próximos do perfil do jornalismo produzido em Nova Iguaçu pelas empresas de Dionízio Bassi, que como pudemos verificar, estava em disputa com o CL pela narrativa histórica na cidade. Diante de tal cenário, não é difícil compreender como Ney

---

<sup>422</sup> Para compor esta tabela retirei os textos da década de 1950 e do ano de 2001, que já seria a década de 2000. Fonte: Correio da Lavoura.

<sup>423</sup> SIQUEIRA, Carla. “Sensacionalismo e retórica política em *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática* no segundo governo Vargas.” In: *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marco, FERREIRA, Tâmia Maria Bessone da C. (org). Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006, p. 414-415.

Alberto preencheu os critérios necessários para seguir sendo o difusor do projeto citricultor por décadas a fio.

Não faz parte dos objetivos desta pesquisa fazer uma avaliação qualitativa da produção de Ney Alberto Gonçalves de Barros. O conteúdo de sua obra, a contribuição de seus textos para a historiografia local podem e devem ser objeto de estudo, porém não contemplam os objetivos deste estudo. Digo o mesmo para a produção dos demais integrantes do IHGNI, sobretudo de Waldick Pereira. Porém cabe observar que nas duas personagens aqui destacadas há uma distinção objetiva a ser produzida. Se por um lado Ney Alberto possuiu uma massa quantitativa de textos jornalísticos através de sua colaboração no *Correio da Lavoura*, por outro lado Waldick Pereira possuía uma relevância para a historiografia local devido à sua produção em livros, sendo estes muito mais acessíveis quando se trata de pesquisa historiográfica. Considerando os editados e publicados e os dois títulos que ficaram na versão sem publicação são obras com folego de pesquisa, sobretudo quando pensamos em *Cana, Café & Laranja*. Ney terá característica mais destacada de um cronista, sendo um comentador ácido em muitos momentos, mas ter uma obra a ser investigada fora do jornal, quando se trata de peças de teatro e contribuições na música, sobretudo no samba, como se pode verificar no Dicionário de Cravo Albin Música Popular<sup>424</sup>.

Porém, quando nos referimos a pesquisa e produção intelectual, a contribuição de Waldick é mais destacada. Enquanto Ney Alberto é mais afeito à divulgação, por assim dizer. Segundo os relatos de quem conviveu com ambos, o perfil de Waldick é mais reservado e Ney foi recorrentemente mencionado enquanto um sujeito extrovertido, capaz de fazer galhofas mesmo em oportunidades críticas como quando passou alguns dias perdido na mata da Serra do Tinguá juntamente com uma comitiva composta inclusive por um juiz<sup>425</sup>. A diferença de perfis é notável. Ao longo de sua atuação em Nova Iguaçu, Waldick Pereira recolheu, catalogou e arquivou um acervo com centenas de documentos<sup>426</sup>, incluindo além de cópias, fontes primárias, documentos adquiridos em arquivos públicos na cidade do Rio de Janeiro e Niterói, antiga capital fluminense, através de subtrações. Algo relatado tanto por Zanon como por José Luiz Teixeira em entrevistas prestadas para a produção do documentário do IHGNI. São fotografias, manuscritos e artefatos como materiais oriundos de investigações com caráter

<sup>424</sup> Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/ney-alberto/>, Acessado em 14 de fevereiro de 2025.

<sup>425</sup> Fatos relatados no documentário do IHGNI. BATISTA, Allofs Daniel. Diretor. *O futuro da Memória: 60 anos do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu*. Documentário. Produção financiada pela Lei Paulo Gustavo. IHGNI. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZK69uTop93w&t=12s>, acessado em 17 jan 2025.

<sup>426</sup> Waldick Pereira produziu, em 1976, um documento datilografado com 46 páginas. Denominado *Catálogo de Manuscritos, Mapas e Plantas*, o documento apresenta acervo acumulado pelo IHGNI até sua produção. PEREIRA, Waldick. Catálogo de Manuscritos, Mapas e Plantas. Datilografado. IHGNI, 1976.

arqueológico. Todo este acervo foi catalogado e institucionalizado. Sendo atribuído, desde 1962, ao acervo do IHGNI, com carimbo e numeração. Ney Alberto, após o falecimento de Waldick, além de encerrar o acesso ao acervo, restringindo a alguns itens, sob sua supervisão e a depender de seu humor, com o passar dos anos dissipou parcialmente o acervo, distribuindo entre pessoas de sua relação. Por fim, o que restou em Nova Iguaçu ficou fragmentado, sendo por ele mesmo denominado Arquivo Nei Alberto – A.N.A.. Uma parte deste acervo esteve disponível por um breve período de tempo num efêmero Centro de Memória de Nova Iguaçu, que durou entre março e dezembro de 2012. Este acervo foi digitalizado a toque de caixa e se encontra sob guarda do CEDIM, ainda não acessível ao público<sup>427</sup>. Como coordenador do projeto, disponho de uma cópia que demanda sistematização para poder servir à pesquisa. Todo este acervo se perdeu ao final da gestão do prefeito Nelson Bornier, no ano de 2016. Outra parte, que estava sob guarda da viúva de Ney Alberto, foi vendida ao advogado e colecionador Marcus Monteiro. Até hoje o acervo encontra-se inacessível ao público.

E é então que emerge o *projeto citricultor*. No corpo de seus textos Ney Alberto abusou do recurso a uma identidade iguaçuana sobre a qual ele se inscreve como autoridade quase exclusiva para definir os parâmetros, que difunde pelo *Correio da Lavoura*. Sobretudo após a morte de Waldick Pereira, Ney irá manter sob sua guarda uma enorme massa de informações. Será o único com voz e autoridade para narrar a história local. Falar de Nova Iguaçu passa, a partir de 1984, a ser um domínio quase exclusivo. No início do primeiro capítulo destacamos a forma como Ney Alberto identificou bons e maus cidadãos, a uns tratando por iguaçuanos ou iguaçuenses e outros como iguaçuínos e iguaçuasnos. Este é um dos mais bem acabados exemplos do que estamos apontando. O preconceito por quem não comunga dos mesmos valores é latente nestes termos, que além de figurar nas páginas do jornal, foram transformados em cordel. Seu tio Leopoldo Machado, seu pai Newton Gonçalves de Barros e sua mãe, Leopoldina, foram exemplos de *outsiders* quando chegaram à cidade. Seu companheiro de pesquisas no Instituto Histórico e Geográfico, com quem passou mais de vinte anos pesquisando juntos, Waldick Pereira, era também um *outsider*. Sem vínculos de nascimento ou parentesco com o território, buscaram construir para si uma trajetória que lhes projetasse enquanto bons exemplos de cidadania. Seriam estes os

<sup>427</sup> BATISTA, Allofs Daniel; COSTA, J. A.; OLIVEIRA, M. S.; SANTOS, I. R. “Lugares de memória: o exemplo do Centro de Memória da Cidade de Nova Iguaçu.” In.: ANGELO, Elis Regina Barbosa, SIQUEIRA, Euler David (Orgs.). *Concepções, Memórias e Patrimônio Cultural: História, sociedade e educação em foco*. Curitiba/PR: Editora PRISMAS, 2016, v.1, p. 265-280

iguaçuenses modelares a quem Ney se referia? Todos se inscreveram num circuito cultural e social que coadunava para o *projeto citricultor*. Elitizado, intelectualizado, centrado no distrito sede, com forte apego às tradições inventadas pelo próprio círculo que lhe compunham, afinal, ninguém era de fato iguaçano. É importante lembrar que a memória de uma Nova Iguaçu cristalizada pelo *projeto citricultor* passou a ser urdida a partir do contexto do centenário, nos anos 1930.

Estes personagens, de quem Ney guarda parentesco e proximidade, serão o espelho de cidadão que o projeto citricultor oferece a toda Nova Iguaçu. Mas no auge de sua densidade demográfica, por volta dos anos 1970 e 1980, antes das emancipações que sobrevieram nos anos 1990, com uma massa de população beirando o milhão de habitantes, quem poderia reproduzir aqueles exemplares modelos? Por maiores esforços que os indivíduos pudessem querer investir neste sentido, ocorriam todos os anos a chegada de centenas de milhares de migrantes, vindos dos mais distantes lugares do Brasil e do interior do próprio Rio de Janeiro, que se deparava com uma realidade bastante hostil à sua sobrevivência. No território da Baixada Fluminense, onde “até galinha cisca pra frente”, os novos moradores da *cidade perfume* não sentiam nenhuma boa fragrância dos tempos dos dourados laranjais. Ao contrário, quando não chovia e fazia lama, havia no ar poeira e o cheiro de esgoto ao céu aberto e morte. Num ambiente como este, com uma população crescente, sem nenhuma cobertura aos direitos básicos como saneamento, água, luz, transporte, educação e saúde, o membro da elite e portador da palavra se apresentou como candidato à câmara de vereadores. Não mais o jovem de 22 anos, mas agora já como um senhor respeitável próximo dos 50 anos de idade. Numa cidade de migrantes, Ney fez campanha pelo *voto minhoca*.

#### 4.4 – QUANDO É PRECISO RECORRER À MEMÓRIA?

No primeiro capítulo abordei o campo teórico da produção de memória e busquei apontar alguns pontos de inflexão da história de Nova Iguaçu. Basicamente é possível verificar que o recurso a memória se tornou relevante na cidade principalmente em três momentos: primeiro no desmonte da indústria citrícola, dado acompanhado dos loteamentos e crescimento demográfico. Ao passo que a cidade sofreu estas transformações internas o país também passou pelos seus ajustes, no momento que experimentou uma vida democrática após o longo período em que teve Getúlio Vargas no poder, sendo parte deste tempo uma ditadura. Segundo, no período da ditadura civil-militar. Internamente o risco eminente de perda de

autonomia política demanda a exibição de símbolos de respeito à ordem, conservadorismo e conformidade. A vizinha, Duque de Caxias, por exemplo, virou Área de Segurança Nacional e Nova Iguaçu chegou a figurar em uma lista de cidades para as quais os militares possuíam o mesmo interesse, apesar de não terem concretizado<sup>428</sup>. Coincidemente neste contexto o IHGNI se tornou uma instituição bastante ativa, sobretudo através da figura de Waldick Pereira, que como demonstramos foi importante agente público, chegando a formular o próprio brasão municipal. Em terceiro quero elencar o período da redemocratização, algo que em Nova Iguaçu passou com certo atraso no campo da memória. Não posso afirmar, mas suspeito que as vitórias do brizolismo nos anos 1980 tenha retardado as disputas por esta memória, dada a efervescência social e política daquele contexto, empurrando este processo até os anos 1990. Aponto também que em meados dos anos 1980 faleceu Waldick Pereira, o IHGNI entra num hiato, passando gradualmente a estar sob a direção de Ney Alberto, enquanto membros fundadores como Ruy Afrânio Peixoto e Luiz Martins de Azeredo se avizinhavam de idades muito avançadas, perdendo seu dinamismo e capacidade de atuação social (mas não intelectual). Passado o período conturbado dos anos 1980, porém, a década de 1990 foi a de maior presença de Ney Alberto no *Correio da Lavoura*, como pudemos ver em destaque anteriormente. Neste período o IHGNI não se reuniu, não produziu atas, não teve eleições. Se consolidou a figura de Ney Alberto enquanto “Guardião da Memória”, concluindo a metamorfose iniciada nos anos 1950 e cristalizada nos anos 1990 em diante, permanecendo até nossos dias mesmo após seu falecimento, quando a figura de Ney se torna uma espécie de avatar do *projeto citricultor*.

É um aspecto bastante relevante que deve ser considerado no contexto dos anos 1950 para Nova Iguaçu, a sua experiência dicotômica. Em termos de perspectivas de futuro, você tem uma cidade que parcialmente ainda tem desejos de recuperar abundância dos citricultores, estabelecidos na cidade em períodos anteriores, na década de 1930 e 1940. Seu poder econômico foi parcialmente afetado pela paralização do fluxo comercial marítimo atlântico, que foi fechado no contexto da Segunda Guerra Mundial. Ao menos para os grandes proprietários foi possível superar este período de dificuldades, enquanto para muitos foi necessário vender as terras para pagar dívidas. Ao passo que o crescimento demográfico, o desenvolvimento da indústria e o incremento de um comércio forte vão pressionar para o surgimento de novas características na urbe iguaçuana. Neste momento o número de loteamentos cresceu e o número de migrantes idem. Tudo isto foi apontado anteriormente.

---

<sup>428</sup> BATISTA, 2014.

Então essa relação de um grupo estabelecido com uma perspectiva de futuro conservadora se encontrava diante de duas posições antagônicas ou dicotômicas: de um lado a perspectiva de investir no Desenvolvimento Agrário Rural para recuperar a sua produção citricultora de décadas anteriores, mas esta perspectiva confronta um posicionamento de investimentos cada vez maiores na indústria. Como a chegada de indústrias de grande porte, como a Bayer<sup>429</sup>, a cidade percebeu uma vida urbana mais dinâmica, que vai alterou a fisionomia urbana com a chegada cada vez maior de postos de combustíveis e agências de venda de veículos, novas agências bancárias, e serviços variados. Tudo que era signo de um Brasil moderno, do Brasil que ia inaugurar Brasília, dos cinquenta anos em cinco. Em um país que está apostando no seu desenvolvimento há Nova Iguaçu, que vive assim como se em um enclave, um verdadeiro impasse para as elites dirigentes locais. Na década de 1950 Nova Iguaçu é signo dessa posição claudicante entre o progresso e a tradição. Saindo da década de 1950 a cidade vai ser bastante ativa socialmente. Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre apresenta um quadro destas atividades bastante interessante e representativo deste momento.

**Tabela 8: Aspectos Culturais do Município de Nova Iguaçu (1959).**

Aspectos Culturais	
Cinemas	17
Sociedades Esportivas e Culturais	95
Jornais	75
Sociedades Artísticas	3

Fonte: ALEXANDRE, pg129, 2015.

Hoje temos que pensar quanto que esses indivíduos tiveram suas perspectivas e visão de mundo moldadas nos anos Vargas, quando desde a década de 1930 a cidade de Nova Iguaçu convivia com governantes indicados pelo interventor Estadual, prefeitos interventores e uma vida política em compasso de espera pelas decisões do regime. Então basta pensar que na década de 1950, como se pode observar no trabalho da Maria Lúcia, houve intenso movimento cultural na cidade. Tanto em sua abordagem sobre a Arcádia Iguaçuana de Letras como sobre jornalismo e política na cidade, ela demonstrou como houve um movimento cultural bastante pujante na cidade. Nesse contexto o governo do Estado do Rio de Janeiro se tornou um novo objeto de desejo para alguns agentes políticos locais. Políticos que só podiam sonhar em governar a cidade por indicação para assumir a prefeitura como interventores, ou ser eleitos para a Câmara de Vereadores, ganharam novos horizontes. No fim da década de

<sup>429</sup> CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. Bayer e Belford Roxo uma experiência industrial: relações de classe na Baixada Fluminense (1958-2008) Dissertação em desenvolvimento (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/UFRRJ, Seropédica. 2013-2015.

1950, em 1958, Nova Iguaçu ofereceu um candidato a Governador do Estado do Rio de Janeiro. Getúlio de Moura, foi candidato a Governador e anos depois outro candidato da Baixada Fluminense, Tenório Cavalcante concorreu então ao palácio do Ingá, já que o Estado do Rio de Janeiro era governado a partir de Niterói. O Ingá vai ser um novo objeto de desejo dos políticos da região da Baixada Fluminense, e isso é sintoma da dinâmica, econômica, política, social e cultural que estava represada nos anos Vargas. Essa experiência democrática dos anos 1950, depois de experienciar mais de uma década inteira de vida democrática, vai aflorar esse sentimento. E para moldar esta sociedade é preciso a constituição de identidade, é preciso a constituição de narrativas de projetos de futuro. E o instituto histórico surgiu enquanto uma ferramenta potencializadora da construção de uma memória histórica para cidade de Nova Iguaçu.

“Os investimentos, referências e publicações foram mecanismos utilizados pela AIL para que o grupo ruralista fosse reconhecido como legítimos representantes pelos setores da indústria e comércio em expansão. A **conjuntura da redemocratização inseriu novas forças políticas e empresariais no jogo político da região**. [grifo meu] Contudo, as críticas fundamentadas pelo *Correio de Maxambomba* encobrem questões de maior complexidade. Não é possível afirmar um embate ou aproximação entre ambos, pois ainda não temos dados suficientes para definir a relação dos grupos. Contudo, ela dimensiona as tensões existentes durante a conjuntura dos anos 1950.”<sup>430</sup>

A indicação de uma inserção de novas forças no campo econômico e político também é uma percepção compartilhada por Maria Lúcia Alexandre, quando aponta para os anos 1950 como um contexto de busca dos “ruralistas” manterem sua posição de “legitimidade” numa sociedade em franca transformação econômica, política e social. Se os árcades tinham estipulado em regimento que seus integrantes deviam pertencer à sociedade iguaçuana por nascimento ou pela fixação por período superior determinada quantidade de tempo, no IHGNI vamos encontrar Waldick Pereira, migrante de Alagoas, que produziu uma movimentação quase pessoal para formação de um museu para Nova Iguaçu. São os sinais dos novos tempos. Considerando que na Câmara de Vereadores haviam integrantes do jornalismo mais moderno, diametralmente diverso do Correio da Lavoura, como Dionísio Bassi, a elite local se vê ameaçada em seu projeto de futuro, que acaba sendo descrito desta forma:

Seguindo ideias como a diversificação agrícola, mecanização e formação do trabalho, o projeto de hegemonia consolidava suas bases nas quatro primeiras décadas do século XX e com isto afirmava sua posição política e econômica no cenário estadual e nacional. Esse projeto vencedor vai ser a perspectiva assumida pela Arcádia Iguassuana de Letras em suas obras como forma de retomar algumas prerrogativas. Todavia, precisamos considerar que a consolidação deste plano envolveu um conjunto de ações, sujeitos e instituições. Elas deveriam respaldar o projeto nilista da laranja como principal atividade econômica de Nova Iguaçu nos

---

<sup>430</sup> ALEXANDRE, 2015. p134.  
238

anos 1930. Por isso a imprensa e determinadas associações de caráter civil foram acionadas.<sup>431</sup>

Maria Lúcia constrói uma sólida interpretação do processo de consolidação de um grupo, identificando o período em que isto acontece e os agentes que contribuíram ativamente para isto. E, no momento que este projeto encontrou dificuldades, com a crise que sobreveio após a Segunda Guerra Mundial, comprehende, como eu também comprehendo, que há um movimento orientado ao resgate de um passado. O que nossa proposta tem de diverso está na compreensão de um recorte cronológico mais dilatado, posto que os ecos deste esforço de construção de memória chegam aos nossos dias. O movimento arcadiano, impulsionado pela crise também se desfez, ao passo que esta geração envelheceu e, naturalmente, morreu ou se retirou da vida ativa da sociedade dadas as circunstâncias da vida. O projeto passa a sobreviver no IHGNI. Há, no instituto algo de juventude, mas orientada, como podemos perceber com o esforço feito por Ruy Afrânio Peixoto de permanecer atuante, não apenas no IHGNI mas em diversos movimentos culturais, como a herdeira da AIL, a ALANI. Daí que em diferentes diálogos ou registros seja possível vislumbrar o conflito entre o velho Ruy e o jovem Ney, mesmo quando este já não seja tão jovem assim. Um choque de gerações que, segundo alguns relatos, se dava com muito respeito entre os confrades, mas com alguma frequência. Da geração dos árcades, Ruy Afrânio permaneceu ativo até o fim dos anos 1990, falecendo somente em 20 de janeiro de 2002. Como a atividade intelectual não demandava um esforço físico e seu capital político e cultural lhe franqueava acessos, nos anos 1980 esteve à frente de órgãos do governo municipal e durante todo este tempo foi assíduo com seus textos em publicações de revistas e jornais, como sua coluna no Jornal de Hoje. Cumpre observar que o Jornal de Hoje é um veículo de imprensa diário, fundado em outubro de 1971. Ele logo suplantou o *Correio da Lavoura* em termos de alcance, sobretudo por se tornar o veículo de publicação dos atos oficiais de Nova Iguaçu e de outras municipalidades, além de adotar um perfil de jornalismo moderno com linguagem mais acessível. Assim, mesmo que o interesse da população geral possa ter minguado, quanto ao tema da cultura, uma versão da memória histórica contada por personas Ruy Afrânio Peixoto permaneceu circulando na sociedade por muitas décadas, uma versão forjada nos anos 1940 que se propagou por mais de 50 anos após sua formulação.

Voltando, para encerrar a discussão sobre a criação do IHGNI e a iniciativa de Waldick Pereira. Como é possível observar, há pelo menos duas perspectivas sobre o assunto. A reportagem que já mencionamos do *Última Hora* confronta a narrativa, por exemplo, da

---

<sup>431</sup> Idem. p67.  
239

entrevista que Ney Alberto ofereceu nos anos 2000, que consta de acervo do professor Cláudio Estevam, no CEMOBAFLU, em que ele vai dar sua versão da criação do IHGNI. Ney afirma que ele está à frente da formação do Instituto Histórico e que Waldick é quem vai se somar a ele, aqui nós temos mais do que narrativas conflitantes quanto à fundação, encontramos estratégia. Pois é necessário levar em consideração que o Ney Alberto sobreviveu para contar a sua versão da história por anos, registrando em ata, escrevendo no jornal e dando seu testemunho como registro para a posteridade, como nesta entrevista já nos anos 2000. Já de Waldick, que faleceu em 11 de fevereiro de 1984, não encontramos nenhum material onde ele ativamente buscasse construir uma narrativa sobre sua perspectiva da formação do IHGNI. No entanto, temos diversas reportagens de jornais e fontes documentais que demonstram, entre outros aspectos, a movimentação dele para a montagem de uma exposição em janeiro de 1962 visando a comemoração de aniversário da cidade, notícias que dão conta de uma ação e um projeto voltados para formação de um museu, noticiado tanto antes quanto depois do referido evento em reportagens do jornal *Última Hora*. Observamos que Ney Alberto era na ocasião um secundarista, contava com cerca de 20 anos, enquanto Waldick Pereira um homem adulto, casado e com filhos, já era jornalista nessa época. Então nós temos versões diferentes, em tempos diferentes sobre a fundação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu.

Há ainda os comentários sobre essa fundação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu, na versão narrada nos dias atuais por Zanon de Paula Barros<sup>432</sup>. Sua opinião sobre a fundação do instituto vai mais ao encontro daquilo que encontramos nas publicações e fontes da época. Zanon vai informar, em entrevista, que o Waldick Pereira lhe procurou e ele já não morava em Nova Iguaçu. Nesta época morava na cidade do Rio de Janeiro, estudava e trabalhava por lá, mas foi procurado pelo Waldick que lhe apresentou a hipótese da criação do IHGNI, que foi muito bem recebida por ele. Seu destaque é de que o Waldick foi quem mobilizou pessoas para essa finalidade. Então, depois de realizarem umas expedições no final da década de 1950, nos anos de 1958 e 1959, realizando incursões e acampamentos em territórios da extinta Vila de Iguassú, subindo a Serra do Tinguá para visitar ruínas como as da freguesia de Santann'a das Palmeiras, um grupo de pessoas se reuniu depois de uma convocação publicada no jornal *Correio da Lavoura*, e sob certa formalidade, assinaram a fundação do instituto. Ainda segundo Zanon, essas pessoas se mobilizaram basicamente para

---

<sup>432</sup> BARROS, Zanon de Paula. *Entrevista sobre vida de Zanon de Paula Barros e da fundação do IHGNI*. Entrevistador: Allofs Daniel Batista. Local, 15 de janeiro de 2024. Gravação de áudio (ou "Dados de pesquisa"). Duração: 3:18:10 min.

o momento de assinatura, para constar como membros fundadores, mas o núcleo de formação se deu em torno dessa proposta de trabalho do Waldick Pereira<sup>433</sup>. Fenômeno ao qual o Ney Alberto veio se somar como participante, não como quem tomou a iniciativa.

Tanto que o senhor Zanon levanta a hipótese nesta entrevista cedida em 15 de janeiro de 2024, de que Ney não participou na primeira reunião do IHGNI. Utilizando a própria Ata de Fundação como prova - Ata em que a primeira assinatura é do Zanon de Paula Barros – ele aponta que nesta Ata a assinatura do Ney Alberto não apenas não está entre as primeiras assinaturas como possuiu outra cor de caneta. A assinatura dele é realmente a última no documento de Ata de Fundação do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu, e o senhor Zanon afirmou que Ney Alberto não estava e que assina posteriormente. Curioso é que em diferentes momentos se pôde encontrar fontes documentais, sejam de jornal, sejam de outra natureza, como Atas posteriores do próprio IHGNI, onde o Ney Alberto assinalou e ofereceu um destaque à sua condição em relação ao instituto, como *membro fundador*, como neste registro no segundo Livro de Atas do IHGNI, datada de dois de agosto de 1986:

Aos dois dias de agosto de mil novecentos e oitenta e seis, no Colégio Afrânio Peixoto, na Biblioteca Afrânio Peixoto, situados à rua Afrânio Peixoto, nº99, nesta cidade de Nova Iguaçu, reuniram-se os sócios fundadores Ruy Afrânio Peixoto, Luiz Martins de Azeredo, Ney Alberto Gonçalves de Barros, objetivando tratar sobretudo da situação do Instituto (IHGNI) que, por força das circunstâncias, passou a estar sediado na citada biblioteca (local da presente reunião) e necessitando de tomar algumas providências, tais como: 1 – situação dos sócios eleitos, que formaram a Diretoria Provisória, eleita no dia 17 (dezessete) de dezembro de mil novecentos e oitenta e quatro; 2 – situação do acervo do IHGNI, que ainda não foi totalmente transferido para sua nova sede – e que ainda se encontra na Secretaria Municipal de Educação; 3 – admissão de novos associados<sup>434</sup>. (Grifos meus).

Em gosto de 1986 o IHGNI chegava próximo dos 24 anos de sua fundação, atravessava uma grave crise interna, pois em mais de um ano não se havia realizado uma única reunião ordinária e nem dado encaminhamento para solucionar questões importantes como a situação provisória da diretoria ou a transferência de seu importante acervo para a nova sede. Porém notamos o destaque a essa identificação do Ney Alberto como um dos membros fundadores do Instituto Histórico neste documento. Ao que tudo indica, ser membro fundador parece possuir um valor muito importante para a narrativa que Ney constrói e vai seguir construindo sobre si mesmo ao longo dos anos, até seu falecimento em 2012. Sobretudo neste momento após a morte de Waldick Pereira.

Após este percurso, onde recuperei as trajetórias individuais e institucionais que foram elencadas neste capítulo, chegamos ao momento de concluir. Concluo que, por diferentes

---

<sup>433</sup> Idem.

<sup>434</sup> SEGUNDO LIVRO DE ATAS DO IHGNI, 1986.

motivos, de formas variadas, foi sendo urdido um projeto de futuro para Nova Iguaçu no período onde a cidade apresentou uma vertiginosa transformação urbana, econômica, social, demográfica e política. O *projeto citricultor*, como apontava anteriormente, não foi fruto de uma reunião visando uma orientação planificadora para a qual foram convocados os agentes históricos que aqui apresentei. Antes, ao longo do tempo, diante do contingenciamento de cada um e de cada período, diante das condições históricas, estes agentes moldaram uma memória histórica iguaçuana que se consolidou junto à sociedade como parte de sua identidade.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS – UM EPÍLOGO

Até aqui foi sendo detalhado, seguindo alguns caminhos pouco convencionais, o percurso da formação de um aspecto da identidade iguaçuana. Sob a perspectiva de que este aspecto se constituiu através da produção de memória para a cidade dentro de um projeto de futuro. Este projeto de futuro de um determinado grupo, situado no distrito sede de Nova Iguaçu, ao qual fiz questão de identificar como projeto citricultor. E que encontrei no jornal semanal Correio da Lavoura um canal de veiculação perene deste projeto citricultor, tanto que identifiquei o periódico como uma correia de transmissão desta mensagem ao público iguaçano.

Depois de algumas considerações de cunho teórico, posicionando o leitor quanto aos influenciadores deste trabalho em maior ou em menor medida, é que entrei no território iguaçano propriamente dito. O leitor poderá julgar, após leitura integral, que busquei um percurso que pudesse confirmar ou derrubar as percepções que construí ao longo das últimas duas décadas em que estive estudando Nova Iguaçu em diferentes aspectos, mas sobretudo atuando nos campos da cultura política, na política institucional, na gestão pública de patrimônio material, nas políticas públicas de cultura e na memória histórica local. Ao fim e ao cabo, depois de quase vinte anos dedicando minha carreira de pesquisador aos temas da história local, passei, eu mesmo, a integrar espaços de produção de memória histórica. Ocupo,

atualmente, um cargo na diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, como Gestor de Projetos, passei a contribuir com uma coluna no jornal Correio da Lavoura, onde escrevo sobre história, memória, políticas culturais e gestão de patrimônio, entre outros temas correlatos.

Dito isto, para que fique clara a posição deste autor no tempo espaço histórico e historiográfico, informando que é impossível separar o sujeito histórico do pesquisador. Muito menos isolar o fazer historiográfico do fazer político e social. Mas que a observância do método historiográfico é o que nos permitiu realizar a pesquisa sem contaminar o estudo que desenvolvi até a formulação desta tese com o *projeto de futuro* que eu mesmo desenvolvo em minha atuação fora da historiografia. Por isso o recurso à memória enquanto forma de abordar este tempo à quente da história do tempo presente. Para que haja uma clivagem necessária entre uma coisa e outra, tanto entre pesquisador e indivíduo historicamente implicado, quanto com o passado presentificado pela pesquisa, uma clivagem como nas palavras de Rousso “da história e a da memória, a de um presente que não quer passar, a de um passado que volta para assombrar o presente, sendo a distinção entre as duas por vezes indisfarçável<sup>435</sup>”. Não há confusão, por exemplo, entre o IHGNI de hoje e o que a instituição representou ao longo dos anos 1962 até a morte de Ney Alberto em 2012. Todos os principais agentes deste contexto morreram já há mais de uma década, e, para todo efeito, não tive convívio com nenhum deles. E ainda que assim houvesse ocorrido, o distanciamento seria possível, tal como se dá em projetos que empregam a História Oral. Afinal, todo relato é um relato passível de interesses e subjetividades de quem oferece seu testemunho, seja ele escrito, falado ou expresso em artes, arquitetura ou atuando na vida social e política.

O mesmo vale para o Jornal Correio da Lavoura. Apesar de conhecer seus números, edição após edição, por quase um século inteiro, tal qual Teseu seguiu o fio de Ariadne com o objetivo de sair do Labirinto de Minos. Considerando que no momento em que produzo esta tese também componho o quadro de colaboradores regulares do semanário. Uma coisa não se confunde à outra. Pois nem estou produzindo historiografia quando contribuo naquele espaço, assim como o Vinícius Azeredo, chefe editorial do CL desde o falecimento de Robinson Belém de Azeredo em 2020, não é exatamente igual aos editores chefes que lhe precederam. A fonte jornalística não foi acessada enquanto uma busca pela “história como ela realmente aconteceu”. Neste caso além de ser fonte o Correio da Lavoura foi também objeto de análise, pois os anos de contato com o jornal enquanto fonte trouxeram a percepção de que o CL

---

<sup>435</sup> ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. P.302.

possuía parte no processo que passou a me interessar. Compunha ele mesmo parte de uma engrenagem, sendo, como elaborei a analogia mecânica, uma espécie de correia de transmissão de uma determinada perspectiva a respeito daquilo que Nova Iguaçu foi, é e deve ser.

E o que passou a me interessar? Trabalhando na prefeitura, estudando História na UFRRJ e, cotidianamente, entrando em contato com diversas questões referentes à cidade foram muitos os temas que passei a acompanhar. Política foi um, mas logo a cultura política, como minha dissertação dá testemunho mais claro. Porém, com o tempo, não era mais na política que as questões estavam, ou, dito de outra forma, não era na política eleitoral, na dos partidos, nas cassações, no fazer cotidiano das plenárias ou conferências, tampouco nos discursos ou embates ideológicos que são modulados na política local visando o ganho político *per si* que minha busca estava interessada. Afinal, de esquerda ou de direita, conservadores e progressistas, liberais, neoliberais ou progressistas oriundos do socialismo moreno ou do fisiologismo cínico que aprendemos recentemente a chamar de centrão. Todos, sem exceção, quando se tratava de Nova Iguaçu, tinham um ponto em comum na história recente da cidade. Prometeram em campanha e/ou apresentaram em governo recuperar a Fazenda São Bernardino.

Através da busca por uma compreensão deste fenômeno, a quase unanimidade de promessas de preservação, conservação, recuperação, transformação da fazenda em parque, em museu e agora por fim, de sua requalificação<sup>436</sup> é que entrei no campo do patrimônio. Uma questão surgiu: qual a razão de tanto empenho discursivo em torno de um imóvel? De fato, o edifício que um dia foi uma imponente sede de fazenda possui um aspecto distintivo, que destoa de seu entorno. Hoje arruinada, a Fazenda São Bernardino objetivamente possui algumas poucas paredes que preservam o aspecto geral de sua volumetria de pé sobre uma pequena elevação no espaço de pouco mais de dezesseis mil metros quadrados ( $16.000^2$ ) que remanesceram de uma área que um dia já superou um milhão de metros quadrados ( $1.000.000^2$ ). Nada, absolutamente, traz a visão de sua senzala ou das oficinas a um visitante desavisado, pois o pouco que resta são paredes em processo de profundo arruinamento na área que compõe o chamado quadrilátero produtivo da sede da fazenda. Ainda assim, moradores de diferentes locais, mas sobre maneira do antigo *distrito sede*, se ufanam de haver em Nova Iguaçu tal imóvel peculiar.

---

<sup>436</sup> No momento em que produzia este texto recebi convite da Secretaria de Cultura para participar de uma Audiência Pública, visando debater a Requalificação do Bem Tombado. A requalificação do patrimônio material envolve a revitalização e refuncionalização de áreas e objetos históricos para adaptá-los às necessidades contemporâneas, preservando sua identidade cultural.

A peculiaridade da Fazenda São Bernardino não é ser a expressão de uma rica propriedade do período do ocaso do segundo reinado. No imaginário de quem se ufana de Nova Iguaçu possuir tal monumento tombado pelo SPHAN nos anos 1950, aquela é uma expressão da opulência da Velha Iguaçu. Memória de tempos em que a Vila de Iguassú se tornou um importante entreposto comercial, gerando uma relevância da qual são fieis herdeiros, mesmo aqueles que descendem de uma segunda ou terceira geração de pessoas que migraram ou imigraram para a já Nova Iguaçu, ou antiga Maxambomba, depois do nascimento da república brasileira. Ou seja. Há uma questão de memória aqui que me intrigou bastante.

Para uns, a fazenda representa a expressão do poderio do colonizador em nosso território. Alguns chegam a chamar de *fazenda colonial*. Algo que, para além do erro cronológico e historiográfico, é bastante comum em outras regiões onde o apelo à história é um recurso de turismo. Em regiões como o Vale do Café, não é incomum encontrarmos o marketing turístico vendendo oportunidades de se consumir um café da manhã colonial em fazendas também coloniais, com visitas guiadas à imóveis que realmente foram grandes produtoras de café na segunda metade do século XIX, portanto, fora do recorte historiográfico do Brasil Colônia. Encontramos também alguns que reforçam narrativas fantasiosas sobre os tempos do cativeiro, informando que na Fazenda São Bernardino os escravizados de comportamento indócil passavam por castigos dicando nos porões da casa grande<sup>437</sup>. Nada mais fora de sentido, diante da natureza da fazenda, que foi uma espécie de Solar<sup>438</sup>, como muito tranquilamente me foi explicado pelo arquiteto e pesquisador Flávio Araújo, um investigador dilettante de aspectos da arquitetura e da história da Fazenda há mais de quatro décadas. Ou seja, segundo esta perspectiva apresentada por Flávio Araújo, o proprietário possuía uma vida mais ativa na Corte e mantinha a Fazenda enquanto espaço de refúgio familiar, não sendo a mesma especialmente voltada à produção agroexportadora, como muitos lhe creditam. Parte dessa sua perspectiva pode ser denotada da dedicatória constante em uma das composições de Ernesto Nazareth. Em 1884 o então jovem Ernesto Nazareth, hoje reconhecido músico brasileiro, dedicou “Ao Exmo. Sr. Comendador Bernardino José de

---

<sup>437</sup> Há dezenas de vídeos no Youtube sobre a Fazenda São Bernardino, com diferentes abordagens. A maior parte é feita com informações distorcidas ou versões que circulam entre as pessoas, sem base em uma pesquisa. Este é apenas um exemplo de como a vida dos escravizados é narrada numa destas filmagens. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=603Et0OBKbk>, Acessado em 12 de fevereiro de 2025.

<sup>438</sup> Solar, aqui se refere ao tipo de habitação. Um **solar** ou **palacete** é a casa de origem de uma família nobre. O nome também é utilizado de maneira mais ampla para uma residência antiga de grande luxo e conforto, relativo a sua época. Um solar podia ser habitado por nobres ou simplesmente uma família pertencente à elite tradicional e antiga de uma região ou cidade.

Souza e Mello” a polka Beija-Flor<sup>439</sup> por ocasião de uma visita que fez à residência do Comendador. Na página dedicada ao importante compositor brasileiro a canção contém a seguinte descrição:

*BEIJA-FLOR - 9ª COMPOSIÇÃO EDITADA (1884)*

Já no ano seguinte, Ernesto Nazareth viu impressas duas polcas pela (agora com nova razão social) Casa Viúva Filippone & Filha. A primeira, *Beija-flor* (Ch. nº V. 2789 F.), foi dedicada ao Comendador Bernardino José de Souza e Mello, português sisudo e provinciano, casado, por volta de 1862, com Dona Cipriana Maria Soares (filha de Francisco José Soares, o Comendador Soares) e pai de Henrique Augusto, Bernardino Júnior, Alzira (Soares de Mello Menezes, depois de casada) e Alberto (mais tarde coronel, prefeito de Nova Iguaçu, de 31 de dezembro de 1929 a 18 de dezembro de 1930, e que ainda vivia em 1967). Entre os mais destacados representantes da aristocracia agrário-comercial-escravagista do Rio de Janeiro, o Comendador Bernardino faleceu em 1896, deixando grande fortuna<sup>440</sup>.

O escravagista, membro da aristocracia de então, português sisudo, era pai de amigo do artista, o então tenente Henrique Augusto Soares de Souza e Mello. A figura do Comendador Bernardino de Mello é uma das que compõe

*NÃO ME FUJAS ASSIM - 10ª COMPOSIÇÃO EDITADA (1884)*

Quanto à segunda polca, *Não me fujas assim* (Ch. nº V. 2790 F.), esta, por sua vez, foi oferecida ao Tenente (mais tarde Major) Henrique Augusto Soares de Souza e Mello.

Conta-se que planejando visitar o amigo militar, quando, então, o presentearia com *Não me fujas assim*, Ernesto ficou receoso de que seu gesto talvez não fosse bem interpretado pelo pai do rapaz, o Comendador Bernardino (hoje nome de avenida em Nova Iguaçu).

Desse modo, para evitar qualquer mal-entendido, o nosso pianista, mesmo estando a poucos dias do encontro, também resolveu dedicar ao riquíssimo lusitano uma polca, *Beija-flor*; que, curiosamente, feita com tanta pressa, alcançou mais sucesso que a outra, escrita com todo cuidado<sup>441</sup>.

Ou seja, na ocasião da visita a um amigo o compositor acabou produzindo duas obras com as quais dedicaria ao proprietário da Fazenda São Bernardino e seu filho. Tanto *Beija-flor* como *Não me fujas assim*, dedicadas aos Soares de Souza e Mello, reforçam a hipótese de que o riquíssimo lusitano estava inserido na vida da Corte. Seu filho era tenente, oriundo do Colégio Militar, na Tijuca, onde conheceu Ernesto Nazareth que também foi engenheiro formado na mesma instituição. A fortuna dos Soares de Souza e Mello era fruto do atravessamento da produção de café, e as negociações certamente precisavam ser feitas na cidade do Rio e não às margens do porto de Iguassú, no fundo da Baía da Guanabara. Por esta razão, nada mais

<sup>439</sup> COHEN, Sara. A OBRA PIANÍSTICA DE ERNESTO NAZARETH: UMA APLICAÇÃO DIDÁTICA. Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, 1988.

209. Polka Beija-Flor, P143. Disponível em:  
[https://ernestonazareth150anos.com.br/files/uploads/texts/text\\_50.pdf](https://ernestonazareth150anos.com.br/files/uploads/texts/text_50.pdf), Acessado em 12 de fevereiro de 2025.

<sup>440</sup> BEIJA-FLOR - 9ª COMPOSIÇÃO EDITADA (1884) Disponível em:  
<https://ernestonazareth150anos.com.br/chapters/index/103>, Acessada em 12 de fevereiro de 2025.

<sup>441</sup> NÃO ME FUJAS ASSIM - 10ª COMPOSIÇÃO EDITADA (1884) Disponível em:  
<https://ernestonazareth150anos.com.br/chapters/index/104>, Acessada em 12 de fevereiro de 2025.

natural do que o casarão tivesse uma finalidade distinta da residência cotidiana. Mas o imaginário local coloca a casa em diversas narrativas, em boa medida alimentada pelo que se veicula através da imprensa.

Independentemente das origens da construção, e da vida de seu construtor e proprietário, o que nos chamou atenção e causou curiosidade foi que passei a encontrar referências à Fazenda São Bernardino ao longo do tempo, em diferentes fontes. Uma valorização que comecei a buscar compreender de onde vinha e desde quando. Neste momento passei a observar com um olhar diferente o cenário cultural da cidade. Desde os tempos de Iniciação Científica já debatia entre os pares sobre como era difícil encontrar materiais sobre a cidade de Nova Iguaçu que não abordagem a questão da laranja. E quando não era laranja era sobre a Fazenda. Este foi tema recorrente em conversar com colegas como Adriano dos Santos Moraes, Maria Lúcia Bezerra Alexandre e Ricardo Souza, entre outros, e sempre nos causava certa inquietação a dificuldade de acessar outros temas sobre a cidade no material bibliográfico disponível. Adriano e eu buscamos contornar este problema, ele pesquisando a criação da prefeitura em 1919 e eu investigando sobre como se deram as cassações de mandatos de prefeitos dentro da ditadura militar. Havíamos evitado a laranja! Mas Ricardo acabou escrevendo sua monografia sobre o tema da citricultura e Maria Lúcia sobre os árcades, que se não eram exatamente citricultores, foram um dos pilares daquilo que identifico nesta tese enquanto projeto citricultor.

Objetivamente, a citricultura foi o denominado “ciclo econômico” que movimentou Nova Iguaçu durante aproximadamente três décadas, 1930, 1940 e 1950. Esta delimitação em décadas não deve ser rígida, a citricultura começa um pouco antes e tem grande declínio no período da Segunda Guerra Mundial, porém o fato é que mesmo após a guerra a cidade terá investimentos e retorno significativo com esta atividade econômica até o início dos anos 1960, quando a agência loteadora irá finalmente ganhar grande relevância no fracionamento das terras que anteriormente estavam disponíveis à lavoura. Se em termos cronológicos o período da citricultura se restringe praticamente à três décadas num território com histórico de ocupação, considerando somente a partir da colonização europeia, desde meados do século XVI, qual a razão de a citricultura, sobretudo o fruto da laranja e a sua coloração, figura enquanto aspecto simbólico de maior representação na identidade iguaçuana?

O time de futebol utiliza a cor no seu uniforme e o fruto em seu escudo, o hino faz louvação “aos dourados laranjais”, em todas as três versões do brasão municipal, desde a década de 1930, o fruto é expressamente incluso na arte. O dia 22 de setembro é considerado o dia da laranja em Nova Iguaçu, setembro que é o mês onde ocorriam as Festas da Laranja

entre os anos da década de 1940 e 1950 e período de colheita do fruto. Chegamos ao nível de, em 2012, depois de seis décadas do fim da desmontagem da empresa agroexportadora do fruto já haver se concretizado, a então prefeita Sheila Gama decretar que a árvore da laranjeira é a árvore símbolo de Nova Iguaçu. Convido cada um a exercitar a imaginação: o que o pé de laranja representa a todos os migrantes e imigrantes chegados em Nova Iguaçu desde 1960? Imaginem, qual o valor disso para pessoas que absolutamente nada assistiram destes tempos dos pomares em flor?

A narrativa aa respeito da laranja não se perpetuou de forma acidental. O que proponho é que houve um projeto, pois a citicultura é um ponto de contato entre a velha elite agrária e escravocrata da Villa do Iguassú e a elite agroexportadora que surge na Maxambomba. A Fazenda São Bernardino por um lado e a laranja por outro, serão os dois símbolos dessa fusão. São os expoentes dos dois grupos que na formação da identidade iguaçuana se unificaram e se fundiram em apenas um, com lócus de atuação preferencial no distrito sede, atualmente identificado como centro de Nova Iguaçu. Na crise, quando os espaços de poder estiveram em disputa nos anos 1920 e 1930, foi este projeto citricultor quem unificou e identificou aqueles que faziam parte do grupo dos estabelecidos. Assim foi sendo perpetuada de forma gráfica, narrativa, poética e até mesmo materializada no patrimônio material, como é o caso do Lar de Joaquina.

## 6 – FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Jornal

CORREIO DA LAVOURA, diversas edições – (1917/2010).

ÚLTIMA HORA, diversas edições – (1958/1963).

### Audiovisual/eletrônicas

BARROS, Zanon de Paula. **Entrevista sobre vida de Zanon de Paula Barros e da fundação do IHGNI.** Entrevistador: Allofs Daniel Batista. Local, 15 de janeiro de 2024. Gravação de áudio (ou "Dados de pesquisa"). Duração: 3:18:10 min.

\_\_\_\_\_. **Como Conheci Iguassú a Antiga.** Destinatário IHGNI, Nova Iguaçu. 2024. Mensagem eletrônica

BATISTA, Allofs Daniel. Diretor. *O futuro da Memória: 60 anos do Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu . Documentário. Produção financiada pela Lei Paulo Gustavo.* IHGNI. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZK69uTop93w&t=12s>, acessado em 17 jan. 2025.

CENTRO DE MEMÓRIA ORAL DA BAIXADA FLUMINENSE. Entrevista- Ney Alberto Gonçalves de Barros- Nova Iguaçu. 10/01/2003. Entrevista e transcrição por Cláudio Estevam.

### Livros de efemérides

BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.* Org. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.

FORTE, José Matoso Maia. *Memoria da Fundação de Iguassú. Comemorativa do primeiro centenário da fundação da Villa em 15 de janeiro de 1833.* Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Comércio, 1933.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

MATUS, Moduan (Edgard Vieira Matos). *História de Nova Iguaçu: recortes de uma cronologia ilustrada de 510 anos.* Nova Iguaçu: Traço & Texto, 2018.

NOVA IGUAÇU. *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003).* Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003.

\_\_\_\_\_. *Polyanthéa Comemorativa ao Primeiro Centenário do Município no Governo De Arruda Negreiros.* Nova Iguaçu: Sem editora.

- PEIXOTO, Rui Afrânio. *Imagens Iguaçuanas*. Nova Iguaçu: Ed. Autor, 1968.
- PEREIRA, Waldick. *Cana, Café & Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV; SEEC-RJ, 1977.
- SOUZA E MELLO, Américo Vespúcio de Barros. *Iguassuanos Ilustres*. 1933. [Editora não especificada].

#### **Atos Oficiais, processos e documentos administrativos**

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. *Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu – LOM-NI*. 98fls. Nova Iguaçu, 1990. Edição revisada, com emendas, 2017. Disponível em: <https://www.pgmni.com.br/pgmni/wp-content/uploads/2022/ni/lei-organica-nova-iguacu.pdf> Acessado em: 15/01/2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - CASA DA FAZENDA SÃO BERNARDINO, Procedimento Administrativo MPF/PRM/SJM nº 1.30.017.000279/2003-17 (antigo nº 08120.000574/97-48). 2006.

PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, Decreto nº7281/2006 – Dispõe sobre a desapropriação dos remanescentes da Fazenda São Bernardino. 2006.

\_\_\_\_\_, Livros dos Atos Oficiais, 1947-2003.

\_\_\_\_\_, Relatório Técnico da Superintendência de Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico – SPAU: Histórico da Fazenda São Bernardino. 2018.

LIVRO DE ATAS DO IHGNI, 1962

SEGUNDO LIVRO DE ATAS DO IHGNI, 1986.

PEREIRA, Waldick. *Catálogo de Manuscritos, Mapas e Plantas*. Datilografado. IHGNI, 1976.

## Bibliografia

- ALVAREZ, Ricardo. Vazios urbanos e o processo de produção da cidade. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19062024-124206/en.php>, Acessado em: 03 junho de 2023.
- ABREU, Alzira Alves de. (Org.). *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores, *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan-jun 2010, p. 21-37. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 23 fev. 2023.
- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a Memória das Cidades. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 5-26, 1998. Disponível em: [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04\\_2\\_abreu.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_2_abreu.pdf). Acessado em: 30 out. de 2010.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. - 3<sup>a</sup> ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *Nova Iguaçu em transe: jornalismo, política e visões de cidade (1945-1964)*. 2021. 204f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2021
- \_\_\_\_\_. *Um cenáculo de letRADOS: sociabilidade, imprensa e intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, - 1955-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de oliveira (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio: uma História da Violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH Clio, 2003
- \_\_\_\_\_. *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. [3<sup>a</sup> ed.] Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottmann. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Vitória Godoy de. *Uma mulher no ninho das raposas: A vereadora Carmelita Brasil Monteiro e o Partido Social Democrático de Nova Iguaçu (1947-1950)*. 2021. 58f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2021.

ANGELO, Elis Regina Barbosa, SIQUEIRA, Euler David (Orgs.). *Concepções, Memórias e Patrimônio Cultural: História, sociedade e educação em foco*. Curitiba/PR: Editora PRISMAS, 2016.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. *As festas juninas no Rio de Janeiro: entre o fazer e o manter nas relações sociais*. Linha D'Água, 33(1), 171-191, 2022.

ARANHA, Nelson, Fazenda São Bernardino. Disponível em <http://www.historia.uff.br/curias/modules/tinyd0/content/texto004.pdf>; Acessado em: 14 de Dez de 2018.

ARAUJO, Marcos Paulo Mendes. *Memórias de Maxambomba: Nicanor e o breve século XX*. 1. ed. São Paulo: Lucel, 2024. v. 1. 198p.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Ateliê Editorial, 1998.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE NOVA IGUAÇU. *Uma história de lutas. ACINI 50 anos: uma instituição a serviço de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu – RJ, 1995.

AZEREDO, Luiz Martins. *Padre João: apóstolo do bem em Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Edição da Diocese de Nova Iguaçu, 1980.

AZEVEDO CRIVELLO, Natália. *Urbanização e identidade na Baixada Fluminense*. São Paulo: Edições ABC, 2011.

BARROS, Jacqueline Silva de. *Festas para São Jorge no Rio de Janeiro: um olhar reflexivo sobre a festa em Nova Iguaçu*. Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014. p. 61

BARROS, José D'Assunção. “As crises recentes da historiografia.” *Diálogos* – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. 2010; 14 (1): 133-158.

\_\_\_\_\_. *Os conceitos: Seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016. 204 p.

BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Org. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.

BARROSO, Eloísa Pereira. “Relações de gênero na guerrilha: a configuração dos espaços de luta.” *Estudos Históricos*, v. 34, n.74, 2021, pp. 556-575.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra-Capa, 2000.

BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. London: Routlegde & Kegan Paul, 1981. Vol. 1.

BATISTA Allofs Daniel. *Da laranja ao golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política nos primeiros anos do Regime Civil-Militar*. 2011. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2011.

\_\_\_\_\_. “Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB à hegemonia arenista – 1964/1975”. In SALES, Jean, FORTES, Alexandre (Orgs.). *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: Movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba/PR: Editora Prismas, 2016.

\_\_\_\_\_. “A Baixada Fluminense na ditadura.” In.: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do, BEZERRA, Nielson Rosa (Orgs.). *De Iguassú à Baixada Fluminense: História de um território*. Curitiba/PR: Editora Appris, 2019.

\_\_\_\_\_. “Da laranja ao golpe militar: política iguaçuana e o golpe civil-militar.” In.: GARCIA, Graciela; Sales, Jean; SILVA, Lúcia (Orgs.). *Capítulos de história da Baixada Fluminense*. Seropédica/RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

\_\_\_\_\_. *Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçano nas páginas do Correio da Lavoura*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em História, UNIRIO/PPGH, 2014. p.169.

\_\_\_\_\_. *Nova Iguaçu: Muito Prazer*. Nova Iguaçu, 2021. Disponível em: <https://centrodemoriagitaldenovaiguacu.wordpress.com/nova-iguacu-muito-prazer/> Acesso em: 17 maio 2025.

BATISTA, Allofs Daniel; COSTA, J. A.; OLIVEIRA, M. S.; SANTOS, I. R. “Lugares de memória: o exemplo do Centro de Memória da Cidade de Nova Iguaçu.” In.: ANGELO, Elis Regina Barbosa, SIQUEIRA, Euler David (Orgs.). *Concepções, Memórias e Patrimônio Cultural: História, sociedade e educação em foco*. Curitiba/PR: Editora PRISMAS, 2016, v.1, p. 265-280

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

BEZERRA, Nielson Rosa; LAURENTINO, Eliana Santos da Silva. (Org.). *Baixada Negra: escritas, identidades e práticas educativas em diáspora*. 1. ed. Duque de Caxias: Esteio, 2022. v. 1. 324p.

BOURDIEU, Pierre. “Capital social”, in.: *Bourdieu e a Questão das Classes*. Novos estudos CEBRAP (96). Jul 2013 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/B4QLbKSYLFXdCtHFWDnVxfM/> Acessado em: 27 de jan. de 2025.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*; Organização e seleção Sergio Miceli. [7<sup>a</sup> ed.] São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011.

\_\_\_\_\_. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz (Português de Portugal) – 16<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.107-132.

\_\_\_\_\_. “O Campo Político”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília: Jan/Jun; 2011. pp 193-216.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz (Português de Portugal) – 16<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Junito de Souza. Mitologia Grega. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1987. P263 e 264.

BRASIL, Constituição de 1937. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92067/constituicao-dos-estados-unidos-do-brasil-37>; Acessado em 31 de jan. de 2025.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 97.780, de 23 de maio de 1989. Cria a RESERVA BIOLÓGICA DO TINGÁ. Brasília. DF, 24 maio de 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D97780.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97780.htm), Acessado em 28 de abril de 2023.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. “A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador”. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas/CAPES, 2015.

Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4889467/mod\\_resource/content/1/Historia%20das%20Americas.%20Fontes%20e%20Abordagens%20historiográficas.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4889467/mod_resource/content/1/Historia%20das%20Americas.%20Fontes%20e%20Abordagens%20historiográficas.pdf). Acesso em: 01 mar. 2021.

CARDOSO, Ciro Flamaron, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARLOS, Maicon da Silva. *Um trem que chega, desembarque pelo lado esquerdo: emancipação de Queimados!* Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2019. p. 61.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. “História Pública: uma breve bibliografia comentada.” In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-publica-biblio/>. Publicado em: 6 nov. 2017. Acesso: 03 de setembro de 2020.

CARVALHO, Iracema Baroni. *As Laranjas Brasileiras*. Nova Iguaçu. Marvic, 1999.

CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. *Bayer e Belford Roxo uma experiência industrial na Baixada Fluminense (1958 -2008)*. Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2011. p. 88.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução: de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.

CHOAY, Françoise. “Monumento e Monumento Histórico”. In.: *Alegoria do Patrimônio*. Trad. Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 1999.

Ribeiro, Clóvis. *Brazões e Bandeiras do Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora. 1933.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, vol.132, edição comemorativa. Belo Horizonte/MG: Editora Itatiaia, 1988.

COHEN, Sara. *A OBRA PIANÍSTICA DE ERNESTO NAZARETH: UMA APLICAÇÃO DIDÁTICA*. Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, 1988. 209. Polka Beija-Flor, P143. Disponível em: [https://ernestonazareth150anos.com.br/files/uploads/texts/text\\_50.pdf](https://ernestonazareth150anos.com.br/files/uploads/texts/text_50.pdf), Acessado em 12 de fevereiro de 2025.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. “A Folia de Reis e a migração de pretos e pardos no pós-abolição: Vale do Paraíba e Baixada Fluminense (1888-1940)”. In: Martha Abreu;

Matheus Serva. (Org.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: Eduff, 2011, v., p. 391- 413.

\_\_\_\_\_. *Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2020. 250p.

COSTA, Fabrício Veiga; SARAIVA, Stella de Oliveira. Patrimônio histórico-cultural como direito fundamental de preservação da memória coletiva. In.: Prim@ Facie, vol18. Número 38. 2019. p. 33. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/40147>, Acessado em 25 de janeiro de 2022.

CRIVELLO, Natália Azevedo. *Os laranjais da cidade de Nova Iguaçu: representações fotográficas de uma transformação (1930-1940)*. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CURY, Isabelle (Org). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DE SÁ, Celso Pereira. *A memória histórica numa perspectiva psicossocial*. Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social, 2012, 8.14.

DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no recôncavo da Guanabara: século XVII e XVIII*. 2008. 179f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2014.

\_\_\_\_\_. *Entre retratos e registros: magistério e escolas públicas em Iguaçu (1932)*. Curitiba, Editora Appris, 2024.

DOMINGUES, Marcia de Fátima Villar Moreira Pinto. *A sombra comunista na cidade de Nova Iguaçu: Ismael Ramos e sua atuação política nos anos de 1950 e 60*. 2016. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016.

DOSSE, Françoise. “Os três mastros entre dois recifes: a história entre vigilância e ficção.” In.: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DUTRA, Amanda Nogueira. *Morro Agudo ou Comendador Soares - O conflito de memória*. Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

ELIAS, Alexander Gama, *Sant'anna das Palmeiras de Iguassú, uma freguesia esquecida na Serra do Tinguá*. Monografia (Licenciatura em História) Instituto Multidisciplinar, UFRRJ, Nova Iguaçu/RJ, p.61. 2019.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENNE, Ana Lucia. “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: memória, representação social e identidades. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 2002.

ESTEVES, Ana Paula da Silva. *O Ginásio Leopoldo e o processo de institucionalização do ensino secundário no distrito-sede de Iguaçu (1930-1950)*; Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; 2020. P37.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. Rio de Janeiro, 2009. Tese. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Leandro de Paula. *Próxima parada, Caxias!* Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2012. p. 52.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes et al. *Em busca da idade de ouro: as elites fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. ufrj; Tempo Brasileiro, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1997.

\_\_\_\_\_. “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural.” In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 28: 59-79.

\_\_\_\_\_. *Patrimônio cultural: por uma abordagem integrada (Considerações sobre a materialidade e imaterialidade na prática da preservação)*. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

FORTE, José Matoso Maia. *Memoria da Fundação de Iguassu. Comemorativa do primeiro centenário da fundação da Villa em 15 de janeiro de 1833*. Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Comércio, 1933.

FRADE, Gabrielle de Souza; DA SILVA, William Ribeiro. *Mudanças Socioespaciais na Periferia da Região Metropolitana do Rio De Janeiro: O Caso De Nova Iguaçu*. [S.l.], n. 12, dez. 2018. ISSN 2317-8825. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/186>. Acesso em: 16 maio 2025.

GARCIA, Graciela; Sales, Jean; SILVA, Lúcia (Orgs.). *Capítulos de história da Baixada Fluminense*. Seropédica/RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

GEERTZ, Clifford, “Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura”. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008 Pp.03-21.

GEIGER, Pedro Pinchas & MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. *Estudos Rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.

GEIGER, Pedro Pinchas e SANTOS, Ruth Lyra. (Jul-Set) 1954. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*. ANO XVI N. 3.

GINZBURG, Carlo, “O nome e o como”, in: *A micro-História e outros ensaios*, Lisboa, Difel, 1991.

\_\_\_\_\_, *O Queijo e os Vermes*, São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Flávio dos Santos. “*Para Matar a Hidra*”: uma História de Quilombolas no Recôncavo da Guanabara - Séc. XIX. T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB., [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1–31, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27648>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “O mal-estar no patrimônio. Identidade, tempo e destruição.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015

GRENDI, Edoardo, “Microanalise e História Social”, In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2009.

GUIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA: bens tombados 2014 / coordenação geral Washington Fajardo. Siqueira. ed. - Rio de Janeiro: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, 2014. 288 p.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Produção de Presença: O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laurent León Schaffter, São Paulo: Vértice, 1990;

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Conselho Nacional de Estatísticas, *Coleção de Monografias - NOVA IGUAÇU. Nº08*. Rio de Janeiro: 1955.16p.

\_\_\_\_\_, *Coleção de Monografias - NOVA IGUAÇU. Nº08*. 2ed. Rio de Janeiro: 1957.20p.

\_\_\_\_\_, *Coleção de Monografias - NOVA IGUAÇU. Nº08*. 3ed. Rio de Janeiro: 1970.24p.

\_\_\_\_\_. *Alguns aspectos históricos e estatísticos do município de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Agência Municipal, mimeografado, 1946.

\_\_\_\_\_. *Anuário geográfico do estado do Rio de Janeiro*, n.1. Niterói, Rio de Janeiro, 1948a.

\_\_\_\_\_. *Encyclopédia dos municípios brasileiros*. XXII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

\_\_\_\_\_. *Sinopse estatística do município de Nova Iguaçu*. Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948b.

JASPERS, Karl. Nietzsche: *Introdução à Compreensão de seu Filosofar*. Tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Forense Universitária, 2014.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional?: Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 93, p. 45-58, July 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006, p. 317-318.

LARA, Roberto. *Algumas poucas coisas sobre o melhor lugar do mundo*. Altadena Editora e Comunicação Ltda, 2016.

LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli. *Apresentação*. Direitos e Justiças. Campinas, S.P: Ed. Da UNICAMP, 2006. pp.9-23.

LAURENTINO, Eliana Santos da Silva. *ENTRE A VILA DE IGUAÇU E DUQUE DE CAXIAS: AS INFLUÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS NA BAIXADA FLUMINENSE*. Anais do 30º Simpósio Nacional de História – ANPUH Recife, 2019.

\_\_\_\_\_. *Tensões e conciliações: memórias e narrativas sobre o pós-abolição na Baixada Fluminense (1888-1930)*. 2021. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão; 5ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003;

LEITE, Valéria et al. “Experiências de pesquisa com trabalhadoras e trabalhadores por meio de fontes orais na História Social: caminhos e possibilidades.” *História Oral*, v. 23, n. 2, 2020, pp. 243-258.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana. Escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Henrique Espada. “No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho”. *Topoi: revista de história*, v. 16, 2015.

LOBATO, Luiz Cláudio Brites. *Dilemas da cidade contemporânea que envolvem a ideia do desenvolvimento e o patrimônio cultural: Via Light seus significados nesse contexto*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFURJ/PPGPACS, Nova Iguaçu. 2021. p. 108.

MAGALHÃES, Aloízio. *Estratégias de preservação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1985.

\_\_\_\_\_. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MARKS, Stephen (ed.). *Concerning Buildings: Studies in Honour of Sir Bernard Feilden*. Butterworth-Heinemann, 1996.

MATUS, Moduan (Edgard Vieira Matos). *História de Nova Iguaçu: recortes de uma cronologia ilustrada de 510 anos*. Nova Iguaçu: Traço & Texto, 2018.

\_\_\_\_\_. *Teoria e prática da literatura de locação baixadense: ensaio, décadas de 50 60, 70 e 80*. Nova Iguaçu: Traço & Texto, 2018.

- MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes*. EdUFF: Niterói, 2008, p.53-54.
- MEDEIROS, Benicio. *A rotativa parou! os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 215 p.
- MEDEIROS, Leonilde S. (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 672p., 2018.
- MENDONÇA. Carolina Bittencourt. *Escrevendo uma história: a experiência da Cia. de Canetas Compactor em Nova Iguaçu (1955-1995)*. Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014. p. 52.
- MENESES Ulpiano Bezerra de., “História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”, In.: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, SP, 34:9-24, 1992.
- MONTEIRO, Linderval Augusto. Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: FGV Editora/FAPERJ, 2016.
- MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção: o caso da criação da prefeitura de Nova Iguaçu, embates políticos entre poderes municipal e estadual na Primeira República*. 2016. 99 f. Dissertação (em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do, BEZERRA, Nielson Rosa (Orgs.). *De Iguassú à Baixada Fluminense: História de um território*. Curitiba/PR: Editora Appris, 2019
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. 2013. “Memórias da escravidão e educação nas páginas do Correio da Lavoura (Nova Iguaçu, RJ, 1917-1950)”. In. FORTES, Alexandre, PETERSEN, Silvia, LIMA, Henrique Espada de e XAVIER, Regina C. Lima (Orgs.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Perseu Abramo.
- \_\_\_\_\_. Caminhos de negros: vida, trabalho e desenvolvimento urbano no pós-Abolição (Nova Iguaçu, 1880-1980). simpósio nacional de história, 26, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/> anais/14/1300492867\_ARQUIVO\_Artigo.pdf. Acesso em jan. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Empreendedores negros no pós abolição: entre a lenha, a laranja e as letras (Nova Iguaçu, séculos XIX e XX)*. In: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia M. Bastos P das. *Dimensões e fronteiras do estado brasileiro no Oitocentos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2014

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 583-586, setembro-dezembro 2016.

NASCIMENTO. Marcleivson Silva. *De princesinha a município: o processo de emancipação de Nilópolis*. Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2021. p. 50

NEVES, Cristiana de Souza B. M. de Andrade, *O Hospital da Laranja: Saúde e Política em Nova Iguaçu*. 2017. 47f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017.

NEVES, Lucilia de Almeida. *Memória, História e sujeito: substratos da identidade*. História Oral, 3. 2000. P109-116.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

NOVA IGUAÇU. *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003)*. Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003.

\_\_\_\_\_. *Estrada Real do Comércio: Iguassú - Vale do Paraíba - Minas Gerais. 1822-2022*. 1. ed. Nova Iguaçu: 2022.

\_\_\_\_\_. *Polyanthéa Comemorativa ao Primeiro Centenário do Município no Governo De Arruda Negreiros*. Nova Iguaçu: Sem editora, 1933.

OZÓRIO. Elaine Cristina. *O processo de (re)produção do espaço urbano na cidade de Nova Iguaçu-RJ: (1990 – 2007)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007. p. 108.

PEIXOTO, Rui Afrânio. *Imagens Iguaçuanas*. Nova Iguaçu: Ed. Autor, 1968.

PEREIRA, Amilcar Araujo; LIMA, Thayara C. Silva. “História Oral, movimento negro e racismo no Brasil.” In: GOMES, Angela de Castro (org.). *História Oral e historiografia: questões sensíveis*. São Paulo: Letra e Voz, 2021, pp. 57-79.

PEREIRA, Waldick. *Álbum fotográfico de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, 1978.

\_\_\_\_\_. *A mudança da Vila: história iguaçiana*. Nova Iguaçu: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1970.

\_\_\_\_\_. *Cana, Café & Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV; SEEC-RJ, 1977.

\_\_\_\_\_. *Nova Iguaçu para o curso normal*. Nova Iguaçu: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1969.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992;

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

RABELLO, Sonia. O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

REIS, Dulciléa de Oliveira Santos dos. *Cidade de Nova Iguaçu: de Freguesia Nossa Senhora da Piedade do Iguassú a (re)produção de uma Exópolis*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2015.

REVEL, Jacques. “Microanalise e a construção do social”, in: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanalise*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1998

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. *Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes*, OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 22, nº 3, dezembro, 2016. <https://www.scielo.br/j/op/a/dcZHnQXvkRghJrQJDmVtdkx/?lang=pt#>

ROCHA, André Santos (Org). *Baixada Fluminense: Estudos Contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas*. 1. ed. Duque de Caxias: ASAMIH, 2020. v. 1. 320p.

\_\_\_\_\_. *REESTRUTURAÇÃO URBANA E O "NOVO MERCADO IMOBILIÁRIO" EM NOVA IGUAÇU (RJ)*: , [S.I.], n. 14, p. 6-29, ago. 2019. ISSN 2317-8825. Disponível em: <<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/232>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

RODRIGUES, Adriano Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90's): Economia e Território em Processo*. Rio de Janeiro, RJ, 2006. p. 121. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROSENTAL, Paul-André. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a microstoria”. In REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro, FGV, 1998, p. 153

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo* Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. P.302.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SALES, Jean, FORTES, Alexandre (Orgs.). *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: Movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba/PR: Editora Prismas, 2016.

SALES, Jean Rodrigues; SILVA, Lucia Helena Pereira da (orgs.). *A Baixada Fluminense e suas cidades: uma contribuição para a pesquisa e o ensino de história da região*. Cachoeirinha/RS: Fi, 2025. Vol 1.

SALES, Jean Rodrigues; SILVA, Lucia Helena Pereira da (orgs.). *A Baixada Fluminense e suas cidades: uma contribuição para a pesquisa e o ensino de história da região*. Cachoeirinha/RS: Fi, 2025. Vol.2.

SANTANA et ali. LAR DE JOAQUINA. Disponível em: <https://centrodememoriagitaldenovaiguacu.wordpress.com/lar-de-joaquina/> acessado em 02/07/2023.

SANTHIAGO, Ricardo; PATAI, Daphne. “Uma história oral em três tempos: relações, construções narrativas e usos práticos da memória.”. in.: *Estudos Históricos*, v. 34, n.74, 2021, pp. 450-471.

SARTRE, Jean-Paul. *L'Existentialisme est un Humanisme*, Les Éditions Nagel, Paris, 1970.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999, p.347.

SILVA, Cristiani da; PAULILO, Maria Ignez. *História Oral e memória: movimentos sociais de mulheres camponesas*. História Oral, v. 11, n. 12, 2008, pp. 43-60.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. *Arruda Negreiros como Haussmann da Baixada? Citricultura e estrutura urbana no município de Nova Iguaçu (1930/36)*, Recôncavo: Revista de História da UNIABEU. v. 7, n. 12. 2017.

\_\_\_\_\_. *De Grande Iguassú à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região*. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói/RJ. 2017.

\_\_\_\_\_. *Saneamento e política na Baixada Fluminense: Nova Iguaçu no início do século XX*. R. Ci. Hum.,v. 48, n. 2, p. 282-302, jul-dez 2014.

SILVA, Monalisa Tatiana de Freitas. *O homem de cor no jornal Correio da Lavoura 1950/1959*. 2013. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2013.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007.

SINGER, Paul. “Uso do solo urbano na economia capitalista”. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SINGER, Paul. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. Boletim paulista de Geografia, n. 57, p. 77-92, 1980.

SIQUEIRA, Carla. "Sensacionalismo e retórica política em Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas." In: *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marco, FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (org). Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006, p. 414-415.

SOARES, Maria Terezinha Segadas. *Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro*. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, vol.2 no. 24, 1962.

SOUTO, Adriana Branco Correia. "*Conquistar a terra das águas*": *Engenharia, engenheiros e as intervenções de saneamento em Iguassú (RJ), 1894-1940*. 214p.Tese de doutorado. Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. 2021.

SOUZA E MELLO, Américo Vespúcio de Barros. *Iguassuanos Ilustres*. 1933.

SOUZA, Ricardo Luiz. "*E os pomos eram de ouro: a citricultura de Nova Iguaçu e sua importância para a economia fluminense (1920-1940)*". 2015. 55f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

SOUZA, Sergio Linhares Miguel, CARVALHO, Evandro Luiz de. (Organizadores). *Patrimônio Cultural: Educação para o Patrimônio Cultural*. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro. UFRJ/PPAS MN. Dissertação de Mestrado, 1992.

STONE, Lawrence. *Prosopografia*, in: Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. <https://revistas.ufpr.br/rsp/issue/view/1503>

TEIXEIRA, Igor (Org.). *História e historiografia sobre a hagiografia medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

TEIXEIRA, Matheus. *O Centro de Memória de Nova Iguaçu: O silêncio das memórias iguaçuanas*. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) Departamento Multidisciplinar do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFF, Volta Redonda/RJ, p.54. 2022.

TEIXEIRA, Natália Maldonado Alves. *PROJETO DE INTERVENÇÃO EM UM PATRIMÔNIO CULTURAL EM RUÍNAS: FAZENDA SÃO BERNARDINO, NOVA IGUAÇU*, RJ. Dissertação de mestrado PROARQ/FAU/UFRJ. 2019.

TORRES, Gênesis. Org. *Baixada Fluminense: a construção de uma história. Sociedade, economia, política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

VASCONCELLOS, Hélio de Oliveira; ARAUJO, Celso Monnerat e BRITTO, Dirce. P. P. de Souza. *Manejo do solo em pomar de laranja pera (Citrus sinensis)*. Revista Agropecuária Brasileira. P. 43-48. 1976. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/194860/1/Manejo-do-solo-em-pomar-de-laranja-pera.pdf> Acessado em 27 de jan. de 2025.

VEIGA, Artur José Pires; VEIGA, Daniela Andrade Monteiro; MATTA, Jana Maruska Buuda. Vazios Urbanos e Sustentabilidade. X Semana de Geografia da UESB. Anais ISSN 2179-4774. Bahia, 2011. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/pagina=anais>, Acesso em 15 de Setembro de 2016.

VELHO, Gilberto. *Memória e projeto em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIANA. Joana D'arc Cesar. *ESTAÇÃO DE VILA DE CAVA COMO “LUGAR DE MEMÓRIA”: (re)significações e sentidos em torno de um patrimônio cultural*. Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017. p. 76.

VIANNA, Adriana B. “Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos.” In: *O fazer e o desfazer dos direitos. Experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. P.15-35.

VILLAÇA, Flávio; *Espaço intra-urbano no Brasil*; São Paulo: Nobel, 1998.

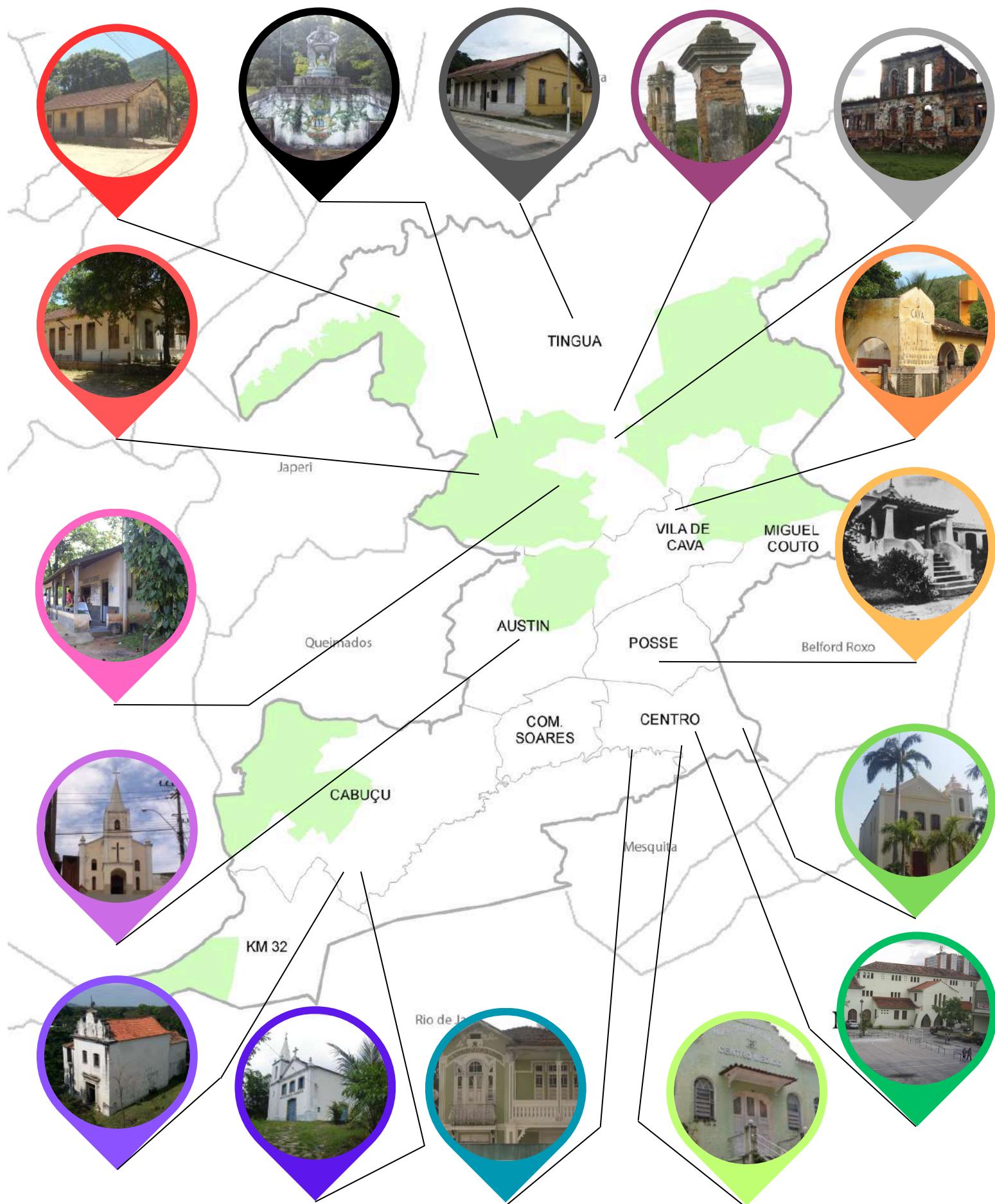
VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

WULHYNEK, Livia Heinerich. *Desejos ilustrados: um resgate à fotopintura*. Lisboa, 2015. Tese de Doutorado.

**7 – APÊNDICE I: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO TOMBADO NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU.**

## **Apêndice I: Distribuição espacial dos bens do patrimônio cultural edificado tombado na Cidade de Nova Iguaçu.**

Contém a identificação dos bens do patrimônio cultural edificado tombado na Cidade de Nova Iguaçu, instrumento de preservação (tombamento), endereço e localização através das coordenadas de latitude e longitude.



**Apêndice I: Distribuição espacial dos bens do patrimônio cultural edificado tombado na Cidade de Nova Iguaçu.**



**Perímetro urbano da extinta Vila do Iguassú:**

**Instrumento de proteção:**

**E.03/02.453/78 - INEPAC**

Principal acesso: Rua das Flores, s/n, Barão de Guandu, Nova Iguaçu, RJ.

Latitude: -22.664698

Longitude: -43.414160



**Fazenda São Bernardino:**

**Livro do Tombo Belas Artes - IPHAN**

Estrada RJ 111 - Zumbi dos Palmares, s/n, Barão de Guandu, Nova Iguaçu, RJ.

Latitude: -22.669084403074223,

Longitude: -43.42559213702725

**Apêndice I: Distribuição espacial dos bens do patrimônio cultural edificado tombado na Cidade de Nova Iguaçu.**



**Estação de tratamento d'água de Rio Douro.**

Estrada da Colônia, s/n, Jardim Rio D'ouro,  
Nova Iguaçu - RJ

Instrumento de proteção:

E.12/0.117/89 - INEPAC

Artigo nº 177 LOM-NI

Latitude: -22.637371996440613

Longitude: -43.52246824190088



**Estação ferroviária de Tingua:**

**E.12/0.117/89 - INEPAC**

**Artigo nº 177 LOM-NI**

Estrada RJ 111 - Zumbi dos Palmares, s/n,

Tingua, Nova Iguaçu, RJ.

Latitude: -22.591184,

Longitude: -43.416203

**Apêndice I: Distribuição espacial dos bens do patrimônio cultural edificado tombado na Cidade de Nova Iguaçu.**



**Estação de Rio D'ouro:**

**E.12/0.117/89 - INEPAC**

**Artigo nº 177 LOM-NI**

R. Estação, 259 - Jardim Rio D'ouro, Nova Iguaçu, RJ.

Latitude: -22.656296981871844

Longitude: -43.53061762524794



**Estação de Jaceruba:**

**E.12/0.117/89 - INEPAC**

**Artigo nº 177 LOM-NI**

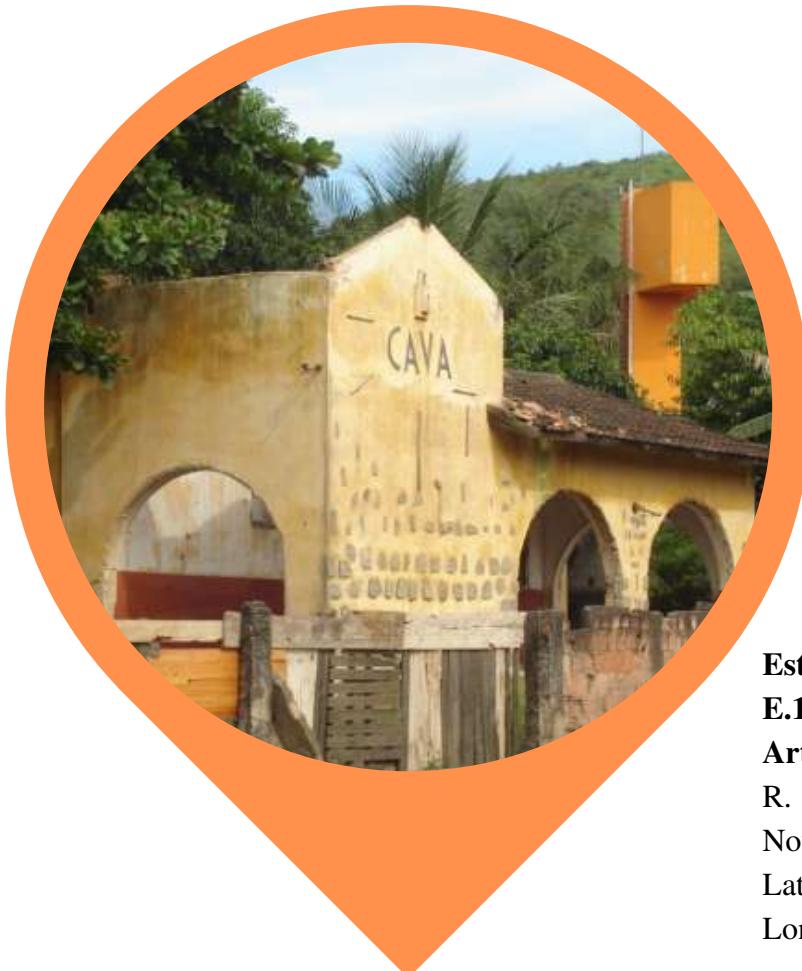
Praça Pastor Roldao Paes Leme 03, Jaceruba,

Nova Iguaçu - RJ, 26099-175

Latitude: -22.598807

Longitude: , -43.564152

**Apêndice I: Distribuição espacial dos bens do patrimônio cultural edificado tombado na Cidade de Nova Iguaçu.**



**Estação de Vila de Cava:**

**E.12/0.117/89 - INEPAC**

**Artigo nº 177 LOM-NI**

R. Álvares Gonçalves, 50 - Vila de Cava,  
Nova Iguaçu - RJ, 26052-300.

Latitude: -22.669084403074223,

Longitude: -43.42559213702725



**Estação de Adrianópolis:**

**Artigo nº 177 LOM-NI**

Estrada de Adrianópolis, Nova Iguaçu - RJ,  
26053-721

Latitude: -22.669084403074223,

Longitude: -43.42559213702725

**Apêndice I: Distribuição espacial dos bens do patrimônio cultural edificado tombado na Cidade de Nova Iguaçu.**



**Capela da Fazenda da Possse:**

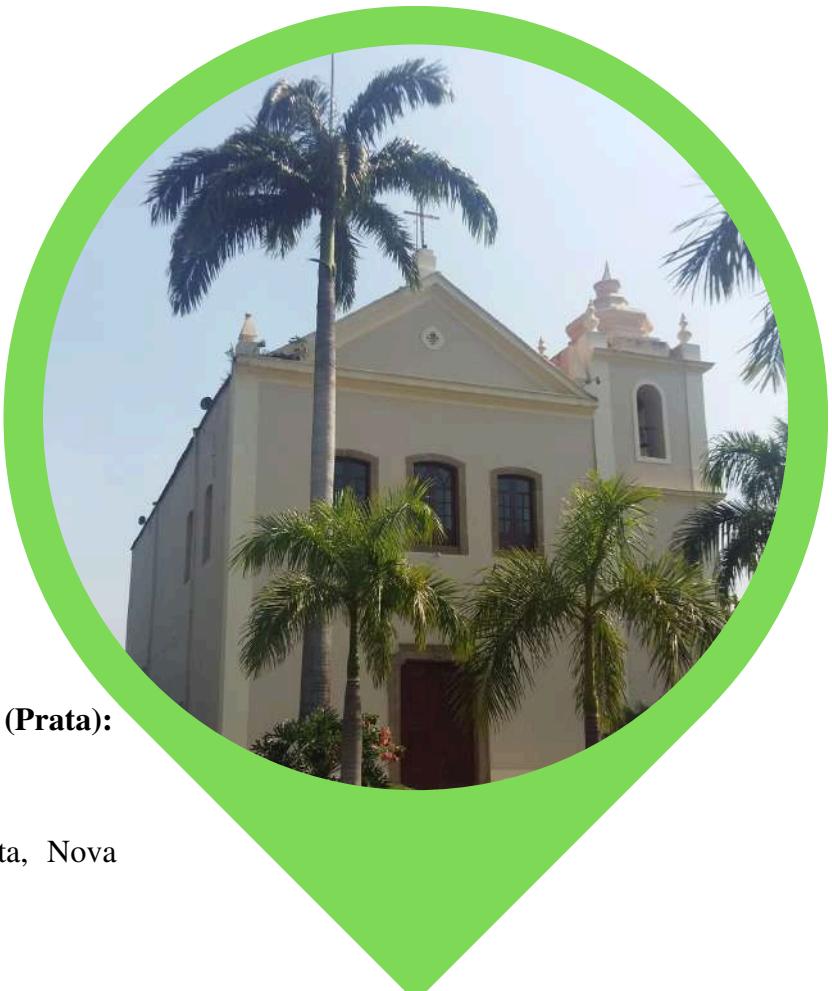
**E.12/0.117/89 - INEPAC**

**Artigo nº 177 LOM-NI**

Rua dos Contabilistas, 177 - Posse, Nova Iguaçu  
- RJ, 26022-760

Latitude: -22.73440655865777

Longitude: -43.45654606972667



**Igreja de Santo Antônio de Jacutinga (Prata):**

**E.12/0.117/89 - INEPAC**

**Artigo nº 177 LOM-NI**

Estr. Dr. Plínio Casado, 2808 - Prata, Nova Iguaçu - RJ, 26010-421

Latitude: -22.760352466159322

Longitude: -43.415834687615934

**Apêndice I: Distribuição espacial dos bens do patrimônio cultural edificado tombado na Cidade de Nova Iguaçu.**



**Igreja de Nossa Senhora do Marapicu:**

**E.12/0.117/89 - INEPAC**

**Artigo nº 177 LOM-NI**

Largo do Marapicu, s/n, Marapicu, Nova Iguaçu - RJ, 26295-003

Latitude: --22.79938251631954

Longitude: -43.580730485958206



**Capela Nossa Senhora de Guadalupe:**

**E.12/0.117/89 - INEPAC**

**Artigo nº 177 LOM-NI**

Rua da Capela, s/n - Jardim Paraíso, Nova Iguaçu - RJ

Latitude: -22.808728757215363

Longitude: -43.5932896877554

**Apêndice I: Distribuição espacial dos bens do patrimônio cultural edificado tombado na Cidade de Nova Iguaçu.**



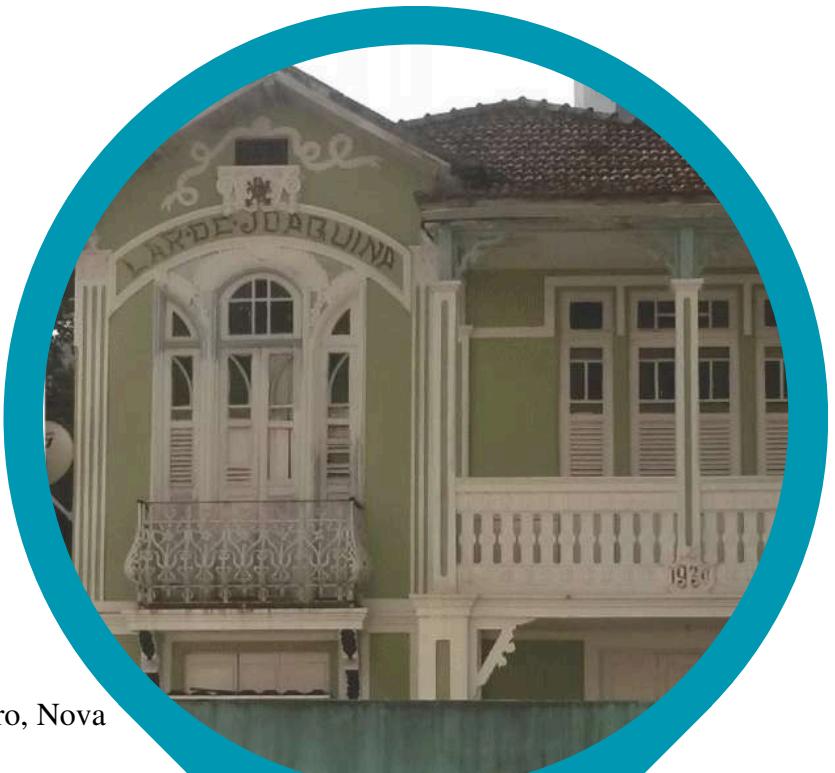
**Igreja de São Sebastião de Austin:**

**Artigo nº 177 LOM-NI**

Rua São Sebastião - Austin, Nova Iguaçu - RJ,  
26395-060

Latitude: -22.719160519577727

Longitude: -43.522093549879266



**Lar de Joaquina:**

**E.12/0.117/89 - INEPAC**

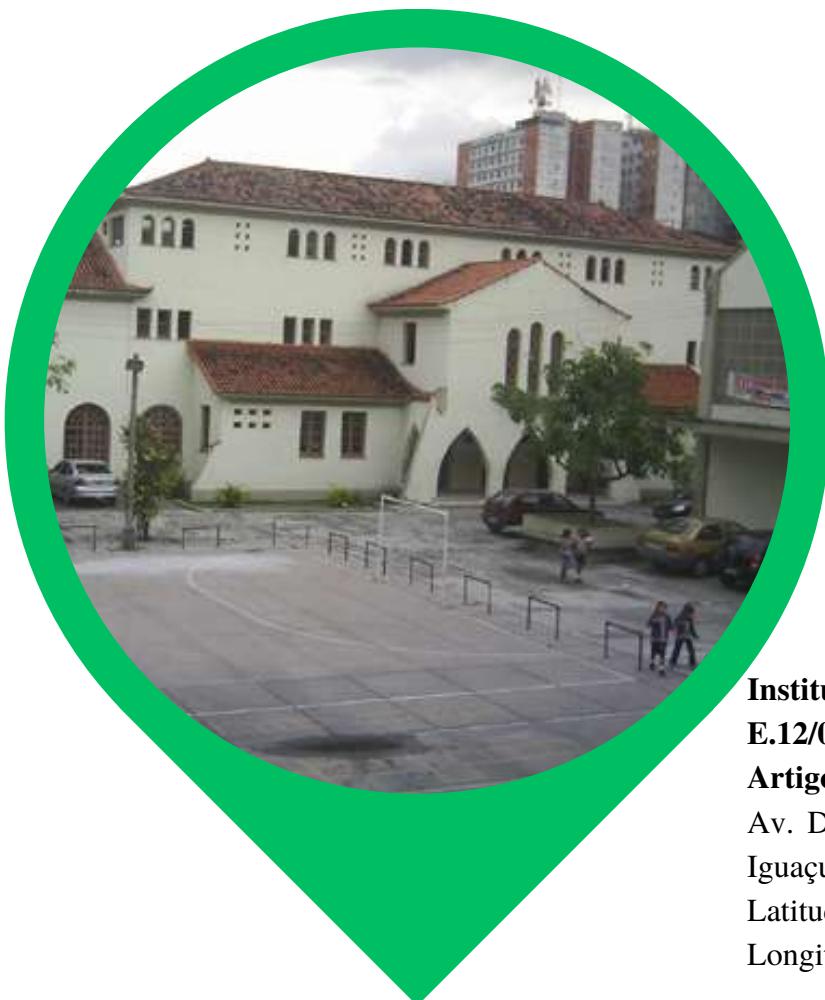
**Artigo nº 177 LOM-NI**

Av. Abílio Augusto Távora, 86 - Centro, Nova  
Iguaçu - RJ, 26265-090

Latitude: -22.760967019286802,

Longitude: -43.45525852199393

**Apêndice I: Distribuição espacial dos bens do patrimônio cultural edificado tombado na Cidade de Nova Iguaçu.**



**Instituto de Educação Rangel Pestana:**

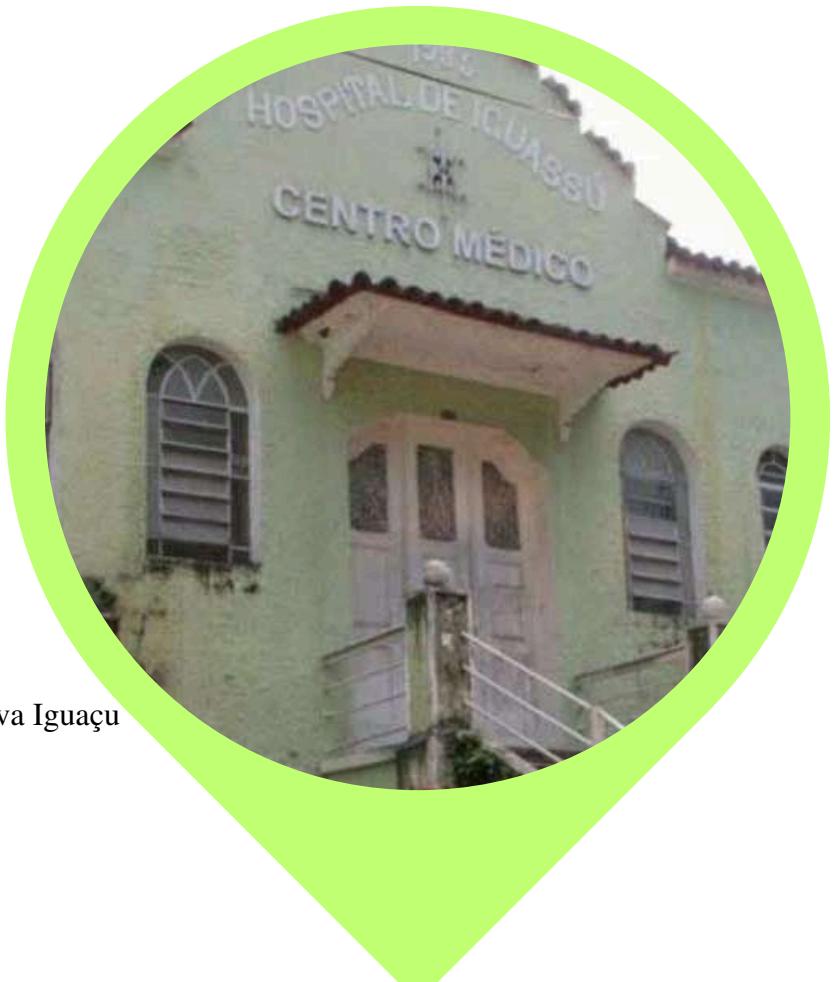
**E.12/0.117/89 - INEPAC**

**Artigo nº 177 LOM-NI**

Av. Dr. Luiz Guimarães, Nº 218 - Centro, Nova Iguaçu - RJ, 26210-022

Latitude: -22.759132666644838

Longitude: -43.44707035381116



**Hospital de Iguassú:**

**Artigo nº 177 LOM-NI**

Rua Getúlio Vargas, 222 - Centro, Nova Iguaçu  
- RJ, 27410-200

Latitude: -22.762525310832896

Longitude: -43.45142355376767